

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

ROBERTA LISANA ROCHA SANTOS

DO GOLPE DE 2016 AO GOLPISMO BOLSONARISTA: O JORNAL *O ESTADO DE SÃO PAULO* E A DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL

MARECHAL CANDIDO RONDON

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ROBERTA LISANA ROCHA SANTOS

DO GOLPE DE 2016 AO GOLPISMO BOLSONARISTA: O JORNAL *O ESTADO DE SÃO PAULO* E A DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de pesquisa: Estado e Poder

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil

MARECHAL CANDIDO RONDON

2025

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Rocha Santos , Roberta Lisana

Do golpe de 2016 ao golpismo bolsonarista: o jornal o Estado de São Paulo e a dominação burguesa no Brasil / Roberta Lisana Rocha Santos ; orientador Gilberto Grassi Calil. -- Marechal Cândido Rondon, 2025.

228 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. Autocracia burguesa . 2. Antipetismo. 3. Bolsonarismo.
I. Grassi Calil, Gilberto , orient. II. Título.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil, declaro, como **ORIENTADOR**, que presidi os trabalhos **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de de Defesa de Doutorado do(a) candidato(a) Roberta Lisana Rocha Santos, deste Programa de Pós- Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientador**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o(a) candidato(a) foi considerado(a): **APROVADO(A)** na banca realizada na data de _30 de abril de 2025.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Sugiro publicação

Atenciosamente,



Gilberto Grassi Calil
Programa de Pós-Graduação em História
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE DOUTORADO PARA
BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA
SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente Roberta Lisana Rocha Santos, declaro que realizei a minha DEFESA DE DOUTORADO **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** do trabalho intitulado: Do golpe de 2016 ao golpismo bolsonarista: o jornal *O Estado de São Paulo* e a dominação burguesa no Brasil, para banca examinadora realizada na data de 30 de abril de 2025.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTA LISANA ROCHA SANTOS**
Data: 01/05/2025 12:27:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

nome e assinatura

Programa de Pós-Graduação em História Universidade
Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof. Dr. David Maciel, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História da candidata Roberta Lisana Rocha deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro (x) externo () interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerada APROVADA, na banca realizada na data de 30/4/2025.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



David Maciel – FH-PPGH/UFG



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA
QUALIFICAÇÃO DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA,
POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof.(a) Dr.(a), **Ângela Meirelles de Oliveira** declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de qualificação de doutorado em História da candidata Roberta Lisana Rocha deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro () externo (x) interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerada APROVADO(A), na banca realizada na data de 30/4/2025.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

Ângela Meirelles de Oliveira

Unioeste



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Profa. Dra. Carla Luciana Souza da Silva, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História da candidata Roberta Lisana Rocha deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro () externo (x) interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidatoa pode ser considerada APROVADA, na banca realizada na data de 30/4/2025.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Sugiro publicação.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLA LUCIANA SOUZA DA SILVA
Data: 08/05/2025 13:59:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof. Dr. **Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História da candidata Roberta Lisana Rocha deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro (X) externo () interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidatoa pode ser considerada APROVADA, na banca realizada na data de 30/4/2025.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar um trabalho como este passa um filme em nossas cabeças, pois são muitos os desafios que atravessam a nossa trajetória desde o ingresso num programa de pós-graduação até a conclusão. Neste percurso vivenciamos momentos de alegrias, angustias e de muitas expectativas. O processo de produção de um trabalho acadêmico é doloroso e solitário, mas é sempre possível contar com aqueles que estão a nossa volta, que nos apoiam, incentivam e às vezes confiam em nossa capacidade muito mais do que nós mesmos. A estes devo os mais profundos agradecimentos por estar ao meu lado nessa trajetória de busca pelo conhecimento.

Agradeço as mulheres mais importantes da minha vida, minha mãe, Silvana Rocha e minha avó Joanita Rocha (In memória). A elas devo todos os frutos que vier colher nessa caminhada. Agradeço ao meu companheiro Gil Franco por compartilhar o amor nas coisas cotidianas da vida. Ao meu avô Severiano Ferreira (In memória), obrigada por ser a minha referência de pai.

Agradeço meu pai Ziumar Ferreira por acreditar em mim. Ao meu irmão, Raian Rocha pelo afeto e pelo orgulho em dizer que têm uma irmã (quase doutora).

Agradeço as mulheres que trilham comigo esse caminhar, minhas tias, Sivirina Rocha, Luciana Rocha, Adriana Rocha, Carlucia Rocha e Fabiana Rocha. Aos amigos de todas as horas, Larissa Godinho, amizade de uma vida, por dividir comigo as angústias que a trajetória de um pós-graduando acarreta, a Rafael Rosa pela amizade e pela leitura do projeto inicial dessa tese, a Raul Dantas, por ouvir meus desabaços e corrigir estes agradecimentos, a Adeilton Alves, amigo de todas as horas e por ler o meu projeto em suas várias fases. Agradeço a Rui Marcos Moura Lima, por me incentivar a prestar seleção na Unioeste e compartilhar comigo experiências, angústias e alegrias.

As amigas que a Fundação me proporcionou, Valéria Danielly, Érica Couto, Denise Cabral, Leilane Leal e Gustavo Pereira, pelos lanchinhos compartilhadas, pelas risadas que fazem os meus dias mais leves.

Agradeço as amigas que a Unioeste me proporcionou, Maristela Solda, Ana Cláudia Durães e Daniela Ferreira. Aos colegas do grupo de pesquisa **História e Poder**.

Agradeço ao programa de pós-graduação em História da Unioeste, pela seriedade e acolhimento. A secretária do Programa, Marileusa Pareja, pela disposição em nos auxiliar com as questões burocráticas do programa.

Agradeço aos professores Márcio Both e Carla Luciana Silva pelos instigantes debates durante as aulas.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Gilberto Calil, sem o apoio, a confiança e uma orientação humanizada a finalização desse trabalho não seria possível, muito obrigada.

Agradeço aos professores que compuseram a banca de qualificação, Carlos Zacarias Sena, David Maciel e Carla Luciana Silva, pelas críticas e orientações preciosas, com vistas à melhoria e conclusão deste trabalho. Agradeço também à professora Ângela Meirelles pela disposição em compor a banca de defesa desta tese

Agradeço a Clarisse Lyra pela parceria na revisão do texto final.

Agradeço ao Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (Labelu), vinculado a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa que possibilitou a realização desta pesquisa.

RESUMO

A tese tem o objetivo de analisar a atuação do jornal paulista, *O Estado de São Paulo*, entre as eleições de 2018 e 2022. Trata de compreender o posicionamento político desse veículo da comunicação, enquanto um aparelho privado de hegemonia, em torno do projeto autocrático burguês que levou Jair Bolsonaro ao poder e em que medida esse projeto possibilitou a manutenção da ordem burguesa, num contexto de crise política, econômica e o consequente acirramento da luta de classes. A hipótese é que o jornal *O Estado de São Paulo* atuou, ao longo dos anos, em defesa de um projeto de sociedade que contribuiu para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Embora o jornal não tenha apoiado explicitamente a candidatura de Bolsonaro, entendemos que os valores e visões de mundo promovidos por esse veículo ajudaram a consolidar um consenso autoritário no país, fundamentado no antipetismo. Defendemos, ainda, que a eleição de Jair Bolsonaro marcou o início da ascensão de um projeto de poder de orientação fascista no Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Autocracia burguesa, Antipetismo e Bolsonarismo.

ABSTRACT

The objective of this thesis is analyze the acting of a newspaper of São Paulo state, O Estado de S. Paulo, between the 2018 and 2022 election years. It seeks to understand the political stance of this media, regarded as a private hegemony apparatus, in relation to the bourgeois autocratic project that led Jair Bolsonaro to power and how this project enabled the maintenance of bourgeois order, in a context of political and economic crisis and resulting in an intensification of class struggle. The hypothesis is that O Estado de S. Paulo acted, over the years, in support of a society project that contributed to Jair Bolsonaro's 2018 election. Although the newspaper did not explicitly endorse Bolsonaro's candidacy, we argue that the values and world.

KEYWORDS - Bourgeois autocracy, Anti-PT sentimento e Bolsonarism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - IMPRENSA, HEGEMONIA BURGUESA NO BRASIL E O JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO	17
A MÍDIA EMPRESARIAL NO BRASIL	17
O JORNAL <i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i> NO CENÁRIO NACIONAL.....	29
QUEM ESCREVE NO OESP?.....	38
O GOLPE DE 2016 E O JORNAL <i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i>	47
CAPÍTULO II – O JORNAL <i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i> E AS ELEIÇÕES DE 2018	60
<i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i> NO PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2018	60
ENTRE O ANTIPETISMO E O BOLSONARISMO	74
“UMA ESCOLHA DIFÍCIL”	103
CAPÍTULO III – O GOVERNO BOLSONARO NA PERSPECTIVA DO JORNAL <i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i>	113
UMA AGENDA DE REFORMAS	114
A APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA	130
O GOVERNO BOLSONARO E A PANDEMIA DA COVID-19	144
CAPÍTULO IV – O GOLPISMO BOLSONARISTA E AS ELEIÇÕES DE 2022.....	161
O7 DE SETEMBRO ENTRE O SAUDOSISMO E O GOLPISMO	161
“NEM LULA NEM BOLSONARO”	177
ENTRE A TRAGÉDIA E A FARSA.....	189
O PÓS-ELEIÇÃO E O 8 DE JANEIRO DE 2023	202
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	211
REFERÊNCIAS.....	215
FONTES	221

INTRODUÇÃO

O momento de escrita desta tese foi um período marcado por intensa efervescência política no Brasil. Como historiadora que estudou a instauração de regime ditatoriais ao longo do século XX, jamais imaginei que pudesse vivenciar uma crise política de tamanha magnitude, a ponto de ameaçar a institucionalidade democrática do país, afinal, nos arrogamos a ideia de que é possível aprender com os erros do passado, mas, como alertou Eric Hobsbawm, “O domínio do passado não implica uma imagem de imobilidade social. É compatível com visões cíclicas de mudança histórica, e certamente com a regressão e a catástrofe [...]. E incompatível com a ideia de progresso contínuo”.¹

Em 2016, a queda de uma Presidente eleita pelo voto popular, por meio de um golpe parlamentar, abriu caminho para a posterior eleição de uma liderança de extrema-direita, Jair Bolsonaro, em 2018. Esses acontecimentos nos forneciam pistas de que estávamos caminhando rumo ao fortalecimento da autocracia burguesa no país. Foi diante dos acontecimentos acima descritos que surgiram as indagações que orientam esta pesquisa.

O tema que permeia a problemática deste trabalho é a atuação do jornal paulista, *O Estado de São Paulo*, entre as eleições de 2018 e 2022. Trata de compreender o posicionamento político desse veículo da comunicação, enquanto um aparelho privado de hegemonia, em torno do projeto autocrático burguês que levou Jair Bolsonaro ao poder e em que medida esse projeto possibilitou a manutenção da ordem burguesa, num contexto de crise política, econômica e o consequente acirramento da luta de classes.

Esta pesquisa parte da hipótese de que o jornal *O Estado de São Paulo* atuou, ao longo dos anos, em defesa de um projeto de sociedade que contribuiu para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Embora o jornal não tenha apoiado explicitamente a candidatura de Bolsonaro, entendemos que os valores e visões de mundo promovidos por esse veículo ajudaram a consolidar um consenso autoritário no país, fundamentado no antipetismo. Defendemos, ainda, que a eleição de Jair Bolsonaro marcou o início da ascensão de um projeto de poder de orientação fascista no Brasil.

A problemática da pesquisa tem como ponto de partida a inquietação acerca daquilo que Florestan Fernandes definiu como autocracia burguesa, tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 não superou o regime de força e violência que o antecedeu. Além disso, como aponta ainda Fernandes, “a violência inerente à sociedade capitalista contém um direito

¹ HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

e um Estado de direito que institucionalizam a repressão e a opressão, fora e acima quer das necessidades naturais da ordem quer dos ideais humanos de justiça”.²

Florestan Fernandes, no clássico *Revolução burguesa no Brasil*, aponta que o processo de revolução burguesa ocorrido no Brasil se deu de modo diverso daquilo que se configurou nas democracias burguesas dos países de economia capitalista hegemônica. O contexto de produção e publicação da obra foi marcado pela predominância do autoritarismo no país, fato que afetou diretamente a vida do próprio autor, tendo em vista que foi um exilado político do regime militar brasileiro. Havia, portanto, uma preocupação basilar em compreender o processo de transição democrática e, para isso, era central a compreensão da realidade social do país.

Com o intuito de explicar a revolução burguesa na periferia dependente, Fernandes evitou a concepção de “determinantes universais”, aplicadas a todo e qualquer processo de desenvolvimento capitalista através da repetição das mesmas etapas, ao mesmo tempo que definiu como “falso problema correlato” a excepcionalidade brasileira no que toca ao avanço do capitalismo. Ao criticar essas perspectivas, apresentou uma análise crítica e uma interpretação do desenvolvimento capitalista que destacavam as conexões entre dominação burguesa e transformação capitalista, em que “desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa constituem realidades intrínsecas e permanentes”.³

Dentro da órbita do sistema capitalista, “para que uns floresçam, outros crescem atrofiadamente”. Nesse processo, as nações capitalistas atrofiadas se deparam com os riscos de uma revolução nacional; a solução é converter a dominação burguesa numa força social em que o Estado nacional atua como um instrumento institucionalizado de uma força totalitária, cujo intuito é a contenção e o esvaziamento da revolução social.⁴

Ao longo da trajetória política brasileira, a contenção aos avanços sociais constituiu um fenômeno permanente, ocasionando a emergência de golpes e regimes ditatoriais. Nesse âmbito, a revolução burguesa não buscou um crescimento capitalista autônomo, mas um crescimento rápido e dentro de uma lógica de dependência. Para atingir seus objetivos, a classe burguesa separa a revolução econômica da revolução política, fazendo com que “a revolução burguesa fique representando um deslocamento totalitário do poder de classe, que

² FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982, p. 2.

³ MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020, p.103.

⁴ FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995, p. 126.

elimina de fato ou de direito o resto da sociedade do espaço político”.⁵ Nesse processo, o regime político se alterna entre a democracia burguesa e a ditadura escancarada.

O Estado, neste processo, atua como o principal avalista da acumulação privada e no sentido de excluir as classes trabalhadoras da cidadania burguesa plena, restringindo ao máximo possível seu espaço de atuação política ao plano econômico-corporativo e tratando suas demandas por participação e poder político através da repressão aberta ou de cooptação. Logo, no Estado autocrático, o trabalhador não é reconhecido como um sujeito político, uma vez que o Estado atua no intuito de anular essas possibilidades.

Alinhado ao conceito de revolução burguesa, também recorremos aqui ao conceito de revolução passiva, a partir de Antonio Gramsci. Consideramos que as revoluções passivas são marcadas por situações históricas em que as novas classes dominantes levam adiante os projetos de modernização capitalista, sem, no entanto, romper com as classes dominantes que as antecederam.⁶

Gramsci esboçou três formas de revoluções passivas. A primeira é a forma francesa, em que a restauração foi precedida por uma revolução, mas não ocorreu um evento disruptivo, constituindo uma nova forma de organização política em que o novo e o velho se conciliaram mutuamente. A segunda forma foi o processo conhecido como *Risorgimento* italiano, em que não houve uma revolução, mas a construção de um novo Estado que se diferenciou da experiência francesa, uma vez que não incorporou em seu seio o aparato terrorista; a constituição do Novo Estado nacional se deu através da expansão de Piemonte e da anexação de antigos Estados: “O novo Estado Italiano era uma extensão de Piemonte, inclusive na sua própria simbologia”. A terceira forma trata da relação entre americanismo e fordismo; neste caso, inovação e conservação não acontecem no campo político, mas na esfera econômica, enquanto uma forma nova de organizar a atualização das forças produtivas.⁷

Dentro da realidade brasileira, as experiências francesas e o americanismo são o que mais nos aproxima, tendo em vista que, no âmbito político, a transição da ditadura para a democracia ocorreu, como aponta o historiador David Maciel, amparada por um amplo processo de negociação política que envolveu um conjunto da oposição burguesa ao regime militar, a oposição “antiautocrática” e setores do campo governista. Isto possibilitou a criação da Aliança Democrática e a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República, em 1985, permitindo a recomposição entre as diversas frações do bloco no poder, em torno de

⁵ FERNANDES, Florestan. 1995, p. 126.

⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. 2020, p. 110-111.

⁷ BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo. **Outubro**, São Paulo, n. 28, 2017, p. 31-32.

uma alternativa para a crise do “cesarismo militar” que não provocasse uma ruptura com a institucionalidade autoritária, nem com a ordem social burguesa que vigorou durante a ditadura empresarial militar.⁸

A escolha do jornal *O Estado de São Paulo* como objeto de investigação justifica-se pelos seus posicionamentos marcadamente conservadores. Como aponta Francisco Fonseca, fundado em 1875, o veículo foi “partícipe de numerosos embates político-ideológicos, possui características heterogêneas que, amalgamadas, lhe conferem certa especificidade”.⁹

Em sua autodefinição, o veículo postula “a propriedade privada como fator central da civilização”, a “precedência do mercado em detrimento do Estado”, a “proteção da liberdade e dos direitos do indivíduo perante o aparato estatal” e a “configuração democrático/liberal do Estado de direito”.¹⁰

Nos anos de 1980, as historiadoras Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato chamaram a atenção para as particularidades apresentadas pelo então *Estado de São Paulo* em relação a outros jornais do período. As autoras destacaram uma trajetória marcada pela persistente defesa do liberalismo, por um lado, e a oposição aos governos instituídos, por outro. Durante os anos 1930, período por elas analisado, a atuação do *OESP* se orientava por um projeto idealizado para o Brasil e para São Paulo, cuja base se amparava no liberalismo e na experiência de outros países, a exemplo dos Estados Unidos; por esse motivo, o jornal buscava manifestar uma imagem de independência em relação aos governos instituídos e aos partidos políticos.¹¹ Além disso, as autoras ressaltam que, ao longo de sua história, o *OESP* se constituiu numa referência importante para a formação do pensamento conservador brasileiro.¹²

É preciso considerar que, mais do que formar uma opinião pública em torno do pensamento conservador, o *OESP* apresenta um histórico de atuação, no campo da luta de classes, de oposição a qualquer avanço ou conquista popular. No Brasil, a guerra de classes segue a quente e a frio em diferentes períodos da história; os momentos mais explícitos se observam quando o país esteve sob a tutela de regimes ditatoriais, em momentos de pleno Estado de direito e sob um regime formalmente democrático.

⁸ MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura militar à Nova República. Goiânia: Cegraf; UFG, 2023, p. 532.

⁹ FONSECA, Francisco. **Liberalismo autoritário**: discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira. São Paulo: Hucitec Editora, 2011, p. 143.

¹⁰ Op. Cit.

¹¹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980, p. 23.

¹² Op. Cit., p. XIX-XX.

Nestes contextos, a atuação da grande mídia é basilar, uma vez que pauta o debate público, formando consenso em torno de projetos antipopulares ou, ainda, convencendo parcela da sociedade de que a atuação coercitiva do Estado brasileiro é necessária para se garantir a ordem social.

No campo das lutas sociais protagonizadas por aqueles que almejam a cidadania plena versus os que visam manter um regime de força no país, a imprensa atua na difusão ideológica, de modo a promover a materialização de certos pressupostos, tornando-os socialmente aceitos. Ao mesmo tempo, há uma universalização de valores das classes dominantes, que são transpostos para toda a sociedade. “É assim que, em grande medida, a propriedade privada, a ideologia de mercado e o próprio capitalismo passam a ser apresentados e reproduzidos socialmente sob as aparências de uma suposta ‘inevitabilidade’”.¹³

Partindo dessa perspectiva, buscamos compreender em que medida a atuação do jornal *O Estado de São Paulo* corroborou para a construção de valores conservadores, cooperando para a chegada de Jair Bolsonaro ao poder. Além disso, é preciso considerar o peso do antipetismo que dominou o debate no jornal, a ponto de a ascensão do bolsonarismo ao poder ser considerada pelo veículo como um “mal menor” durante a campanha de 2018.

Dentro da democracia burguesa, a escolha dos representantes por meio da via eleitoral direta é considerada um divisor de águas que separa democracia e ditadura. Todavia, no Brasil, as experiências de abertura dos períodos explicitamente autoritários para períodos de democracia formal, ainda que tenham trazido a eleição direta como símbolo dos novos tempos, trouxe em seu bojo os velhos conhecidos das ditaduras que os antecederam, a exemplo do regime constituído após o Estado Novo, que agregou, em seu seio, a máquina burocrática do regime varguista. O mesmo se deu com a transição pelo alto após o regime militar, que integrou as antigas lideranças, como aponta René Dreifuss: “transcorreu como mais um processo de realinhamento conservador entre os setores dominantes do país, gestado e ‘conchavado’ no interior da Sociedade Política dominante.” De outro lado, os sistemas instituídos pós-ditadura ofereceram, ainda, a desarticulação da sociedade civil-popular através da intervenção repressiva dos setores dominantes.¹⁴

Os pleitos de 2018 e 2022 foram momentos atípicos da frágil democracia brasileira, tendo em vista que, pela primeira vez desde as eleições presidenciais de 1989, um dos

¹³ CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 24-25.

¹⁴ DREIFUSS, René. **O jogo da direita**. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 9.

candidatos em disputa, Jair Bolsonaro, declarava abertamente o seu desprezo pelo regime instituído e o apreço pelo uso da força e violência para a garantia da ordem política. Neste processo, o *OESP* atuou no sentido de apontar que, embora o candidato em questão constituísse uma ameaça à democracia, não era a única, tendo em vista o perigo iminente de um possível retorno do Partido dos Trabalhadores ao poder.

Logo, o estudo das publicações do *OESP*, durante o intervalo entre as eleições de 2018 e 2022, nos ajuda a compreender em que medida esse aparelho privado de hegemonia corroborou para a eleição do candidato de extrema direita e, conseqüentemente, para o fortalecimento de um regime de caráter autocrático.

De outro lado, faz-se necessário mapear os intelectuais que atuavam no interior do jornal e as frações de classes que representam. A esse respeito, para os fins deste estudo, o conceito de intelectual é tomado em duas acepções distintas: primeiro, no que diz respeito às figuras dos jornalistas, colunistas e escritores do jornal, indivíduos letrados e de ampla formação cultural; a segunda segue a perspectiva gramsciana de intelectual orgânico, aglutinador e organizador de visões e valores da classe à qual faz parte. Esta segunda concepção tem papel central para as reflexões aqui propostas, tendo em vista que este projeto se encontra situado no campo da luta de classes.

A principal fonte para a consecução desta pesquisa são os editoriais do jornal *O Estado de São Paulo*, todos disponíveis no acervo da plataforma digital do periódico. Por se tratar de um veículo de publicação diária, composto por várias seções, o desenvolvimento do trabalho centrar-se-á, especificamente, nos editoriais publicados entre agosto de 2018 e outubro de 2022. Conforme apontado por Cássio Guilherme, são os editoriais que apresentam a posição oficial dos seus proprietários e financiadores. Através deles, é possível perceber a defesa ou a crítica a determinadas ideias, políticos e partidos; essas publicações servem de padrão aos demais jornalistas da empresa.¹⁵ Além dos editoriais, as colunas e o “espaço aberto” serão aqui considerados como complementares ao conjunto de fontes prioritárias que sustenta a pesquisa.

Os objetivos aqui propostos têm o intuito de: perceber como o *OESP* se posicionou durante as eleições de 2018, considerando a iminência da eleição de Jair Bolsonaro ou o retorno do PT ao poder; analisar o posicionamento do jornal a respeito do governo Jair Bolsonaro e examinar comparativamente a sua postura durante as eleições de 2022,

¹⁵ GUILHERME, Cássio. **O jornal O Estado de S. Paulo no impeachment de 2016: forjando o consenso contra o Lulismo (2011-2016)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História, Maringá, 2021, p. 22.

considerando as mudanças conjunturais que aquele processo acarretou, como as tentativas golpistas praticadas por Jair Bolsonaro e o retorno de Lula da Silva à cena política após ter a condenação pela Lava Jato anulada. Visando a atender a cada um dos objetivos acima descritos, a pesquisa foi estruturada em quatro capítulos.

O primeiro capítulo analisa o caráter empresarial da mídia brasileira dentro do sistema capitalista, com foco no jornal *O Estado de São Paulo (OESP)*. O objetivo é identificar os vínculos políticos e econômicos do jornal e os projetos de sociedade que defende. A estrutura do capítulo se encontra organizada em três partes: o papel histórico da imprensa nacional e seu desenvolvimento ligado ao capitalismo e às estruturas de classe; a trajetória do *OESP* e os interesses de classe que moldam sua ideologia política e atuação no cenário político recente, especialmente no contexto do golpe de 2016.

O segundo capítulo analisa o posicionamento político do *OESP* nas eleições de 2018, com base em seus editoriais. No primeiro turno, o jornal apoiou uma candidatura de centro que desse continuidade à agenda neoliberal iniciada após o golpe de 2016. No segundo turno, diante da derrota dessa alternativa, o jornal se encaminhou pela via bonapartista, ante a possibilidade de retorno do PT ao poder. O estudo busca identificar mudanças e permanências no discurso do jornal entre os dois turnos e examinar como o alinhamento com o ideário neoliberal contribuiu para a ascensão da extrema direita no Brasil.

O capítulo três discorre sobre a postura do jornal *OESP* diante do governo de Jair Bolsonaro, com foco na agenda econômica liderada por Paulo Guedes. Essa agenda visava ao desmonte do Estado, por meio de uma política neoliberal amparada em reformas e privatizações. O *OESP* defendeu essa política econômica, apesar de criticar os aspectos ideológicos e autoritários do governo Bolsonaro. O jornal tentou dissociar a economia das pautas ideológicas, tratando-as como distrações do que considerava prioridade: a agenda neoliberal. O capítulo também aborda a posição do jornal frente ao negacionismo de Bolsonaro na pandemia de Covid-19, destacando o conflito entre salvar vidas e preservar a economia, e a ênfase do jornal em defender seus interesses econômicos.

O capítulo quatro examina o posicionamento do *OESP* frente às tentativas golpistas de Jair Bolsonaro durante seu mandato e no contexto das eleições presidenciais de 2022. A análise parte dos atos de 7 de setembro de 2021 e 2022, destacando o uso político dessas datas durante a campanha eleitoral. O capítulo também retoma discussões anteriores sobre o apoio do jornal a uma alternativa de “centro”, contrária ao que qualificava como extremismos à esquerda e à direita. Observa-se, ainda, como o veículo se portou diante da repetição do

cenário eleitoral de 2018, com Lula e Bolsonaro. O capítulo finaliza com uma breve análise das posições do *OESP* após a vitória de Lula e os ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023.

CAPÍTULO I

IMPrensa, HEGEMONIA BURGUESA NO BRASIL E O JORNAL *O ESTADO DE SÃO PAULO*

Perspectivas iniciais

O capítulo aqui apresentado discorre sobre o caráter empresarial da mídia brasileira, na órbita do sistema capitalista. Nesse processo, buscamos evidenciar o papel desempenhado por este jornal, *O Estado de São Paulo*, vinculado ao conglomerado de mídia, grupo *O Estado*, no cenário político nacional. O objetivo é identificar quais os grupos políticos e setores econômicos aos quais o jornal se vincula e os seus respectivos projetos para a sociedade brasileira.

O capítulo em questão encontra-se estruturado em três eixos centrais. O primeiro discorre acerca do papel da imprensa nacional e o seu desenvolvimento atrelado aos avanços do sistema capitalista, seu caráter empresarial e as suas estruturas de classes. O segundo analisa, especificamente, a história do *OESP* e os interesses de classes que orientam o posicionamento político-ideológico do jornal. Por fim, analisamos a posição do jornal no cenário nacional, tomando como referência os acontecimentos que desembocaram no golpe de 2016 e na eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

1.1 A mídia empresarial no Brasil

A mídia envolve diferentes meios de comunicação, como TV, rádio, jornais, revistas, redes sociais etc. Esses meios podem ser digitais ou impressos. Seu propósito é a transmissão de notícias e a difusão de informações. No entanto, ao longo da história, a mídia também tem desempenhado um papel importante na formação de opinião e na difusão de visões de mundo. Essas visões, por sua vez, estão sempre atreladas aos valores dos grupos que esses veículos representam.

Os meios de comunicação estão intrinsecamente relacionados ao desenvolvimento histórico da sociedade, considerando a existência de uma produção específica que está

diretamente ligada às fases históricas da capacidade produtiva e técnica. Além disso, estão vinculados às relações sociais gerais produzidas em cada contexto.¹⁶

Nelson Werneck Sodré, em seu clássico, *História da Imprensa no Brasil*, analisou o processo de nascimento e transição da imprensa nacional ao longo das diferentes fases de avanço do capitalismo no país. A análise do autor vai desde aquilo que definiu como “imprensa artesanal” até a chamada “grande imprensa”. Como apontado por ele, “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento capitalista”, ainda que não se trate de uma relação pura e simplesmente mecânica, mas dialética, considerando a influência que o capitalismo exerce na imprensa e, por outro lado, a influência que a imprensa exerce no comportamento das massas e indivíduos.¹⁷

Desde o final do século XIX, tornaram-se perceptíveis as mudanças que se operavam na imprensa nacional. A imprensa artesanal foi cedendo espaço à imprensa industrial, aproximando-se, pouco a pouco, dos padrões e das características da sociedade burguesa.¹⁸ Se, por um lado, a imprensa artesanal foi marcada por uma estrutura simples, também se tornou célebre por sua direta vinculação a grupos específicos da sociedade; por outro lado, a imprensa industrial, além dos modernos parques gráficos, trouxe consigo uma “nova” forma de noticiar, uma vez que portava em seu bojo a noção de neutralidade; nesta perspectiva, atuaria como aquela que está acima da sociedade e exerce o papel de vigilância em relação aos demais poderes instituídos.

Se a mudança na imprensa afetou diretamente a forma de fazer notícia, a circulação também foi modificada, por meio da alteração das relações dos jornais com seus anunciantes, com a política e com os leitores. Fruto das transformações da sociedade burguesa emergente no Brasil, os pequenos jornais individuais desapareceram no país, cedendo espaço às grandes empresas jornalísticas, cujo foco central é o lucro.

O grande desafio enfrentado pela grande imprensa na passagem do século XIX para o XX, e que ainda perpassa a sociedade contemporânea, é a questão do poder; a emergência da grande imprensa caminhou lado a lado com a ascensão burguesa no país, atrelada ao “lento” desenvolvimento das relações capitalistas. Esse processo foi marcado pela existência de uma burguesia economicamente ativa, mas politicamente débil: “Essa disparidade define-se no

¹⁶ WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 69-70.

¹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 1.

¹⁸ Op. Cit., p. 298.

problema político essencial, que é o problema do poder.”¹⁹ Esse aspecto afetou diretamente o desenvolvimento da imprensa; além disso, o seu traço burguês torna-se facilmente explícito ao longo das campanhas políticas, nos episódios críticos do país ou em sucessões. A sucessão dos chefes de Estado trata de uma questão grave e de feições turbulentas ao longo dos anos; ao fundo dessa turbulência reside o problema do poder.²⁰

Jaime Osório aponta que o elemento essencial do Estado é o poder e a dominação de classes, uma vez que trata da condensação de uma rede de relações de força numa sociedade, as quais permitem que sejam produzidas relações de exploração e dominação. No âmbito do regime capitalista, economia e política se movem em permanente tensão, mas com o predomínio, dentro de uma órbita de normalidade, de um imaginário de um Estado de todos.²¹

Para esse autor, é pertinente distinguir poder e dominação, sendo o primeiro uma forma genuína que engloba a segunda, cuja particularidade seria o consentimento dos dominados: “se algo diferencia o poder político no capitalismo em relação às formas sociais precedentes é sua centralidade, assentada e exercida no e a partir do Estado”.²²

Uma vez que o Estado é considerado como uma condensação material de uma relação de forças, isso implica compreendê-lo como um campo e um processo estratégicos nos quais se entrecruzam núcleos e redes de poder que, ao mesmo tempo, se articulam e apresentam contradições entre si. A complexidade de articulação dos diversos aparelhos de Estado e seus respectivos setores se traduz numa distinção que Nicos Poulantzas qualifica como poder real e poder formal. Isso significa, na prática, que, mesmo que determinado grupo ocupe o governo, não necessariamente ocupa os setores e aparelhos de Estado, “nem por isso ela controla forçosamente aqueles, ou um entre eles, que detêm o papel dominante no Estado, que constituem o pivô central do poder real”; logo, as contradições entre poder formal e poder real não se situam exclusivamente entre os diferentes aparelhos e setores do Estado, mas no seio de cada um deles, de maneira que “o centro real de poder em torno do qual cada aparelho se organiza não se situa no cerne de sua hierarquia”.²³

Neste sentido, a atuação da imprensa visa, além do lucro, à garantia do poder real aos setores e frações que representa. O papel da imprensa, na sociedade burguesa, encontra-se assentado nos conflitos que permeiam a sociedade, todavia, ela se qualifica como aquela que

¹⁹ OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras expressões, 2014, p.21.

²⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. 1996, p.315-316.

²¹ OSÓRIO, Jaime. 2014, p.21.

²² Op. Cit., p.29.

²³ POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980, p.157,159.

está acima destes conflitos, colocando-se enquanto um quarto poder, cuja função é de vigilância em relação aos demais poderes. Como aponta Carla Silva, ao se qualificar enquanto aquela que vigia os demais poderes e está acima da sociedade, a imprensa busca disfarçar o seu caráter de classe. Neste sentido, a predominância da visão liberal faz parte do processo de ocultamento da função histórica da grande imprensa: “a manutenção do processo de acumulação do capital”. Essa perspectiva aparece como própria da imprensa, como se coubesse a ela a função de vigiar o poder, aferir a opinião pública, ter responsabilidade social e garantir a liberdade de opinião.²⁴

A noção de imprensa enquanto um instrumento social a serviço da sociedade e alheia aos seus conflitos remonta aos ideais iluministas e à Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. Neste documento, a liberdade de expressão aparece como a chave para a sociedade libertária, todavia, são os próprios veículos empresariais que se colocam como guardiões desses direitos. A liberdade acaba sendo submetida, desta maneira, ao acesso, à impressão, à distribuição e ao financiamento. A situação se agravou no final do século XX, uma vez que a enorme concentração de capital fez com que o jornalismo de abrangência nacional se restringisse cada vez mais em torno de grandes empresas.²⁵

É preciso chamar a atenção, ainda, para o caráter pouco democrático dos grupos midiáticos empresariais no mundo e, em extensão, no Brasil, que desponta como o país com maior índice de concentração. No Brasil, as grandes redes se concentram no Sul e no Sudeste do país, mantendo as comunicações nas mãos de poucos grupos empresariais.²⁶ A maior parcela dessas empresas é constituída por grupos familiares como a família Frias, que constitui o grupo *Folha de São Paulo*, a família Marinho, detentora do império Globo, e a família Mesquita, à frente do grupo Estado, conglomerado de mídia que engloba o jornal *O Estado de São Paulo*.

Esses jornais atuam como empresas, e os seus públicos são os consumidores; a opinião expressa pelo jornal é também uma mercadoria, que envolve notícias, anúncios e classificados, sem deixar de expressar sua posição de classe ou, ainda, de atuar para que a sua posição se torne uma política de Estado. É preciso considerar, também, que a notícia enquanto mercadoria possui uma particularidade que a difere de outros tipos de mercadorias, tendo em vista que a sua veiculação pode ser nociva a pessoas, instituições e à própria sociedade de

²⁴ SILVA, Carla Luciana. **Veja**: O indispensável partido neoliberal (1989-2002). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2005, p. 26.

²⁵ Op. Cit., p. 26.

²⁶ Op. Cit., p. 52.

maneira geral, uma vez que a imprensa, por meio da difusão da notícia, tem a habilidade de fabricar e distorcer imagens e versões acerca de fatos ou indivíduos.²⁷

Antonio Gramsci, ao analisar aquilo que qualificou como “jornalismo integral”, na Itália, aponta que a construção de uma consciência coletiva homogênea requer múltiplas condições e iniciativas. A difusão por um centro homogêneo de um modo de pensar e agir trata de uma condição prioritária, ainda que não seja a única. Nesse sentido, a repetição paciente e sistemática constituiu um princípio metodológico essencial; essa repetição se dá através da adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais.²⁸

A mudança na forma de pensar de um determinado grupo social não ocorre de maneira abrupta, mediante “explosões” rápidas, mas quase sempre através de “combinações sucessivas”, de acordo com “fórmulas de autoridade” variáveis e incontroláveis. Nesse processo, as mudanças culturais ocorrem de maneira lenta e gradual, porque, “se a paixão é impulsiva, a cultura é produto de uma complexa elaboração”.²⁹

Na órbita do capital, cabe ao aparato midiático atualizar programações e ofertas para garantir a fidelidade dos seus espectadores ou leitores, todavia, essa atualização não implica necessariamente uma mudança na qualidade editorial do produto que entrega; grande parte dos ajustes encontram-se atrelados à modelagem de comportamentos e consciências, influenciando agendas públicas e privadas.³⁰ Ao se posicionar entre essas duas esferas, a mídia atua como um ator privado que medeia interesses privados, mas, especialmente, como um mediador de interesses públicos, consequentemente, os interesses coletivos.³¹ Como aponta Fonseca:

Portanto, a mídia atua neste ambiente indefinido, constituído pelos interesses e pela opinião privados, mas que se manifestam como públicos. Por mais que intente atuar em perspectiva “pública” – o que implica a existência de vários lados e interesses contrastantes –, os meios de comunicação privados estarão sempre associados a interesses, compromissos e visões de mundo privados e mercantis.³²

Maria Helena Capelato destaca que a informação trata de um direito público; no entanto, a atividade jornalística é exercida, de maneira geral, por instituições privadas. Tanto

²⁷ FONSECA, Francisco. 2011, p. 12.

²⁸ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022, p. 202.

²⁹ Op. Cit., p. 203-204.

³⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. 2009, p. 48.

³¹ FONSECA, Francisco. Mídia e democracia: uma análise conceitual e histórica dos meios de comunicação. In: SILVA, Carla Luciana; RAUTENBER, Edina. **História e imprensa**: estudos de hegemonia. Porto Alegre: FCM editora, 2014, p. 13.

³² Op. Cit., p. 21.

empresários quanto jornalistas atuam orientados pela lógica do lucro e disputam espaço com os seus concorrentes, além disso, apresenta-se outra face: a veiculação de informações; ao exercer essa função, a imprensa se coloca como intermediária entre o governo e os cidadãos.³³

Dentro de uma sociedade desigual, a informação, enquanto direito de todos, transforma-se num instrumento de poder, manipulado pelos poderosos; neste contexto, emerge a ambiguidade da atuação da imprensa, pois cabe a ela o dever de criticar os poderosos, mas como fazê-lo, se se encontra ligada a eles? Os compromissos estabelecidos no âmbito privado não desaparecem, mesmo quando a imprensa atua no âmbito público. Neste sentido, a imprensa mescla os interesses públicos e privados e faz parecer que os interesses dos cidadãos são os mesmos daqueles do dono do jornal.³⁴

A atuação da imprensa, neste sentido, se manifesta também no intuito de desmobilizar as lutas da classe trabalhadora e ofuscar a construção de uma consciência social acerca do lugar que ocupa na sociedade. Francisco Fonseca aponta, em estudo realizado em quatro grandes jornais – *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo (OESP)* –, a postura destes veículos quanto à criação e ampliação de direitos políticos durante a Constituinte de 1988.

Conforme o autor, os veículos, utilizando-se de discursos liberais, apelaram para as teses da “futilidade”, para caracterizar ações consideradas inócuas num mundo econômico; da “ameaça”, que trata de ações consideradas perigosas para direitos já conquistados, tendo em vista que o seu resultado poderia provocar a redução de empregos no mercado de trabalho formal; e, por fim, a tese da “perversidade”, considerada um conjunto de ações que desestimularia o capital a investir, ocasionando o aumento do desemprego e provocando, portanto, uma situação oposta ao almejado. Essas teses eram utilizadas pelos jornais acima mencionados como justificativas para uma posição contrária aos avanços dos direitos sociais no Brasil.

Tais teses visavam a convencer a sociedade de que os avanços nos direitos sociais não ocasionariam uma mudança significativa na vida da classe trabalhadora, ao contrário, poderiam pôr em risco direitos já conquistados. Na análise do autor, os diferentes perfis dos jornais analisados não invalidam a similitude dos seus posicionamentos e projetos, uma vez que, para estes jornais, medidas como ampliação da licença maternidade, aumento do valor da hora extra, redução da jornada de trabalho eram catastróficas para a sociedade, tendo em vista

³³CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988, p. 18.

³⁴ Op. Cit., p. 18.

que desestimulariam os investimentos do capital, aumentando o desemprego e ocasionando um resultado oposto ao projetado.³⁵

A postura consensual dos grandes jornais também se manifesta quando se trata do direito de greve, momento em que escancaram o seu caráter empresarial e o posicionamento explicitamente patronal. Dentre os quatro jornais analisados por Fonseca, todos se posicionaram contrariamente ao direito de greve, sendo as posições mais radicais aquelas apresentadas pelos jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, segundo os quais, as greves constituem uma ameaça à autoridade do poder do Estado. Os jornais apontaram que a tolerância do Estado frente às greves protagonizadas por servidores públicos só demonstra a “incompetência do Estado empresário que, ao centralizar tudo em suas mãos, mostra fragilidade em negociar com os trabalhadores”.³⁶

A posição do jornal *O Estado de São Paulo* acerca das greves, no período que abrange este estudo, pode ser observada através do editorial intitulado “As greves de 2019”, publicado em fevereiro de 2020. O artigo faz uma análise das greves deflagradas no setor público durante o ano de 2019 e aponta que, em 2020, ocorreu uma redução de 23% em relação ao ano anterior. A partir de dados apresentados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o *OESP* aponta uma diminuição progressiva no número de greves nos três anos anteriores, tomando como referência os anos de 2009 a 2012. Além disso, destaca as razões das greves confrontadas com o ano de 2012, quando 488 categorias reivindicavam melhores condições de trabalho, além de aumento salarial; já em 2019, as greves tiveram como principal ponto de pauta a oposição à reforma previdenciária e administrativa.

Segundo os técnicos do Dieese, é difícil saber se a sequência de quedas no número de paralisações será mantida em 2020. Em menos de dois meses, já foram contabilizadas 74 greves – cinco a mais do que no mesmo período em 2018. No setor público, muitas dessas greves são políticas, como a dos funcionários da Petrobrás. No setor privado, as estimativas são de que os trabalhadores empregados estarão mais preocupados em manter emprego e salário do que em cruzar os braços.³⁷

A partir dos elementos apresentados na citação acima, percebe-se a proeminência das teses da “ameaça” e da “perversidade”, tendo em vista que o jornal tenta convencer o seu leitor de que as greves podem ocasionar a perda de empregos e salários. Nesse sentido, percebemos que as estratégias de desmobilização e criminalização das lutas empreendidas

³⁵ FONSECA, Francisco. 2014, p. 30.

³⁶ Op. Cit., p. 30.

³⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. As greves de 2019. São Paulo, 24 de fevereiro de 2020. Versão digital.

pela classe trabalhadora continua a mesma daquelas analisadas por Francisco Fonseca ao final da década de 1980. Além disso, a comparação entre o setor público e o privado, destacando que no setor público há maior propensão a “cruzar os braços”, é um indício de que o jornal visa a descredibilizar o papel do Estado forte, evidenciando uma essência neoliberal.

Uma vez que a imprensa burguesa se assenta nas contradições do regime capitalista, não é surpreendente observar que, ao mesmo tempo que se coloca como defensora de um Estado mínimo, atua também no intuito de pressionar o Estado a criar mecanismos que possam incentivar a população rumo ao consumismo insolvente e a uma postura “empreendedora”, tendo em vista que endossa o discurso da livre iniciativa e se nega ao reconhecimento dos direitos individuais. Nesse aspecto, podemos observar as palavras do próprio *O Estado de São Paulo* acerca daquilo que defende enquanto “ordem liberal”:

Como sugeriram os pesquisadores do *Script*, assim como os editores da *Economist* e outros liberais, se o liberalismo quiser se reinventar, deve ser a um tempo conservador e progressista: deve progredir por meio de reformas que proliferem seus frutos – as liberdades civis, políticas e econômicas – conservando suas raízes ou princípios. [...]

A crença liberal é de que, com justa regulamentação, quanto mais livre o mercado, maior a distribuição da riqueza; quanto mais poder se dá às comunidades locais, mais se fortalece a ordem global; quanto mais imigração, mais se enriquece a cultura nacional; quanto mais liberdade de expressão, maior a concórdia civil. Se valores como esses parecem inconciliáveis, como querem os antiliberais, é pela incapacidade dos liberais de justificar com palavras e concretizar com atos a sua missão: ampliar a liberdade individual distribuindo a responsabilidade social – o único caminho para unir a prosperidade e a justiça.³⁸

Neste sentido, está demonstrada aqui a posição ideológica do jornal em estudo. Ao apontar as soluções para a crise do liberalismo vigente, o veículo se coloca como um defensor da ordem liberal, ao mesmo tempo que salienta que a noção de liberalismo se encontra desfigurada tanto pela esquerda quanto pela direita:

Nos EUA consolidou-se a associação do termo liberal com a esquerda e suas pautas frequentemente antiliberais, como a obsessão por políticas identitárias radicadas em militâncias divididas por raça, religião ou sexualidade, que muitas vezes se sobrepõem ao interesse comum, promovem a censura e excitam o seu oposto: o reacionarismo autoritário. Por outro lado, o liberalismo é também associado ao “ultraliberalismo” ou “neoliberalismo” de direita, que nada mais é que o “capitalismo selvagem” ou darwinismo social, que conduz a resultados antiliberais, como a perpetuação do status quo, a concentração de renda ou a agressão ao meio ambiente, além de também inflamar o seu oposto: o intervencionismo centralizado.³⁹

³⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. A crise da ordem liberal. São Paulo, 28 de setembro de 2019. Versão digital.

³⁹ Op. Cit.

Embora o *OESP* se qualifique como um veículo atrelado aos princípios liberais e “crítico” ao chamado utraliberalismo ou neoliberalismo, é imperioso separar aquilo que o veículo afirma defender e o que efetivamente se manifesta em seus discursos, através das pautas que endossa. Segundo Débora Messenberg, a essência do neoliberalismo, manifesto na imprensa hegemônica,

[...] apresenta-se como uma “razão de mundo” de natureza antidemocrática. Seu antidemocratismo denuncia-se quando se constata que ele é reconhecido na contemporaneidade como a única verdade e alternativa possível para o desenvolvimento das nações.⁴⁰

Por esse ângulo, podemos até considerar que o neoliberalismo presente na imprensa trata de um posicionamento contraditório, mas é preciso ponderar que a essência do capitalismo é incompatível com a democracia, uma vez que o capitalismo representa “o governo de classe pelo capital”;⁴¹ sendo assim, na lógica do capital, o poder do povo deve ser limitado, tendo em vista que não há capitalismo governado pelo poder popular; neste sistema, a vontade do povo não pode se sobrepor ao lucro e à acumulação, logo, “não há capitalismo em que as exigências de maximização dos lucros não definam as condições mais básicas da vida”.⁴²

Como aponta a historiadora Virginia Fontes, “a consolidação do capitalismo no Brasil tornou cada dia mais central a economia, contraposta a todas as demais exigências da vida social e, principalmente, isolada e defendida pelos setores burgueses”. A autora destaca que as contradições entre forças produtivas e relações de produção geram tensões insuperáveis, o que promove o agenciamento das lutas, opondo a possibilidade concreta de uma vida socializada e a garantia da apropriação privada dos recursos sociais.⁴³

Do ponto de vista do jornal *OESP*, o papel do Estado no âmbito das relações sociais “deve refletir a complexidade das demandas da sociedade e ser capaz de enfrentar as vicissitudes políticas sem descaracterizar-se como sustentáculo de estabilidade e cidadania”. A assertiva em questão partiu de uma análise da proposta de reforma administrativa que Jair Bolsonaro intentava encaminhar ao Congresso. Para o jornal, “limitar-se a reduzir seu tamanho, demitindo funcionários e cortando custos, não é medida que se possa chamar de

⁴⁰ MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (Org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

⁴¹ WOOD, Ellen. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do capitalismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003, p.8.

⁴² Op. Cit.

⁴³ FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 215-216.

reforma”. Nesse sentido, a reforma administrativa deveria implicar uma modificação na própria estrutura do Estado:

É evidente que todas essas medidas são importantes e espanta que ainda não tenham sido tomadas, o que só comprova a força corporativa do funcionalismo público. Mas nem sequer arranham o fulcro da crise do Estado – que, entra governo, sai governo, continua a se sustentar em arranjos poucos transparentes e nada democráticos.⁴⁴

Na atual conjuntura do capitalismo, a comunicação ocupa um papel relevante, tendo em vista o seu papel de produtora e reprodutora das relações sociais. Para cumprir a sua função de protagonista no âmbito do capital, há uma demanda por parte da mídia de grandes investimentos, que podem ser oriundos tanto do setor público quanto do privado. Além disso, é preciso considerar que uma parcela considerável de grupos midiáticos está presente na bolsa de valores, o que interfere diretamente naquilo que é produzido, tendo em vista que o objetivo prioritário deixa de ser a informação, independentemente do prejuízo que isso possa causar, em função da facilitação dos lucros para seus acionários.⁴⁵

Se, por um lado, os grandes monopólios de mídia atuam no sentido de tornar hegemônicos os projetos políticos de frações específicas da classe dominante, de outro, há uma mídia contra hegemônica que atua de maneira alternativa. No Brasil, essa mídia encontra-se organizada em revistas, pequenos jornais, sites e blogs, a exemplo de veículos como o *Brasil 247*, *Rede Brasil Atual*, *Brasil de Fato*, *O Cafezinho*, *Esquerda Online*, entre tantos outros da chamada “mídia engajada”.⁴⁶ Todavia, essa é uma luta desigual, tendo em vista tratar-se de uma disputa entre a classe dominante, detentora do capital, e a classe trabalhadora, que não dispõe dos recursos necessários para ampliação, difusão de informações e construção de uma consciência social mais ampla em torno de seus próprios projetos e visões de mundo.

Esses veículos se constituem como pontos de resistência aos discursos hegemônicos, uma vez que atuam no enfretamento aos valores e visões difundidos pela mídia hegemônica. Os meios alternativos de comunicação se contrapõem aos modelos e controles midiáticos, ao mesmo tempo que se dedicam ao trabalho da crítica e disseminação de ideias que visam a elevar a consciência social e a participação política.⁴⁷

⁴⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. A reforma não é só corte de gastos. São Paulo, 2 de fevereiro de 2019. Versão digital.

⁴⁵ VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. **Mídia e conservadorismo**: O Globo, a Folha de São Paulo e a ascensão política de Bolsonaro e do Bolsonarismo. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2021, p. 48.

⁴⁶ Op. Cit., p. 32-33.

⁴⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. 2009, p. 48.

Os recursos tecnológicos que a produção e a circulação de jornais e revistas demandam, reduzem significativamente a possibilidade de acesso de uma imprensa contra hegemônica de grande abrangência; de outro lado, a grande imprensa se tornou sólida aumentando suas tiragens pelo domínio cada vez maior da técnica de produção e inserção no mundo da mídia, “E nela tem espaço quem se coaduna com os interesses do órgão em que escreve”.⁴⁸

O caráter empresarial da mídia aponta os limites da liberdade editorial. “A liberdade de expressão e a construção de instrumentos de contra hegemonia têm que enfrentar os limites impostos pela propriedade dos meios de produção de distribuição e da concentração empresarial.”⁴⁹ Além disso, é preciso considerar aquilo que é definido como liberdade de expressão, tendo em vista que o conceito tem sido vulgarizado como uma licença para a naturalização de preconceitos e até mesmo a reverência ao fascismo.

Como aponta o cientista político, Luis Felipe Miguel, as empresas de comunicação consideram a liberdade de expressão como um direito individual. “Eu posso falar o que eu quero, quando quero, usando os meios que estiverem a meu alcance.”⁵⁰ Portanto, a liberalidade de expressão se manifesta como um estado de natureza hobbesiano, em que vencem os mais fortes.⁵¹

A liberdade de expressão é também um direito coletivo; ela é necessária para que o público tenha acesso a um debate plural, com ideias, valores e perspectivas sociais divergentes. Esta era a compreensão de defensores do liberalismo clássico, como John Milton e John Stuart Mill, que defendiam a liberdade de expressão como um impedimento à censura estatal. Todavia, a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos contém as possibilidades de discussão, ao mesmo tempo que silencia posições divergentes.⁵²

O autor aponta, ainda, que a democratização do acesso à internet provocou um movimento inverso ao que se observa na mídia tradicional, pois, ao invés de um enquadramento, se observa um debate caloroso e, em alguns casos, até colérico; enquanto os jornais encontram-se concentrados nas mãos de poucos, todos podem estabelecer blogs e criar contas em redes sociais; ainda assim, isso não resolve a questão da concentração na mídia, pois os meios de comunicação convencionais permanecem como centrais para a produção da

⁴⁸ SILVA, Carla Luciana. 2005, p. 27.

⁴⁹ Op. Cit., p. 29.

⁵⁰ MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019, p. 135.

⁵¹ Op. Cit.

⁵² Op. Cit., p. 135-136.

agenda pública, ora atingindo diretamente o público, ora como fonte original de conteúdos difundidos em outros canais.⁵³

O discurso jornalístico coloca o mundo como objeto, uma vez que fala sobre ele e busca torná-lo compreensível aos seus leitores. Neste processo, a imprensa opera no sentido de explicação do mundo, ao mesmo tempo que reforça a ilusão da objetividade jornalística. “E mais, faz retornar para o leitor a imagem do aluno tabula rasa, aquele que sempre precisa de explicações, como, por exemplo, um leitor aluno que não sabe votar”.⁵⁴

Durante os períodos eleitorais, o didatismo da imprensa se apresenta de maneira evidente, tendo em vista que as visões fornecidas pelos veículos da informação podem direcionar o eleitor na avaliação dos candidatos, com o intuito de escolher aquele que melhor lhe represente, entretanto, não se pode perder de vista que as informações e opiniões difundidas pelos jornais estão carregadas de valores do próprio jornal, que, por sua vez, atua enquanto empresa. A mídia impõe regras e condições aos atores envolvidos e se posiciona partidariamente: endossa candidaturas, faz oposição a outras, desqualifica personalidades ao mesmo tempo que promove outras. Além disso, ao eleger determinados temas em detrimento de outros, a imprensa constrói uma narrativa enquanto representação da realidade, do mesmo modo que a hierarquização de temas direciona o leitor sobre as questões e atores a que estes devem voltar a sua atenção e sobre os quais devem formular ideias.⁵⁵

Fabíola Vasconcelos chama a atenção para uma declaração prestada pela executiva do jornal *Folha de São Paulo*, Judith Brito, em 2010, entre o final do governo Lula da Silva e a primeira eleição de Dilma Rousseff, ambos do PT, quando declarou “que a imprensa brasileira desempenha o papel de partido de oposição e que os meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada.” A referida entrevistada, além de executiva do veículo mencionado, ocupava ainda a presidência da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), entidade de classe que representa os proprietários das empresas de comunicação impressa.⁵⁶

Como aponta a historiadora Carla Luciana Silva, existe uma unidade em torno da qual se cria um veículo de imprensa cuja finalidade é expressar opiniões afinadas entre si, ainda

⁵³ MIGUEL, Luis Felipe. 2019, p. 139.

⁵⁴ MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998, p. 61-62.

⁵⁵ NAVA, Mariane. **A imagem de Lula construída pelos editoriais do Jornal O Estado de São Paulo durante as campanhas presidenciais de 1989 a 2006**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em comunicação, Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2017, p. 13.

⁵⁶ VASCONCELOS, Fabíola. 2021, p. 43.

que haja espaços para o contraditório. Às vezes, a unidade precisa ser vista em relação à editora, onde é possível se visualizar melhor a ação empresarial.⁵⁷

Para exercer o poder, os veículos de imprensa transformam-se em órgãos político-partidários; para tanto, eles precisam recriar a realidade onde esse poder pode ser exercido. Francisco Weffort, em artigo sobre a relação entre opinião e ação na imprensa, aponta que jornais não são partidos propriamente ditos, mas, em alguns momentos, atuam como se fossem. O autor toma como referência de análise a atuação do jornal *O Estado de São Paulo* nas conspirações que culminaram no golpe empresarial militar de 1964, quando, segundo Weffort, o veículo desempenhou funções essenciais de um partido. Naquela conjuntura, o jornal não se limitou a informar, mas conspirou em função do regime; neste sentido, a conspiração se manifesta como um exemplo típico da ação política de um jornal.⁵⁸

Perseu Abramo, ao analisar comparativamente as similitudes entre os partidos oficiais e os veículos de imprensa, elenca ao menos dez pontos de semelhança entre ambos, entre os quais destacamos dois pontos centrais:

Os partidos são um ponto de referência para segmentos sociais, têm seus simpatizantes e seu eleitorado. Os órgãos também são um ponto de referência para milhares ou milhões de leitores/espectadores, têm seus simpatizantes e seguidores, o seu leitorado. Os partidos procuram conduzir partes da sociedade ou o conjunto da sociedade para alvos institucionais, para a conservação de algumas instituições e para a transformação de outras; têm enfim um projeto histórico relacionado com o poder. Os órgãos de comunicação também procuram conduzir a sociedade, em parte ou no todo, no sentido da conservação ou da mudança das instituições sociais; têm, portanto, um projeto histórico relacionado com o poder.⁵⁹

Ainda segundo o autor, os órgãos de comunicação atuam como se também recebessem mandatos representativos, ao mesmo tempo que “confundem” o consumo dos seus produtos ou o índice de tiragem e audiência com o voto popular depositado na urna.⁶⁰

1.2 O jornal *O Estado de São Paulo* no cenário nacional

O historiador Cássio Guilherme aponta que o nascimento do jornal *O Estado de São Paulo* confunde-se com a luta republicana e federalista da província de São Paulo, no Império do Brasil. Como uma necessidade do recém-formado Partido Republicano Paulista (PRP), o jornal, inicialmente nomeado *A Província*, resultou de uma aliança entre as elites rurais e a

⁵⁷ SILVA, Carla Luciana. 2005, p. 32.

⁵⁸ WEFFORT, Francisco. Jornais são partidos? *Revista Lua Nova*, v. 1, n. 2, set. 1984, p. 37.

⁵⁹ ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2ª.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 62.

⁶⁰ Op. Cit., p. 63.

burguesia nascente e trouxe consigo a ideologia das classes dirigentes e uma suposta defesa do cidadão.⁶¹

Em sua primeira fase, o jornal se sustentou por meio do financiamento de seus sócios e anúncios de casas comerciais; no ano de 1884, à beira da falência, o advogado Júlio de Mesquita assumiu a direção do jornal e, no ano seguinte, já havia iniciado a recuperação de seus anunciantes, evitando o fechamento do veículo. Em 1888, através de uma mudança societária, o jornal passou às mãos de Júlio de Mesquita e Rangel Pestana; este último afastou-se do jornal três anos depois para ocupar cargo no Senado, deixando-o nas mãos de Júlio de Mesquita.⁶²

O jornal, que iniciou com um quantitativo de 2.025 tiragens diárias, organizado em quatro páginas, sendo uma delas dedicada exclusivamente aos anunciantes,⁶³ teve suas tiragens aumentadas, em 1885, para 4 mil exemplares; em 1888, havia chegado a 7.500. Foi neste período que entrou em campanha pela abolição e pela República.⁶⁴

Na autodescrição dos momentos chave de sua história, é destacado o apreço pela democracia enquanto um contraponto aos momentos de ditadura vivenciados no país, momentos nos quais o jornal teve suas publicações interrompidas, primeiro, quando foi assumido por órgãos da ditadura varguista e, depois, quando teve a circulação impedida pelo regime militar, entre 1968 e 1969.⁶⁵

Arelado aos interesses da elite cafeeira e dos industriais paulistas, *O Estado de São Paulo* se consolidou, no início do século XX, como um veículo influente no debate público e com elevado quantitativo de tiragens, além de ter estabelecido parcerias com agências internacionais de notícias. A parceria entre veículos da grande imprensa nacional e agências internacionais de notícias constituiu um fenômeno corriqueiro durante os anos de 1940, especialmente no contexto da Segunda Grande Guerra, quando muitos jornais não dispunham de correspondentes internacionais e, portanto, foram alimentados por notícias veiculadas por agências como a inglesa *Reuters* e a norte-americana *Associated Press*.

Isso implica que, além de difundir valores e visões de mundo atrelados aos interesses de frações da burguesia nacional, a grande mídia também difundiu valores atrelados a interesses de frações de classes estrangeiras. Segundo Heber Ricardo da Silva, durante a

⁶¹ GUILHERME, Cássio. 2021, p. 35-36.

⁶² Op. Cit., p. 36.

⁶³ BATISTAS, Liz. Estadão faz 148 anos: veja primeira edição e conheça a história do jornal. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 de janeiro de 2023.

⁶⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. 1988, p. 262-263.

⁶⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em 5 de agosto de 2022.

Guerra Fria, o governo brasileiro aproximou-se das ideias anticomunistas difundidas pelo governo e pela imprensa norte-americana; na medida em que tais debates se intensificavam internacionalmente, a imprensa brasileira demarcava uma posição mais alinhada aos Estados Unidos, classificando-os como o único país comprometido com os valores democráticos e cristãos.⁶⁶

Nesse sentido, é importante ressaltar que, ao longo de sua história, o *OESP* se notabilizou por duas pautas centrais: “a defesa irrestrita dos interesses da elite econômica paulista e a tarefa de debelar o suposto perigo comunista”.⁶⁷

Ao tratar especificamente o período aqui em estudo, a questão do comunismo foi abordada pelo *OESP* no intuito de desacreditar a atuação de bolsonaristas que tentavam promover o caos político sob a justificativa de um suposto perigo comunista. A questão foi tratada pelo jornal como um delírio bolsonarista; por outro lado, o veículo elegeu um inimigo a quem combater, o petismo e a sua herança marcada pela “irresponsabilidade econômica” e pela “corrupção”.

Neste sentido, é importante considerar que o jornal cobriu todas as disputas eleitorais ocorridas ao longo da história política brasileira e, desde a Nova República, tem se posicionado em apoio aos candidatos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que disputaram a presidência do país.⁶⁸ A legenda em questão nasceu no contexto da Constituinte de 1988 como uma ala dissidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), composto majoritariamente por figuras representativas do Sul e, especialmente, Sudeste do país. No contexto de fundação do PSDB, o partido apresentou, do ponto de vista político-ideológico, quatro tendências centrais: os liberais progressistas, os democrata-cristãos, os socialdemocratas e os socialistas democráticos; é fato que, ao longo dos anos, a posição do partido inclinou-se cada vez mais para o campo liberal, ao mesmo tempo que os “socialistas democráticos” foram se afastando do partido, na medida em que a legenda se inclinava à direita.⁶⁹

Neste sentido, é fundamental considerar que a trajetória do *OEPS* se encaminhou no sentido de defender candidatos da direita e atrelados aos princípios liberais, mas é preciso destacar, também, que, nos momentos em que as classes populares apresentaram qualquer

⁶⁶ SILVA, Heber Ricardo da. **A democracia impressa**: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em História, Assis, 2008, p. 142.

⁶⁷ GUILHERME, Cássio. 2021, p. 38-40.

⁶⁸ NAVA, Mariane. 2017, p. 70.

⁶⁹ DULCI, Marcelo Soares. **PSDB**: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 171.

nível de fortalecimento político, o jornal não hesitou em “sacrificar” seus supostos princípios liberais em prol de medidas de exceção que abriram espaço para regimes ditatoriais no país.

Durante os anos de 1930, por exemplo, o jornal se manifestou em prol do fechamento de células da maior organização fascista fora da Europa, a Ação Integralista Brasileira (AIB), ao mesmo tempo que resenhava obras de sua liderança central, Plínio Salgado.⁷⁰ Como aponta Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, embora o jornal jamais tenha se identificado com os camisas-verdes ou endossado as suas posições, a postura em relação ao movimento demonstra que, para *O Estado de São Paulo*, o integralismo no Brasil e o nazifascismo na Europa não eram vistos como modelos políticos radicalmente condenáveis.⁷¹

Do mesmo modo, o jornal atuou de maneira engajada em torno das movimentações que levaram ao golpe empresarial militar de 1964; Maria Helena Capelato destaca uma fala do diretor do jornal, à época, Ruy Mesquita, que declarou que as motivações para tal engajamento justificavam-se em torno do temor ao comunismo; Mesquita relata, ainda, os contatos frequentes com os militares, as articulações em torno da derrubada de João Goulart e a posterior decepção com o regime instituído:

Esse jornalista assistiu, nos anos da ditadura, às violências praticadas contra muitos de seus colegas; teve conhecimento das prisões, torturas e mortes. Mas afirma que não se arrependeu pela participação no golpe: “Era inevitável”. [...] Jango simbolizava a anarquia e a ameaça comunista. Com o intuito de preservar a ordem, ou seja, a propriedade, os proprietários liberais não mediam esforços para derrubá-lo. A ditadura limitou-lhes a liberdade, mas preservou seus bens. Não há, portanto, motivos para arrependimentos. O preço era alto, mas compensador.⁷²

Aqui, é possível perceber que, em se tratando da defesa da propriedade privada, não há qualquer escrúpulo por parte do jornal, mesmo quando isto implica a defesa de um regime escancaradamente de força e de violência, afinal, dentro de uma lógica autocrática, é necessário o reaparecimento, de tempos em tempos, da violência explícita, com o intuito de garantir a ordem ao regime instituído.

Além disso, como apontado por Francisco Fonseca, em diferentes momentos históricos, *O Estado de São Paulo* endossou a prática da censura, assentando-se no fato de que também havia sido censurado durante o regime militar; todavia, esse tipo de discurso é apresentado pelo veículo de maneira cautelosa, o que não acontece, por exemplo, quando se trata especificamente da censura no campo educacional. O autor aponta, por exemplo, o posicionamento do jornal frente ao protesto de um bispo do interior de São Paulo contra a

⁷⁰ GUILHERME, Cássio. 2021, p. 42.

⁷¹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. 1988, p. 102.

⁷² Op. Cit., p. 54-55.

adoção de um livro didático numa escola pública, sob alegação da existência de um caráter marxista na obra, exigindo, portanto, que o uso do livro fosse proibido pelas autoridades educacionais; o *OESP* defendeu a postura do bispo, apontando o referido livro e a suposta ideologia que encarnava como “cafajestismo intelectual e lavagem cerebral” que, além de deseducar os estudantes, intentava modelar as suas mentes.⁷³

Em 2016, na efervescência do movimento “Escola sem partido”, o jornal chegou a responsabilizar os próprios professores pela emergência da mobilização:

Evidências não faltam de que muitos professores têm transformado as salas de aula em **laboratórios de doutrinação ideológica esquerdista**, sob o argumento de que é necessário criar “resistência” a uma suposta onda conservadora. E não importa que os alunos em questão mal tenham ingressado na adolescência e estejam pouco ou nada preparados para entender o que é “luta de classes”, “imperialismo estadunidense” e outros tantos chavões que ajudam a transformar o debate político em briga de bar. Interessa apenas que esses estudantes, sujeitos à autoridade inerente ao professor, sejam convertidos em **potenciais propagandistas da causa**, repercutindo irrefletidamente os slogans mequetrefes ensinados por quem deveria se dedicar a fornecer aos alunos instrumentos necessários para a compreensão do mundo em que vivem.⁷⁴

Conforme apresentado pelo jornal, o projeto “Escola sem partido” tinha um caráter antidemocrático ao ponto de “flertar com o autoritarismo”, no entanto, a responsabilidade pela existência de um projeto como esse se dava em virtude da existência de “maus professores cuja fidelidade ao partido supera seu compromisso com a boa educação”. Se, por um lado, o jornal buscou demonstrar uma posição contrária ao projeto “Escola sem partido”, de outro, deixa evidente a conivência quanto à censura ao trabalho docente, uma vez que propõe: “cabe, principalmente aos pais, se perceberem que seus filhos estão a esposar ideias absurdas incutidas por professores, exigir que a escola enquadre seu corpo docente, obrigando-o a desempenhar sua tarefa precípua”.⁷⁵

A proposta apresentada acima trata de uma maneira de instituir a censura ao trabalho docente, mesmo não existindo uma lei propriamente dita com essa finalidade, ao mesmo tempo que propõe uma atuação vigilante por parte dos pais em relação aos professores. Na prática, a postura do jornal visa à manutenção de estruturas sociopolíticas e econômicas, ao mesmo tempo que há um temor por mudanças que possam operar fora do controle das classes dominantes.

⁷³ FONSECA, Francisco. 2011, p. 144-145.

⁷⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. Ideologia na escola. São Paulo, 19 de julho de 2016. Versão digital.

⁷⁵Op. Cit.

O historiador Francisco Fonseca, ao traçar o perfil do *O Estado de São Paulo*, qualifica-o enquanto um veículo atrelado ao princípio do “ocidentalismo”; nesse caso, trata-se de uma vinculação aos padrões éticos e estéticos do ocidente e, conseqüentemente, à manutenção do desenvolvimento do sistema capitalista, tendo os Estados Unidos como modelo. Além disso, chama a atenção aquilo que o autor define como “tradicionalismo” do jornal, notório na relevância da moral e da religião e no temor às mudanças, especialmente, aquelas que possam ocorrer fora do controle das classes dominantes.⁷⁶

Ao analisar o posicionamento do *OESP* no processo de “democratização” brasileira, pós-regime militar, o autor destaca que a atuação do jornal se encaminhou por práticas políticas marcadas pelo conservadorismo, pelo elitismo e pela reação à participação popular, uma vez que, para o jornal, deveriam prevalecer as negociações transcorridas em “gabinetes”, no sentido de encaminhar o processo político brasileiro.⁷⁷

Evidentemente, a postura do jornal em torno das manifestações também esteve alinhada com as pautas defendidas nestes atos, pois, no contexto do golpe de 2016, o veículo apontou que, “Na maior manifestação da história do País, milhões de brasileiros foram às ruas neste domingo, 13, em pelo menos 239 cidades nas cinco regiões, pedir a saída da petista Dilma Rousseff, 68 anos, da Presidência da República”.⁷⁸

O veículo informa que a referida manifestação superou, em adesão de manifestantes, as Diretas Já, movimento pelo fim da ditadura empresarial militar; além disso, ressaltou que a tônica do movimento esteve no apelo contra a corrupção, pela ética pública e pelo fim da impunidade, tendo em vista que os atos tiveram também como alvo o ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que na ocasião estava sendo investigado pela operação Lava Jato. Ainda segundo o jornal, “A enorme adesão às manifestações, convocadas majoritariamente por grupos como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL), praticamente enterrou o discurso governista e petista de que o País estava dividido”.⁷⁹ Observemos, portanto, que a questão da participação popular nem sempre é considerada desnecessária, especialmente, quando essas manifestações se coadunam às intenções do jornal.

Francisco Fonseca destaca a posição ambígua do jornal no que se refere àquilo que ele define como “entulho” autoritário, tendo em vista que, se por um lado pleiteou a derrogação de mecanismos instituídos pelo regime militar, por outro, apoiou a manutenção de outros

⁷⁶ FONSECA, Francisco. 2011, p. 226-227.

⁷⁷ Op. Cit., p. 165.

⁷⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. Maior manifestação na História do país aumenta pressão por saída de Dilma. São Paulo, 13 de março de 2016. Versão digital.

⁷⁹ Op. Cit.

mecanismos advindos deste mesmo regime. A título de exemplo, o autor cita a Lei de Imprensa, vigorosamente combatida pelo jornal, por representar entraves à normalização do regime democrático.⁸⁰

A referida lei atingia diretamente o jornal, tendo em vista o controle no que diz respeito à penalização contra aqueles que praticarem injúria ou difamação contra a imagem de alguém.⁸¹ Essa foi uma prática corriqueira do veículo, contra adversários políticos, alvos de ácidas críticas e de uma oposição sem tréguas, marcada por considerações facciosas acerca das suas ações e posições. Ao longo de sua história, o jornal elegeu inimigos prioritários a quem atacar: Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Lula da Silva e todos os políticos que representam o campo à esquerda.⁸²

Neste sentido, o ataque às lideranças alinhadas à esquerda encontra-se diretamente ligado ao anticomunismo entranhado no jornal. Como apontam Capelato e Prado, desde os anos 1930, o jornal havia assumido uma posição clara: “Ou somos pelo comunismo ou somos contra ele. Se somos contra ele, devemos combatê-lo em todos os lugares em que nos acharmos, em todos os postos que ocupamos e em todos os agrupamentos a que estamos filiados.” O comunismo foi eleito pelo jornal como antítese do liberalismo, cabia, portanto, aos governos instituídos conter a organização de “extremistas”, a participação política e a liberdade de expressão.⁸³

A questão da liberdade de expressão, no contexto deste estudo, esteve de maneira constante nas páginas do jornal, ora para criticar um suposto aparelhamento da imprensa provocado pelos governos petistas, ora nas menções aos ataques de Jair Bolsonaro à imprensa livre:

Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro – apresentam, cada um a seu modo, ameaças à liberdade de expressão. Desde sua fundação, o PT flerta com propostas de “regulação social da mídia”. Para piorar, os petistas nunca são claros na concretização dessas ideias, o que revela o caráter intimidatório dessas propostas – querem impor um clima de apreensão sobre o jornalismo profissional –, bem como a tentativa de criar uma falsa contraposição entre interesse público e imprensa.⁸⁴

O editorial acima foi publicado no contexto das eleições de 2022, quando o veículo se dedicava a apontar os malefícios de um possível segundo turno disputado entre o candidato do PT, Lula da Silva, e Jair Bolsonaro, momento em que o jornal qualificava as duas lideranças

⁸⁰ FONSECA, Francisco. 2011, p. 213.

⁸¹ BRASIL, República Federativa do. **Lei n.º 2.083**, de 12 de novembro de 1953. Rio de Janeiro, 1953.

⁸² FONSECA, Francisco. 2011, p. 215.

⁸³ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. 1988, p. 107-108.

⁸⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. A dimensão da liberdade de expressão. São Paulo, 26 de setembro de 2022. Versão digital.

como iguais. Neste sentido, o *OESP* aponta que, se de um lado o PT intentava “intimidar” a imprensa, de outro, Jair Bolsonaro:

[...] inaugurou novos patamares de ataque e de intimidação dos profissionais da imprensa, especialmente de jornalistas mulheres. O bolsonarismo é de uma covardia deprimente. Mas toda essa dinâmica de enfrentamento dos meios de comunicação tão própria do governo atual teve o seu caminho aplainado pelo discurso e pela prática petista de desmerecer os questionamentos incômodos da imprensa independente.⁸⁵

Para o jornal, o petismo e o bolsonarismo se assemelhavam, pois, em vez de “assumir a responsabilidade dos atos de Dilma Rousseff”, no contexto do Impeachment da presidente, a legenda optou por criticar a posição “golpista” adotada pela imprensa; de outro lado, “Jair Bolsonaro usa a mesma tática, revestida – esta é a novidade – de sua grosseria habitual” – o jornal se refere, aqui, aos ataques do presidente, sempre que era questionado pela imprensa por ações suspeitas, a exemplo da compra de 51 imóveis com dinheiro vivo ou dos depósitos bancários suspeitos em nome de Michele Bolsonaro, sua esposa.⁸⁶ Logo, podemos observar que o veículo usa da própria liberdade de imprensa para equiparar personalidades políticas distintas, em contextos distintos, com o intuito de justificar que “é preciso restaurar o fiel respeito à Lei de Acesso à Informação, a legitimidade das perguntas incômodas e a transparência dos atos estatais. Hostilidade à imprensa é coisa de regime autoritário, e não de democracia”.⁸⁷

Neste sentido, consideramos que, em se tratando dos grandes veículos de comunicação, a defesa da liberdade de expressão trata mais precisamente da defesa da liberdade de imprensa; esta, por sua vez, manifesta-se tanto na possibilidade de o jornal defender abertamente os seus valores e visões de mundo, construindo uma imagem positiva sobre determinada personalidade ou instituição, como na de atacar, de maneira inescrupulosa, aqueles que são considerados opositores da ordem que se quer hegemônica ou que afetam os interesses empresariais do jornal.

Em relação ao caráter empresarial do *OESP*, o veículo faz parte de um grupo voltado exclusivamente para o ramo das comunicações, denominado *O Estado de São Paulo (OESP)*, pertencente à família Mesquita. O grupo detém, além do *OESP*, o *Jornal da Tarde*, a agência de notícias *Estado*, a rádio *Eldorado* e a gráfica *OESP*.

⁸⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. A dimensão da liberdade de expressão. São Paulo, 26 de setembro de 2022. Versão digital.

⁸⁶ Op. Cit.

⁸⁷ Op. Cit.

Atualmente, o veículo encontra-se em múltiplas plataformas, de acordo com dados apresentados pelo relatório do jornal, mídia kit.⁸⁸ O acesso ao jornal pode se dar pelas redes sociais, por WhatsApp, rádio, jornal impresso ou digital, podcast, newsletters e participações em eventos. O alcance mensal do veículo chega a 73,5 milhões de pessoas.⁸⁹ Cabe destacar que, para os fins da pesquisa aqui proposta, o foco esteve, prioritariamente, nos jornais disponíveis para assinantes por meio da plataforma digital. A esse respeito, o *OESP* aponta, no relatório citado acima, que o perfil do leitor que o acessa por meio da plataforma digital é composto por uma “audiência qualificada e com alto poder de compra”, sendo esse público composto por 52% de homens e 48% de mulheres, 54% pertencentes às classes A e B, 59% acima dos 35 anos, 25% entre 25 e 34 anos e 16% entre 18 e 24 anos.⁹⁰

Em 2018, o *OESP* era o terceiro maior jornal do Brasil, com relação à tiragem; ao final de 2018, o veículo registrou a média de 239,4 mil tiragens, ficando atrás apenas dos jornais *Folha de São Paulo*, com 310,6 mil, e *O Globo*, com 315 mil.⁹¹ Atualmente, esses três veículos revezam entre si as posições do primeiro ao terceiro lugar do jornalismo impresso e diário no país. Ainda assim, os números apresentados por esses jornais têm reduzido gradativamente; segundo análise do jornal *Poder360*, os principais jornais brasileiros registraram queda de 16,1% na circulação impressa entre 2018 e 2022; isso não alterou, contudo, a posição dos três jornais acima citados quanto a serem os maiores veículos em circulação no país.⁹²

A socióloga Fabíola Vasconcelos aponta que, se por um lado os jornais têm perdido espaço e poder frente à redução do número de assinantes, especialmente, na versão impressa, por outro, os conteúdos desses veículos têm sido transmitidos através de outras mídias, a exemplo das redes sociais.⁹³ Em 2021, o *OESP* publicou uma matéria em que abordou a “virada digital” promovida no jornal desde 2019: “Em seus 146 anos, o *OESP* se tornou uma

⁸⁸ O relatório mídia kit é um documento comercial elaborado pelo próprio jornal, em que reúne informações sobre o veículo, como plataformas, alcance, público, custos e serviços. Conforme informações da Associação de Jornalismo digital, o mídia kit trata de um material usado para atrair parceiros e anunciantes. Cf. <https://ajor.org.br/como-criar-um-midia-kit-eficaz-e-conseguir-apoio-para-a-sua-iniciativa-jornalistica/>. Acesso em 3 de abril de 2025.

⁸⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Mídia kit. Acesso em: https://bluestudio.estadao.com.br/wp-content/uploads/MIDIA-KIT-ESTADAO-2025-V1_Tabela_precospptx.pdf. Dados válidos até 31 de dezembro de 2025.

⁹⁰ Op. Cit.

⁹¹ MERCADO COMUM. Circulação dos principais jornais brasileiros em 2018. Disponível em: https://www.mercadocomum.com/circulacao_dos_principais_jornais_brasileiros_em_2018/. Acesso em 5 de junho de 2023.

⁹² YAHYA, Hanna. Jornais impressos: circulação despenca 16,1% em 2022. *Poder360*, online. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/jornais-impressos-circulacao-despenca-161-em-2022/>. Acesso em 6 de junho de 2023.

⁹³ VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. 2021, p. 19.

empresa multiplataforma: está no site, nas redes sociais, no rádio, em aplicativos, em podcasts, em newsletters exclusivas.”⁹⁴ Essa é mais uma mudança que se opera na forma de noticiar no Brasil e no mundo, ao mesmo tempo que o capitalismo alcança uma estrutura cada vez mais sofisticada de dominação.

É preciso considerar também que, em se tratando do acesso por meio das mídias sociais, os leitores, de maneira geral, leem apenas a manchete ou um recorte da publicação, uma vez que o acesso ao texto na íntegra é exclusivo aos assinantes. Além disso, é preciso levar em conta que esses recortes e manchetes são espaços por excelência para a manipulação da informação; através deles é possível ocultar, fragmentar ou inverter fatos.⁹⁵

Nada mais atual do que a ocultação total, parcial ou de aspectos da realidade; a fragmentação nas edições; a inversão da relevância das informações ou a mais primitiva descontextualização dos acontecimentos – práticas observadas hoje em cada página do jornal diário, da revista semanal e nos noticiários das emissoras de rádio e de TV.⁹⁶

Isso significa dizer que a prática do jornal se encontra comprometida, prioritariamente, com a mensagem que se busca transmitir, efetivamente não com a veracidade efetiva da informação que está sendo passada, tendo em vista que a organização do sistema de comunicação, a propriedade e a exploração desses meios encontram-se atreladas diretamente à natureza do sistema capitalista.⁹⁷

1.3 Quem escreve no *OESP*?

Nelson Werneck Sodré, ao retratar o caráter empresarial da imprensa, destaca que ela sempre requer um exército maior e mais qualificado de profissionais, trabalhadores intelectuais capazes em quase todos os campos de conhecimento, para atender um público cuja sede de saber se amplia cada vez mais.⁹⁸ *O Estado de São Paulo* dispõe de um exército de profissionais qualificados e especializados em diferentes campos e que exercem atividades como jornalistas, colunistas, cronistas, dentre outras atribuições no interior do jornal.

Em Antonio Gramsci, vamos encontrar a concepção de intelectual que melhor se adequa à compreensão do papel exercido por jornalistas, cientistas, economistas, dentre outros intelectuais que atuam na formação da “opinião pública”. Para este autor:

⁹⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. “Estadão” se consolida em maio como líder em circulação impressa no Brasil. 23 de junho de 2021. Versão digital.

⁹⁵ ABRAMO, Perseu. 2016, p. 32.

⁹⁶ Op. Cit., p. 32.

⁹⁷ Op. Cit., p. 34.

⁹⁸ SODRE, Nelson Werneck. 1996, p. 451.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc.⁹⁹

Em Gramsci, os intelectuais estão para além da erudição, da formação escolar, uma vez que qualquer função na sociedade, por mais mecânica que seja, demanda o mínimo de habilidade técnica e atividade intelectual criadora. O autor aponta que, em qualquer trabalho físico, por mais mecânico que se apresente, existe um mínimo de qualificação técnica; trata-se, portanto, de uma atividade intelectual criadora.¹⁰⁰ Logo, para o revolucionário, todos os homens são intelectuais, mas nem todos exercem na sociedade esta função, uma vez que implica a organização de sua própria classe. Ainda para o autor:

[...] Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo.¹⁰¹

Nesse sentido, o jornalista exerce uma função intelectual, nos moldes gramscianos, uma vez que atua para a produção de consensos em torno de projetos, sejam esses dos dominantes ou dos subalternos. Além disso, ao escrever, o jornalista fala de um lugar historicamente constituído e, para além de atender aos interesses do dono do jornal ou dos empresários que sustentam o jornal, os jornalistas escrevem para a sua própria classe, especialmente, quando se trata dos colunistas que não têm a obrigatoriedade de expressar diretamente a opinião do jornal.

Na grande mídia, pode ocorrer a concessão de espaços para figuras alinhadas tanto à direita quanto à esquerda, a exemplo da coluna escrita pelo líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, no jornal *Folha de São Paulo*, publicada entre 2021 e 2022. No caso do *OESP*, não se evidencia entre os seus colunistas uma personalidade vinculada, especificamente, a um partido político ou organização de esquerda,

⁹⁹ GRAMSCI, Antonio. 2004, p. 15.

¹⁰⁰ Op. Cit., p. 18.

¹⁰¹ Op. Cit., p. 21.

tal qual Guilherme Boulos. Nos limites do *OESP*, podemos identificar figuras do campo liberal, defensores da social-democracia, a exemplo do escritor Marcelo Rubens Paiva, que desde 2002 atua como colunista do veículo. Paiva se declara como alguém de esquerda e sinaliza que não possui vinculação com nenhum partido: “defendo um Estado de bem-estar social, saúde e educação públicas”, ao mesmo tempo que também defende: “Sou a favor da reforma da Previdência, como Tabata [Amaral]”.¹⁰²

Os espaços concedidos a personalidades de diferentes posicionamentos políticos na grande mídia transmitem a imagem de uma possível neutralidade na grande imprensa, uma vez que o leitor pode considerar que, nesses veículos, há espaço para todas as posições; contudo, é preciso considerar em que proporção personalidades alinhadas à esquerda são convidadas a compor um espaço aberto em determinado jornal, tendo em vista a autonomia que o colunista tem para expressar a sua própria opinião.

O site do *OESP* indica que o jornal tem uma gama de colunistas que atuam em diferentes áreas: jornalistas, escritores, cientistas políticos, advogados, empresários, dentre outros; todavia, há uma rotatividade nesse quantitativo, para mais ou para menos, bem como uma alternância de personalidades, de tempo em tempos. Esses colunistas escrevem sobre os mais variados temas, a partir das suas respectivas áreas de atuação, além disso, a frequência com que aparecem no jornal também é variável, pois enquanto alguns escrevem esporadicamente, outros dispõem de uma frequência mensal, quinzenal ou semanal. Interessa, sobretudo, para o nosso trabalho, a identificação daqueles colunistas que escrevem especificamente sobre política; atualmente, o quadro de colunistas com enfoque no debate político é composto por quinze personalidades, além disso, integra também o conjunto alguns colunistas convidados, que compõem o chamado “Espaço aberto”, escrevendo sobre temas diversos, entre os quais a política.

Quadro 1

NOME	SEÇÃO	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Bolívar Lamounier	Espaço aberto	Cientista político, sócio-diretor da Augurium Consultoria e membro das Academias Paulista de Letras e Brasileira de Ciências, escreve quinzenalmente.

¹⁰² PAIVA, Marcelo Rubens. Sou de esquerda, qual o problema? *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18 de julho de 2019. Versão digital.

Carlos Alberto Di Franco	Espaço aberto	Jornalista
Carlos Andrezza	Política	Jornalista
Carlos Pereira	Política	Cientista político e professor titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV EBAPE) e sênior fellow do CEBRI.
Celso Lafer	Espaço aberto	Professor emérito da USP, ex-ministro das Relações Exteriores (1992 e 2001-2002) e presidente da Fapesp, escreve mensalmente.
Claudio de Moura Castro	Espaço aberto	Pesquisador em Educação e doutor em Economia pela Universidade Vanderbilt (EUA), escreve mensalmente.
Denis Lerrer Rosenfield	Espaço aberto	Professor de Filosofia na UFRGS, escreve quinzenalmente.
Dom Odilo Pedro Scherer	Espaço aberto	Arcebispo metropolitano de São Paulo, escreve mensalmente.
Diogo Schelp	Política	Jornalista e comentarista político, foi editor executivo da <i>Veja</i> entre 2012 e 2018. Posteriormente, foi redator-chefe da <i>Istoé</i> , colunista de política do UOL e comentarista da <i>Jovem Pan News</i> . É mestre em Relações Internacionais pela USP.
Eliane Catanhêde	Política	Jornalista, comentarista da Rádio Eldorado, Rádio Jornal (PE) e da Globo News.
Eugênio Bucci	Espaço aberto	Jornalista e professor da ECA-USP, escreve quinzenalmente.
Fabiano Lana	Política	Formado em Comunicação Social pela UFMG e em Filosofia pela UnB, onde também tem mestrado na área. Foi repórter

		do <i>Jornal do Brasil</i> , entre outros veículos. Atua como consultor de comunicação. É autor do livro <i>Riobaldo agarra sua morte</i> , em que discute interseções entre jornalismo, política e ética.
Felipe Salto	Espaço aberto	Economista-chefe da Warren Investimentos, membro do Conselho Superior de Economia da Fiesp, foi secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, escreve quinzenalmente.
Fernando Gabeira	Espaço aberto	Jornalista, escreve quinzenalmente.
Fernando Henrique Cardoso	Espaço aberto	Sociólogo pela Universidade de São Paulo e ex-presidente da República pelo PSDB, escreve mensalmente.
Flávio Tavares	Espaço aberto	Jornalista, escritor (Prêmio Jabuti 2000 e 2005; Prêmio APCA 2004) e professor aposentado da Universidade de Brasília, escreve mensalmente.
Francisco Leali	Política	Coordenador na Sucursal do <i>Estadão</i> em Brasília. Jornalista, Doutor em Comunicação e pesquisador dedicado a temas de transparência pública.
J.R. Guzzo	Política	Jornalista, escreve semanalmente sobre o cenário político e econômico do País.
Jorge Caldeira	Espaço aberto	Escritor, é membro da Academia Brasileira de Letras (ABL).
Jorge J. Okubaro	Espaço aberto	Jornalista, é autor, entre outros, do livro <i>O Súdito</i> (Banzai, Massateru!) (Editora Terceiro Nome).
José Serra	Espaço aberto	Economista, ex-ministro das relações exteriores, ex-governador do Estado de

		São Paulo, foi candidato à Presidência da República pelo PSDB, escreve quinzenalmente.
Lorena Rodrigues	Política	Jornalista, especialista em Orçamento e Gestão Pública e em Desenvolvimento Econômico, Editora do Broadcast, colunista do <i>Broadcast</i> e <i>Estadão</i> .
Luiz Felipe D'Avila	Espaço aberto	Cientista político, autor do livro <i>Dez Mandamentos: do Brasil que somos para o país que queremos</i> , foi candidato à Presidência da República pelo partido Novo.
Luiz Sérgio Henriques	Espaço aberto	Tradutor e ensaísta, escreve mensalmente.
Marcelo Godoy	Política	Jornalista, repórter especial do <i>Estadão</i> e escritor. É autor do livro <i>A Casa da Vovó</i> , prêmios Jabuti (2015) e Sérgio Buarque de Holanda, da Biblioteca Nacional (2015).
Marco Aurélio Nogueira	Espaço aberto	Professor titular de Teoria Política da Unesp, escreve mensalmente.
Miguel Reale Júnior	Espaço aberto	Advogado, professor titular sênior da Faculdade de Direito da USP, membro da Academia Paulista de Letras e ex-ministro da Justiça, escreve mensalmente.
Monica Gucliano	Política	Jornalista, repórter de Política do <i>Estadão</i> . Escreve às terças-feiras.
Nicolau da Rocha Cavalcanti	Espaço aberto	Advogado e jornalista.
Paulo Delgado	Espaço aberto	Sociólogo, escreve mensalmente.
Paulo Hartung	Espaço aberto	Economista, Presidente-Executivo da IBÁ, Membro do Conselho Consultivo do RENOVABR, Foi Governador do Estado

		do Espírito Santo (2003-2010/2015-2018).
Paulo Sotero	Espaço aberto	Jornalista, pesquisador sênior do Brasil Institute no Wilson Center, em Washington.
Pedro S. Malan	Espaço aberto	Economista e ex-ministro da Fazenda, escreve mensalmente.
Ricardo Corrêa	Política	Coordenador de política em São Paulo no <i>Estadão</i> e comentarista na rádio Eldorado, escreve às quintas.
Roberto Livianu	Espaço aberto	Procurador de Justiça no MPSP, doutor em Direito pela USP, escritor, professor, palestrante, é idealizador e presidente do Instituto “Não Aceito Corrupção”.
Roberto Macedo	Espaço aberto	Economista (UFMG, USP e Harvard), professor sênior da USP, consultor econômico e de ensino superior, escreve na primeira e na terceira quinta-feira de cada mês.
Rolf Kuntz	Espaço aberto	Jornalista, escreve quinzenalmente.
Roseann Kennedy	Política	Jornalista pós-graduada em Ciência Política e Economia. Foi colunista política na CBN e Globo News, editora-chefe e âncora no SBT e SBT News.
Rubens Barbosa	Espaço aberto	Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e ex-embaixador do Brasil em Londres (1994-1999) e em Washington (1999-2004), escreve mensalmente.
Silvio Cascione	Política	Mestre em ciência política pela UNB e diretor da consultoria Eurasia Group.
Simon Schwartzman	Espaço aberto	Sociólogo, membro da Academia Brasileira de Ciências e ex-presidente do

		IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), escreve mensalmente.
Vera Rosa	Política	Jornalista, Repórter especial do <i>Estadão</i> . Na Sucursal de Brasília desde 2003, sempre cobrindo Planalto e Congresso, escreve às quartas-feiras.
William Waack	Política	Jornalista e apresentador do programa WW, da CNN.

Fonte: Quadro construído pela autora através de dados coletados do site do jornal *O Estado de São Paulo*.

Como podemos observar no quadro acima, aqueles que escrevem no *Espaço aberto* ou na seção política estão diretamente inseridos nesse universo, quer seja pela vinculação a partidos políticos, pela atuação profissional especializada no debate político, como os jornalistas, quer seja ocupando cargos em associações, conselhos etc.

Figura no grupo de Conselheiros, o cientista político Albert Fishlow, Conselheiro Internacional do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).¹⁰³ Também vinculado ao CEBRI está o cientista político Carlos Pereira, cuja coluna no portal do *OESP* é apresentada como uma “interpretação crítica e científica das instituições e do comportamento político”. Pereira atua, ainda, como professor na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV EBAPE).¹⁰⁴

Outro nome de destaque é Bolívar Lamounier, cientista político com atuação desde os anos 1990 como consultor empresarial e docente. Lamounier é historicamente associado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e mantém uma coluna quinzenal no periódico.

Ainda no campo dos colunistas vinculados ao PSDB, encontra-se o sociólogo e ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que escreve mensalmente para a seção "Espaço Aberto" do jornal. Embora suas colunas abordem temáticas variadas, a política é um tema recorrente em seus textos. Para os objetivos desta análise, é particularmente relevante a presença marcante de Cardoso no contexto das eleições de 2018, tanto como colunista quanto como entrevistado.

¹⁰³INTERNACIONAIS, Centro Brasileiro de Relações. Albert Fishlow. Disponível em: <https://cebri.org.br/especialista/82/albert-fishlow>. Acesso em 22/05/2024.

¹⁰⁴O ESTADO DE SÃO PAULO. Colunas. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/bolivar-lamounier/>. Acesso em 25 de abril de 2024.

Ainda vinculado ao PSDB, encontra-se o economista José Serra. Ao longo de sua trajetória política, Serra exerceu os cargos de senador, governador do Estado de São Paulo, ministro do Planejamento e ministro da Saúde. Foi, ainda, candidato à Presidência da República em duas ocasiões, pelo PSDB.

No espectro partidário, destaca-se também o cientista político Luiz Felipe d'Avila, que atua como comentarista da rádio Jovem Pan e editorialista do OESP. Em 2022, d'Avila foi candidato à Presidência da República pelo Partido Novo.

No campo da filosofia e da consultoria política, destaca-se Fabiano Lana, cuja coluna tem como foco central as disputas de poder e o debate político-cultural brasileiro.

Entre os jornalistas que contribuem com o *OESP*, destaca-se Eliane Cantanhêde, figura de grande visibilidade na mídia tradicional. Além de colunista, atua como comentarista na Rádio Eldorado, pertencente ao conglomerado de mídia OESP. No debate político promovido pelo jornal, destacam-se ainda os jornalistas Francisco Leali, coordenador da sucursal em Brasília e mestre em Comunicação com ênfase em transparência pública; João Gabriel de Lima, professor da FAAP e pesquisador do Observatório da Qualidade da Democracia da Universidade de Lisboa; Lorenna Rodrigues, especialista em Orçamento, Planejamento e Gestão Pública; Marcelo Godoy, repórter especial e escritor e Monica Gugliano, colunista política.

Sob uma perspectiva alinhada ao discurso da extrema direita, destacam-se os colunistas Felipe Moura Brasil, José Roberto Guzzo e William Waack. Felipe Moura Brasil, jornalista carioca nascido em 1981, atua como colunista do site *O Antagonista* e tem passagem por veículos como a Jovem Pan e o blog *Mídia Sem Máscara*, criado por Olavo de Carvalho. Organizou, ainda, a coletânea *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* (2013), com textos de Moura Brasil. O jornalista é também vinculado à produtora Brasil Paralelo, notória por sua linha editorial ultraconservadora.

José Roberto Guzzo, paulista, atuou na revista *Veja*, que dirigiu por 15 anos. Atua como colunista na *Gazeta do Povo* e, em 2020, lançou a revista *Oeste*, ao lado de Augusto Nunes. Segundo o site da publicação, trata-se da “primeira plataforma de conteúdo cem por cento comprometida com a defesa do capitalismo e do livre mercado”¹⁰⁵

William Waack, por sua vez, é jornalista e sociólogo com passagens por diversos veículos da grande imprensa, como a revista *Veja*, o próprio *OESP* e a Rede Globo — onde foi âncora do *Jornal da Globo* até seu afastamento, motivado por uma acusação de

¹⁰⁵OESTE, Revista. Disponível em: <https://revistaoste.com/nossa-equipe/>. Acesso em 06 de maio de 2024.

racismo.¹⁰⁶ É também autor da obra *Camaradas: a história secreta da Revolução Brasileira de 1935* (1993), de orientação marcadamente anticomunista.

É importante destacar que, embora não se apresente entre aqueles que escrevem no jornal uma figura pública diretamente vinculada a um partido político de esquerda, à exceção do jornalista Eugênio Bucci,¹⁰⁷ o mesmo não acontece em relação à vinculação aos partidos de direita, como são os casos do cientista político, Bolívar Lamounier, do ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso, e do economista, José Serra, todos vinculados ao PSDB. Merece atenção, igualmente, o espaço concedido ao cientista político Luiz Felipe d'Avila, vinculado ao Partido Novo.

A atuação desses intelectuais é analisada, aqui, considerando em que medida as posições defendidas pela equipe de colunistas podem refletir os valores e visões de mundo que se querem hegemônicos pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

1.4 O Estado de São Paulo e o golpe de 2016

O ano de 2018 foi marcado, no cenário político nacional, por uma crise política cujos encaminhamentos poderiam alterar a ordem do regime político aberto com a Constituição de 1988. O desfecho desse processo pode ser subdividido em dois momentos distintos: o impeachment da Presidente eleita, Dilma Rousseff, em 2016, sob alegação da prática de pedaladas fiscais, através de um processo marcado por uma narrativa disseminada pela mídia hegemônica do país, e a eleição da liderança de extrema direita, Jair Messias Bolsonaro, em 2018, amparado numa pauta supostamente antissistema e de ataques explícitos à classe trabalhadora.

Os antecedentes históricos desse processo se encontram na perda de sustentação política dos governos petistas, marcada por uma onda de greves e manifestações populares. De acordo com o historiador Luiz Felipe Miguel, o PT nasceu como um conjunto heterogêneo

¹⁰⁶PORTAL G1. William Waack é afastado do jornal da Globo. 17 de novembro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/william-waack-e-suspenso-do-jornal-da-globo.ghtml>. Acesso em 10 de abril de 2025.

¹⁰⁷O caso do jornalista Eugênio Bucci merece atenção especial. Vinculado, em sua trajetória, à Fundação Perseu Abramo — instituição ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT) — Bucci chegou a redigir a revista teórica do partido até o ano de 1992. Posteriormente, integrou o governo Lula, exercendo o cargo de presidente da Radiobrás. Em carta endereçada ao Instituto Democracia e Liberdade, Bucci declara: “Não tenho nenhuma atividade dentro do PT. Respeito o PT, respeito muitos de seus expoentes, mas, para benefício da clareza da nossa comunicação, reitero que não sou um petista ativo atualmente, embora me identifique com as agendas da esquerda de modo geral.” Disponível em: <https://idl.org.br/idl-compartilha-carta-recebida-do-jornalista-eugenio-bucci/>. Acesso em 10 de abril de 2025.

de elementos, entre os quais, o sindicalismo combativo que surgiu em São Paulo na década de 1970, o catolicismo progressista vinculado à Teologia da Libertação e veteranos da esquerda comunista interessados na renovação de práticas revolucionárias. Composto pela união de diferentes visões de transformação social, a legenda tinha como eixo central o compromisso com a ideia de uma democracia inclusiva e aberta à participação popular.¹⁰⁸

O historiador Eurelino Coelho aponta que, ao longo dos anos, a legenda, que havia se formado nas lutas protagonizadas no seio da classe trabalhadora, vivenciou um processo de burocratização; tal fenômeno ocorreu a partir dos anos de 1990, momento que demarca um prolongado refluxo das classes subalternas, acompanhando, tardiamente, a derrota histórica no âmbito mundial. Nesse processo, a burocratização da esquerda é compreendida como uma via de processamento no transformismo.¹⁰⁹

O transformismo que marcou a trajetória do PT implicou o distanciamento dos intelectuais de esquerda que se imbuíram da missão de governar “para todos” e administrar o “bem comum”, o que exigia contornar ou conciliar os antagonismos de classe, implantando no partido o reconhecimento da legitimidade dos interesses da classe dominante.¹¹⁰

Tal fenômeno esteve alinhado à própria mudança de funcionamento do regime democrático do Estado burguês brasileiro, que culminou com a posse de Lula da Silva em 2002. Segundo Marcelo Badaró Mattos há indícios desse alinhamento do PT com as classes dominantes por meio de doações de grandes empresários às campanhas de Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Em 2002, Lula recebeu financiamentos privados quase a mesma proporção de doações que José Serra, candidato do PSDB; o setor que destinou maiores recursos ao candidato petista foi o da construção civil, enquanto Serra recebeu doações do agronegócio e do setor financeiro. Evidentemente, as doações destinadas à campanha de Lula não significavam uma adesão espontânea da burguesia ao projeto petista; como apontado por Armando Boito Júnior, a campanha de Lula, em 2002, teve uma pequena modificação em relação às campanhas de 1989, 1994 e 1998, no entanto, o movimento partiu de Lula em relação aos grandes empresários, e não o contrário, tendo em vista que o candidato petista assumiu o compromisso público de não mexer na dependência financeira, manter os superávits primários para o

¹⁰⁸ MIGUEL, Luis Felipe. 2019, p. 61.

¹⁰⁹ COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 315.

¹¹⁰Op. Cit.

pagamento da dívida externa e realizar reformas neoliberais que o governo FHC não havia realizado.¹¹¹

Em 2006, as doações foram divididas meio a meio entre Lula e Geraldo Alckmin, candidato pelo PSDB. Nessa ocasião, os maiores recursos destinados ao PT foram provenientes da construção civil e do agronegócio. Já em 2010, a campanha de Dilma Rousseff angariou mais recursos que a de José Serra (PSDB): “41 empresas doaram mais de R\$ 1 milhão para a candidatura petista. JBS-Friboi, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez foram as maiores doadoras para Dilma.” Em 2014, a candidata petista angariou também recursos vultosos, mas a presença de Marina Silva no primeiro turno do pleito criou uma divisão nas contribuições, ocasionando uma divisão distinta das eleições anteriores.¹¹² Como aponta Badaró Mattos:

A opção do PT por aderir a uma estratégia basicamente eleitoral e praticamente abandonar qualquer outra via de mobilização social para efetivar o seu programa político, cada vez mais rebaixado, pode ser lida como a passagem à prioridade de mobilização de bases eleitorais para um programa de governo, em detrimento da mobilização de bases sociais para um projeto de transformação.¹¹³

A posição assumida pelo PT no poder não implicou necessariamente o abandono das lutas, mas a sua incorporação à ordem burguesa, especialmente, através da conversão dos movimentos sociais em braços de apoio ao governo e instrumentos de contenção das lutas.¹¹⁴ A atuação do PT no poder se deu, portanto, enquanto um partido da ordem burguesa, com vistas à garantia da conciliação de classes, mas, num contexto marcado pela crise no âmbito do sistema capitalista, sustentar a política de conciliação havia se tornado pouco viável; ainda assim, Badaró Mattos aponta que a crise no PT é anterior à manifestação no Brasil do agravamento dos sintomas da crise capitalista, tendo em vista que já havia se iniciado no país um conjunto de greves e manifestações populares.

Cabe destacar, aqui, o levante operário ocorrido em 2011, protagonizado por 22 mil trabalhadores da Usina do Complexo Hidrelétrico de Madeira, localizada no sítio do Jirau, em Porto Velho, Rondônia, reivindicando condições dignas de trabalho, num cenário marcado pela truculência, autoritarismo e desrespeito aos direitos básicos. A revolta tem uma representatividade significativa, uma vez que os trabalhadores envolvidos atuavam num projeto que compõe o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no segundo

¹¹¹ BOITO JÚNIOR, Armando. Neoliberalismo e relações de classes no Brasil. In: BOITO JÚNIOR, Armando. **Dossiê: neoliberalismo e lutas sociais no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, Ano 9, 2002, p. 16.

¹¹² MATTOS, Marcelo Badaró. 2020, p. 133.

¹¹³ Op. Cit., p. 137.

¹¹⁴ Op. Cit.

governo Lula e amparado na lógica desenvolvimentista de estimular o crescimento econômico através de obras de infraestrutura.¹¹⁵

No ano seguinte, o Brasil foi palco de uma onda grevista que marcou o país, em pleno governo Dilma Rousseff. Segundo dados do Dieese, o ano de 2012 registrou 876 greves, protagonizadas por trabalhadores dos setores públicos e privados.¹¹⁶ Já em 2013, as Jornadas de Junho assinalaram a ida de uma parcela da população às ruas para reivindicar contra o aumento do preço das passagens do transporte urbano, no contexto da Copa das Confederações. Naquele momento, milhares de brasileiros manifestavam as suas insatisfações, ainda que sem uma pauta unificada, mas precedida pelo aumento dos conflitos sociais.

Os acontecimentos acima descritos trazem indícios do desgaste vivenciado pelo Partido dos Trabalhadores, especialmente quanto à sua capacidade de cumprir a função para a qual fora designado no âmbito da luta de classes: garantir a conciliação. Foi nesse contexto que emergiram as Jornadas de Junho, como um ponto de inflexão, marcado, por um lado, pela emergência de demandas populares por direitos universais e, por outro, pelo primeiro ensaio da ocupação de espaços públicos por um setor organizado da direita que se apresentou publicamente com pautas anticorrupção.¹¹⁷ Conforme Marcelo Badaró Mattos, as jornadas agregaram em sua pauta o questionamento a um dos pilares fundamentais da dominação de classes:

[...] os monopólios empresariais de comunicação de massas, em que alguns poucos grupos familiares privados controlam a imensa maioria dos canais de comunicação jornalística e rádio televisiva. Os manifestantes denunciavam esses canais pela cobertura tendenciosa dos protestos, contribuindo, assim, ainda que com muitas contradições, para abrir caminho ao esclarecimento de alguns setores sobre o papel de classe fundamental exercido pelos monopólios empresariais de comunicação.¹¹⁸

Na análise do autor supramencionado, as Jornadas de Junho deixaram evidente para diversas frações da burguesia nacional que o PT não era mais capaz de garantir a paz social, nem de levar adiante a agenda de cortes nos gastos públicos e a retirada de direitos no ritmo e profundidade que o grande capital exigia.¹¹⁹

¹¹⁵ OUTRAS PALAVRAS. Jirau: a surpreendente revolta dos peões. 11 de abril de 2011. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/jirau-surpreendente-revolta-dos-peoes/>.

¹¹⁶ DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Estudos e pesquisa**, n. 66, maio de 2012.

¹¹⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. 2020, p. 148.

¹¹⁸ Op. Cit., p. 151.

¹¹⁹ Op. Cit., p. 159.

Como aponta o economista Pedro Zahluth Barros, a reação dos setores empresariais afetados pela política de juros e pelas demandas salariais e sociais contou com o apoio dos meios de comunicação, ao mesmo tempo que o governo deixava um vácuo na disputa pela opinião pública, ao menos até a campanha eleitoral de 2014. Muitos economistas e representantes dos setores empresariais apontavam para uma suposta necessidade de ajuste fiscal e no mercado de trabalho, com o intuito de restaurar a capacidade de crescimento de lucros e investimentos. As reações contra as reivindicações trabalhistas e sociais haviam sido pautadas por partidos políticos, que durante a campanha presidencial de 2014 sinalizavam que um ajuste fiscal era incontornável, como o PSDB e a Rede.¹²⁰

Em editorial de 2015, o *OESP* declarou abertamente que a presidente Dilma não poderia mais permanecer no cargo de Presidente da República, tendo em vista que “adotou a irresponsabilidade como método de governo”. De acordo com o jornal, a presidente estava consciente dos rumos que a sua política econômica tomava, mas “a equipe econômica da petista – por ordem expressa dela – continuou a cavoucar o erário para dele extrair os recursos necessários para manter as políticas populistas do PT”. As políticas ditas “populistas” pelo jornal tratam de programas de distribuição de renda, como Bolsa Família e Minha casa, Minha vida. Nesse sentido, o problema da gestão petista não advinha de circunstâncias adversas, mas “de certezas ideológicas da petista, derivadas de uma visão deletéria do papel do Estado”.¹²¹

Na medida em que os conflitos sociais se aprofundavam, o governo não conseguiu garantir o controle, portanto, foi necessária uma mobilização de parcela da sociedade e uma organização por parte das frações burguesas, o que desencadeou no que Marcelo Badaró define como o primeiro ato desse processo, o golpe de 2016.

Em agosto de 2016, a Presidente eleita em 2014 com 51,64% dos votos¹²² teve seu mandato impedido através de manobras parlamentares com apoio do judiciário e ampla difusão nos meios midiáticos.¹²³ A assunção do vice-presidente da chapa, Michel Temer, abriria o caminho para a construção de uma nova hegemonia burguesa sob o sustentáculo de setores estratégicos da classe dominante, como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Estes setores tiveram presença

¹²⁰ BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, Número especial, 2017, p. 4.

¹²¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Irresponsabilidade como método. São Paulo, 13 de dezembro de 2015. Versão digital.

¹²² G1. Eleições de 2014: apuração de votos para presidente. 27 de outubro de 2014. [Disponível em: http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html](http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html). Acesso em 8 de dezembro de 2022.

¹²³ MATTOS, Marcelo Badaró. 2020, p. 162.

marcante nas manifestações pró impeachment; em relação a esta última, se tornou célebre a instalação, em setembro de 2015, de um pato inflável de vinte metros na Esplanada dos Ministérios, com a descrição “Chega de pagar o pato”, de modo a demonstrar a sua “insatisfação” com o aumento dos tributos decorrentes da política econômica levada adiante pelo governo Dilma Rousseff.¹²⁴

A declaração pública da FIESP pelo impedimento da Presidente eleita ocorreu em dezembro de 2015 e foi amplamente noticiada pela grande mídia. O jornal *OESP* divulgou o fato no dia 14 de dezembro de 2015, através da seguinte matéria: “Fiesp declara apoio formal ao impedimento de Dilma”. A decisão foi anunciada após reunião entre representantes da Federação e a cúpula do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Para o presidente da FIESP, Paulo Skaf,

“Essa posição oficial foi tomada devido ao momento em que nós chegamos”, disse o empresário Paulo Skaf, presidente da entidade. Entre os motivos, ele elencou o ajuste fiscal “que foi anunciado ao longo do ano, mas não foi feito”, a “perspectiva de estouro de orçamento no próximo ano”, e a “total falta de credibilidade do governo”.¹²⁵

Com a derrocada da Presidente eleita e a assunção de Michel Temer, o percurso traçado pelo governo se encaminhou no sentido de colocar o país nos trilhos dentro de uma órbita capitalista ultraneoliberal requerida pelas frações burguesas. Dentre as medidas adotadas por Temer, esteve na ordem do dia a aprovação da PEC 55,¹²⁶ que impôs um teto aos gastos públicos, atingindo diretamente os investimentos do Estado em educação, saúde, segurança pública e assistência social, a aprovação da reforma trabalhista,¹²⁷ que em seu bojo retirou uma série de direitos da classe trabalhadora e a aprovação da Lei da terceirização.¹²⁸ Durante o governo Temer, também esteve na ordem do dia a aprovação da reforma da Previdência, mas, em decorrência dos vários escândalos de corrupção envolvendo o próprio

¹²⁴ G1. FIESP anuncia apoio formal ao impedimento de Dilma. 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em 22 de janeiro de 2023.

¹²⁵ VENCESLAU, Pedro; ROCHA, André Ítalo. A Fiesp declara apoio formal ao impedimento de Dilma. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 de dezembro de 2015. Versão digital.

¹²⁶ RODRIGUES, Eduardo; TOMAZELLI, Indiana; BONFIM, Isabela; LINDNER, Julia. Em meio a protestos, PEC do teto é aprovada em primeiro turno no senado. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 de novembro de 2016. Versão digital.

¹²⁷ NAKAGAWA, Fernando; LINDNER, Julia; FARIA, Thiago. Com 50 votos favoráveis, Senado aprova reforma trabalhista. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 de julho de 2017. Versão digital.

¹²⁸ GADELHA, Igor. Câmara aprova terceirização para qualquer atividade em empresas públicas e privadas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 de março de 2023. Versão digital. PUPU, Amanda; MOURA, Rafael Moraes. Por 7 a 4, STF aprova terceirização irrestrita. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 de agosto de 2018. Versão digital.

presidente, a pauta não avançou, cabendo ao governo Bolsonaro a sua aprovação no primeiro ano de mandato.¹²⁹

O governo Temer foi o primeiro passo rumo à radicalização de uma agenda política e econômica alinhada à reconfiguração capitalista de redução do Estado a uma condição mínima para a classe trabalhadora. Por outro lado, cabia às frações burguesas identificar em seu seio e garantir a eleição, em 2018, de uma liderança política que pudesse levar adiante a obra iniciada por Temer.

Conforme aponta Fabíola Vasconcelos, durante o primeiro turno do pleito daquele ano, a classe dominante e a mídia corporativa se subdividiram em apoio a três candidatos específicos, Geraldo Alckmin, candidato pelo PSDB e primeira opção para a maioria das frações burguesas, Henrique Meirelles, do MDB, e João Amoedo, do Partido Novo.¹³⁰ O que os três candidatos tinham em comum era o apreço à redução do Estado e uma política de privatizações irrestritas ao patrimônio nacional.

Nesse sentido, trata especificamente do apreço a um modelo econômico de caráter neoliberal, como aponta Armando Boito Júnior, que tem como principais políticas as privatizações, a redução dos direitos sociais e a desregulamentação do mercado de trabalho. Tais políticas econômicas e sociais expressam interesses de classes e de frações de classes numa dada correlação de forças políticas. Além disso, o autor aponta também as mudanças que se processam nas relações de classes em decorrência dos processos econômicos e sociais induzidos pelo neoliberalismo; mudanças podem ocorrer ainda em aspectos ideológicos associados ao neoliberalismo:

A ascensão da ideologia do Estado mínimo, associada à política do ajuste fiscal, permitiu, no plano das classes dominantes, a expansão de uma poderosa e heterogênea burguesia ligada aos serviços de saúde, educação e demais áreas abandonadas pelo Estado e, no campo das classes trabalhadoras, dividiu politicamente os assalariados e confinou os trabalhadores do setor público numa posição de defensiva e de isolamento.¹³¹

A acumulação privada é uma pauta que se encontra na ordem do dia para o *OESP*, em detrimento de uma distribuição de renda mais equânime, tendo em vista que o veículo, ao longo de sua história, se posicionou contrariamente às iniciativas voltadas para o aumento salarial da classe trabalhadora. Francisco Fonseca aponta que o humanismo cristão do jornal se acomoda com as leis de mercado inerentes ao sistema capitalista.

¹²⁹ VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. 2021, p. 116.

¹³⁰ Op. Cit., p. 118.

¹³¹ BOITO JÚNIOR, Armando. 2002, p. 14.

Nesse sentido, a questão salarial tinha que estar atrelada prioritariamente ao crescimento econômico do país; além disso, na lógica do jornal, a melhoria das condições de renda da população não deveria estar vinculada ao aumento “indiscriminado dos salários”, mas as ações estatais de fornecimento de serviços públicos, especialmente voltados à população mais carente, todavia, tais ações só poderiam ser levadas adiante dentro de uma lógica econômica ortodoxa de combate à inflação no âmbito de um Estado desenvolvido e economicamente estável.¹³² Neste sentido, o discurso do jornal se torna um fim em si mesmo, pois, se, por um lado, defende a necessidade de o Estado fornecer serviços básicos em detrimento de uma política de valorização salarial, de outro, atrela o fornecimento desses serviços a uma política econômica forte, mas é impossível garantir a existência de Estado economicamente forte dentro de uma lógica de privatizações: “Afirma ser favorável à atuação compensatória do Estado em áreas sociais clássicas, como saneamento, saúde, educação etc., mas requer também espaço à iniciativa privada nessas áreas para aqueles que quisessem e pudessem pagar.”¹³³

Considerando a postura do jornal no período aqui em estudo, podemos observar que, mesmo nos momentos em que o veículo se posicionou em defesa da distribuição de renda por meio de programas sociais, a exemplo do Auxílio Brasil, implantado durante a pandemia da Covid-19, a pauta das reformas esteve atrelada a ações necessárias para o pleno desenvolvimento econômico do país:

Se o inchaço das classes mais pobres expõe a necessidade de programas de assistência e transferência de renda, a vulnerabilidade da classe média e a desaceleração da mobilidade social mostram que essas medidas só são sustentáveis se combinadas a programas de desenvolvimento, capacitação e produtividade.¹³⁴

Amparado num estudo realizado pela Tendência Consultoria, o jornal demonstrou os elevados índices de empobrecimento da população, ocorridos no contexto pandêmico, em decorrência da perda de rendimentos dos segmentos médios da sociedade. Naquele cenário, o jornal considera que “O auxílio emergencial mitigou o impacto do apagão econômico entre os pobres e miseráveis, mas não impediu a forte deterioração dos rendimentos na classe média”.¹³⁵

O discurso apresentado pelo jornal no âmbito da política econômica é um marcador importante para se compreender o posicionamento do *OESP* em relação aos processos

¹³² FONSECA, Francisco. 2011, p. 184-185.

¹³³ Op. Cit., p.182.

¹³⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. A armadilha da renda baixa. São Paulo, 30 de agosto de 2020. Versão digital.

¹³⁵ Op. Cit.

eleitorais, bem como a atuação de Jair Bolsonaro no poder, considerando os seus constantes ataques à democracia burguesa e o contexto de crise política vivenciado no país desde o golpe de 2016.

Cássio Guilherme, ao analisar o posicionamento do *OESP* na iminência das “Diretas Já”, aponta que o jornal demonstrou uma postura cética quanto à capacidade do regime democrático de conter a crise que se abriu ao final da ditadura, além disso, havia um temor diante da proeminência de Leonel Brizola, liderança herdeira da tradição trabalhista marcadamente combatida pelo jornal.¹³⁶ Durante o processo de redemocratização, o jornal

[...] pressionou para que não houvesse “revanchismo” político e jurídico aos líderes da Ditadura Militar; defendeu a incolumidade dos militares; considerou seletivamente o que era “entulho autoritário” a ser desativado na Nova República, e, principalmente, os militares nunca foram culpabilizados pela inflação, desemprego e crise econômica que deixaram ao governo civil.¹³⁷

Durante os períodos eleitorais, o caráter do jornal se manifestou de maneira mais efetiva através da oposição explícita a determinado partido ou candidato e da condescendência ou apoio irrestrito a outros. O *OESP* cobriu todos os pleitos presidenciais da República; após a Constituição de 1988, em todos eles o PT esteve na disputa, sendo a postura do jornal de constante oposição ao partido.

Cássio Guilherme aponta, ainda, que, no segundo turno das eleições de 1989, cuja disputa esteve entre os candidatos Lula da Silva (PT) e Fernando Collor, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), o jornal se manifestou favorável a Collor ao mesmo tempo que qualificava o PT e o seu candidato como radicais, comunistas, truculentos, bárbaros e antidemocráticos.¹³⁸

Durante o governo Collor, o veículo apresentou uma posição ambígua, uma vez que se opunha às intervenções estatais na economia ao mesmo tempo que manifestava apoio irrestrito às privatizações, à desregulamentação econômica e à demissão de servidores públicos. A pressão do jornal ao governo esteve centrada, prioritariamente, na implementação da agenda neoliberal.¹³⁹ O jornal também se posicionou favoravelmente ao impeachment de Collor, mas defendeu a continuidade do projeto neoliberal por este apresentado.¹⁴⁰

¹³⁶ GUILHERME, Cássio. 2021, p. 68.

¹³⁷ Op. Cit., p. 69.

¹³⁸ Op. Cit., p. 71-72.

¹³⁹ FONSECA, Francisco. **Consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005, p.320-321.

¹⁴⁰ VASCONCELOS, Fabíola. 2021, p. 82-83.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso foi comemorada pelo jornal, enquanto aquele que conduziria os processos de reformas; dois dias após as eleições de 1994, o editorial “Urgência em privatizar” daria o tom dos próximos anos: “seguir por esse caminho é fundamental”. Nos períodos seguintes, o jornal seguiria a pauta de cobranças para “agilizar as privatizações”. Uma vez que FHC manteve o compromisso com a agenda neoliberal, o jornal não se manifestou criticamente a respeito da emenda Constitucional da reeleição aprovada pelo Presidente em 1997.¹⁴¹

Durante o pleito de 2002, o *OESP* apostou numa eventual vitória eleitoral do candidato José Serra, pelo PSDB, em detrimento de Lula da Silva, do PT. Com a vitória de Lula, o veículo se encaminhou por uma postura mais pragmática, ao defender a continuidade da agenda neoliberal iniciada no governo anterior, a reforma da Previdência e o afastamento dos quadros considerados “radicais” que compunham a legenda no poder.

É fato que o Lula que saiu vitorioso nas eleições de 2002 não era o mesmo sindicalista que concorrera ao pleito em 1989 e aqueles subsequentes; era o candidato que dialogava com o mercado de maneira a acalmar os ânimos. Do mesmo modo, o Partido dos Trabalhadores não era mais o partido “radical”. Em suas notas autobiográficas, Antonio Gramsci chama a atenção para as mudanças moleculares, que seriam, segundo o autor, mais perigosas que as mudanças repentinas, pois, “enquanto mostra[m] no sujeito a vontade de resistir, deixa[m] entrever (a quem reflete) uma mudança progressiva da personalidade moral, que, num certo ponto, passa de quantitativa a qualitativa: ou seja, não se trata mais, na verdade, da mesma pessoa, mas de duas”.¹⁴² Neste sentido, Lula e o PT haviam sofrido uma transformação “molecular” e, a não ser do ponto de vista do “estado civil” e da “lei”, não se tratava mais do que haviam sido um dia; ambos tornaram-se símbolos da conciliação de classes.

De fato, o governo Lula deu continuidade ao projeto neoliberal iniciado por seus antecessores, cumprindo os compromissos de campanha selados com o grande capital. Com a explosão dos escândalos do mensalão, o jornal apostou numa narrativa clássica na história política brasileira, utilizada de modo corriqueiro pelos segmentos conservadores da sociedade contra os seus opositores, o estigma de populista e corrupto.

Como destaca Fabíola Vasconcelos, o mensalão era a oportunidade que a classe dominante precisava para, de forma concreta, criminalizar o PT e toda a esquerda. O escândalo foi um embrião para o fortalecimento dos discursos anticorrupção que dominaram o

¹⁴¹ GUILHERME, Cássio. 2021, p. 74.

¹⁴² GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023, p. 143.

país durante as manifestações pelo impeachment da Presidente Dilma Rousseff, cujos efeitos foram o avanço do conservadorismo no país e a eleição da liderança de extrema direita, Jair Bolsonaro.¹⁴³

Na campanha eleitoral que antecedeu o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, o *OESP* defendeu, entusiasticamente, a campanha do ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves. Já nas prévias do PSDB, os articulistas do jornal comemoravam a emergência de Aécio Neves como liderança na legenda e consideravam que a antecedência do seu lançamento serviria para “dar rumo ao partido”.¹⁴⁴ Aécio Neves saiu derrotado do pleito; o *OESP*, por sua vez, manteve o seu posicionamento de oposição à Presidente eleita. Cássio Guilherme destaca que os editoriais eram carregados de críticas aos programas do Governo Federal e que, nos raros momentos em que havia algum elogio, eles eram minimizados ou confrontados com críticas.¹⁴⁵

No que toca às eleições de 2018, a postura do jornal, a princípio, não destoava daquilo que ao longo da sua trajetória vinha apresentando em torno do PSDB. Ao menos foi o que se evidenciou durante as prévias de lançamento das candidaturas que concorreriam ao pleito daquele ano, bem como durante o primeiro turno das eleições.

Naquela conjuntura, a figura escolhida pelo PSDB para concorrer às eleições foi a do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, personalidade de longa trajetória no cenário político nacional. Alckmin ingressou na política durante o regime militar, na década de 1970; já no final dos anos 1980, foi um dos fundadores do PSDB, ao lado de figuras como Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa e outros dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O historiador André Guiot aponta que a emergência do PSDB se deu para além de um conflito programático no interior do PMDB, pois havia também uma orientação pragmático-eleitoral, uma vez que o governo José Sarney oferecia poucos cargos nas pastas ministeriais e nos demais cargos governamentais; evidenciou-se, com isso, a exclusão de políticos do PMDB nas eleições de 1989 e, por fim, esse grupo identificou um “nicho” eleitoral alinhado com posições de centro que não estavam sendo atendidas pelos partidos que ocupavam o espectro político até então.¹⁴⁶

¹⁴³ VASCONCELOS, Fabíola. 2021, p. 90.

¹⁴⁴ GUILHERME, Cássio. 2021, p. 157.

¹⁴⁵ Op. Cit., p. 163.

¹⁴⁶ GUIOT, André Pereira. **Um moderno príncipe da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 69.

No PSDB, Geraldo Alckmin ocupou postos do Executivo, como o Governo do Estado de São Paulo, por dois mandatos e meio, e a Prefeitura da Cidade de São Paulo. Além disso, concorreu à presidência da República, duas vezes. O site do CPDOC informa que, durante a constituinte de 1988, o Deputado Geraldo Alckmin se pronunciou:

[...] contra a pena de morte, a limitação do direito de propriedade privada, a estabilidade no emprego, a jornada semanal de 40 horas, a estatização do sistema financeiro, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e a limitação dos juros reais em 12% ao ano.¹⁴⁷

A trajetória de Geraldo Alckmin confunde-se com a do próprio PSDB, enquanto um quadro orgânico do partido atrelado às pautas neoliberais. Como aponta André Guiot:

Desregulamentação, privatização e abertura econômica fazem parte da ortodoxia neoliberal no seu afã de destruir as bases do Estado intervencionista e de Bem-Estar. Trata-se de um “tríplice ataque” ao campo do trabalho, em especial, pois avança predatoriamente sobre os direitos sociais garantidos pela legislação e conquistados por intensas lutas dos próprios trabalhadores, ao mesmo tempo que dilapida as estruturas econômicas e institucionais que subvencionam o bem-estar em prol de uma maior remuneração do capital financeiro. Rebaixaram o custo da força de trabalho a partir da facilitação legal das demissões.¹⁴⁸

Como destacado pelo autor, a partir dos anos 1990, os efeitos negativos do neoliberalismo na Europa levaram as classes dirigentes a buscarem estratégias para a sua redefinição, entretanto, para a fração financeira da classe dirigente, não se tratava de alterar seus princípios fundamentais, mas de remodelar o programa de modo a torná-lo mais atraentes às demais forças sociais.¹⁴⁹

É fato que, frente à crise de hegemonia burguesa vivenciada no Brasil, durante as eleições de 2018, Geraldo Alckmin pareceu ser aquele que melhor se adequava às demandas das frações burguesas, tendo em vista que conduziria sem escrúpulos uma política de aumento dos lucros para a burguesia e austeridade para a classe trabalhadora. É nesse processo que buscamos investigar quais as posturas adotadas pelo jornal durante o primeiro e o segundo turno do pleito de 2018.

A partir das questões apresentadas acima, será investigado, nos capítulos seguintes, em que medida a defesa de um projeto político neoliberal pelo jornal *O Estado de São Paulo* determinou as suas posições políticas durante as eleições de 2018 e 2022. Considera-se que a postura adotada foi motivada, em sua essência, pela preservação de uma lógica econômica

¹⁴⁷CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alckmin-filho-geral>. Acesso em 14 de agosto de 2022.

¹⁴⁸ GUIOT, André. 2006, p. 50.

¹⁴⁹Op. Cit., p. 55.

amparada em reformas políticas e econômicas, ajuste fiscal e uma agenda irrestrita de privatizações.

CAPÍTULO II

O JORNAL *O ESTADO DE SÃO PAULO* E AS ELEIÇÕES DE 2018

Perspectivas iniciais

O capítulo aqui proposto visa a analisar o posicionamento político do jornal *O Estado de São Paulo* durante as eleições de 2018. Busca-se, aqui, evidenciar, através dos editoriais do jornal, qual o teor dos discursos que ocuparam as páginas do veículo durante o primeiro e o segundo turno do pleito. A hipótese é de que, durante o primeiro turno, o jornal atuou em defesa de uma candidatura dita de “centro” e que fosse capaz de dar continuidade à obra política iniciada com o golpe de 2016, por meio de uma agenda de reformas amparada na redução dos direitos da classe trabalhadora. Já no segundo turno, diante da derrota de uma proposta política alinhada àquilo que a grande imprensa definiu como centro, a opção se encaminhou por uma alternativa bonapartista, desde que fosse dado seguimento a uma agenda política de reformas e privatizações.

Neste sentido, ao propor uma análise acerca do primeiro e do segundo turno das eleições de 2018, objetivamos perceber as mudanças ou permanências nos discursos do jornal, nestes dois momentos, diante da disputa protagonizada pelo candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro, e o candidato do PT, Fernando Haddad, ambos qualificados pelo jornal como os “extremistas”.

A análise aqui proposta objetiva, ainda, compreender a persistência do discurso neoliberal que vem marcando a trajetória do *OESP* ao longo dos anos e em que medida esse discurso corroborou para o fortalecimento e a eleição da liderança de extrema-direita, Jair Bolsonaro.

2.1 O *Estado de São Paulo* no primeiro turno das eleições de 2018

Felipe Demier cunhou o termo “democracia blindada” para se referir a uma reconfiguração dentro das democracias liberais que emergiu na Europa durante os anos 1970, cuja base se fundamenta na substituição da política social reformista por uma política contra reformista, com o intuito precípua de reverter a queda nas taxas de lucros. Para alcançar o projeto contra reformista, tais democracias propiciaram uma drástica redução dos

investimentos estatais em políticas públicas universais, o agravamento da precariedade e da insegurança do trabalho, de modo a garantir o aumento das taxas de exploração, além da abertura de novos espaços para investimentos de capital privado em saúde, educação e previdência social, processo visto como símbolo de desenvolvimento dentro de uma lógica de supercapitalização.¹⁵⁰

Ainda como aponta este autor, nas democracias blindadas, as grandes corporações midiáticas desempenham um papel fundamental na manutenção da hegemonia destes regimes; uma vez que atuam mediante discursos ideológicos e se pronunciam normativamente acerca dos vários âmbitos da vida social, as corporações midiáticas auxiliam na execução da blindagem das atuais democracias.

No contexto das eleições de 2018, o jornal *OESP* se posicionou defendendo aquilo que definia como “sensatez” em oposição ao “radicalismo”. Na ocasião, o veículo destacou o lançamento do manifesto “Por um polo democrático e reformista”; o referido manifesto, lançado em junho de 2018, “defendia a união do centro político como uma maneira de viabilizar eleitoralmente uma candidatura presidencial comprometida com as reformas que o país tanto precisa”. O documento havia sido organizado por políticos e intelectuais vinculados a diferentes partidos, PDSB, MDB, PSD, PPS, PV e PTB.¹⁵¹ Ainda segundo o jornal,

Diante da atual situação do país, trata-se de uma iniciativa de grande relevância. Há grandes desafios que o próximo governo terá de enfrentar, como, por exemplo, o déficit previdenciário e a crise fiscal e é imprescindível que os partidos minimamente comprometidos com o interesse público congreguem esforços em torno de um candidato responsável, que esteja distante das promessas populistas e, ao mesmo tempo, conquiste o eleitorado.¹⁵²

Pelo exposto, podemos perceber que, durante o primeiro turno do pleito de 2018, interessava ao *OESP* a eleição de um candidato que fosse capaz de levar adiante a agenda política e econômica que a conjuntura demandava. A hipótese é de que, naquele contexto, o candidato que melhor se adequava às demandas do jornal era o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, cuja candidatura havia sido lançada pelo PSBD.

As diretrizes que compunham o plano de governo de Alckmin visavam à continuidade da obra de redução do Estado à condição restrita, tendo em vista que as pautas centrais eram a

¹⁵⁰ DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X 2017, p. 36-37.

¹⁵¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. A sensatez e o radicalismo. São Paulo, 9 de junho de 2018. Versão digital.

¹⁵² Op. Cit.

redução dos investimentos públicos, privatizações e incentivo às parcerias público privadas, especialmente, no que toca às universidades públicas.¹⁵³

Já nas prévias de lançamento das candidaturas, o *OESP* manifestou preocupação frente à apatia do eleitorado com o pleito daquele ano. No editorial, “O eleitor desencantado”, o jornal traz uma análise da pesquisa realizada pelo Ibope para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em que 59% dos entrevistados não dispunham de um candidato: “no cenário mais provável, sem o petista Lula da Silva, preso e inelegível, são 31% os que pretendem votar em branco ou anular o voto e 28% os que não souberam ou não quiseram responder à pergunta”. O jornal destacou que esse desencanto do eleitor para com a política se deveu aos escândalos de corrupção levados a público após a operação Lava Jato, todavia, existia uma parcela de eleitores que se encontravam dispostos a ouvir e analisar. Neste caso, os candidatos ao pleito atuariam para conquistar os “corações e mentes” desses eleitores e superar o desencanto demonstrando que as eleições, de fato, “podem mudar o país para melhor”.¹⁵⁴

Nesta mesma perspectiva, a coluna de Fernando Henrique Cardoso, intitulada “Farol alto”, faz uma análise acerca das sondagens referentes ao voto popular e aponta que havia, por parte do eleitorado, um repúdio ao jogo eleitoral vigente ou indecisão sobre como se posicionar. Na análise do autor, “O Brasil precisa não de candidatos, mas de líderes que tenham visão de estadistas e mostrem ao povo os caminhos da esperança”. A sociedade “sofre com a demagogia”, tendo em vista que não existe um meio termo entre o “autoritarismo de direita e a demagogia populista”.¹⁵⁵ Aqui está colocado o tom da campanha política que marcaria as eleições de 2018: o discurso da “polarização”, que indicava que, entre direita e esquerda, não havia salvação nacional; tratava-se, portanto, de buscar uma candidatura de centro que fosse capaz de acalmar os ânimos do país.

Para Cardoso, fazia-se necessário, portanto, um candidato que tivesse a capacidade de “mostrar um rumo para o país que seja percebido como confiável para os mercados, mas, principalmente, bom para o povo sem apelar para **a ilusão distributiva e/ou a impulsos autoritários**”.¹⁵⁶ Pelo exposto, fica evidenciado que a liderança adequada a conduzir o destino do país, conforme os parâmetros do autor, deveria atender aos interesses da burguesia nacional e internacional, representada majoritariamente pelo que ele define como “mercados”.

¹⁵³ ALCKMIN, Geraldo. Diretrizes gerais. Julho de 2018. Disponível em: <https://eleicoes.poder360.com.br/>. Acesso em 22 de janeiro de 2023.

¹⁵⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. O eleitor desencantado. São Paulo, 4 de agosto de 2018. Versão digital.

¹⁵⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. Farol Alto. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 de agosto de 2018. Versão digital.

¹⁵⁶ Op. Cit.

Segundo Giovanni Alves, os acontecimentos que haviam levado o país ao golpe de 2016 se encontram diretamente ligados à crise do capitalismo global e às mutações orgânicas no desenvolvimento do capitalismo financeirizado, ocorrido ao longo dos últimos trinta anos, entre 1980 e 2010.¹⁵⁷ Conforme apontado pelo autor:

[...] no palco da história sinistra do golpe de 2016 no Brasil operam, de modo intenso, interna e externamente, forças econômicas, político-ideológicas e geopolíticas ocultas – e algumas delas, nem tão ocultas assim – que coordenam os interesses estratégicos do Departamento de Estado norte-americano, o polo hegemônico do império neoliberal, com elementos (partidos, movimentos sociais, *think tanks* e meios de comunicação de massa) da oposição neoliberal, reacionária e oligárquica brasileira (a direita fisiológica e ideológica que ocupou com o afastamento de Dilma, o governo Temer).¹⁵⁸

Nesse sentido, as eleições de 2018 implicavam a eleição de um candidato que fosse capaz de acalmar os ânimos sociais, mesmo sem apresentar uma proposta de distribuição de renda e melhoria das condições de vida da população, mas, ainda assim, promover o consenso, ao mesmo tempo que deveria apresentar um discurso afável, de maneira a não deixar explícitos os mecanismos de violência que, possivelmente, seriam utilizados para conter os ânimos da classe trabalhadora.

O *OESP*, enquanto um aparelho privado de hegemonia, tinha o papel de convencimento do eleitorado em torno do candidato que melhor se adequasse à agenda do capital. Não por acaso, as preocupações com o descrédito do eleitorado com o processo político marcaram as páginas do jornal, especialmente, quando as pesquisas de intenção de votos levavam em consideração o fato de que o candidato Lula da Silva não disputaria o pleito e Jair Bolsonaro seria o candidato vencedor. Neste contexto, o *OESP* buscou demonstrar cenários mais animadores para o candidato do PSDB, ao veicular pesquisa em que Jair Bolsonaro e Geraldo Alckmin apareciam empatados na disputa: “embora a preferência por Alckmin tivesse crescido acima da margem de erro de três pontos percentuais, não havia mudança significativa no quadro eleitoral”, além disso, “o resultado também não é representativo do quadro nacional”.¹⁵⁹ Diante de um cenário em que as intenções de votos em Jair Bolsonaro cresciam na mesma medida que os seus índices de rejeição, o *OESP* defendeu que a melhor estratégia para vencê-lo era trabalhar a rejeição à liderança de extrema-direita.

¹⁵⁷ ALVES, Giovanni. O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal. 8 de junho de 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em 25 de março de 2025.

¹⁵⁸ Op. Cit.

¹⁵⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Alckmin e Bolsonaro empatam em SP. São Paulo, 4 de agosto de 2018. Versão digital.

O elemento apresentado acima nos faz inferir que, para o *OEPS*, a eleição de Geraldo Alckmin era o cenário que melhor se adequava às suas expectativas enquanto projeto político, no entanto, a realidade social se apresentava de maneira distinta. Nesse sentido, o veículo classificou aquele momento histórico como uma crise da democracia e do liberalismo econômico na esfera nacional: “A rigor, o Brasil raras vezes viveu, de fato, uma ordem liberal. Aqui predomina há tempos o princípio de que o Estado deve tudo poder e prover, de onde deriva a presunção de que nada funciona fora dessa ordem estatal.”¹⁶⁰ Estão evidenciados, aqui, os princípios que norteiam a visão do jornal, desde os anos 1980: a defesa irrestrita do liberalismo e a percepção de um Estado mínimo. Além disso:

Essa indisposição com o liberalismo não se limita ao âmbito econômico. A popularidade de tipos como Jair Bolsonaro e Lula da Silva, que representam cada um à sua maneira o pensamento **autoritário**, demonstra que uma parte importante do eleitorado admite ou mesmo deseja o fim da democracia, cujos pressupostos políticos são alternância de poder e o respeito ao contraditório. Para esse contingente de brasileiros, as desejadas mudanças sociais não se darão de baixo para cima, por meio do amplo e constante debate de ideias, como na democracia liberal, mas sim de cima para baixo, ditados por iluminados líderes, como nos regimes **autocráticos**.

Ao qualificar tanto a candidatura petista quanto a bolsonarista como representativas do autoritarismo, o veículo visa a convencer que a manutenção do regime democrático implicava a eleição de uma liderança atrelada aos princípios liberais; além disso, chama a atenção para a necessidade de

[...] urgentemente se mostrar à altura das graves demandas atuais, deixando sua zona de conforto e voltando a defender com vigor as reformas, para demonstrar aos eleitores que é somente por meio do fortalecimento das instituições e da constituição de um eficiente Estado regulador que a prosperidade estará ao alcance de todos.¹⁶¹

Como podemos observar, embora Lula e Bolsonaro liderassem as pesquisas de intenções de votos, cabia ao campo liberal entrar em cena e requisitar o seu espaço na esfera política nacional. Para tanto, o *OESP* reforçou a disputa histórica entre PSDB e PT, que marcou os pleitos presidenciais desde a instauração da Nova República. Em editorial intitulado “PSDB e PT oficializam nomes e lideram polos”, o veículo destacou que o principal adversário de Geraldo Alckmin na corrida presidencial seria o candidato petista;¹⁶² reforçou, ainda, que a disputa presidencial, em 2018, manteria a “polarização que nos últimos

¹⁶⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. O desafio do liberalismo. São Paulo, 16 de setembro de 2018. Versão digital.

¹⁶¹ Op. Cit.

¹⁶² O ESTADO DE SÃO PAULO. PSDB e PT oficializam nomes e lideram polos. São Paulo, 5 de agosto de 2018. Versão digital.

24 anos dominaram as eleições presidenciais no Brasil”, entre o PSDB e o PT. O veículo apontava também que as pesquisas vinham demonstrando que “metade dos brasileiros (50%) prefere que o próximo presidente seja político há muitos anos. O desejo por um outsider caiu para 44%”.¹⁶³ Esse é um dado relevante, se consideramos que Jair Bolsonaro, embora tenha sido eleito com um discurso antissistema, tratava de uma figura de longa trajetória na política nacional, o que, por sua vez, não justifica o discurso do *OESP*, ao se referir às expectativas de um eventual governo Bolsonaro como um “cheque em branco”.¹⁶⁴

No mesmo editorial, o jornal destacou a atuação das duas legendas adversárias na busca de alianças partidárias; o PT havia conseguido demarcar seu espaço de centro-esquerda, enquanto o PSDB construiu uma aliança com o Centrão por meio de um bloco composto por DEM, PP, Solidariedade, PR e PRB.¹⁶⁵ Geraldo Alckmin vinha circulando em torno das convenções partidárias das legendas aliadas, em sua maioria do Centrão, como o PL de Valdemar Costa Neto, qualificado pelo próprio como “o partido das reformas e das mudanças, feito pelas pessoas que empunham essa bandeira”. Em 2021, o PL abrigou Jair Bolsonaro, enquanto presidente eleito, e em 2022 elegeu a maior bancada da extrema direita na Câmara dos Deputados.

Ainda que a imagem de Alckmin, atrelada à política tradicional e em aliança com o Centrão, pudesse ser considerada um aspecto “negativo” na perspectiva da confiabilidade do eleitorado, essa mesma aliança permitia, por outro lado, uma maior vantagem no tempo de propaganda da TV e do rádio, o que possibilitou ao candidato, conforme aponta o ex-governador de Goiás, Marconi Perillo, “condição e tempo suficiente para mostrar o seu preparo ao Brasil”.¹⁶⁶ Ao mesmo tempo, o candidato do PSL, Jair Bolsonaro, dispunha de pouquíssimo tempo de TV, uma vez que se encontrava isolado politicamente. O que o jornal não esperava, naquele momento, era que, pela primeira vez na história, o resultado das eleições não seria pautado pelo tempo de propaganda eleitoral que o candidato dispunha na TV aberta:

A mídia corporativa perdeu o protagonismo para as redes sociais, que pautaram a disputa ideológica do pleito, e o tempo de horário eleitoral – tão

¹⁶³ O ESTADO DE SÃO PAULO. Sem outsider, antiga polarização volta a ter predominância. São Paulo, 5 de agosto de 2018. Versão digital.

¹⁶⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. Uma escolha muito difícil. São Paulo, 8 de outubro de 2018. Versão digital.

¹⁶⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. Sem outsider, antiga polarização volta a ter predominância. São Paulo, 5 de agosto de 2018. Versão digital.

¹⁶⁶ PERILLO, Marconi apud TRUFFI, Renan; PIRES, Breno; VENCESLAU, Pedro. “Estou acostumado a enfrentar o PT”, afirma Alckmin. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 de agosto de 2018. Versão digital.

precioso em eleições anteriores e moeda de barganhas nas coligações eleitorais – não influenciou no resultado.¹⁶⁷

A imprensa hegemônica percebia o papel das redes sociais enquanto um instrumento que possibilitou a Jair Bolsonaro uma aproximação mais efetiva com o eleitorado, todavia, não considerou a potencialidade dessas redes para garantir uma vitória eleitoral. “A brega, a velha, a maldita televisão” ainda era vista como “salvadora da velha política”, é o que aponta a coluna do jornalista Eugênio Bucci, intitulada “Eles acham que serão salvos pela TV”. O autor chama a atenção para os limites de uma aposta na propaganda eleitoral de TV, tendo em vista a sua perda de influência frente ao avanço das redes sociais, mas, ao mesmo tempo, ressalta que aquilo que, a princípio, aparentava ser um delírio, tinha algum sentido, uma vez que a TV se mantinha presente em 97,4% dos lares brasileiros.¹⁶⁸

Era necessário, portanto, explorar a vantagem, em tempo de TV, que tanto o candidato petista quanto o tucano dispunham em relação a Bolsonaro. Neste sentido, Bucci aponta um caminho que poderia ser utilizado pelos dois adversários no intuito de minar a candidatura de Bolsonaro. Na estratégia apresentada por Bucci, fazia-se necessário ao candidato do PSDB dar a Jair Bolsonaro o mesmo tratamento dispensado pelo PT à candidata Marina Silva nas eleições de 2014. Nesse momento, o PT, se utilizando da vantagem de tempo, apostou numa campanha amparada no ataque à candidata: “Uma mentira sem escrúpulos. Foi também um massacre”. É interessante o fato de o autor, que chegou a fazer parte do primeiro governo Lula, a princípio condenar a postura do PT em relação à sua adversária em 2014, mas, ao mesmo tempo, apontar que Geraldo Alckmin só poderia sobreviver se Bolsonaro minguasse e, portanto, o primeiro deveria utilizar-se dos seus seis minutos em contraposição aos oito segundos do adversário: “Que ninguém duvide: ele será obrigado a triturar o rival, com uma pestilência igual ou superior àquela com que a *marquetolagem* do PT destruiu Marina Silva antes do primeiro turno de 2014”.¹⁶⁹ Neste sentido, o autor convoca os históricos opositores à união de forças contra a candidatura de Jair Bolsonaro.

Durante as prévias eleitorais, o *OESP* apresentou como dado o impedimento da candidatura de Lula da Silva, em decorrência da condenação e prisão pela operação Lava Jato. O impasse protagonizado pela cúpula do PT, em torno de quem efetivamente disputaria o pleito daquele ano, só se encerrou em setembro de 2018, apenas um mês antes do primeiro turno. Todavia, já havia uma especulação em torno do nome do ex-prefeito de São Paulo,

¹⁶⁷ VASCONCELOS, Fabíola. 2021, p. 119.

¹⁶⁸ BUCCI, Eugênio. Eles acham que serão salvos pela TV. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 de agosto de 2018.

¹⁶⁹ Op. Cit.

Fernando Haddad. Se, antes da apresentação de uma decisão concreta, os debates estiveram centralizados na inviabilidade de uma candidatura de Lula da Silva, após o anúncio oficial de quem seria o candidato, os ataques se voltaram para Haddad.

Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1983, Haddad atuou como Secretário de Finanças na prefeitura de São Paulo, ocupou o Ministério da Educação durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, foi Prefeito de São Paulo e chegou a atuar como Assessor especial do Ministério do Planejamento no primeiro ano do governo de Lula, 2003, quando participou da elaboração:

[...] do projeto das parcerias público-privadas (que ficaram conhecidas como PPPs). A iniciativa do governo federal visava, mediante modificações na legislação que regula o tema, permitir a realização de investimentos mistos por parte do Estado e da iniciativa privada na área de infraestrutura.¹⁷⁰

Este é um dado relevante, uma vez que parcerias público-privadas ou, mais precisamente, o investimento de recursos públicos para atender a fins de natureza privada, estiveram na ordem do dia ao longo dos governos petistas. Do mesmo modo, o candidato em disputa apresentava um perfil político pragmático, o que o coloca numa condição de proximidade com os candidatos que compunham o campo da direita neoliberal; ainda assim, a atuação do *OEPS* se encaminhou no sentido de estabelecer uma relação de similaridade entre o petista e o candidato da extrema-direita.

Em 2018, treze candidatos concorreram ao pleito; tratou-se do maior número de candidaturas em disputa desde as eleições de 1989. Foram oficializadas as candidaturas de: Marina Silva (Rede), Álvaro Dias (Podemos), João Amoedo (Novo), Guilherme Boulos (Psol), José Maria Eymael (Democracia Cristã), Cabo Daciolo (Patriota), João Goulart Filho (PPL), Vera Lúcia (PSTU), Ciro Gomes (PDT), Henrique Meirelles (MDB), Geraldo Alckmin (PSDB), Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT).¹⁷¹ Este último foi eleito o principal adversário da campanha protagonizada pelo *OESP*; o jornal explorou o fato de o candidato estar cumprindo um papel que seria desempenhado por um condenado e preso pela justiça de Curitiba.

Antes de o TSE apresentar o parecer oficial a respeito da participação de Lula da Silva na disputa presidencial, a colunista Eliane Catanhêde publicou artigo intitulado “Larga o osso, Lula!”. Na análise da jornalista, o tabuleiro do jogo presidencial estava se fechando em torno

¹⁷⁰ CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/haddad-fernando>. Acesso em 14 de agosto de 2022.

¹⁷¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Veja quem são os candidatos a presidente da República nas eleições de 2018. São Paulo, 23 de julho de 2018. Versão digital.

das escolhas estratégicas de cada candidato e do seu respectivo vice, todavia, do lado do PT, o jogo se mantinha imobilizado, uma vez que o candidato Lula da Silva, “preso há 100 dias, sem conseguir dar sinal verde para Fernando Haddad parar de fingir que não é candidato e para Manuela D’ávila parar de fingir que é”; portanto, estava na hora de Lula “largar o osso” para que os candidatos cuidassem de convencer a quem mais importava.¹⁷²

Após a confirmação daquilo que já era especulado pela mídia desde as prévias da campanha – que Fernando Haddad seria o candidato do PT para a disputa à presidência da República –, Haddad carregava a tarefa de levar a legenda ao segundo turno e “de mostrar aos eleitores que é o verdadeiro herdeiro político do ex-metalúrgico, preso há cinco meses em Curitiba condenado por corrupção e lavagem de dinheiro e, por isso, impedido de concorrer com base na Lei da Ficha Limpa.”¹⁷³ Durante a campanha, Haddad buscou apresentar-se aos eleitores como o representante direto de Lula da Silva, inclusive denunciando a arbitrariedade da prisão do presidenciável impedido.

Em editorial, o *OESP* criticou a postura de Lula da Silva, diante do fato de estar condenado e, ainda assim, intentar manter a candidatura à Presidência da República. Para o jornal, o comportamento adotado pelo ex-presidente e pelo PT tratava de uma afronta ao judiciário. Além disso, a propaganda eleitoral do PT “foi aberta com uma mensagem que classificava a decisão do TSE como ‘mais um duro golpe’ contra ‘a vontade do povo’”.¹⁷⁴

Se, por um lado, o fato de Haddad se apresentar como herdeiro político de Lula era um caminho viável para conquistar parcela do eleitorado e chegar ao segundo turno, de outro, o *OESP* não poupou esforços no sentido de atrelar o candidato aos escândalos de corrupção que haviam levado Lula à prisão. O PT se encontrava em um momento de crise, tendo sofrido o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e perdido mais da metade das prefeituras: em 2012 –, o partido havia eleito 630 prefeitos; em 2016, esse número caiu para 256.¹⁷⁵ Além disso, a prisão e inelegibilidade da maior liderança política do partido eram fatores que constituíam um argumento eficaz para demonstrar a falência do campo da esquerda no Brasil. O PT, que se constituiu nos anos 1980 enquanto uma legenda da classe trabalhadora e para a classe trabalhadora, havia sofrido um processo de transformação, tornando-se, portanto, um partido da ordem a serviço do capital. Ainda assim, nos momentos de crise, a mídia burguesa

¹⁷² CATANHÊDE, Eliane. Larga o osso, Lula! *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 de agosto de 2018. Versão digital.

¹⁷³ COLLETA, Ricardo Della. Lula entrega a Haddad a missão de levar o PT ao segundo turno. *EL País*, setembro de 2018.

¹⁷⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. PT insiste em Lula e afronta Judiciário na TV e nas ruas. São Paulo, 1.º de setembro de 2018. Versão digital.

¹⁷⁵ PORTAL G1. Em quatro anos, PT perde mais da metade das prefeituras. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016>. Acesso em 22 de janeiro de 2023.

não poupou esforços para colocar o partido no seu devido lugar, com o intuito de descredibilizar e criminalizar toda e qualquer organização de esquerda no país.

Neste cenário, Alckmin foi elevado pelo *OESP* como possibilidade mais acertada para conduzir os destinos da nação pelos quatro anos seguintes. O cientista político, Sérgio Fausto, diretor da Fundação FHC, escreveu uma coluna com o título sugestivo: “Por que Geraldo Alckmin”. Segundo Fausto, para aqueles não quisessem se submeter à lógica dualista, petismo versus bolsonarismo, o cenário nacional apresentava três alternativas: Ciro Gomes, Marina Silva e Geraldo Alckmin, tendo sido este último sinalizado como a melhor opção. Na análise de Fausto, Ciro Gomes apresentava uma boa articulação verbal e habilidade em expor suas ideias, mas essas ideias variavam muito ao longo do tempo, assim como as filiações partidárias do candidato, que pagam “tributo a um nacionalismo estatista fora de tempo”.¹⁷⁶

Quanto aos candidatos Marina Silva e Geraldo Alckmin, o autor apontou algumas similitudes, ainda que destacasse a existência de disparidades entre ambos. Segundo Fausto, os candidatos apresentavam serenidade e disposição para o diálogo, e suas chapas constituíam duas alternativas qualificadas. Todavia, o argumento se encaminhou no sentido de justificar as preferências pelo candidato do PSDB, o qual “tem condições para liderar o esforço para recolocar o país nos trilhos e fazê-lo avançar”; destacou, ainda, a disposição do presidenciável em dar continuidade e manter os quadros que ocupavam o governo (Michel Temer), além de apresentar uma agenda política amparada em reformas, cujo enfoque era sanar os problemas que impedem o crescimento do país.¹⁷⁷

As “qualidades” de Alckmin foram reforçadas, tomando por base a experiência do candidato no Governo de São Paulo, marcado pelo “equilíbrio das contas públicas” (austeridade), “preservação dos investimentos públicos” e “promoção de parcerias público-privadas”. Quanto à aliança com o Centrão, o autor a considerou como “necessária”, tendo em vista que, para a realização de reformas “modernizadoras”, era necessário o apoio dos representantes daquilo que definiu como “atraso patrimonialista e clientelista”.¹⁷⁸

É fundamental considerar alguns fatores que, para o autor, são qualificativos positivos que colocaram o candidato do PSDB como o mais adequado para ocupar a presidência do país; a primeira delas é a agenda de reformas que se encontram na ordem do dia da classe dominante brasileira, além disso, chama a atenção a proposta de continuidade das políticas levadas adiante por Michel Temer, que afetaram diretamente a classe trabalhadora do país.

¹⁷⁶ FAUSTO, Sergio. Por que Geraldo Alckmin. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 de agosto de 2018. Versão digital.

¹⁷⁷ Op. Cit.

¹⁷⁸ Op. Cit.

Numa mesma linha interpretativa, em defesa do candidato Geraldo Alckmin, o cientista político, Bolívar Lamounier, apontou a excepcionalidade do momento eleitoral vivenciado em 2018, tendo em vista os altos índices de eleitores inclinados a anularem os seus votos, em decorrência do descrédito e da hostilidade às instituições, de maneira geral. Na avaliação do cientista:

As causas principais desse clima são facilmente identificáveis. De um lado, o País vive ainda as sequelas da pior recessão de nossa história; 13 milhões de trabalhadores amargam o desemprego e no mínimo outro tanto já desistiu de procurar trabalho ou se acomodou a ocupações de baixa qualidade e baixa remuneração. Ou seja, o legado do governo Dilma continua forte, projetando sua sombra na esfera política eleitoral. Do outro lado, a trama finalmente desvendada da corrupção arquitetada por Lula e pelos partidos que a ele se associam mais estreitamente atingiu uma amplitude inédita, um conluio que nem os mais pessimistas com o Brasil poderiam ter imaginado, envolvendo entre setores do empresariado e a maior parte do espectro partidário.¹⁷⁹

Por um lado, o autor deixa manifesta a responsabilidade dos governos petistas pela crise econômica que assolou o país; também é colocada na conta dos governos petistas, em especial do candidato Lula da Silva, a onda de corrupção que se abateu no Brasil, levando o eleitorado a perder a confiança nas instituições e, portanto, tornando as eleições um processo “antipolítico como há muito não se via na história do país”.

O autor prossegue em sua avaliação apontando que nenhum dos candidatos em disputa apresentava algum carisma que pudesse empolgar o eleitor: “Jair Bolsonaro, tido como o mais carismático deles, é mais um reflexo das condições de insegurança e raiva disseminadas na sociedade”; Lula, se tivesse a candidatura viabilizada, “provavelmente produzirá um efeito oposto, acirrando ainda mais os ânimos”; caso o candidato petista fosse Fernando Haddad, “não me arrisco a tentar prever o montante de votos que Lula será capaz de lhe transferir, mas por ora não creio que será suficiente para levá-lo ao segundo turno, ficará provavelmente num patamar próximo ao de Marina Silva”. Além disso, o autor defendia que tanto a candidata da Rede quanto o petista teriam dificuldades em lidar com o Congresso, uma vez que sua base seria minoritária. Os demais candidatos eram vistos pelo autor como importantes para fomentar o debate democrático, mas não demonstravam indicativos de que alcançariam grandes índices eleitorais. Para Lamounier, “o mais provável, então, é que o segundo turno contraporá Alckmin e Bolsonaro”.¹⁸⁰

¹⁷⁹ LAMOUNIER, Bolívar. Raiva ou moderação: a bifurcação política do país. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 de agosto de 2018.

¹⁸⁰ Op. Cit.

Além de sugerir um segundo turno entre Alckmin e Bolsonaro, o autor também apontou que o candidato do PSDB seria o único que, uma vez eleito, não enfrentaria uma base congressual exígua, enquanto os demais enfrentariam problemas de governabilidade, já que seriam “governos de minoria”.¹⁸¹

Trouxemos, aqui, três intelectuais orgânicos do capital, diretamente vinculados ao PSDB, Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Fausto e Bolívar Lamounier, que se debruçaram em escrever sobre o processo político eleitoral, em 2018, com o intuito de traçar qual seria o melhor desfecho para aquele pleito. Ainda que não se trate da opinião explícita do jornal, são personalidades que atuam num campo ideológico alinhado ao periódico, o que implica dizer que, embora a opinião do colunista não signifique, necessariamente, a opinião do jornal, em alguns casos, ela serve para sintetizar a posição do veículo.

Além disso, ao articulista é dada a possibilidade de um posicionamento explícito em relação a um ou outro candidato. Neste sentido, consideramos que, ao eleger determinadas personalidades para compor o quadro de colunistas e convidados a colaborar nos espaços abertos, em grande medida, esses intelectuais expressam posições que coadunam com aquilo que o jornal quer dizer, mas não o faz explicitamente, uma vez que é necessário garantir uma suposta neutralidade.

Os três personagens aqui elencados retratam, em seus discursos, preocupações comuns entre eles e o jornal: “ajustes dos gastos públicos” e “governabilidade”. Como apontado em editoriais, o *OESP* considerava necessário que o próximo presidente eleito tivesse “consciência” da necessidade de “ajuste das contas públicas”; neste sentido, dedicou-se a apontar os caminhos mais adequados para a garantia do “superávit” da economia nacional:

Se os subsídios e subvenções fiscais forem substancialmente reduzidos, se medidas de reforma previdenciária que permitam a redução do seu déficit forem aprovadas já em 2019, se a economia crescer de modo esperado, se a inflação continuar contida, o próximo governo terá condições de cumprir o teto de gastos nos dois primeiros anos de mandato.¹⁸²

Os caminhos apresentados pelo *OESP*, a serem seguidos pelo próximo governante, salientam que, ainda que fosse seguida à risca a proposta de ajuste das contas, conforme exposto acima, as possibilidades de cumprimento do teto de gastos seriam pouco prováveis no prazo de dois anos. Cabe destacar que o plano de governo apresentado por Geraldo Alckmin

¹⁸¹ LAMOUNIER, Bolívar. Raiva ou moderação: a bifurcação política do país. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 de agosto de 2018.

¹⁸² O ESTADO DE SÃO PAULO. As condições para o superávit. São Paulo, 18 de agosto de 2018. Versão digital.

propunha a superação do déficit público num período de dois anos.¹⁸³ Na avaliação do jornal, os resultados só apareceriam em 2022, e mesmo que todas as metas fossem cumpridas, a gravidade da situação econômica do país se manteria. Num cenário considerado otimista pelo *OESP*, seria necessário considerar novas regras previdenciárias em 2020, assim como:

Também tem como premissa a elevação do salário-mínimo de acordo com a inflação do ano anterior, sem mais levar em conta a variação real do PIB de dois anos antes, como ocorre atualmente. Os gastos com pessoal, por sua vez, não terão crescimento real. Como as despesas com saúde e educação, também as com o funcionalismo serão corrigidas apenas pela inflação.¹⁸⁴

Pelo exposto, fica evidente que a preocupação central do jornal é garantir o ajuste das contas públicas, mediante a penalização direta dos trabalhadores. O cumprimento do teto de gastos deveria se manter a qualquer custo, mesmo afetando diretamente a oferta de serviços básicos como saúde e educação, bem como a redução dos reajustes salariais, sem qualquer escrúpulo e em tempo recorde: “o tempo para as reformas” e “equilíbrio das contas públicas é curto”, portanto, “seria bom para o país que os candidatos à Presidência tomassem consciência disso.”¹⁸⁵ Logo, não bastava realizar as reformas, mas fazê-las de maneira célere.

Uma vez efetivado o projeto neoliberal defendido pelo *OESP*, aqueles que vivem do trabalho se deparariam com um cenário de regressão social, cujo resultado, conforme Felipe Demier, seria trabalhar num contexto histórico de condições similares às da revolução industrial, sem qualquer chance de se aposentarem; neste cenário, os estratos mais empobrecidos da sociedade teriam de trabalhar até a morte.¹⁸⁶

Os caminhos apresentados pelo *OESP* encontram-se alinhados à cartilha de campanha apresentada por Geraldo Alckmin. O documento foi organizado em três tópicos. O primeiro, intitulado “O Brasil da indignação”, cujos objetivos estiveram centrados no combate à corrupção e no ajuste das contas públicas, não apresenta uma proposta objetiva das ações a serem desenvolvidas quanto ao primeiro ponto, apenas sinaliza que o governo terá “tolerância zero com a corrupção”; quanto ao segundo ponto, o intuito é demonstrado claramente: “Eliminar o déficit público em dois anos”, bem como “Privatizar empresas estatais, de maneira criteriosa, para liberar recursos para fins socialmente mais úteis e aumentar a eficiência da economia”. O segundo tópico foi denominado “O Brasil da solidariedade” e apresentou algumas metas gerais para a redução das desigualdades no país. Quanto ao terceiro

¹⁸³ ALCKMIN, Geraldo. Diretrizes gerais. Julho de 2018. Disponível em: <https://eleicoes.poder360.com.br/>. Acesso em 22 de janeiro de 2023.

¹⁸⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. As condições para o superávit. São Paulo, 18 de agosto de 2018. Versão digital.

¹⁸⁵ Op. Cit.

¹⁸⁶ DEMIER, Felipe. 2017, p. 19.

tópico do programa, “O Brasil da esperança”, os objetivos apresentados se voltaram ao crescimento econômico, à geração de emprego e renda e a investimentos privados; neste processo, se destacam dois objetivos específicos:

Vamos dar prioridade aos investimentos em infraestrutura, em parceria com a **iniciativa privada**, como fator estratégico para aumento da competitividade. [...] Vamos estimular as parcerias entre universidades, empresas e empreendedores para transformar a pesquisa, a ciência, a tecnologia, e o conhecimento aplicado, em vetores do aumento de produtividade e da competitividade do Brasil.¹⁸⁷

O que podemos observar, a partir dos pontos chave do programa organizado na cartilha, é que o projeto encaminhado pelo candidato do PSDB se alinhava à agenda econômica apresentada pelo *OESP*, inclusive na celeridade com que se propunha a execução, além disso, implica, antes de tudo, a redução do Estado, uma vez que as privatizações e o incentivo às parcerias público-privadas se encontravam na ordem do dia do programa. Outro ponto a se destacar aqui é o fato de a proposta em destaque apresentar similaridades com o projeto de PPPs implantado durante o governo Lula, em 2003, cuja elaboração contou com a participação do adversário de Geraldo Alckmin, Fernando Haddad.

Na busca pela construção de consenso em torno da candidatura de Alckmin, o *OESP* se ocupou em apresentar o plano de governo do candidato, através de artigos dos jornalistas Pedro Venceslau e Fabio Leite. O jornal publicou a seguinte manchete: “Plano de Alckmin prevê mais poderes na Fazenda”. O artigo em questão aponta o plano elaborado pelo economista Pérsio Arida, cujo foco era a centralização de todos os gastos do governo nas mãos do Ministério da Fazenda; além disso, o texto apresentava como ponto a privatização da Eletrobrás, a privatização do refino e distribuição dos derivados do petróleo e a extinção das estatais consideradas improdutivas que não puderem ser privatizadas.¹⁸⁸

A privatização da Eletrobrás foi concretizada por Jair Bolsonaro, em julho de 2022. Em 5 de junho de 2022, o jornal publicou a seguinte manchete: “‘Com a privatização, a Eletrobrás deve triplicar o investimento’, diz ex-presidente da estatal”.¹⁸⁹ No mesmo ano, o governo havia vendido também uma refinaria no Ceará e, no ano anterior, a refinaria Landulpho Alves, na Bahia, momento em que o jornal escreveu o seguinte editorial: “Enfim, a venda de uma refinaria”, em que qualifica a operação como um evento de grande significado

¹⁸⁷ ALCKMIN, Geraldo. Diretrizes gerais. Julho de 2018. Disponível em: <https://eleicoes.poder360.com.br/>. Acesso em 22 de janeiro de 2023. Versão digital. Grifos nossos.

¹⁸⁸ VENCESLAU, Pedro; Leite, Fabio. Plano de Alckmin prevê mais poderes na fazenda. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 de agosto de 2018. Versão digital.

¹⁸⁹ FUCS, José. “Com a privatização, a Eletrobrás deve triplicar o investimento”, diz ex-presidente da estatal. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 de junho de 2022. Versão digital.

histórico e econômico.¹⁹⁰ A posição do jornal acerca da política econômica de Jair Bolsonaro, durante o seu governo, será objeto de análise no capítulo seguinte, mas é necessário pontuar aqui esses eventos, tendo em vista que, do ponto de vista econômico, as pautas apresentadas por Alckmin se alinhavam às ações econômicas encaminhadas durante o governo Bolsonaro.

Durante o primeiro turno das eleições de 2018, as preocupações do *OESP* quanto ao desempenho do candidato do PSDB manifestado nas pesquisas de intenções de votos, demonstrando poucas possibilidades de o presidenciável cerrar as fileiras da disputa no segundo turno, nos fornecem pistas da existência de uma crise da hegemonia burguesa, tendo em vista que nem Haddad nem Bolsonaro eram considerados como alternativas adequadas para o cumprimento da agenda de reformas e privatizações almejadas pelo jornal. Por um lado, mesmo Bolsonaro dispondo de poucos recursos de campanha e pouca credibilidade na mídia hegemônica, e Haddad sendo qualificado como herdeiro de um “presidiário”, “corrupto”, ambos ocupavam os primeiros lugares nas pesquisas de intenção de votos.

Diante da possibilidade cada vez mais remota de eleger uma liderança do seu próprio seio, alinhada às demandas de um modelo democrático que a acumulação capitalista impunha, o jornal elegeu um alvo a quem atacar na corrida eleitoral de 2018: o petismo. Embora não fosse uma novidade na história do *OESP*, naquele contexto, a isso se agregava um elemento completamente novo, a prisão da principal liderança do partido e a consequente impossibilidade de sua disputa à corrida presidencial.

2.2 Entre o antipetismo e o bolsonarismo

O antipetismo não é um fenômeno recente na história política nacional. Ainda que o uso do termo seja recente, a oposição ao Partido dos Trabalhadores remonta ao surgimento da legenda, durante os anos de 1980, no seio das lutas de classes, através dos movimentos grevistas que reaparecem de maneira pujante após anos de opressão e resistência à ditadura militar.¹⁹¹

Foi enquanto uma referência da classe trabalhadora que nasceu o PT, uma vez que legendas como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), outrora referências históricas nas lutas entre capital e trabalho, se orientavam rumo à política de alianças com a burguesia. Neste sentido, um partido que emerge das lutas seria

¹⁹⁰O ESTADO DE SÃO PAULO. Enfim, a venda de uma refinaria. São Paulo, 6 de dezembro de 2021. Versão digital.

¹⁹¹COELHO, Eurelino. 2012, p. 45.

considerado uma ameaça pela classe dominante e, portanto, alvo constante de ataques dos setores mais reacionários do país, sustentados pelas campanhas sistemáticas da imprensa hegemônica.

A opção do *OESP* por desqualificar os candidatos presidenciais do Partido dos Trabalhadores esteve na ordem do dia desde as eleições de 1989; em editorial intitulado “Esquerda feudal”, o jornal teceu duras críticas ao candidato Lula da Silva, por propor um “pacto de não agressão” entre os candidatos do campo progressista, Maria Covas (PSDB), Leonel Brizola (PDT) e Roberto Freire (PCB). Para o jornal, a proposta do candidato petista era infundada por duas razões: primeiro, porque a escolha de um candidato num processo eleitoral é pessoal e intransferível, e, segundo, porque havia uma tendência histórica dos eleitores a priorizarem candidatos de centro, em detrimento dos extremos à esquerda ou à direita. Já aqui é possível identificar uma tendência no discurso do jornal em torno de candidaturas consideradas de centro; o veículo continua:

Este não é, contudo, o principal equívoco da proposta de pacto do ex-líder sindical metalúrgico. O maior engano do parlamentar petista é o de crer na possibilidade de união dos candidatos da esquerda em torno de plataformas únicas. Além disso, nesta eleição, a discussão ideológica é obsoleta e anacrônica. A esquerda brasileira teima em disputar a atual campanha como se o Brasil estivesse na década de 50, quando o mundo ainda discutia, com alguma seriedade, a divisão do mundo em dois blocos ideológicos antagônicos, ao lado de questões, hoje superadas, de remessas de lucros e outros temas da agenda nacionalista, agora completamente fora de moda. Depois de *glasnost* e Mikhal Gorbachev e do capitalismo popular de Margareth Thatcher, o resto do mundo deu uma guinada na direção do pragmatismo construtivo, mas a esquerda brasileira continua apegada a velhos mitos e seus insepultos preconceitos.¹⁹²

O editorial em questão recorre a velhos elementos utilizados pelos segmentos conservadores da sociedade brasileira na cruzada anticomunista que marcou a história do país ao longo dos anos: a associação da esquerda ao atraso, em contraposição ao progresso do sistema capitalista. Ao mesmo tempo, o jornal manifestou seu apreço pelo que qualifica como “capitalismo popular”, isto é, o neoliberalismo, cuja essência se assenta na privatização, na desregulamentação e no cruel lançamento das camadas mais pauperizadas à extrema pobreza.

Neste sentido, o ódio contra o PT, gestado nos anos 1980, encontra-se associado ao temor a qualquer ameaça à estabilidade interna do capitalismo no país. Suas bases se assentam nos velhos discursos anticomunistas que ganharam fôlego durante os anos 1930. A esse respeito, a historiadora Carla Luciana Silva destacou que um dos aspectos que mostram a relevância do comunismo como um inimigo está nas diferentes utilizações do termo, levando

¹⁹² O ESTADO DE SÃO PAULO. A esquerda feudal. São Paulo, 15 de outubro de 1989. Versão digital.

à prática de se considerar qualquer oposição ao sistema vigente como comunismo.¹⁹³ A autora, ao citar o filósofo francês Louis Aragon, destaca: “Comunismo tornou-se uma palavra hiperbólica, estigmatizada, motivo pelo qual se podia concluir que ‘cada vez que algo vai mal, diz-se que a culpa é do comunismo’. Se ele não existisse, seria necessário inventá-lo.”¹⁹⁴

Rodrigo Patto Sá Motta destaca que a emergência do comunismo no Brasil, enquanto fenômeno de dimensão internacional, remonta à Revolução de 1917, associada às reações provocadas diante da ascensão dos bolcheviques e os movimentos revolucionários que tomaram a Europa no pós-Primeira Guerra. No âmbito internacional, os governos se empenharam na repressão aos movimentos de caráter revolucionário, alinhados à atuação de grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais e religiosos).¹⁹⁵

De acordo com o autor, as elites nacionais, acostumadas a importar tudo dos países europeus, foram caudatárias também em relação ao anticomunismo.¹⁹⁶ Mesmo assim, não podemos considerar que o anticomunismo no Brasil foi um mero decalque das experiências estrangeiras; considerando que 1917 foi palco de um conjunto de greves que tomou o país, como apontado por Luigi Biondi, se tomarmos as greves como principal indicador das mobilizações operárias, pode-se constatar a explosão desses movimentos entre 1917 e 1920. Ainda como apontado pelo autor, a greve geral de 1917 representou um ponto de divisão entre um período de desorganização das associações sindicais e outro no qual tais associações amadureceram, adquirindo uma estrutura consistente.¹⁹⁷

Ao longo dos anos, o comunismo tornou-se uma arma eficaz, em diferentes momentos da história do país, tendo em vista a sua utilização para justificar intervenções autoritárias no curso de regimes e governos. Em 1937, a ameaça comunista, especialmente após o Levante de 1935, foi uma justificativa para o golpe de 1937 e a instauração da ditadura do Estado Novo; em 1964, o anticomunismo justificou a intervenção militar capitaneada por setores golpistas da sociedade; nas campanhas eleitorais de 1989, 1994, 1998, o anticomunismo rondou a propaganda política eleitoral, recorrendo aos velhos discursos de destruição da fé e da moral cristã; novamente, em 2018, o anticomunismo constituiu um elemento fundamental para justificar a onda conservadora em ascensão.

¹⁹³ SILVA, Carla Luciana. **A onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 27.

¹⁹⁴ ARAGON, Louis *apud* SILVA, Carla Luciana. 2001, p. 13.

¹⁹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 16.

¹⁹⁶ Op. Cit.

¹⁹⁷ BIONDI, Luigi. **Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 264.

Conforme Rodrigo Pato Sá Motta, o anticomunismo no Brasil provinha de três matrizes centrais: o catolicismo, o liberalismo e o nacionalismo. Para os segmentos católicos, o comunismo estava para além do temor a uma vitória da classe trabalhadora, a questão central era o fato de o comunismo questionar os fundamentos básicos das instituições religiosas, constituindo uma filosofia que concorria com a religião em termos de fornecer explicações para o mundo.¹⁹⁸

O anticomunismo de inspiração nacionalista contou com maior recepção entre os segmentos militares. As mobilizações anticomunistas, neste sentido, se amparavam na defesa da pátria e da nação. Além dos militares, outros grupos sociais também eram sensíveis ao nacionalismo, a exemplo da Ação Integralista Brasileira (AIB), durante os anos de 1930.¹⁹⁹

Por fim, o anticomunismo de matriz liberal; segundo Pato Motta, o programa liberal engloba duas faces centrais, o liberalismo político e o liberalismo econômico. A recusa dos liberais ao comunismo tinha como postulado que o comunismo se baseia no autoritarismo político em oposição à liberdade. No âmbito econômico, a crítica se baseia na destruição da propriedade privada, na medida em que desapossava particulares de seus bens e os estatizava.²⁰⁰

No que diz respeito ao anticomunismo do *OESP*, esteve amparado na inspiração de cunho liberal, ora qualificando as organizações e movimentos de esquerda como representativos do “atraso econômico” do país, ora tomando como referência as experiências de governos de esquerda, na América Latina, qualificando-os como autoritários.

Desde a chegada o PT ao poder, os debates anticomunistas do jornal adquiriram uma nova roupagem, pois o inimigo havia ganhado forma e ocupava o poder central. Como apontado no início deste tópico, a desqualificação ao Partido dos Trabalhadores remonta à própria fundação da legenda; mesmo com as mudanças nas orientações internas do partido, que se processaram ao longo dos anos, como aponta Eurelino Coelho, desde 1989, no III Congresso do Partido Revolucionário Comunista (PCR), foram fincadas as bases para a construção de uma nova tendência dentro do partido, que se afastasse do seu caráter revolucionário, constituindo aquilo que ficou conhecido como Nova Esquerda.²⁰¹

Durante os anos 2000, o Partido dos Trabalhadores ascende ao poder, através de um pacto com frações da burguesia nacional. Como aponta Luis Felipe Miguel, o PT cedeu tudo o que pôde para garantir o mínimo. Com o intuito de viabilizar seu acordo com a burguesia,

¹⁹⁸ MOTA, Rodrigo Pato Sá. 2000, p. 38.

¹⁹⁹ Op. Cit., p. 58.

²⁰⁰ Op. Cit., p. 60.

²⁰¹ COELHO, Eurelino. 2012, p. 228.

apostou na desmobilização dos movimentos sociais; em certa medida, o que se vendeu ao capital foi a capacidade de manter esses movimentos quietos.²⁰²

Ainda assim, a aliança com a política de conciliação não foi capaz de blindar a legenda dos ataques protagonizados pelas classes dominantes. Fernando Azevedo, em estudo sobre a atuação da grande imprensa contra o PT entre 1989 e 2014, aponta que, entre os maiores jornais do país, incluindo *O Globo* e *Folha de São Paulo*, o *OESP* foi o que mais publicou editoriais no período; num universo de 1.453 editoriais analisados pelo sociólogo, 484 foram dedicados a temas ligados ao PT e ao petismo. O veículo destinou um terço dos editoriais a temas voltados ao PT. O teor dos editoriais foi, predominantemente, desfavorável ao PT: “nada menos do que 90,1% deles foram negativos, contra 2,7% positivos”. Dentre os três jornais, o *OESP* foi o mais crítico em relação ao PT e seus governos.²⁰³

A socióloga Lidiane Rodrigues destaca o papel desempenhado por intelectuais orgânicos do capital – como Reinaldo Azevedo (jornalista), Demétrio Magnoli e Olavo de Carvalho, Luiz Felipe Pondé, Rodrigo Constantino, Marco Antonio Villa – na atuação didática na e para a indústria cultural.²⁰⁴

A partir da análise dos discursos desses intelectuais que visam a atender um mercado consumidor, a autora demonstra a construção de uma onda de reações às gestões petistas, manifestadas tanto na mídia convencional quanto na construção social dessas figuras. A atuação desses profissionais no âmbito público se insere na condição de jornalistas, professores, colunistas, comentaristas políticos, com o fato em comum de que são profissionais com formação superior, oriundos das ciências humanas.²⁰⁵

Em política, o petismo e o “politicamente correto” são apresentados como dominante, e conta com a posição objetiva do PT no governo – ensejando todas as oportunidades para a oposição incondicional a ele. Em cultura, o repertório de ideias, causas, símbolos da esquerda (revolução comunista, feminismo, minorias etc. – sem diferenciá-los). Trata-se de uma fórmula discursiva de “antipetismo” duplamente eficaz, pelas inversões que possibilita (política/cultura).²⁰⁶

Neste sentido, as formulações elaboradas por essas figuras por meio de palestras, blogs, redes sociais, colunas, apresentam um elemento comum, o antipetismo, marcado pela contraposição constante às gestões petistas. O historiador Julius Daltoé aponta, em trabalho

²⁰² MIGUEL, Luis Felipe. 2019, p. 86.

²⁰³ AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Revista Opinião Pública**, v. 24, n. 2, p. 270-290, maio/ago. 2018, p. 281.

²⁰⁴ RODRIGUES, Soares Lidiane. Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil 2002/2016). **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 39, maio/ago. 2018, p. 278.

²⁰⁵ Op. Cit., p. 277.

²⁰⁶ Op. Cit., p. 304.

acerca da atuação intelectual do jornalista Reinaldo Azevedo, através do blog *Veja.Com*, a construção de consensos em torno do antipetismo. A atuação de Azevedo se processou de modo sistemático entre os anos 2009 e 2013, final do segundo governo Lula e início do primeiro governo de Dilma, funcionando como um dos principais porta-vozes do discurso antipetista. Para Daltoé, a atuação de Azevedo teve o intuito de:

[...] constituir o consenso político e econômico da direita contra o que ele chama de “hegemonia socialista”, denunciando um suposto processo de “revolução cultural gramsciana”, ou até mesmo “golpe bolivariano” que estaria em curso no país encabeçado pelos ideólogos do PT.²⁰⁷

Além da atuação nos principais órgãos de imprensa do país, Azevedo também publicou, em 2008, o livro *O país dos Petralhas*, em que traz duras críticas ao governo petista eleito em 2002.²⁰⁸ O jornalista publicou também um segundo volume da obra, em 2012, durante o primeiro governo Dilma Rousseff, e deixou explícito no subtítulo que o inimigo era o mesmo.²⁰⁹

Ainda que a construção do antipetismo se desse em momentos de relativa estabilidade dos governos Lula e Dilma, o fenômeno reacendeu com força total durante a campanha presidencial de 2014 e no contexto do golpe de 2016, momento em que se tornaram célebres frases como “O Brasil não vai virar uma Venezuela”²¹⁰ e “Vai para Cuba!”.²¹¹ O intuito era descredibilizar as organizações que atuam em prol dos interesses da classe trabalhadora. Logo, qualquer grupo ou instituição que atuasse em defesa dos Direitos Sociais e dos Direitos Humanos, independentemente de vinculação partidária, foi acusado de petista, repetindo-se um quadro manifesto ao longo dos anos 1930 e 1960, durante as campanhas anticomunistas que resultaram na instauração de regimes ditatoriais no país.

Conforme Marcelo Júnior, o discurso antipetista que ganhou a cena política em 2014 e, em extensão, em 2018 resgatou interpretações históricas que remetem à fundação do partido e o seu cunho socialista, desconsiderando o perfil liberal das políticas desenvolvidas enquanto esteve no poder. Assim, se promovia um resgate de “fantasmas” do passado,

²⁰⁷ DALTOÉ, Julius Hericky Hafemann. **Reinaldo Azevedo em VEJA online**: um intelectual a serviço da construção do antipetismo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Marechal Cândido Rondon, 2017, p. 18.

²⁰⁸ AZEVEDO, Reinaldo. **O país dos petralhas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2008.

²⁰⁹ AZEVEDO, Reinaldo. **O país dos petralhas II**: o inimigo agora é o mesmo. . Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2012.

²¹⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. “O Brasil não vai virar uma Venezuela”’: diz José Olímpio Pereira. São Paulo, 28 de maio de 2017.

²¹¹ PAIVA, Marcelo Rubens. Não vão para Cuba. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 de janeiro de 2017. Versão digital.

adequando-os ao contexto político recente.²¹² Além disso, o Partido dos Trabalhadores foi definido pelos discursos da imprensa como o responsável pelas mazelas que atingem o país. Foi atribuída a ele a responsabilidade pela crise econômica, ao mesmo tempo que foi considerado o expoente da corrupção; logo, o combate à corrupção implicava necessariamente o combate ao PT.²¹³

O discurso antipetista encontrou similaridades nos discursos políticos que dominaram o país durante o intervalo entre o fim do Estado Novo e o golpe empresarial militar de 1964. Naquela conjuntura, o discurso anticorrupção foi uma arma eficaz para atacar adversários ou desafetos políticos, a exemplo da atuação sistemática da União Democrática Nacional (UDN), a ponto de o “moralismo udenista” se constituir numa tendência dentro do partido. A socióloga Maria Victoria de Mesquita Benevides aponta que,

Em termos concretos, o moralismo da UDN consistia em fazer da denúncia à corrupção administrativa (“a caça aos escândalos”) a razão de ser da luta oposicionista, sobretudo na década de 50, com o objetivo de “demolir o getulismo e sua herança”.²¹⁴

O combate à corrupção aliava-se ao antigetulismo, ao anticomunismo e ao golpismo. Na conjuntura recente, o antipetismo encontra-se alinhado ao golpismo, considerando que a pauta da corrupção foi central para justificar o golpe de 2016. Nesta perspectiva, o antipetismo e a anticorrupção dominaram a pauta dos editoriais publicados pelo *OESP* ao longo da campanha política de 2018. Para o veículo, era preciso: “Contra a vigarice, a lei”. Com o intuito de defender a impugnação da candidatura de Lula da Silva, a judicialização era a única medida cabível, uma vez que a sua candidatura contrariava a Lei da Ficha Limpa. Considerando que o candidato deveria apresentar ao TSE uma ficha criminal que demonstraria a existência de uma condenação em segunda instância, prevendo doze anos e um mês de “cadeia”, o jornal continua:

A **caterva lulopetista** não se conforma com isso, é claro. Nas últimas horas, colocou a **tropa** na rua, sob o nome de “Marcha Nacional Lula Livre”, com bandos **travestidos** de “**movimentos sociais**” fechando estradas para **infernizar** a vida dos cidadãos comuns. E continuou sua campanha internacional de **difamação** das instituições brasileiras, contando para isso com a inexplicável ajuda do jornal *The New York Times*, que publicou um

²¹²SANTOS JÚNIOR, Marcelo Alves dos. **Vai para Cuba!!!** A rede antipetista na eleição de 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Niterói, 2016, p. 58.

²¹³ MESSNERBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes da direita brasileiros. In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 195.

²¹⁴ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965**. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 267.

artigo de Lula no qual ele enfileira uma série de **fraudes** factuais para culminar na acusação de que sua prisão é parte de um “golpe da extrema direita”.²¹⁵

Podemos observar, na citação acima, as formações discursivas em torno do PT e de Lula da Silva: “caterva”, “tropa”, “travestido”, “infernizante”, “difamador”. Tais formulações têm como intuito colocar o PT na condição do outro, do inimigo, corrupto. Além disso, esse inimigo ganha materialidade por meio dos movimentos sociais. O elemento surpresa nisso tudo é o fato de uma organização com tantos qualificativos negativos ganhar o “inexplicável” apoio de um jornal de prestígio internacional.

O *OESP* buscou chamar a atenção para um fato incontornável, naquele momento, a condenação e prisão do ex-presidente Lula da Silva, mas também chama a atenção a qualificação dada àqueles que se posicionaram contra a prisão do candidato, que seriam desordeiros, segundo o editorial: “a caterva lulopetista não se conforma com isso, é claro”, e, portanto, atuava no sentido de tumultuar a vida dos cidadãos.

Já no dia 16 de agosto, o editorial se encaminhou para outro debate, mas tendo como centralidade os anos governados pelo Partido dos Trabalhadores. Com o título “O futuro jogado fora”, o veículo analisa uma pesquisa realizada pela Unicef, segundo a qual seis em cada dez crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza. O texto aponta que a “vergonha estatística”, baseada em dados de 2015, só escancara a “falácia dos governos petistas” no que toca ao combate à fome no país. A pesquisa leva em consideração, para além da renda, a qualidade e o acesso aos serviços básicos, como saneamento, educação, água tratada, acesso à informação e moradia adequada. A crítica do jornal se encontrava centrada, prioritariamente, nas políticas de cunho assistencialista realizadas ao longo dos governos Lula e Dilma:

Tudo isso poderia ter sido ao menos atenuado nos mais de dez anos em que o PT esteve no poder, mas Lula da Silva preferiu o caminho fácil da demagogia de “dar dinheiro na mão de pobre”, que é como o ex-presidente costuma descrever suas políticas assistencialistas. Como mostrou o estudo da Unicef, essas pesquisas serviram apenas para mascarar a pobreza, iludir os tolos e render muitos votos ao hoje presidiário de Curitiba. Enquanto isso, o país vê toda uma geração condenada ao subdesenvolvimento.²¹⁶

Merece destaque, na abordagem apresentada, a aversão do jornal aos programas sociais de transferência de renda levados adiante pelo governo Lula. Como apontado por Luis Felipe Miguel, os programas que marcaram os governos petistas foram alvos de críticas quer

²¹⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. Contra a vigarice, a lei. São Paulo, 15 de agosto de 2018. Versão digital. Grifos nossos.

²¹⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. Futuro jogado fora. São Paulo, 16 de agosto de 2018. Versão digital.

pela direita, quer pela esquerda, tendo em vista que, para a direita, foram acusados de paternalistas, enquanto a esquerda criticava o caráter meramente compensatório de tais programas. Ainda assim, é preciso considerar que programas como o Bolsa Família “represent[aram], para dezenas de milhões de pessoas, a diferença entre permanecer ou não em situação de inanição”.²¹⁷ O jornal, por sua vez, intentou demonstrar que o programa não havia surtido efeito algum, tratou apenas de um mascaramento das mazelas sociais, ao mesmo tempo em que qualificou como demagógica a atuação dos governos petistas em “dar dinheiro na mão do pobre”, evidenciando a sua face elitista. O veículo não perdeu a oportunidade, também, de reforçar o fato de a liderança petista encontrar-se encarcerada em Curitiba, destacando-o por meio do termo “presidiário”.

O uso de termos atrelados ao contexto da criminalidade no que se refere ao PT e a Lula compôs os discursos protagonizados pelo *OEPS* ao longo do processo político de 2018. Em editorial do dia 17 de agosto, intitulado “O tribunal como palanque”, o jornal inicia em tom de denúncia em torno da “incrível farsa protagonizada na quarta-feira pelo PT em nome de seu chefe Lula da Silva”. Para o jornal, a atuação do Partido dos Trabalhadores havia transformado o processo jurídico numa trama midiática, “bastião da ética na política, se tornou símbolo da corrupção nacional”; além disso, a legenda “passou à História como a agremiação que deu ao País seu pior governo de todos os tempos, o de Dilma Rousseff, felizmente afastada antes que completasse sua obra”.²¹⁸

Conforme Elizabeth Lima, desde as eleições de 2014, foi notória a atuação midiática para desqualificar a imagem pública de Dilma Rousseff. A enxurrada de críticas permaneceu nas páginas do noticiário após aquele pleito, numa tentativa de associar a imagem de Dilma a uma mulher “gerentona”, “mal-educada”, “incompetente”, de “orientação sexual homoafetiva”, favorável ao aborto e ao chamado “sexo livre”, e a gestora, a escândalos de corrupção, à ineficiência administrativa, à incompetência para governar o Brasil.²¹⁹

Os ataques contra Dilma Rousseff estão para além da sua atuação política, vinculada ao PT; dizem respeito, ainda, à misoginia e ao ódio pelo fato de ser mulher, a primeira a ocupar o cargo de Presidente da República no país. Nesse sentido, os ataques manifestos contra a presidente não dizem respeito, apenas, às ações de seu governo, mas concernem a “ela, enquanto persona feminina, enquanto mulher que ‘ousa’ ocupar um espaço que não é

²¹⁷ MIGUEL, Luis Felipe. 2019, p. 80.

²¹⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal como palanque. São Paulo, 17 de agosto de 2018. Versão digital.

²¹⁹ LIMA, Elisabeth Christina de Andrade Lima. Misoginia e estereótipos de gênero na construção da imagem pública de Dilma Rousseff. *Vivência* – Revista de Antropologia, n. 56, p. 252-278, 2020, p. 253.

‘legitimamente seu’, é um espaço que ela ‘usurpou’, mesmo tendo sido, paradoxalmente, eleita pelo voto popular”.²²⁰

Cabe notar que as críticas à presidente Dilma Rousseff se assemelham às aquelas destinadas ao governo José Sarney, ao final da década de 1980. Como aponta Francisco Fonseca, o reiterado debate em torno da crise fiscal, alinhado à questão do déficit público, permeou tanto o diagnóstico feito pelo jornal sobre o governo como as soluções propostas. Conforme apontado pelo jornal, “[...] a Presidência [da República] está fraca e o Estado brasileiro está em crise porque o presidente da República não conseguiu impor a sua vontade à oligarquia, à comunidade de informações e à esquerda tupiniquim”.²²¹

De acordo com o autor supramencionado, a passagem acima citada trata das posições do *OESP* acerca da crise brasileira, entretanto, o veículo se utiliza de termos vagos como uma estratégia retórica na qual cabem diferentes atores escolhidos pelo jornal como os responsáveis pelos males do país. De outro lado, expressões como “oligarquismo”, ainda que usadas de maneira vaga, querem expressar tudo aquilo a que o jornal se opõe:

A existência de grupos organizados, do funcionalismo às classes trabalhadoras, que, de uma forma ou de outra, alinham-se à esquerda no espectro ideológico; os setores do empresariado nacional que se beneficiam da proteção do Estado, sobretudo na área da informática; setores militares identificados com causas nacionalistas; e, por fim e mais importante, todos os que simplesmente atuam ou compreendem o mundo de forma diversa da considerada correta por *OESP*.²²²

O *OESP* buscou também desqualificar a campanha do PT, recorrendo à memória do governo Dilma, caracterizado pelo periódico como o pior governo da história do país; em editorial de título sugestivo, o jornal aponta: “Dilma não pode ser esquecida”. O veículo destacou que, após duas semanas de campanha pela corrida presidencial, nenhum candidato havia tocado num ponto da maior importância para o país, “o terrível legado dos governos lulopetistas, especialmente o de Dilma Rousseff”:

Os números da sua passagem pela Presidência não permitem dúvidas sobre o desastre: Dilma saiu pela porta dos fundos do Palácio do Planalto, deixando atrás de si uma inflação de mais de 9%, uma taxa de juros próxima de 15% e desemprego de 10,9% contra 6,5% em 2014, quando a petista foi reeleita. O número total de desempregados saltou de 6,4 milhões para 11 milhões nesse curto período, uma alta impressionante de mais de 70%. Tudo isso sob um pano de fundo de uma brutal recessão de 7,6% registrada entre a eleição de Dilma e seu impeachment – lembrando que a petista recebeu a economia a uma taxa média de 4,64% ao ano nos quatro anos anteriores, durante o

²²⁰LIMA, Elisabeth Christina. 2020, p. 253.

²²¹O ESTADO DE SÃO PAULO *apud* FONSECA, Francisco. 2005, p. 261-262.

²²²FONSECA, Francisco. 2005, p. 262.

governo do seu criador, Lula da Silva. Nem é preciso grande exercício de imaginação para especular como estaria o País hoje se ela ainda estivesse a presidi-lo.²²³

Mais uma vez, observamos a atuação do *OESP* enquanto um quarto poder; em sua acepção clássica, isso implica dizer que se coloca no dever moral de vigilância aos demais poderes e de recordar à sociedade aquilo que tem sido ignorado por todos, até mesmo pela oposição: o “fracasso” do governo Dilma e o protagonismo de Michel Temer em “arrumar a casa” em meio ao caos. Isto é apontado no trecho a seguir:

[...] Podem-se fazer muitos reparos ao trabalho do Presidente Temer, mas é preciso reconhecer que, a despeito de imensas dificuldades resultantes do turbulento processo de impeachment, seu governo estabilizou a inflação, reduziu as taxas de juros, realizou algumas importantes reformas necessárias para a retomada da atividade econômica e conferiu um mínimo de racionalidade ao processo político. Tudo isso em menos de dois anos. É um feito sob qualquer aspecto.

Mesmo assim, é seu governo e não o de Dilma, que é retratado como “herança maldita” na campanha eleitoral. Consolidou-se o discurso segundo o qual Temer resume, em si, o que há de pior no País, desde a corrupção até a cassação de “direitos sociais”, passando pelo desemprego e pela lenta retomada econômica – e tudo isso se traduz em uma impopularidade da ordem de 70%, inédita na história nacional. Enquanto isso, Dilma Rousseff aparece como favorita para ganhar uma das vagas ao Senado por Minas Gerais.²²⁴

A pesquisadora Camila Becker e colaboradoras chamam a atenção para o tratamento dado pela imprensa ao processo de impeachment de Dilma Rousseff e apontam o papel da atuação midiática na desconstrução de reputações e no poder de mobilização social. Para isso, as autoras estabelecem um comparativo entre Dilma e Collor, chamando a atenção para o fato de que ambos sofreram impeachment, mas, enquanto este último possuía bases políticas nas elites empresariais, Dilma, pertencente ao PT, teve um governo estruturado em bases sociais; além disso, durante os governos petistas, foram implantadas no país políticas públicas decisivas relativas à inclusão social e à cidadania, o que mantém ativa a mobilização social e a disputa sobre o projeto político-econômico adotado.²²⁵

Das três personalidades petistas que figuraram nas páginas do *OESP* durante as eleições de 2018, cada um recebeu um qualificativo especial: Dilma Rousseff era

²²³ O ESTADO DE SÃO PAULO. Dilma não pode ser esquecida. São Paulo, 29 de agosto de 2018. Versão digital.

²²⁴Op. Cit.

²²⁵ BECKER, Camila; CESARM, Camila; STEIGLEDER, Débora G.; WEBER, Maria Helena. Manifestações e votos ao impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 249.

“irresponsável”²²⁶, teria levado o país à bancarrota; Lula da Silva, um “corrupto condenado”,²²⁷ Fernando Haddad, um “poste” ou, ainda, “preposto de presidiário”.²²⁸

Em 16 de agosto de 2018, o *OESP* publicou: “PT registra Lula e PGR pede impugnação da candidatura”. O editorial em questão intentava convencer o leitor de que o candidato petista estava inabilitado para concorrer ao pleito, por meio da demonstração dos supostos “crimes” que ocasionaram a condenação e prisão do candidato. Para o *OESP*, Lula não se encontrava enquadrado na lei da ficha limpa, além disso, o jornal também expôs o valor do patrimônio declarado pelo candidato petista, aproximadamente R\$ 7.998,00 milhões, numa clara tentativa de associar os supostos crimes à origem do patrimônio apresentado.²²⁹

Naquele contexto, duas palavras de ordem ocuparam a centralidade do debate apresentado pelo *OEPS*: corrupção e condenação. Mesmo antes do registro das candidaturas, o veículo esteve preocupado em manifestar, por meio da manchete “Condenado é inelegível, diz Fux”, a tentativa de evidenciar que o candidato cogitado pelo PT ao cargo de Presidente da República não se enquadrava na lei da ficha limpa.²³⁰

O jornal buscou demonstrar que a legenda tentou transformar a justiça brasileira em palanque eleitoral, tendo em vista que, independentemente da decisão tomada pela justiça em relação à candidatura do ex-presidente Lula, a movimentação seria benéfica ao partido: caso “a Justiça Eleitoral desse sinal verde à candidatura, Lula chegará como favorito a disputa”; por outro lado, “se sua candidatura for impugnada, o que é bem mais provável, Lula e sua claque denunciarão a decisão como prova cabal de que o ex-presidente é um perseguido político, e é isso, e apenas isso, o que alimentará a campanha petista”.²³¹

O *OESP* atua para construir o consenso em torno da perspectiva de que o PT foi a legenda mais corrupta de todos os tempos; a personificação máxima da corrupção dentro do partido, segundo essa narrativa, é o ex-presidente Lula. Para o jornal, era fundamental: “o Judiciário deve fazer prevalecer a lei e resguardar o interesse da coletividade, garantindo que

²²⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. Marca da irresponsabilidade. São Paulo, 11 de setembro de 2015. Versão digital. O ESTADO DE SÃO PAULO. Cegueira e irresponsabilidade. São Paulo, 26 de janeiro de 2016. Versão digital.

²²⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. Condenado é inelegível, diz Fux. São Paulo, 1.º de agosto de 2018. Versão digital.

²²⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. O deboche do preposto. São Paulo, 24 de outubro de 2018. Versão digital.

²²⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. PT registra Lula e pede impugnação da candidatura. São Paulo, 16 de agosto de 2018. Versão digital.

²³⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. Condenado é inelegível, diz Fux. São Paulo, 1.º de agosto de 2018. Versão digital.

²³¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal como palanque. São Paulo, 16 de agosto de 2018. Versão digital.

a eleição ocorresse sem o tumulto que só interessa aos que não têm o mínimo respeito pela democracia.”²³²

Nesta mesma perspectiva, o *OESP* criticou a posição ocupada por Dilma nas pesquisas de intenções de voto para o senado em Minas Gerais; segundo o jornal, “tripudiam da democracia e das instituições”, uma vez que, mesmo tendo sofrido impedimento, manteve os seus direitos políticos. Cabe recordar que, embora o impeachment da Presidente tenha ocorrido por alegação de crimes de pedaladas fiscais, apenas dois dias após o impedimento, “o Congresso Nacional aprovou lei que beneficia o governo Michel Temer e torna o que então eram “pedaladas fiscais” em procedimento permitido pelo governo federal”.²³³

O *OESP* também criticou a morosidade do TSE em tomar uma decisão relativa ao PT; através de artigo de João Domingos, apontou a “lentidão do TSE em fazer aquilo que deveria ter feito antes”. Para o autor, a demora na decisão do TSE “cria uma insegurança jurídica sem tamanho quanto às eleições”. Quanto mais o TSE demorava em impugnar a candidatura de Lula da Silva, mais o PT se esbaldava pautando o debate político, ao ponto “de criar uma chapa tríplice, com Lula à frente da chapa, Haddad de vice e a deputada Manuela D’Ávila de vice do vice”. Domingos também destacou a habilidade de Lula da Silva em transformar uma prisão por corrupção e lavagem de dinheiro num verdadeiro “teatro” político: “[os] demais candidatos se tornaram meros coadjuvantes de um teatro político, em que tudo foi instrumentalizado pelo PT”.²³⁴

Já num editorial de caráter elogioso à atuação do TSE, o jornal apontou que a decisão de impugnar a candidatura do petista à campanha presidencial havia restituído a normalidade eleitoral, uma vez que:

Há demasiado tempo, Lula, mesmo na condição **de presidiário**, vem **roubando** as atenções na campanha presidencial, fazendo o Brasil discutir sua situação e as vicissitudes petistas, enquanto outros temas, muito mais importantes, são relegados a um segundo plano. A campanha, tão decisiva para o futuro imediato do país, havia sido **sequestrada** pelo **chefão** petista, mas, felizmente o TSE demonstrou firmeza e celeridade – essenciais diante dos prazos exíguos da campanha eleitoral – para impedir que tal artimanha prosperasse.²³⁵

²³² O ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal como palanque. São Paulo, 16 de agosto de 2018. Versão digital.

²³³ LODI, Ricardo. JORNAL DO BRASIL. Após impeachment, Senado transforma pedaladas fiscais em lei. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 2016.

²³⁴ DOMINGO, João. O fim do teatro do PT. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 1.º de setembro de 2018. Versão digital.

²³⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. Normalidade restituída. São Paulo, 2 de setembro de 2018. Versão digital. Grifos nossos.

Cabe aqui, mais uma vez, uma breve observação quanto aos qualificativos dados pelo jornal à liderança petista: “presidiário”, “roubo”, “sequestro”, “chefão”. Além disso, as analogias estabelecidas pelo veículo associam, numa clara linguagem policial, o personagem ao crime: Lula, mesmo **presidiário**, **roubava** as atenções da campanha, ao mesmo tempo que, como um **chefão** petista, **sequestrava** a campanha tão decisiva para o futuro do país. Mais uma vez, as expressões utilizadas pelo *OESP* ao se referir à liderança petista visavam a convencer o leitor de que Lula da Silva constituía um inimigo.

O jornal intentava demonstrar os perigos que o PT poderia acarretar à sociedade, não apenas nos supostos crimes praticados por Lula da Silva e que o levaram a prisão, mas também na alegada postura da legenda ao desafiar as instituições políticas, conforme aponta manchete de capa do jornal: “Após decisão do TSE, PT ataca Judiciário na TV e insiste em Lula”. O artigo que segue tece uma crítica à postura do partido de contestar publicamente a decisão do TSE e alega tentativa de golpe por parte da legenda.²³⁶

A assunção de Fernando Haddad à liderança da chapa petista na corrida presidencial não alterou de maneira substancial o teor dos discursos elaborados pelo jornal, tendo em vista que a figura do ex-ministro esteve diretamente associada a Lula da Silva, além do fato de o candidato ser considerado alguém que apenas cumpria ordens de um condenado, preso pela operação Lava Jato.

A biografia de Fernando Haddad e o próprio histórico do PT no poder demonstram que o candidato não se constituía num inimigo do capital; ao contrário, a atuação da legenda no poder se encaminhou no sentido de desmobilizar as lutas da classe trabalhadora em prol da garantia da governabilidade. Como prova disto, sinaliza-se o fato de que Lula da Silva afirmava em alto e bom som a frase, “nunca antes na história deste país”, tanto para dizer que nunca empresários haviam lucrado tanto quanto para afirmar que nunca os trabalhadores e os pobres tinham vivido tão bem quanto em seus governos.²³⁷

Badaró Mattos aponta que a inclusão pelo consumo gerou um significativo apoio popular aos governos petistas, entretanto, as políticas públicas sociais implementadas não fenderam as bases da acumulação capitalista no país. Segundo dados compilados por Valério Arcary:

[...] nos últimos vinte anos, os trabalhadores ficaram com uma parcela menor da riqueza nacional e o capital com uma parcela maior, mas entre os assalariados diminuiu a disparidade salarial porque, ao mesmo tempo,

²³⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. Após decisão do TSE, PT ataca Judiciário na TV e insiste em Lula. São Paulo, 2 de setembro de 2018. Versão digital.

²³⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. 2020, p. 142.

aumentou o piso do salário manual e caiu o piso do salário de alta escolaridade.²³⁸

Uma vez que o quadro da desigualdade entre o 1% mais rico e o restante da população se aprofundava, a política de conciliação de classes através do consumo deixou de ser capaz de dar conta da manutenção da ordem contra a sublevação popular. “A guerra civil teria que seguir, a frio e a quente”, e o PT não se eximiu de levá-la adiante; através do seu braço armado, a criação da Força Nacional de Segurança Pública, a ocupação de favelas, a violência policial cotidiana contra os trabalhadores, foram alguns dos mecanismos de coerção utilizados pela legenda para conter a luta de classes.²³⁹

Neste sentido, havia se tornado inviável para o PT cumprir o papel para o qual a burguesia nacional o elegera: conter o avanço dos conflitos de classes. Fenômenos dessa natureza são recorrentes nos contextos do populismo na América Latina, afinal, o jogo político com as classes assalariadas resulta também na sua politização. Como aponta Octavio Ianni, “essa politização, aliás, tem sido uma das principais contradições do populismo latino-americano”, uma vez que despolutiza as classes sociais ao politizar a harmonia de classes, entretanto, as classes acabam por amadurecer um pouco mais acerca da sua própria condição, tanto burguesa quanto proletária.²⁴⁰

Ainda que durante os governos petistas tenha imperado no país uma política alinhada aos interesses do capital, o partido havia falhado em seu projeto de conciliação de classes; além disso, não se pode perder de vista a condição do Brasil, enquanto nação de economia capitalista dependente. Como aponta Rui Mauro Marini, “num mundo caracterizado pela interdependência, e mais que isso pela integração, nada pode negar a influência dos fatores internacionais sobre as questões internas”.²⁴¹

Ruy Mauro Marini chamou a atenção ao demonstrar que o capitalismo na América Latina, em razão de sua estrutura global e funcionamento, não se desenvolveu da mesma forma que as economias capitalistas avançadas. Trata-se, portanto, de um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido quando analisado em seu conjunto, tanto no nível nacional quanto no internacional.²⁴²

²³⁸ ARCARY, Valério *apud* MATTOS, Marcelo Badaró. 2020, p. 142.

²³⁹ Op. Cit., p. 143-145.

²⁴⁰ IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 116.

²⁴¹ MARINI, Rui Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. p. 1. Disponível em: www.centrovictormeyer.org.br. Acesso em 21 de janeiro de 2022.

²⁴² MARINI, Rui Mauro. A dialética da dependência. 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em 05 de maio de 2024.

A participação da América Latina no mercado mundial implica uma lógica internacional de exploração marcada pelo deslocamento da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Na prática, isso significa uma forma de exploração que depende mais da elevação da capacidade produtiva do trabalho do que da intensificação direta da exploração do trabalhador. Todavia, o desenvolvimento da produção na América Latina ocorreu, fundamentalmente, com base na intensificação da exploração da força de trabalho.²⁴³

À medida que o mercado mundial atingiu formas mais desenvolvidas, o uso da violência direta contra as nações da periferia dependente tornou-se desnecessário, enquanto a exploração internacional passou a manifestar-se por meio das relações econômicas, que acentuaram a fragilidade dessas nações. Tal fragilidade decorre das relações de troca desigual que se estabelecem entre países centrais e periféricos. Conforme o autor,

[...] transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade.²⁴⁴

Dado que há uma relação de troca desigual entre as nações capitalistas hegemônicas e a periferia dependente, o capitalista periférico busca corrigir o desequilíbrio entre preço e valor de suas mercadorias exportadas por meio da intensificação da exploração do trabalhador.²⁴⁵ A esse fenômeno, Marini deu o nome de “superexploração”, categoria que visa explicar a combinação das diferentes formas de exploração no âmbito das relações sociais capitalistas na América Latina.²⁴⁶

Diante do cenário de crise do capital em escala internacional, considera-se ainda a cisão entre as frações das classes dominantes e os interesses das massas trabalhadoras em busca de novas conquistas. Cabe destacar, ainda, o papel do Estado no processo de dominação das classes burguesas. Conforme Flávio Casimiro, mesmo com a ampliação do Estado e a garantia das expropriações sociais que aumentam as suas taxas de lucro, as organizações burguesas proferem seus ataques; trata-se de uma estratégia, no conjunto da luta de classes,

²⁴³MARINI, Ruy Mauro. 1973.

²⁴⁴Op. Cit.

²⁴⁵Op. Cit.

²⁴⁶MATTOS, Marcelo Badaró. 2020, p.106.

como arma simbólica, que visa à reestruturação do Estado, com o intuito de aprofundar os mecanismos de expropriação da classe trabalhadora.²⁴⁷

Durante o primeiro turno das eleições presidenciais, o *OESP* não dedicou uma atenção especial a Jair Bolsonaro, que concorria pelo PSL e se apresentava como um candidato *antiestablishment*. É notável o fato de o jornal não ter direcionado uma cobertura editorial específica a ele, especialmente, considerando que o candidato despontava nas pesquisas como um potencial concorrente para o segundo turno do pleito.

No dia 15 de agosto, data em que as candidaturas foram oficialmente registradas, o veículo destinou duas publicações específicas a Jair Bolsonaro, ambas assinadas. Uma matéria, do jornalista Luiz Raatz, intitulada: “Bolsonaro prevê reduzir déficit com privatizações”, destacava que o plano de governo apresentado por Bolsonaro previa um ajuste liberal na economia, através da redução do Estado, manutenção dos programas sociais e caracterização dos movimentos sociais como “terrorismo”. A matéria ressaltava, ainda, o programa de privatizações e as propostas para a segurança pública, a qual o autor enfatiza:

Outro projeto apresentado por Bolsonaro é na área da segurança pública. Para solucionar o problema da violência urbana, Bolsonaro promete dar retaguarda jurídica aos policiais no exercício da função e que agirem em legítima defesa – imunidade a oficiais envolvidos em ocorrências –, tipificar como terrorismo as invasões em propriedades rurais e urbanas e retirar da Constituição qualquer relativização da propriedade privada.²⁴⁸

Dois elementos centrais sobressaem na matéria em questão: o título, com foco nas privatizações, e o texto associado à imagem do candidato em destaque, na página da publicação, apresentando os seguintes informes: “Movimentos sociais. Plano de Bolsonaro tipifica como ‘terrorismo’ invasões de propriedades”.²⁴⁹

É imperioso considerar, aqui, que a lei antiterrorismo foi aprovada durante o governo da Presidente Dilma Rousseff, poucos meses antes do seu afastamento da presidência da República, a qual tipifica o crime de terrorismo em seu artigo segundo como:

O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.²⁵⁰

²⁴⁷ CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. 2018, p. 283.

²⁴⁸ RAATZ, Luiz. Bolsonaro prevê reduzir déficit com privatizações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 de agosto de 2018. Versão digital.

²⁴⁹ Op. Cit.

²⁵⁰ BRASIL. Presidência da República Federativa do. Lei nº. 13.260. Brasília, de 16 de março de 2016.

Promulgada num contexto de crise política e econômica, a referida lei traz em seu bojo um ataque direto à autonomia dos movimentos sociais, especialmente, se considerarmos o contexto em que a lei foi promulgada, no âmbito do processo do golpe de 2016, o que não deixa de ser um contrassenso, uma vez que a Presidente, cuja posição encontrava-se sob ameaça, ao assinar a referida lei, sinalizou aos setores golpistas que estava disposta a ceder às suas pressões e criminalizar os únicos que poderiam evitar o golpe que avançava sobre o seu governo, os movimentos sociais organizados.

Ainda no que toca a Bolsonaro, nas publicações do dia 15 de agosto, também se destaca a coluna da jornalista Vera Magalhães, intitulada: “Aceno a vários públicos”. Diferente da matéria elaborada por Raatz, o artigo de Magalhães aponta que o plano apresentado por Bolsonaro ao TSE não se trata, propriamente, de um programa *strictu Senso*, mas de um compilado de palavras de ordem de fácil entendimento e alto poder de comunicação.

Conforme a jornalista, “O documento mistura conteúdos de apostilas de educação moral e cívica com a Bíblia e palestras motivacionais”. Para ela, o texto em questão acolhe aqueles indivíduos já propensos a votar no candidato; quanto aos demais públicos, não detalha as propostas de governo, ainda que traga uma pauta liberal na economia e conservadora no âmbito educacional e na segurança pública. Chama a atenção o que a autora define como “perigosamente omissos em relação à reforma da previdência”.²⁵¹

De maneira, geral, a maioria das publicações em torno da candidatura de Bolsonaro esteve circunscrita ao noticiário ou a artigos de opinião, como as colunas. Elas traziam em seu bojo desde informações acerca de apoios de diferentes segmentos a Jair Bolsonaro, como grupos da Câmara, setores evangélicos, até as propostas de cortes nos gastos públicos, bem como os resultados das pesquisas eleitorais e as vantagens do candidato da extrema direita em relação aos seus concorrentes.

Os editoriais, por sua vez, quando se debruçavam em torno de Jair Bolsonaro, vinham acompanhados de uma análise comparativa entre Bolsonaro e o candidato do PT, Fernando Haddad. Nessas análises, o veículo buscava convencer os seus leitores sobre os riscos de um ocasional retorno do PT ao poder. Nesse aspecto, a comparação se estabelecia sob a possibilidade de um péssimo governo, representado pelo PT, e um governo incerto, uma vez que Jair Bolsonaro tratava de uma “novidade”.

²⁵¹ MAGALHÃES, Vera. Acenos a vários públicos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 de agosto de 2018. Versão digital.

Dentro da perspectiva acima apresentada, chama a atenção o editorial do dia 29 de agosto, intitulado “Ameaças à democracia”. Inicia afirmando que a grande ameaça à democracia brasileira, a julgar pelo que tem sido publicado na imprensa internacional, é a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da república. O veículo toma como referências o jornal estadunidense *New York Times* e o argentino *La Nación*:

[...] E esses são apenas alguns exemplos mais recentes das muitas reportagens e análises de jornais estrangeiros para os quais Bolsonaro, e apenas ele, encarna o que há de mais deletério para a democracia na atual corrida eleitoral. Trata-se, contudo, de uma visão parcial que ignora um outro grande risco à democracia no País, representado pelo lulopetismo.²⁵²

Pelo observado, o jornal, ainda que reconheça, em alguma medida, Jair Bolsonaro enquanto uma ameaça, o coloca sob o mesmo prisma do candidato petista, indo na contramão da própria imprensa internacional, ao ponto de acusá-la de parcialidade, pois, para o *OESP*, a atuação da “seita lulopetista”, ao atacar o Judiciário, o Congresso e a imprensa, deveria ser também percebida pela imprensa externa como uma ameaça concreta à democracia.

O artigo em questão reforça os seus ataques tanto à liderança do PT, Lula da Silva, quanto ao seu substituto na disputa presidencial, Fernando Haddad. Segundo o texto, votar em Haddad seria o mesmo que votar em Lula, uma vez que a eleição de Haddad seria apenas formal, pois quem comandaria o país, da cadeia, seria o próprio Lula. O jornal conclui sua argumentação afirmando:

Assim, Jair Bolsonaro representa de fato uma ameaça concreta à democracia, mas não é a única. No caso do ex-capitão, preocupam a sua visão simplista dos problemas nacionais, a sua inexperiência administrativa e a sua admiração incontida por métodos violentos, inclusive por torturadores, e isso basta para vê-lo como um grande perigo. Já Lula da Silva, graças ao formidável aparato de propaganda petista, consegue se fazer passar, aqui e no exterior, por grande democrata, embora seus atos – pelos quais está preso – e suas palavras – contra as instituições – revelem o exato oposto disso.²⁵³

A citação acima chama a atenção pelo fato de o jornal declarar abertamente que Jair Bolsonaro constitui uma ameaça concreta ao regime democrático, todavia, é sintomático que, para o *OESP*, o retorno do PT ao poder representava um mal maior que a eleição de um candidato que manifestava explicitamente o seu apreço pela violência. A questão que se coloca é: **por que o temor a uma possível vitória do Partido dos Trabalhadores**, considerando que, durante os quatorze anos de governos petistas a hegemonia burguesa sequer foi abalada?

²⁵² O ESTADO DE SÃO PAULO. Ameaças à democracia. São Paulo, 29 de agosto de 2018. Versão digital. Versão digital.

²⁵³ Op. Cit. Grifos nossos.

Para responder à questão acima, é preciso retomar o golpe de 2016, que consolidou um novo regime, herdeiro da democracia liberal, mas dele diverso. Demier o define como uma “democracia blindada”. Na análise do autor, este tipo de regime tem uma lógica de reprodução baseada na alternância de governo entre dois grandes blocos partidários, que comungam da plataforma política neoliberal, ainda que seus mecanismos de aplicação variem conforme o bloco partidário que se encontre à frente do poder do Estado.²⁵⁴

Ainda segundo o autor, via de regra, um desses blocos políticos é composto por partidos tradicionalmente identificados com as forças conservadoras, enquanto o outro bloco é capitaneado por um ou mais partidos socialdemocratas, que, embora historicamente apresentem vinculação à classe trabalhadora, passaram por um processo de transformismo. Esses partidos, por sua vez, atuam na implementação de uma plataforma de governo cuja essência é contra reformista, mas caracterizada por políticas sociais compensatórias.²⁵⁵

A trajetória da república brasileira, desde a Constituição de 1988, foi marcada pela hegemonia do bloco conservador representado pelo PMDB e PSDB, respectivamente, entre 1992 e 2002, e uma hegemonia petista entre 2002 e 2016, quando o poder retornou às mãos do histórico PMDB, posteriormente MDB. Seguindo um ciclo natural de alternância lógica da “democracia blindada”, possivelmente, o poder permaneceria nas mãos do MDB ou passaria ao PDSB, todavia, as frações da burguesia nacional, outrora vitoriosa no processo que levou ao golpe de 2016, não foram capazes de eleger um quadro que levasse adiante o seu projeto de poder.

Este fenômeno se assemelha ao caráter das revoluções burguesas do século XVIII, descritas por Marx no *O 18 de brumário*, considerando que “precipitam-se rapidamente de sucesso em sucesso, um efeito dramático é suplantado pelo próximo, pessoas e coisas parecem refulgir como brilhantes [...], porém, elas têm vida curta, logo atingem o seu ponto alto e uma longa ressaca toma conta da sociedade”.²⁵⁶

Foi neste cenário que despontou Jair Bolsonaro, liderando todas as pesquisas eleitorais. Novamente, recorremos a Marx, no contexto de 1848, quando da assunção de Luís Bonaparte ao poder; tomando por base as análises deste autor, na busca por compreender o processo político brasileiro, uma questão se impõe: em que momento a luta de classes levou a figura de Jair Bolsonaro a desempenhar o papel de “salvador” nacional para conduzir o processo de dominação iniciado com o golpe de 2016?

²⁵⁴ DEMIER, Felipe. 2017, p. 41.

²⁵⁵ Op. Cit., p. 43-44.

²⁵⁶ MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 29.

A primeira chave interpretativa para se compreender a questão é considerar que a eleição de Jair Bolsonaro não pode ser lida como um ponto fora da curva da frágil liberal-democracia, afinal, é preciso analisar que, ao longo da trajetória do regime político brasileiro, as classes dominantes sempre recorreram a um “Estado forte” para preservar a ordem e reproduzir seu poder real. Para elas, se as demais classes almejam a democracia, que a conquistem, desde que lhe mantenham o privilégio da supremacia econômica e o despotismo político. Portanto, lutem sempre para a instauração de uma democracia para “os de cima” e uma “ditadura dissimulada” para os de baixo. Como aponta Florestan Fernandes:

É evidente que o êxito histórico relativo, alcançado pela burguesia brasileira, embora possua uma base estrutural [...], só alcança eficácia prática em curto prazo. [...] No entanto, ele deu e continuará a dar, por algum tempo, condições para que as classes e os estratos de classe burgueses possam formular e aplicar uma política global. O poder burguês está alcançando e continuará a alcançar, assim, os objetivos imediatos que provocaram a sua crise e exigiram uma reordenação da ordem burguesa em direções autocráticas, autoritárias e totalitárias.²⁵⁷

Jair Bolsonaro despontou como liderança nacional num cenário em que o autoritarismo era conclamado tanto pela burguesia quanto pelos setores médios da sociedade. Militar da reserva, desde que tomou posse na Câmara dos deputados, em 1991, acumulou um histórico de truculência que se manifestou tanto em suas declarações públicas quanto nos posicionamentos que adotou ao longo dos 28 anos de legislatura. Já no ano de 1993, o deputado provocou polêmicas ao defender abertamente o regime de exceção e o fechamento temporário do Congresso Nacional, com a justificativa de que a existência de muitas leis atrapalhava o exercício do poder, uma vez que, “num regime de exceção, o chefe, que não precisa ser um militar, pega uma caneta e risca a lei que está atrapalhando”.²⁵⁸

No ano seguinte, Bolsonaro voltou a defender o fechamento do Congresso Nacional e a declarar que preferia “sobreviver no regime militar a morrer nesta democracia”; já naquele período, a campanha de Bolsonaro para a Câmara de Deputados incluía pautas antidemocráticas como o fim da estabilidade para o funcionalismo público, a defesa do controle de natalidade e a revisão da demarcação de terras indígenas, pertencentes aos povos Yanomamis. Em anos seguintes, o deputado foi acrescentando à sua plataforma pautas como a redução da maioria penal, pena de morte, prisão perpétua e um regime de trabalho forçado

²⁵⁷ FLORESTAN, Fernandes. 2020, p. 315.

²⁵⁸ CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>. Acesso em 14 de agosto de 2022.

para condenados/prisioneiros. Em 2005, durante a crise do “mensalão”, Bolsonaro destacou-se pelos ataques ao PT e a políticos do partido envolvidos nos escândalos.²⁵⁹

O que se percebe até aqui é que as pautas defendidas por Jair Bolsonaro não se constituíram uma novidade no tabuleiro político nacional e não estiveram circunscritas à disputa eleitoral de 2018; elas vinham sendo gestadas no âmbito de um processo político que se abriu com a Constituição de 1988, mas que não chegou a se consolidar enquanto um regime democrático, tendo em vista a sua essência burguesa e autocrática, por excelência.

A esse respeito, René Dreifuss chama a atenção para o fato de que a truculência e ineficiência do Estado brasileiro devem ser criticadas, mas ultrapassando a ótica das elites que mostram um “monstro dúbio”, tendo em vista que, ao mesmo tempo que se busca reduzir sua ingerência nos negócios do empresariado, continua a carregar recursos públicos para a iniciativa privada, mantendo ainda a função de gerenciamento eficiente do controle social.

[...] As batalhas da Constituinte e os conflitos sociais posteriores deixariam à mostra esta ambígua postura do empresariado e de outras elites em relação ao Estado por elas constituído. Se, por um lado, este foi objeto de ataques, chegando-se a exigir o desmantelamento de sua feição empresarial – para tornar privado o que seria público –, por outro o empresariado e elites afins apelaram a este mesmo Estado para que reprimitesse a revolta populacional contra o calamitoso estado de coisas. Apelavam, enfim, para o tradicional “estado porrete”, apesar de todo falatório de modernidade.²⁶⁰

A análise apresentada por Dreifuss no contexto pós-ditadura empresarial militar e as discussões em torno do regime recém-inaugurado com a Constituição de 1988, passados trinta anos, permanecem atuais. O apreço ao conservadorismo e ao autoritarismo encontra-se na gênese do sistema político brasileiro, seja em sua forma civil ou militar.

No que toca à campanha protagonizada por Jair Bolsonaro, o conservadorismo foi um elemento central, amparado no discurso do “nós contra eles”; por um lado, o “nós” era representativo da defesa da pátria, da família, dos valores cristãos e da propriedade privada, por outro, o “eles” era o símbolo da corrupção, da depravação moral e do comunismo.

Para além de estabelecer essa dicotomia entre “nós” e “eles”, a campanha de Bolsonaro esteve assentada sob o discurso do ódio. Conforme aponta Deyse Ciocari, o discurso de ódio exige a difusão de ideias que, uma vez concretizadas, produzem efeitos nocivos: ataque à dignidade alheia e violação de direitos fundamentais. O discurso de ódio pode ser dividido em dois atos: o insulto e a instigação. O primeiro diz respeito ao ataque a

²⁵⁹CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>. Acesso em 14 de agosto de 2022.

²⁶⁰DREIFUSS, René. 1989, p. 36.

um indivíduo ou grupo que partilha determinado traço, enquanto o segundo é direcionado a terceiros, não identificados com as vítimas, mas que são convocados a reforçar o grupo dos agressores, tanto pela fala quanto pelas ações.²⁶¹

OESP, por meio de matéria de capa, ressaltou que o impulsionador da onda bolsonarista foi o moralismo político; em matéria assinada por Daniel Bramatti, é apresentado o resultado de pesquisas realizadas pelo “Estadão Dados”:

Os dados indicam que o principal combustível do “bolsonarismo” não é o medo da violência, mas o **moralismo**, que no atual contexto político, se confunde com o **antipetismo**. A leitura das 27 pesquisas revela que a percepção da **corrupção** como problema passa por um corte ideológico. Outros candidatos do espectro centro-direita e que se apresentam como antagonistas do PT, como Geraldo Alckmin (PSDB) e Alvaro Dias (Podemos), também colhem mais apoio nos estados onde os eleitores se mostram mais preocupados com a punição dos corruptos – mas em menor quantidade que Bolsonaro.²⁶²

De acordo com os elementos apresentados pelo jornal, a questão ideológica central enquanto propulsora do avanço bolsonarista foi o antipetismo, cujas bases se assentam na história do partido, mas que ganhou fôlego durante as gestões petistas, por meio de uma campanha sistemática orquestrada também pela mídia, como o próprio *OESP* e a atuação de intelectuais orgânicos do capital, conforme apontado no início deste tópico.

O *OESP* aponta também que, se o moralismo é um propulsor do bolsonarismo, de outro lado, “quanto menor a preocupação com a corrupção, maiores as taxas de intenção de voto em Luiz Inácio Lula da Silva – preso e condenado na Lava Jato e que teve a candidatura à Presidência da República barrada pela justiça eleitoral anteontem”.²⁶³ Ao apresentar o estudo acima, o jornal sai do campo da perplexidade com o resultado das pesquisas eleitorais e aponta um dado concreto enquanto impulsionador da onda bolsonarista como uma resposta direta ao antipetismo.

A convivência com o candidato da extrema direita se expressou, sobremaneira, nas duras críticas do jornal ao principal adversário de Jair Bolsonaro ou, ainda, na concessão de espaço para artigos de opinião que defendiam abertamente a eleição de Jair Bolsonaro. É o que aponta o artigo divulgado pelo *OESP* e assinado pelo professor de filosofia da UFRGS e cofundador do Instituto Milenium, Denis Rosenfield, intitulado “A esquerda em riste”.

²⁶¹ CIOCCARI, Deyse *et al.* A eleição de Jair Bolsonaro: a construção do medo e ódio na campanha de 2018. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, set./dez. 2019, p. 98.

²⁶² BRAMATTI, Daniel. Bolsonaro é impulsionado por onda anticorrupção. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 de setembro de 2018.

²⁶³ Op. Cit.

No artigo, o autor começa afirmando que a “histeria” gerada pela esquerda e pela classe média politicamente correta contra a eleição de Bolsonaro estaria chegando ao paroxismo. Rosenfield aponta que Bolsonaro é visto como a personificação do mal que deveria ser extinto graças às boas intenções daqueles que se dizem “democráticos”. Em sua análise, havia uma manobra em curso, segundo a qual o problema do Brasil seria Bolsonaro, e não o PT, com seu legado de PIB negativo, alta inflação, juros e desemprego estratosféricos, apropriação “privada-partidária” de empresas estatais e corrupção.²⁶⁴

O autor reforça a “honestidade” da parte de Bolsonaro ao ressaltar que o candidato vinha sendo alvo de críticas pelo seu desconhecimento de economia, mas ressalta:

[...] ele reconheceu esse fato e antecipou sua escolha do futuro ministro da Fazenda, o respeitado economista Paulo Guedes, em eventual governo dele. É honesto em reconhecer sua limitação. Desonestos são os que dizem conhecer economia. Haddad/Lula e Ciro Gomes não cessam de defender as patranhas econômicas que levaram o País ao desastre. Pretendem simplesmente repetir uma experiência fracassada. Aliás, Dilma é economista.²⁶⁵

O autor prossegue, mais uma vez, utilizando o ataque à gestão Dilma Rousseff para justificar os discursos de Bolsonaro, que alegou o próprio desconhecimento das questões de natureza econômica e apresentou uma garantia com a indicação antecipada do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Além disso, apresenta uma defesa explícita da política armamentista defendida por Bolsonaro e chega a afirmar que a política anti-armamentista “nega” ao cidadão o direito básico, argumento largamente utilizado por bolsonaristas durante a campanha, bem como ao longo do governo. Concluiu que a “cruzada contra a extrema direita” nada mais é do que uma manobra diversionista.

Evidentemente, não podemos tomar a opinião do colunista como a autêntica opinião do jornal, mas é sempre bom lembrar que a posição de um veículo da comunicação não pode ser evidenciada apenas tomando como base as publicações da redação dos jornais; há que se considerar, ainda, os seus colunistas, jornalistas e afins. Nesse sentido, consideramos que a frequência com que determinadas personalidades escrevem em um jornal é um indício relevante do alinhamento entre ambos; o colunista aqui citado escreve quinzenalmente na seção “Espaço aberto” do *OESP*.

Além disso, ainda se tratando de um pleito atípico, o jornal qualificou a corrida presidencial como um acontecimento comum no âmbito do regime democrático brasileiro, tendo em vista que, independentemente do resultado, uma vez finalizado o pleito, o dia

²⁶⁴ ROSENFELD, Denis. A esquerda em riste. *O Estado de São Paulo*, 2 de setembro de 2018. Versão digital.

²⁶⁵Op. Cit.

seguinte seria um novo dia. O editorial de 1.º de outubro de 2018 trazia como pauta que a polarização é um fenômeno típico dos momentos eleitorais, mas, uma vez encerrado esse processo, é preciso aceitar os resultados e seguir em frente:

A polarização é própria da política eleitoral. Porém, passada a eleição, deve prevalecer o espírito de boa vontade entre todos os cidadãos, governantes e governados, para que as dissensões não deem início a outra crise, esta de consequências imprevisíveis. E o primeiro a estar imbuído por este tipo de compromisso, há de ser o vencedor nas urnas.²⁶⁶

Pelo exposto, fica evidente que, na concepção apresentada pelo jornal, Jair Bolsonaro tratava-se de um candidato comum entre aqueles que disputavam o pleito. É preciso levar em conta que o periódico, ao tomar o candidato da extrema direita e o processo eleitoral de 2018 como um pleito natural, desconsiderava as posições de Jair Bolsonaro apresentadas ao longo da história e os discursos escancaradamente violentos do candidato.

Para um jornal que havia coberto todos os pleitos presidenciais no período republicano, nos quais nenhum candidato defendia abertamente uma ruptura institucional ou a violência contra seus opositores, chama a atenção o discurso de normalidade apresentado pelo jornal em relação ao pleito, o que, por sua vez, demonstra a essência autocrática do veículo.

Para o *OESP*, Bolsonaro era um personagem “intrigante”, tendo em vista a postura truculenta do candidato e os índices apresentados pelas pesquisas eleitorais. A postura do veículo dialoga, em alguma medida, com a análise apresentada no Fórum dos leitores:

O fenômeno Jair Bolsonaro é, no mínimo, intrigante: como é que surge e se mantém em primeiro lugar na pesquisa eleitoral (sem Lula) um candidato cuja íntegra do discurso belicista sabidamente contempla apenas pequena parcela da sociedade? Pelo perfil do eleitor deste candidato, trazido por Eliane Catanhêde na coluna “Alkmin versus Bolsonaro” (29/07, A6), vê-se que a conta não fecha. Se pensarmos que aproximadamente 30% dos eleitores são analfabetos ou semianalfabetos, que 93% da população não tem nível superior e que o eleitorado brasileiro é majoritariamente feminino (52,5%) – este o público que não coaduna com a postura extremista de Bolsonaro –, de onde sai tanto eleitor [para o] controverso candidato? Mais de 100 assassinatos no país, 71 mortos são pobres, negros e periféricos. Assim, com a classe trabalhadora proletária representando o maior coeficiente de eleitores, não parece haver coerência em crer que esta classe, vítima da ação e omissão do Estado, seja capaz de votar num candidato cujo catecismo reza repressão e violência justamente contra essa população. A pesquisa eleitoral é um mistério.²⁶⁷

Aqui está expressa a opinião de um leitor do jornal; para o *OESP*, por sua vez, apesar da truculência e das ameaças ao regime político, o candidato da extrema-direita era um mal

²⁶⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. O dia seguinte. São Paulo, 1.º de outubro de 2018, p. 3. Versão digital.

²⁶⁷ SILVA, Márcio Simões da. Candidato Controverso. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1.º de agosto de 2018. Versão digital.

menor diante dos riscos de retorno do PT ao poder, daí a íntima correlação estabelecida pelo veículo entre o petismo e o bolsonarismo, enquanto os extremos na disputa eleitoral.

A jornalista Vera Magalhães, em coluna do dia 3 de outubro, às vésperas do primeiro turno, questionou a possibilidade de eleição de Jair Bolsonaro como uma “profecia autorrealizável?”. A jornalista argumenta que o crescimento do candidato da extrema direita ocorreu através de uma construção engenhosa por seus apoiadores:

Começou com a construção da mitologia em torno de um deputado saído diretamente do folclore do baixo clero politicamente incorreto, ganhou alicerces nas redes sociais antes mesmo de ter um partido, tão fundados que prescindiram da antes poderosa propaganda em rede nacional de TV, e mostrou ser uma máquina muito bem azeitada, na verdade, depois do atentado de Bolsonaro.²⁶⁸

A análise apresentada por Magalhães reflete abordagens apresentadas não exclusivamente pelo *OESP*, mas pela grande mídia, de maneira geral. Durante a campanha de 2018, a qualificação de Jair Bolsonaro era feita como um personagem “folclórico”, mas que, em decorrência da habilidade dos seus apoiadores no manejo das redes sociais, havia se fortalecido politicamente a ponto de ser considerado alguém que disputaria em nível de igualdade com os demais concorrentes.

Se, por um lado, o jornal buscou evidenciar o pleito de 2018 como um momento natural, como todas as corridas presidenciais cobertas desde a Constituição de 1988, por outro, é fundamental destacar que a força motriz que ocasionou a emergência do bolsonarismo foi o golpe de 2016, que rompeu com a ordem estabelecida, contou com a participação popular, apoio do Congresso Nacional e a atuação da grande imprensa, que legitimou as manifestações protagonizadas pela extrema-direita, explicitamente antidemocráticas, mas que foram tratadas como se fossem uma “festa da democracia”, respaldando as iniciativas que ganhariam forma no bolsonarismo.²⁶⁹

Marcelo Badaró destaca que o bolsonarismo se constituiu na linha de frente do neofascismo brasileiro, enquanto um fenômeno que não inventa teorias novas, mas apropriou-se e reintegra-se de elementos do velho fascismo e de outras formulações conservadoras. De outro lado, a família Bolsonaro buscou dotar o bolsonarismo de uma “filosofia”, de modo a

²⁶⁸ MAGALHÃES, Vera. Profecia autorrealizável? *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 de outubro de 2018. Versão digital.

²⁶⁹ LEHER, Roberto (Org.). **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023, p. 10.

trazer uma visão mais articulada e totalizante do bolsonarismo, através da aproximação e da adoção das obras do “filósofo”, Olavo de Carvalho.²⁷⁰

Além disso, para conquistar a vitória no pleito presidencial, era necessário ampliar as bases do bolsonarismo, até então composta majoritariamente pelos setores médios. Com o intuito de garantir apoio a Jair Bolsonaro, a intervenção de expressivos setores evangélicos e parte da igreja católica foi fundamental. Como aponta Gilberto Calil:

A aproximação com os fundamentalistas religiosos tinha iniciado em 2014, através do apoio ao Escola sem Partido e apresentação dos diversos projetos de lei, que na Câmara dos Deputados foram propostos por deputados vinculados à Frente Parlamentar Evangélica. A passagem de Bolsonaro pelo PSC permitiu aprofundar esta aliança, selada com o batizado de Jair Bolsonaro no Rio Jordão, por um pastor evangélico e com as reiteradas críticas à suposta ideologia de gênero.²⁷¹

Além disso, ganhou fôlego durante a corrida presidencial o apelo à chamada “guerra cultural”, também cunhada segundo os princípios do olavismo; como aponta Roberto Leher, a doutrina extremista da guerra cultural combina métodos específicos, como o uso de mentiras, o negacionismo e o anti-intelectualismo, além de um forte apelo a teorias da conspiração, como, por exemplo, o temor a uma suposta ameaça comunista no país. Ainda como aponta o autor, os conflitos ideológicos refletem uma expressão material. O apoio à eleição de Bolsonaro e ao seu governo constituiu uma estratégia calculada conforme os interesses de classes do bloco no poder.²⁷²

O bolsonarismo, neste sentido, tornou-se uma expressão do fascismo no país, ainda assim, é preciso considerar, como aponta o teórico marxista alemão, August Thalheimer, que o fascismo só pode ser compreendido no quadro da luta de classes. Ao tratar, por exemplo, das experiências clássicas do fascismo na Europa, italiana e alemã, considera que o fenômeno na Alemanha recebeu forte influência do seu irmão gêmeo na Itália, ainda assim, não se pode considerar que se trata de um mero decalque ou transposição mecânica; tanto o fascismo alemão quanto o italiano têm uma raiz europeia comum, ambos são frutos da luta de classes e marcaram determinados pontos baixos no processo da revolução mundial. Todavia, a variante alemã do fascismo foi resultante das lutas de classe no solo alemão, assim como a variante italiana é um produto das lutas de classe na Itália, e somente por isso puderam ambos influenciar-se reciprocamente.²⁷³

²⁷⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. 2020, p. 172.

²⁷¹ CALIL, Gilberto. Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégias de fascistização. **Materialismo Storico**, v. IX, n. 2, 2020, p. 81-82.

²⁷² LEHER, Roberto. 2023, p. 20-21.

²⁷³ THALHEIMER, August. **Sobre o fascismo**. Salvador: Centro de estudos Victor Mayer, 2009, p. 14.

Neste sentido, ao considerar o caráter fascista do bolsonarismo, é fundamental compreender este fenômeno localizado no âmbito da luta de classes da sociedade brasileira. Gilberto Calil aponta que é necessário identificar a especificidade que define o fascismo, distinguindo-o de outras formas de pensamento e manifestações da direita, sem perder de vista os processos históricos concretos, tendo em vista que um mesmo conteúdo pode assumir formas distintas. Essas especificidades remetem à articulação entre dois fatores: um núcleo ideológico reacionário e uma forma particular de organização que o diferencia. Quanto ao primeiro elemento, existe um significativo quantitativo de fatores que configuram o “fascismo mínimo”: anticomunismo, antiliberalismo, ultranacionalismo, antipartidarismo, anti-intelectualismo, militarismo, armamentismo, veneração do líder, dentre outros. Esses fatores combinam formas e pesos específicos em cada experiência fascista.²⁷⁴

Na análise do autor supramencionado, não é possível identificar o quanto este conjunto de características ideológicas está presente no bolsonarismo, mas é preciso lançar uma questão: “pode o bolsonarismo ser considerado nacionalista, mesmo propondo uma política econômica ultraliberal?” Segundo pistas deixadas pelo autor:

[...] O nacionalismo do Governo Bolsonaro e do bolsonarismo é um nacionalismo de tipo fascista. Ele consiste em lançar contra os movimentos de trabalhadores, de mulheres, de negros, contra a população indígena e LGBT a acusação de que estão dividindo e conspirando a nação.²⁷⁵

É preciso considerar, ainda, como aponta o teórico da dependência, Theotônio dos Santos, que o fascismo que se configurou na América Latina apresentou peculiaridades que o diferenciavam do modelo clássico da Itália e da Alemanha: trata de um Estado imposto de cima e que favorece antes o capital internacional que o nacional, opta pela repressão de elite antes de mobilizar as bases, por fim, dado o seu caráter de compromisso político que se estabeleceu em alguns países, a ala “fascista” do governo não se ocupa dos postos de comando, mas atua à sombra.²⁷⁶

Gilberto Calil, ao tratar da atuação de Bolsonaro no poder, salienta que este não pode ser considerado inteiramente fascista, mas se encaminhou por um processo que visava à fascistização do regime político brasileiro. A concretização do fascismo implica, necessariamente, a ruptura completa do regime anterior, o que não ocorreu durante o governo Bolsonaro. Neste sentido, a emergência de Jair Bolsonaro na cena política nacional significou, necessariamente, um ajuste autocrático, visando à derrota das forças populares.

²⁷⁴ CALIL, Gilberto. 2020, p. 83-84.

²⁷⁵ ALIAGA, Luciana *apud* CALIL, Gilberto. 2020, p. 86.

²⁷⁶ SANTOS, Theotônio dos. Socialismo y fascismo en América Latina hoy. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 39, n. 1 jan./mar. 1977, p. 187.

A necessidade de uma face fascista buscada incessantemente durante todo o governo Bolsonaro esteve atrelada à necessidade de “institucionalização da opressão sistemática”. Como aponta Badaró Mattos, “a face fascista do Estado autocrático se fez necessária para que o patamar de superexploração da força de trabalho pelo projeto do capital pudesse ser alcançado, neutralizando, preventivamente ‘qualquer potencialidade de protesto popular’”.²⁷⁷

A esse respeito, Gramsci nos deixa importantes lições, as quais ele define em dois planos: o da substância e o formal. Quanto ao primeiro, qualquer ação que visa a atingir a propriedade privada torna-se imediatamente ilegal. Já no plano formal, uma vez que a burguesia, ao conquistar o poder, concedeu direito de voto ao patrão e seu assalariado, a legalidade foi aparentemente assumindo o aspecto de um conjunto de normas reconhecidas por todos os segmentos sociais. Todavia, houve aqueles que confundiram substância e forma, dando vida à ideologia liberal-democrática e qualificando o Estado burguês como o Estado da liberdade, por excelência, mas essa liberdade só pode ser manifestada por meio do voto. “Na verdade, no Estado burguês, a legalidade reduz-se a isto: ao exercício do voto”.²⁷⁸

Neste sentido, falar em democracia dentro do sistema capitalista implica, como aponta Fontes, em disciplinamento da população e sua subalternização, convertendo-a, massivamente, em força de trabalho, disponível para o capital e incorporada ao mundo mercantil.²⁷⁹

Num contexto em que a luta de classes se manifestava de forma latente, o *OESP* pautou a necessidade de o país retomar a normalidade e restabelecer a fé na democracia. O editorial de 18 de setembro, “A normalidade necessária”, aponta que o país vivenciou uma montanha russa, primeiro, durante o governo Lula, quando o país foi beneficiado por um cenário externo favorável ao Brasil, amparado numa política de incentivos bilionários, a ponto de o país sofrer relativamente pouco com a crise de 2008 e ainda crescer 7,5% em 2010, além do pleno emprego e aumento da renda média do trabalhador. Ainda segundo o jornal, quando o país parecia estar fadado ao sucesso, a retirada das condições externas atreladas a uma política demagógica e inconsequente do “lulopetismo” cobrou a sua conta.²⁸⁰ Diante desse quadro:

Ao mesmo tempo, o País se chocou com a dimensão da corrupção revelada pela Lava Jato, mas muitos brasileiros acabaram induzidos a pensar que a política estava irremediavelmente suja – o que ajudou a alimentar o discurso

²⁷⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. 2020, p. 109-110.

²⁷⁸ GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 83-87.

²⁷⁹ FONTES, Virginia. 2010, p. 2017.

²⁸⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. A normalidade necessária. São Paulo, 18 de setembro de 2018. Versão digital.

extremista e apocalíptico, fundamental para envenenar ainda mais o humor dos cidadãos, a ponto de muitos verem no incêndio do Museu Nacional uma metáfora do Brasil atual.²⁸¹

De fato, o clima de conflito estava dominando o país e, para o jornal, o retorno à normalidade dependia necessariamente do retorno da razão. Essa retomada passava pelo combate à corrupção e a penalização dos seus responsáveis, afinal, eram eles os maiores culpados pelas mazelas que assolavam o país, inclusive o protagonismo de Jair Bolsonaro.

Bolsonaro emergiu em meio ao cenário de crise, apresentando soluções extremas para a resolução dos conflitos vivenciados no país, mas foi apresentado como uma ameaça menos danosa que o petismo. Neste sentido, o antipetismo foi um impulsionador do bolsonarismo, portanto, ainda que o jornal não tenha se dedicado a uma campanha em torno de Jair Bolsonaro, o fato de apresentar uma atuação sistemática contra o PT fortaleceu a liderança da extrema direita, uma vez que este se alimenta do antipetismo.

2.3 “Uma escolha difícil”

As eleições de 2018 constituíram um ponto de inflexão no regime político brasileiro, pois, pela primeira vez desde a Constituição de 1988, a corrida presidencial contou com um candidato que manifestava explicitamente sua indiferença para com o regime político pelo qual disputava o cargo de governante, mesmo tendo estado imerso nesse sistema ao longo dos últimos trinta anos, na condição de Deputado Federal, eleito pelo voto direto.

Os discursos proferidos por Bolsonaro durante trinta anos na Câmara, bem como enquanto candidato presidencial, foram marcados por uma variedade de violências, principalmente, contra aqueles por ele qualificados como “esquerdistas”, que na sua concepção trata de partidos e partidários de organizações de centro-esquerda até organizações da esquerda revolucionária, todavia, como um elemento comum entre os que professam abertamente o temor ao esquerdismo, o fenômeno não se restringe apenas a organizações de esquerda, mas também abrange todo e qualquer movimento em defesa dos direitos humanos, das mulheres, dos LGBTs, do meio ambiente, dos cientistas, artistas etc. Como aponta Marcelo Badaró Mattos:

A apologia à tortura e às ditaduras militares latino-americanas se combina, em suas falas, assim como nas de seus filhos e apoiadores mais próximos,

²⁸¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. A normalidade necessária. São Paulo, 18 de setembro de 2018. Versão digital.

com um discurso de ódio misógino, racista, LGBTfóbico e xenófobo, difundido abundantemente através das redes sociais.²⁸²

Discursos dessa natureza coadunam diretamente com os valores do fascismo, ainda assim, a eleição de um político fascista não significa de imediato a instauração de um regime fascista no Brasil. De todo modo, a postura de Jair Bolsonaro, enquanto Deputado Federal, apontava indícios do que esperar frente a uma eventual vitória do candidato naquele pleito.

De todo modo, o *OESP* optou por adotar o discurso do “cheque em branco” para se referir ao que poderia ser um eventual governo Bolsonaro, ao contrário de um possível governo petista, de que todos já sabiam o que “esperar”; ao menos, é o que aponta o editorial do dia 8 de outubro de 2018, um dia após a população brasileira ter ido às urnas em primeiro turno para escolher aquele que deveria governar o país pelos próximos quatro anos.

O editorial, que já se intitula como “Uma escolha muito difícil”, inicia destacando que o segundo turno das eleições presidenciais colocou em disputa duas candidaturas nutridas no antagonismo que predomina na sociedade. Para o jornal, aquela seria a primeira eleição em que não havia um candidato de centro pleiteando a vitória na corrida presidencial, uma vez que o eleitor optou pelos dois extremos. Esse é um dado relevante, pois era a primeira vez desde a redemocratização que um candidato do PSDB não participava do segundo turno, portanto, a disputa à corrida presidencial seria protagonizada: “De um lado, o direitista Jair Bolsonaro (PSL), truculento, apologista da ditadura militar; de outro, o esquerdista Fernando Haddad (PT), o preposto de um presidiário. Não será nada fácil para o eleitor decidir-se entre um e outro.” Podemos observar, de imediato, a predominância do discurso veiculado no primeiro turno em relação ao candidato petista, o fato de a principal liderança do PT encontrar-se encarcerada; mas os comparativos não se encerram por aí, o veículo segue:

No caso de Bolsonaro, mesmo o mais bem informado eleitor terá dificuldade em saber quais são suas propostas para tirar o país da rota do iminente desastre fiscal. Nas poucas vezes em que foi questionado sobre o assunto durante a campanha, em entrevistas ou debates, o ex-capitão gaguejou, apelou para frases feitas, com pouco sentido, e, por fim, acabou admitindo que é absolutamente ignorante em economia, indicando o economista Paulo Guedes, seu assessor na área, para responder por ele. [...]

Se observarmos aqui, ainda que em tom de crítica, o jornal retoma um argumento apresentando durante o primeiro turno pelo articulista Denis Rosenfield, quando afirmou que

²⁸² MATTOS, Marcelo Badaró. 2020, p. 168.

Bolsonaro foi honesto ao declarar abertamente que não dominava o tema econômico e, portanto, deixaria a questão a cargo do economista Paulo Guedes.²⁸³ O jornal prossegue:

Já as propostas do campo lulopetista são bem conhecidas de todos, pois foram essas ideias que lograram mergulhar o país numa profunda crise econômica, política e moral. Como não pôde se candidatar pela sexta vez à presidência, por ter sido **pilhado em grossas malfeitorias com dinheiro público**, Lula da Silva viu-se obrigado a encontrar um regra-três. A escolha recaiu sobre Fernando Haddad, que **docilmente** cumpre o papel de porta-voz daquele **presidiário**, num **aviltamento grosseiro** do processo eleitoral. Todos os movimentos da campanha são planejados de dentro da cela de Lula da Silva na Polícia Federal em Curitiba – e até então o programa de governo apresentado por Haddad se chama “Programa Lula”.²⁸⁴

Observamos, aqui, a mesma estratégia utilizada durante o primeiro turno: a utilização de termos e expressões como “malfeitorias com dinheiro público”, “presidiário”, “aviltamento”, “grosseiro” ou, ainda, “docilmente cumpre o papel de porta-voz”, com o intuito de desacreditar a opinião pública em torno do candidato petista.

Ao longo do texto, o jornal apresenta, ainda, o temor a uma possível reversão do pacote de ataques contra a classe trabalhadora, levados adiante durante o governo Temer, como o teto de gastos, a restauração do regime de exploração do petróleo e o fim da reforma trabalhista, ações consideradas necessárias para estancar a crise gerada pelos governos petistas. Logo, a preocupação central, naquele momento, era a eleição de um candidato que garantisse a continuidade da obra política, o projeto autocrático burguês que se iniciou após o golpe de 2016.

Ao eleger o petismo como alvo e dedicar um tratamento quase folclórico a Jair Bolsonaro, podemos inferir que o candidato da extrema direita não se tratava do perfil desejado para dar andamento ao processo contrarrevolucionário que havia se iniciado no país, todavia, a dinâmica política havia adquirido uma configuração complexa e, nesse cenário, o bolsonarismo se apresentava ao jornal como um mal menor.

A adesão burguesa ao projeto da extrema-direita, a qual o bolsonarismo representava, remete ao fato de que a burguesia, em meio ao cenário de crise e conflitos de classe, vai sempre oscilar para os partidos da ordem; a posição característica da extrema-direita não é necessariamente a concepção que a burguesia gostaria de ver objetivada, mas, se for o partido

²⁸³ O ESTADO DE SÃO PAULO. Uma escolha muito difícil. São Paulo, 8 de outubro de 2018. Versão digital.

²⁸⁴Op. Cit. Grifos nossos.

que a burguesia precise em determinada conjuntura, então as posições extremadas são convenientemente acatadas em nome da garantia de sua dominação e acumulação.²⁸⁵

O primeiro turno apresentou três personagens na corrida presidencial representativos da burguesia nacional, conforme apontado no tópico anterior: Alckmin (PSDB), Meireles (MDB) e Amoedo (Novo). A existência desses três projetos em disputa evidencia a ausência de uma hegemonia no seio da burguesia nacional. Diante do resultado político desse processo, com a disputa protagonizada entre o PT e o PSL, só restou a alternativa bonapartista.

A esse respeito, Felipe Demier aponta que a via bonapartista é determinada, fundamentalmente, pela impossibilidade histórica de uma revolução democrática burguesa. Em perspectiva histórica, esse fenômeno pode ser compreendido como uma sucessão de regimes políticos caracterizados por uma autonomia relativa do aparelho de Estado perante as classes e frações sociais em conflito. O resultado desse processo foi a transformação do Brasil numa sociedade capitalista de massas, profundamente desigual e combinada, cuja função é preventivamente contrarrevolucionária e tem como intuito bloquear a auto-organização política do proletariado.²⁸⁶

Quanto ao contexto de 2018, o próprio jornal afirmou, categoricamente, que os partidos tradicionais falharam e foram vencidos pelo cansaço, conforme sugere o título do editorial, “A vitória do cansaço”, do dia 9 de outubro de 2018:

As eleições de domingo passado representam um duro revés para os partidos políticos tradicionais, transformando um deputado do baixo clero, filiado apenas recentemente a uma legenda inexpressiva, no principal eleitor do país. O candidato a presidente, Jair Bolsonaro e seu partido, o PSL, são os maiores beneficiários de um movimento desorganizado e espontâneo que ansiava por alguém disposto a liderá-lo em seu desejo de castigar o **lulopetismo** e sanear o País, visto por esses brasileiros como visceralmente corrompido na política e nos costumes. Se há hoje um partido com penetração nacional, em quase todos os estratos sociais, econômicos e regionais, é o partido da revolta contra a **desfaçatez** dos que há tempos se assenhorearam do Estado, aparelhando-o politicamente e arrancando-lhe privilégios. Bolsonaro e o PSL deram a face institucional a esses brasileiros.²⁸⁷

Pelo exposto, é possível observar que Bolsonaro não era a opção preferida do jornal, mas, assim como o país viveu uma experiência *Bonapartista* com o golpe do Estado Novo, a burguesia novamente se viu na emergência de se lançar nos braços de um “Bonaparte”

²⁸⁵ CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. 2018, p. 371-372.

²⁸⁶ DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro**: um ensaio de interpretação histórica. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, p. 24-25.

²⁸⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. A vitória do cansaço. São Paulo, 9 de outubro de 2018. Versão digital.

periférico. Felipe Demier chega a estabelecer uma análise comparativa entre a farsa “original”, na França de 1848, e a experiência varguista de 1937 e aponta que, entre os dois personagens, Vargas não era o estilo oportunista tal qual Napoleão III o era, além disso, o personagem brasileiro nada tinha de medíocre ou aventureiro, uma vez que foi um dos homens mais astutos de seu tempo. Ao que parece, na trágica experiência brasileira de 2018, o personagem central se assemelha muito mais ao Bonaparte original, uma vez que a mediocridade e o oportunismo lhe são características centrais.

Quanto ao *OESP*, o jornal jamais reconheceria que a falência do projeto burguês pela via dos partidos tradicionais decorreu da crise no seu próprio seio, ao contrário, buscou mais uma vez responsabilizar aquele que já vinha sendo considerado o principal responsável pelas mazelas do país, os governos petistas:

Tal fenômeno, só foi possível porque os partidos ditos tradicionais falharam miseravelmente em sua tarefa de representar os anseios desse eleitorado que cansou de pagar impostos e de receber em troca um tratamento quase hostil de um Estado loteado pelos de sempre; cansou de ser acusado de insensibilidade social por criticar as políticas assistencialistas; e que cansou de ser chamado de “golpista” por manifestar seu repúdio à corrupção. O ápice da revolta pode ser encontrando em 2013, quando milhões foram as ruas para deixar claro ao então governo petista que a farsa do “nunca antes na história deste país” já não enganava mais ninguém. Nem essa imensa demonstração de força foi capaz de tirar aqueles partidos de sua inércia.²⁸⁸

Chama a atenção o reconhecimento do descrédito que se abateu nos partidos tradicionais, uma vez que não foram capazes de conquistar a confiança de um eleitorado “ávido” por mudanças; por outro lado, há também uma demonstração explícita de que o PT não era mais capaz de garantir a conciliação de classes que durante anos havia sustentado, portanto, havia se tornado descartável.

Marcelo Badaró destaca que “um governo de conciliação de classes não pode, entretanto, ser avaliado só pelo seu discurso”, além disso, “o quadro social de fundo da economia capitalista dependente e periférica não pode ser realmente alterado por políticas sociais compensatórias e focalizadas”.²⁸⁹ Isto implica dizer, conforme apontado no tópico anterior, que o partido falhou na função para a qual foi designado pela burguesia nacional.

Além disso, o cenário político que se abriu com o golpe de 2016 tinha como horizonte a implantação de um conjunto de políticas de austeridade econômica que afetavam diretamente a vida da classe trabalhadora. A necessidade de ajustes nas contas públicas pautou os discursos do jornal ao longo de toda a campanha de 2018; conforme apresentado

²⁸⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. A vitória do cansaço. São Paulo, 9 de outubro de 2018. Versão digital.

²⁸⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. 2020, p. 143.

pelo veículo, o principal “calcanhar de Aquiles” para o ajuste das contas públicas esteve centrado nos servidores públicos.

Para o jornal, o crescimento dos gastos públicos com servidores tem sido muito mais rápido do que a orçamento da União; as folhas de pagamento de pessoal vinham consumindo fatias cada vez maiores. Neste sentido, se fazia necessária uma contenção duradoura, através da reestruturação das carreiras e mudanças de regras de correção dos vencimentos. Para o veículo, a correção dos vencimentos, a contratação de novos servidores e o crescimento das despesas com servidores inativos são fatores determinantes para onerar as contas públicas. O jornal toma como referência o Ministério da Educação:

[...] Os números mostram a urgência dessas medidas. Entre 2008 e 2017, os gastos do Ministério da Educação (MEC), com seu quadro de pessoal, por exemplo, cresceram 240,8%, o triplo da inflação do período, de cerca de 80%, como mostrou reportagem do **Estado**. Por isso, a despesa com pessoal passou de 52,7% para 56,2% do orçamento da pasta entre 2008 e 2017. Reajustes salariais acima da inflação, criação de universidades federais de acordo com interesses políticos eleitorais dos governos lulopetistas que dominaram a maior parte do período considerado e aumento das vagas nas universidades existentes estão entre os fatores determinantes do aumento do custo de pessoal no MEC.²⁹⁰

Pelo que foi explicitado acima, existe um alvo prioritário por parte do *OESP*, no que toca às políticas de emancipação da classe trabalhadora. Como apontam os autores Bruno Gawryszewski e colaboradores, o Estado brasileiro tem intensificado sua atuação enquanto promotor da acumulação capitalista, criando marcos legais que flexibilizam os direitos sociais, trabalhistas, e institucionalizam o trabalho precário a largas camadas da classe trabalhadora.²⁹¹

Além disso, a educação foi um dos pilares de maior ataque no âmbito do projeto autocrático levado adiante pela burguesia nacional. Portanto, a visão do jornal coaduna diretamente com a política que seria desenvolvida durante o governo Bolsonaro. Conforme apontado pelos autores acima mencionados, as instituições federais de educação passaram:

[...] por um intenso processo de precarização, marcadamente no que diz respeito aos sucessivos contingenciamentos orçamentários, aumento da relação professor/aluno; redução drástica das verbas de custeio e investimentos; quantidade de docentes concursados.²⁹²

²⁹⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. A contenção necessária. São Paulo, 11 de outubro de 2018. Versão digital. Grifos do autor.

²⁹¹ GAWRYSZEWSKI, Bruno; FIGUEIRA, Gisele A.; LAMARÃO, Marco V. M.; BOVOLETA, Marília B.; MENDES, Maria. Formação da classe trabalhadora. In: LEHER, Roberto (Org.). **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023, p. 78.

²⁹² GAWRYSZEWSKI, Bruno *et al.*, 2023, p. 86.

Os ataques aos serviços públicos não estiveram circunscritos apenas ao âmbito educacional; o editorial do dia 10 de outubro chama a atenção para a recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Intitulado “Alerta do FMI aos candidatos”, toma como ponto de partida o “Panorama Econômico Mundial”, relatório apresentado pela instituição internacional, cujo enfoque esteve centrado no ajuste das contas públicas; o jornal recorre, ainda, a uma entrevista concedida em coletiva pelo vice-diretor do Departamento de Pesquisas Econômicas do FMI, Gian Maria Milesi-Ferretti, segundo o qual:

[...] A reforma das aposentadorias, segundo Milesi-Ferretti, é um passo indispensável para deter o aumento da relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). Essa reforma acrescentou, “é claramente necessária e terá de ser uma prioridade política para a próxima administração”.²⁹³

O jornal segue a narrativa afirmando que a reforma dos aposentados é uma das medidas mais urgentes, conforme apontam os analistas mais respeitados na academia e no mercado. “Os candidatos deveriam ouvi-los”.²⁹⁴

É preciso voltar a atenção para o fato de as preocupações do jornal se encontrarem alinhadas ao mercado internacional e às recomendações do FMI. Também é preciso ressaltar a íntima correlação entre este organismo e o Banco Mundial, uma vez que, para se filiar a este último, é necessário antes vincular-se ao FMI. Além disso, a atividade financeira é fundamental para o crescimento do Banco Mundial, mas não constitui sua atividade fim, uma vez que a instituição não é voltada exclusivamente para o lucro, “mas para promover o desenvolvimento capitalista global mediante a assistência a Estados nacionais. Assim, os empréstimos funcionam como veículos para disseminar ideais e prescrições sobre o que os governos dos países clientes devem fazer”.²⁹⁵

Conforme estudado por João Marcio Pereira, no contexto entre 2017 e 2020, o Banco Mundial, no Brasil, envolveu serviços de empréstimos, consultorias e análises em torno de três focos centrais: ajuste fiscal e eficácia do governo; investimento e produtividade do setor privado; desenvolvimento equitativo e sustentável. A Estratégia de Parceria com o País (EPP) foi voltada à gestão dos recursos naturais, com o intuito de alavancar parcerias globais sob a liderança do Brasil e a defesa do ajuste fiscal e das reformas estruturais, a saber: previdenciária, trabalhista, tributária, além do novo ciclo de privatizações.²⁹⁶

²⁹³ O ESTADO DE SÃO PAULO. Alerta do FMI aos candidatos. São Paulo, 10 de outubro de 2018. Versão Digital.

²⁹⁴ Op. Cit.

²⁹⁵ PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial no Brasil (1990-2020)**. Curitiba: Appris, 2022, p. 34.

²⁹⁶ Op. Cit., p.34.

Se, para levar adiante a política de reformas e privatizações, era necessário entregar o poder político nas mãos da liderança de extrema direita, o jornal não se esquivaria, afinal, antes de qualquer coisa, era preciso “salvar a democracia” da política “suja” e da “corrupção” representada pelo petismo.

A eleição de 2018 promoveu uma significativa modificação no quadro político que compunha a Câmara de Deputados e o Senado Federal; segundo dados apresentados pelo próprio *OESP*, metade da Câmara e 85% do Senado foram de novatos ou velhos políticos retornando à cena. Destaca-se, ainda, a vitória do PSL, que constituiu a segunda maior bancada na Câmara de Deputados, representando a base de Jair Bolsonaro.²⁹⁷

Em editorial do dia 10 de outubro, o jornal traz a análise de uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, segundo a qual o apreço pela democracia no Brasil nunca havia sido tão forte. A pesquisa apontava que, para 69% dos brasileiros, “a democracia é sempre a melhor forma de governo”. O editorial prossegue estabelecendo um comparativo entre 2018 e 1992, quando apenas 42% dos brasileiros demonstravam apoio incondicional à democracia. Conforme o jornal, a resposta acerca do apreço à democracia apresentada nas pesquisas se contradizia com a pesquisa de intenções de votos, todavia, o resultado das eleições se mostrou coerente, tendo em vista que:

O recado do eleitor foi claro. Ele não enxerga a ditadura como o inimigo da democracia, como se bastasse proferir amor ao voto popular para assegurar que a democracia está preservada. O eleitor mostrou que também considera prejudicial à democracia a política suja, a corrupção, os escândalos, o aparelhamento partidário da administração.

Trata-se de uma poderosa mensagem que brota das urnas. O eleitor não quer ser manipulado por declarações oficiais de apoio à democracia. Não basta, por exemplo, que o PT diga que sempre respeitou o resultado das urnas. É preciso não corromper a política com práticas como o mensalão e o petróleo.²⁹⁸

Para o *OESP*, o resultado do primeiro turno de 2018 “representou a coerência do eleitor” no que toca à valorização da democracia, ao mesmo tempo que reforçou que a “corrupção” “representada pelo PT” se constituía numa “grande ameaça”; o jornal não deixa dúvidas quanto à sua posição frente ao bolsonarismo e a própria concepção de democracia que estava sendo defendida.

²⁹⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. A renovação do Congresso. São Paulo, 11 de outubro de 2018. Versão Digital.

²⁹⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. Democracia valorizada nas urnas. São Paulo, 10 de outubro de 2018. Versão Digital.

Conforme Demier, a democracia liberal brasileira se converteu num arranjo político voltado, prioritariamente, para a retirada de direitos democráticos, mesmo sem desfrutar efetivamente das benesses; por outro lado, compartilha de todos os males das democracias europeias do presente, que desde os anos 1980 atuam com o intuito de concretizar seu projeto liberal, apartando a democracia do *demos* e blindando as instituições diante da pressão e participação populares. No Brasil, antes de os direitos serem efetivados, a democracia blindada opera pela sua supressão. A própria Constituição é considerada, em partes, como inimiga do regime e tem como aliados os saudosistas da ditadura. “Em sintonia com as democracias blindadas ocidentais, o Brasil começa a se despedir do Estado de Bem-Estar Social, com a curiosa particularidade de que ele nunca o vivenciou de verdade. Tudo que não era sólido se desmancha no ar”.²⁹⁹

O debate que pautou as páginas do *OESP*, no segundo turno, não destoou de modo significativo daquilo que foi veiculado pelo jornal durante o primeiro turno, especialmente no que diz respeito às pautas de natureza econômica e ao antipetismo. A criminalização ao Partido dos Trabalhadores e Lula da Silva se manteve na centralidade do debate, mas um elemento que ganhou notoriedade durante o pleito, e que foi destacado pelo jornal, foi a difusão das *fake news*, que, embora não representassem uma novidade, especialmente nos períodos eleitorais, ganharam notoriedade no âmbito da campanha de 2018. De acordo com o veículo, a difusão de *fake news* tratava de uma discussão no campo da liberdade de informação.

Na véspera do segundo turno, o veículo discorreu sobre o intenso debate que ganhou notoriedade, naquele cenário: a difusão de *fake news* por meio das redes sociais. De acordo com o *OESP*, o debate ganhou notoriedade a partir da eleição de Donald Trump, em 2016, nos Estados Unidos, momento em que as atenções se voltaram para o Facebook. Já no Brasil:

No Brasil, as *fake news* não são propriamente uma novidade. Nas campanhas eleitorais sempre houve a difusão de notícias falsas. Por exemplo, em várias eleições presidenciais, o PT afirmou que, caso o PSDB saísse vencedor das urnas, o candidato tucano iria acabar com o programa Bolsa Família. Nessa eleição, a questão das *fake news* voltou à tona, com discussões voltadas mais especificamente para o compartilhamento de notícias por meio do aplicativo WhatsApp.³⁰⁰

A questão havia sido levada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE); o Ministro Luiz Fux anunciou que as notícias falsas seriam removidas e que dez partidos políticos haviam se comprometido a manter um ambiente eleitoral livre das notícias falsas, no entanto, a Ministra

²⁹⁹ DEMIER, Felipe. 2017, p. 98.

³⁰⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. A liberdade de informação. São Paulo, 27 de outubro de 2018. Versão digital.

Rosa Weber, então Presidente do Tribunal, foi “pessimista” ao tratar o tema; para Weber, a difusão de *fake news* ultrapassava os limites da justiça. O *OESP* considerou acertada a posição da Presidente do TSE, tendo em vista que “o poder público não pode se arvorar o papel de árbitro das notícias”. Logo, a regulação quanto à difusão de *fake news* implicava diretamente o respeito às liberdades fundamentais e colocava o Estado como “gestor da verdade”, mesmo a liberdade de expressão acarretando riscos e vulnerabilidade nos mais diversos âmbitos.³⁰¹

É um fator histórico na trajetória do jornal a recorrência à “liberdade de expressão” quando essa implica o ataque aos seus desafetos políticos, mas também é importante salientar aquilo que Francisco Fonseca apontou “todas as posições do jornal são maleáveis, condicionadas às conjunturas e, portanto relativas – contrariamente à ênfase que sistematicamente procura conferir ao seu caráter doutrinário”,³⁰² o “liberalismo” do jornal sempre se mostrou autoritário, quando trata de requerer a censura àqueles que contradizem sua visão de mundo em diferentes âmbitos, como o cinema e a produção de livros didáticos, por exemplo.³⁰³

Na mesma tônica em que o jornal defendeu a “liberdade de expressão” diante da divulgação de *fake news*, ele encerra as discussões da campanha política de 2018 defendendo acalmar os ânimos em torno de uma campanha truculenta, em que “se viu, por todos os lados, a completa recusa em ouvir a opinião alheia, de reconhecer a legitimidade de quem pensa de modo diferente e de usar a razão em vez da emoção”. O veículo reconhecia que o fechamento das urnas e o resultado eleitoral não eram suficientes para conter o clima de animosidade que se abateu sobre o Brasil. Fazia ainda um apelo àqueles que realmente se importavam com o país a aceitar o encerramento das eleições como um ponto final daquele enredo de horror. O jornal dizia que era “necessário que os partidos deixassem a irresponsabilidade de lado e colocassem o interesse público em primeiro lugar”, a saber, as reformas constitucionais.

Após uma campanha protagonizada por ataques violentos contra adversários e pela defesa irrestrita de uma política econômica e social completamente nociva à classe trabalhadora, o jornal propõe no editorial acima citado que, ao se encerrar o pleito, era preciso seguir adiante num clima de “tranquilidade democrática”. A pergunta é: tranquilidade para quem? O desfecho desse quadro não estava escrito nas estrelas, mas já era sabido por todos. Independentemente do resultado, o cenário que se avizinhava não era de paz para o povo, nem para os seus inimigos.

³⁰¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. A liberdade de informação. São Paulo, 27 de outubro de 2018. Versão digital.

³⁰² FONSECA, Francisco. 2011, p.219.

³⁰³ Op. Cit., p. 221.

CAPÍTULO III

O GOVERNO BOLSONARO NA PERSPECTIVA DO JORNAL *O ESTADO DE SÃO PAULO*

Perspectivas iniciais

Ao longo deste capítulo, objetivamos investigar como o jornal *O Estado de São Paulo* (*OESP*) se portou frente à condução da política nacional de Jair Bolsonaro. O ponto de partida para a análise aqui proposta é a agenda econômica levada adiante pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, por meio da sua atuação em prol do desmantelamento do Estado brasileiro. A proposta de Guedes visava a promover um conjunto de reformas que reduzisse a ação do Estado no âmbito econômico, além da privatização dos serviços públicos.

É importante notar que Guedes se propôs a fazer no Brasil uma política econômica inspirada na experiência chilena de Pinochet. Como aponta Perry Anderson, o modelo neoliberal implantado no Chile apresentou um programa de maneira dura, caracterizado pela: “desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos”.³⁰⁴ Além disso, é preciso notar que o projeto neoliberal chileno se efetivou num contexto de abolição do regime democrático e a instauração de uma ditadura das mais violentas na América Latina.

Esse fator é relevante, se considerarmos que *O Estado de São Paulo* atuou no intuito de desvincular a política econômica dos valores ideológicos que perpassaram o governo Bolsonaro. Isso implica dizer que, ao mesmo tempo que o jornal demonstrava otimismo com a agenda neoliberal do governo, criticava os posicionamentos ideológicos do presidente e demais lideranças que ocupavam postos chave no governo, partindo do princípio de que tais pautas desviavam a atenção do que era prioritário, a agenda econômica.

Este capítulo visa a discutir também a postura assumida pelo jornal diante do posicionamento explicitamente negacionista adotado por Jair Bolsonaro em relação à pandemia da covid-19. Interessa analisar, aqui, a correlação estabelecida pelo presidente entre salvar vidas e salvar a economia. Neste sentido, o intuito é demonstrar essa contraposição entre o econômico e o ideológico que pautou o governo Bolsonaro e a posição assumida pelo

³⁰⁴ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 17.

OESP, considerando que, para o jornal, interessava sobremaneira salvaguardar seus interesses econômicos.

3.1 Uma agenda de reformas

Em primeiro de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro subiu a rampa do palácio presidencial, ovacionado por uma multidão de 115 mil pessoas, que em coro uníssono gritavam “mito”. Para os segmentos de esquerda da sociedade que lutaram de maneira árdua para que Bolsonaro não fosse eleito, o cenário que se aproximava era de temor e resistência. Por outro lado, havia uma massa aglutinada por diferentes segmentos sociais cujo sentimento era de esperança, naquele que supostamente varreria a corrupção representada pelo PT e pela esquerda, em geral, responsáveis pelas mazelas vivenciadas no país.

O discurso de posse de Bolsonaro foi precedido pela primeira-dama, Michele Bolsonaro, que se dirigiu ao povo brasileiro em língua de sinais. A fala de Michele roubou a cena, emocionando e entusiasmando a multidão bolsonarista. O discurso em questão foi emblemático tanto pelo modo como se veiculou, em libras, quanto pelo fato de a primeira-dama ter se pronunciado antes do próprio Presidente, o que constituiu uma quebra de protocolo. A primeira-dama afirmou que “as urnas foram claras” e que “o cidadão brasileiro quer segurança, paz e prosperidade”; Michele também se dirigiu à comunidade surda e a pessoas com deficiência, afirmando: “vocês serão valorizados e terão seus direitos respeitados”.³⁰⁵

Uma vez finalizada a encenação teatral da primeira-dama, Jair Bolsonaro proferiu seu discurso. O Presidente iniciou sua fala assegurando que aquele momento só estava sendo possível porque Deus havia preservado a sua vida e porque os eleitores acreditaram nele; Bolsonaro prosseguiu asseverando que, juntos, era possível fazer o Brasil ocupar um lugar de destaque no mundo, trazendo paz e prosperidade para o povo. Ele situou aquele momento como um divisor de águas, quando o povo brasileiro começaria a se libertar do **socialismo**, do **gigantismo estatal** e do **politicamente correto**, apontou como desafio de governo o enfrentamento da crise econômica, da ideologização das crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e a desconstrução da família, ao mesmo tempo que se propôs a acabar com a ideologia que defende bandido e criminaliza a polícia; nesse sentido, a preocupação do

³⁰⁵ FAVARO, Cristian. Michele Bolsonaro quebra protocolo e, pela primeira vez, uma primeira-dama discursa. *O Estado de São Paulo*, 1.º de janeiro de 2019. Versão digital.

governo era com a garantia do direito à propriedade e a legítima defesa, isto é, a política armamentista.³⁰⁶

Como apontado pelo historiador Carlos Zacarias Sena Júnior, uma vez eleito, o presidente proferiu um discurso marcado pela guerra ideológica, o que, somado aos seus primeiros dias de governo, deixou indícios de que não haveria normalização. Indicava-se, ainda, que o bolsonarismo pretendia sustentar-se por meio do conflito e da mobilização permanente dos setores da extrema-direita que haviam ocupado as ruas nos últimos anos.³⁰⁷

A reação do *OESP* a respeito do discurso proferido por Jair Bolsonaro no ato de posse foi de crítica, pois, segundo o jornal, tratava-se de “atos de campanha, e não atos de governo – como era de se esperar de um veterano político que assumia a presidência da República com promessas de ‘reconstruir’ o Brasil.” De imediato, merece atenção o fato de o jornal reconhecer Jair Bolsonaro como um veterano no âmbito político, quando, em algumas semanas anteriores, esse mesmo jornal o qualificava como um “cheque em branco”³⁰⁸ em relação ao seu adversário na disputa presidencial. Além disso, o *OEPS* manifestou sua insatisfação com o discurso do presidente recém-eleito, apontando que sequer esboçava um plano de governo que visasse ao enfrentamento dos problemas por ele apresentados. “Não pode ou não soube propor medidas concretas para sanar os males do país. Ou seja, não disse o que os brasileiros que depositaram suas esperanças no ‘mito’ queriam ouvir”.

O editorial em questão nos deixa pistas da tônica pela qual se encaminhou a postura do jornal em relação às posições ideológicas assumidas por Jair Bolsonaro ao longo do governo, tendo em vista que:

De fato, é preciso que Bolsonaro atue de forma técnica, não ideológica. Mas é inegável que, nos últimos meses, alguns indicados para os Ministérios têm manifestado parca consistência do caráter técnico e isento de ideologias que deveriam ter na atuação governamental.³⁰⁹

As críticas do jornal à equipe ministerial de Jair Bolsonaro foi uma questão que passou todo o período governamental, mas tiveram como alvos específicos os representantes da chamada “ala ideológica” do governo.

³⁰⁶ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de recebimento da faixa presidencial – Brasília, 1.º de janeiro. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro>. Acesso em 8 de julho de 2024. Grifos nossos.

³⁰⁷SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de Sena. O profascismo bolsonarista e a universidade pública. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe. **O neofascismo no poder (Ano I):** Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p.207.

³⁰⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. Uma escolha muito difícil. São Paulo, 8 de outubro de 2018. Versão digital.

³⁰⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. A posse de Bolsonaro. São Paulo, 2 de janeiro de 2019. Versão digital.

Segundo Carlos Zacarias Sena Júnior, o núcleo ideológico bolsonarista é aquele que se encontra mais próximo ao fascismo. Atuava como mobilizador e garantidor da alta intensidade com que a ideologia fascista pode funcionar. Era composto prioritariamente pelo presidente, por seus três filhos, por integrantes não oficiais do governo e por uma plêiade de figuras públicas que emergiram das sombras da política e dos movimentos da chamada nova direita — em grande parte, influenciadas pelo autointitulado filósofo e ex-astrólogo Olavo de Carvalho.³¹⁰ Algumas dessas figuras integraram a equipe de governo de Jair Bolsonaro, como o chanceler Ernesto Araújo; os ministros da Educação Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub; o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro; e a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damarens Alves — ex-assessora da bancada evangélica, “mas com trajetória e interesses próprios, e que já foi, inclusive, aliada ocasional dos governos petistas.”³¹¹

Ainda que o *OESP* tenha manifestado sua insatisfação com o discurso proferido por Jair Bolsonaro e pela escalção de alguns membros da equipe ministerial, o fato é que, desde o primeiro dia de governo, o clima foi de expectativas em relação àquilo que definiu como “A missão de Bolsonaro”: tratava-se, especificamente, da realização das reformas ditas necessárias para evitar o colapso econômico do país. Além disso, cabia ao Presidente eleito atender às expectativas dos milhões de eleitores que apostaram nele para limpar o Brasil e lançar a herança petista no esquecimento, todavia, o jornal foi enfático no sentido de afirmar que a pauta moral e dos costumes não deveria ser uma prioridade do governo, tendo em vista as necessidades mais urgentes:

A encruzilhada em que o País se encontra não permite distrações desse tipo, úteis somente para quem pretende desviar a atenção dos reais e múltiplos problemas que devem ser enfrentados sem delongas. Se quiser realmente transformar o Brasil “em uma grande, livre e próspera nação”, como prometeu em seu discurso da vitória, Bolsonaro terá de usar seu imenso capital político para convencer os brasileiros, a começar de seus eleitores, de que o mais importante neste momento é concentrar esforços para reformar a

³¹⁰Natural de Campinas, Olavo de Carvalho chegou a trabalhar num jornal e a fazer aulas de filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e na Universidade de São Paulo (USP), mas abandonou os cursos e optou por traçar um plano próprio de estudos. Em 2002, foi criado por Carvalho o blog *Mídia sem Máscara*, que visava a reunir uma série de intelectuais e articulistas de direita em torno do anticomunismo. Em 2018, ficou conhecido como um dos mais influentes ideólogos do conservadorismo, tornando-se conselheiro de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral e após a eleição à Presidência da República. Cf. PATSKICHIKI, Lucas. **Os litores da nossa burguesia: o mídia sem máscara** em atuação partidária (2002-2011). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Programa de Pós-Graduação em História. Marechal Cândido Rondon/Paraná, 2012. Cf. MIRANDA, João Elter Borges. **A patrulha ideológica da burguesia: a atuação do partido Movimento Brasil Livre na construção do golpe de 2016**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Programa de Pós-Graduação em História. Marechal Cândido Rondon/Paraná, 2021.

³¹¹SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de Sena. 2019, p.209.

previdência e racionalizar drasticamente os gastos públicos, medidas que normalmente são impopulares. Sem isso, o país não atrairá os investimentos que se traduzem em empregos.³¹²

Nesse sentido, o jornal demonstra quais caminhos deveriam ser seguidos pelo governo Bolsonaro. É sintomático que, uma vez a eleição sendo vencida pela liderança da extrema direita, a prioridade era dar conta de uma pauta econômica em detrimento de uma agenda moral e política que havia mobilizado milhares de eleitores em torno da candidatura.

As ações no âmbito econômico encontravam um alvo específico: “É urgente discutir a sério o engessamento do Orçamento, que impede o uso racional das receitas, pois grande parte delas tem destinação definida pela Constituição, e não pela realidade”. O que o jornal propunha, na verdade, era o corte de gastos públicos em alguns setores, em favor de outros. “Ademais, o governo que está começando decerto sabe que não há espaço para novos aumentos salariais de servidores públicos.” O ataque aos servidores é uma questão prioritária para o *OESP* ao longo de toda a sua história, mas não apenas esse segmento é alvo do jornal; a classe trabalhadora como um todo é alvo de questionamentos: “é notório que a política de correção do salário-mínimo, hoje bastante generosa, terá de ser revista, o que provavelmente terá repercussão negativa entre os milhões de trabalhadores que estão nessa faixa de remuneração”. O jornal também chama a atenção para os aposentados, cujos benefícios são reajustados também pelo indicador do salário-mínimo.³¹³

Ao eleger a classe trabalhadora como alvo prioritário a ser sacrificado no âmbito de uma política econômica neoliberal, o jornal demonstra plena convicção de que todas as ações propostas são medidas impopulares que, por consequência, trariam certo desgaste ao presidente eleito. Todavia, o veículo é enfático na tese de que é fundamental um trabalho árduo que seja capaz de dar solidez à economia nacional e, portanto, colocar nas mãos do presidente “as esperanças de todos os brasileiros”.

Na avaliação do *OESP*, Bolsonaro havia recebido um país em condições muito melhores que o seu antecessor, Michel Temer, uma vez que “Temer demonstrou consciência de que seu papel na Presidência, em meio à grave crise política e econômica causada pela passagem do PT ao poder, era, sobretudo ser avalista de medidas duras destinadas a reequilibrar as contas públicas”. O que podemos perceber é que aqui se confirma uma hipótese levantada no capítulo anterior, quando discutimos a campanha política protagonizada pelo jornal e a necessidade de eleger um candidato que fosse capaz de dar continuidade à obra

³¹² O ESTADO DE SÃO PAULO. A missão de Bolsonaro. São Paulo, 1.º de janeiro de 2019. Versão digital.

³¹³ Op. Cit.

política iniciada por Temer: “apesar da sua impopularidade, os dois anos de Temer na Presidência foram exemplares. Nesse curtíssimo período, o presidente conseguiu reverter uma crise gestada em mais de uma década de irresponsável mandarinato petista.”³¹⁴ Logo, se os governos petistas foram marcados pela “irresponsabilidade” com as contas públicas, Temer representava o equilíbrio, ainda que para isso a sua popularidade tivesse de ser sacrificada; este, portanto, deveria ser um caminho necessário a ser adotado por Jair Bolsonaro durante o seu governo.

Cássio Guilherme aponta que, ao analisar as editorias do jornal, a partir do segundo semestre de 2016, o veículo atuou enquanto peça propagandística do governo Temer; cada avanço do ajuste fiscal, das propostas de reformas trabalhista e previdenciária, a PEC 55, foi comemorado ao mesmo tempo que se cobrou urgência do Congresso na aprovação desses projetos. Para além da propaganda governamental, o jornal também atuou enquanto articulista entre a Presidência da República e o Congresso Nacional e com PSDB, exigindo da legenda apoio ao governo instituído.³¹⁵

Vale lembrar que o jornal trata de um aliado histórico do PSDB e, quando o partido tentou se afastar do desgastado governo Michel Temer, diante dos escândalos de corrupção atribuídos ao Presidente, o que acarretaria a inviabilidade das reformas ou ainda o afastamento da presidência, o jornal repreendeu os tucanos pelos titubeios e ameaças, como se os tucanos tivessem “perdido a capacidade de enxergar o que é melhor para o País”.³¹⁶

A postura do jornal em relação ao PSDB não destoa do modo como o jornal se manifesta em relação aos seus aliados quando as posições assumidas ameaçam os seus interesses econômicos. Nesses momentos, o *OESP* atua tanto na crítica como no intuito de indicar o melhor caminho rumo à concretização do projeto em disputa; essa posição foi assumida durante o governo Bolsonaro.

Nas primeiras semanas de governo, as manifestações do jornal foram ora de otimismo e expectativas quanto à celeridade das reformas ora críticas, passando pela indicação de caminhos, entre os quais o veículo paulista demonstrou que estava na hora de deixar para trás a ideologia política que havia marcado o processo eleitoral, uma vez que tais posicionamentos poderiam gerar impactos diretos na política econômica dali por diante. O jornal apontou que as falas de Bolsonaro no parlatório sobre o esquerdismo e o socialismo, referindo-se a todos

³¹⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. O legado de Michel Temer. São Paulo, 1.º de janeiro de 2019. Versão digital.

³¹⁵ GUILHERME, Cássio Augusto S. A. 2020, p.337.

³¹⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. 28/08/2017, p. 3A *apud*, GUILHERME, Cássio Augusto S. A. 2020, p.337.

aqueles que manifestavam posição contrária ao governo, tratava de um caminho perigoso, pois conduzia a uma prática de cunho autoritário.³¹⁷

E a tal “ideologia” do bolsonarismo acaba sendo o elemento definidor de tudo o que na administração da coisa pública acaba sendo nocivo. Na escolha de vários ministros, por exemplo, mais do que a experiência ou a capacidade técnica, o que importou foi o compartilhamento de ideias e opiniões – a tal ideologia. [...] A ideologia também serviu de critério prioritário em algumas manifestações do novo governo sobre política internacional. Por razões ideológicas, alguns países foram excluídos do convite para a cerimônia de posse do presidente Bolsonaro. Já em outros casos, a ideologia foi motivo de atitudes que claramente contrariam o interesse nacional, como o anúncio de uma possível mudança da embaixada brasileira em Israel.³¹⁸

Na avaliação do jornal, a postura marcadamente ideológica adotada pelo Presidente eleito poderia acarretar prejuízos do ponto de vista econômico para o país; caso Bolsonaro não contivesse esse cunho ideológico, possivelmente haveria conflito entre áreas do governo. “O governo Bolsonaro não precisa ter vergonha de ser de direita. Mas deve evitar a todo custo a radicalização”.³¹⁹ As questões suscitadas pelo *OESP* podem de imediato nos fazer crer que havia de fato um posicionamento crítico quanto à essência fascista do bolsonarismo, todavia, o que estava em questão para o jornal era em que medida a postura do Presidente em relação aos não aliados diretos poderia interferir na realização das reformas.

Franciso Fonseca aponta que praticamente todas as posições do jornal são maleáveis e condicionadas às conjunturas, coerente com uma perspectiva liberal, a qual busca adotar; a postura modelável do jornal pode se manifestar em um mesmo editorial. O autor supramencionado, ao analisar a atuação do *OESP* no contexto da redemocratização acerca da Lei de Segurança Nacional, por exemplo, aponta que o “entulho” autoritário pode ser objeto de apoio ou crítica, a depender da luta político/ideológica em questão.³²⁰

O caráter ideológico do bolsonarismo, notório tanto nas escolhas da equipe que compôs os seus ministérios quanto no discurso proferido no ato de posse, estava alinhado às suas promessas de campanha, ao mesmo tempo que ficava evidente para os diferentes segmentos da sociedade o que aguardar do governo. A atuação de Jair Bolsonaro no poder se assemelhou à do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, entre 2017 e 2021: desprezo

³¹⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. Ideologia. São Paulo, 6 de janeiro de 2019. Versão digital.

³¹⁸ Op. Cit.

³¹⁹ Op. Cit.

³²⁰ FONSECA, Francisco. 2011, p.232.

pelo Estado e pelas instituições democráticas, aversão às minorias, desinformação por meio das redes sociais, guerra cultural, conservadorismo religioso e ataque à laicidade do Estado.³²¹

A questão ideológica perpassou todo o período em que Bolsonaro esteve no poder, tendo em vista que, nos diferentes momentos em que o Presidente se dirigiu à sociedade civil, as suas falas estiveram centradas nas promessas de destruição ou desmontes de políticas públicas ou direitos sociais, amparadas pela lógica da ideologia comunista ou dos valores morais, ao mesmo tempo que buscou tomar para si referências de inclinações explicitamente fascistas. Portanto, enquanto esteve no poder, o bolsonarismo e o fascismo foram separados por uma linha tênue. Como aponta Wilhelm Reich, “o fascismo não tem respostas concretas para os problemas práticos da vida porque vê tudo apenas como reflexo da ideologia ou sob a forma dos uniformes oficiais”.³²²

Gilberto Calil aponta que Jair Bolsonaro emergiu como uma liderança política colocando-se como a principal referência de um conjunto de organizações e movimentos de direita e extrema direita. Para o autor, tratou-se, portanto, de um presidente fascista; que, embora tenha governado sob um regime político não fascista, apresentou um forte componente fascistizante, tendo em vista que, enquanto esteve no poder, a sua estratégia se encaminhou no sentido de promover a fascistização do regime político.³²³

Ao analisar a realidade brasileira contemporânea, o autor supracitado aponta que a transformação do Estado democrático-liberal em Estado fascista não ocorre de maneira repentina, mas gradativa, o que remete à noção fundamental de fascistização. O processo de fascitização ocorre antes da chegada do fascismo ao governo e continua avançando: “Seu primeiro ato é a configuração das milícias ou tropas de choque e as agressões por elas promovidas”.³²⁴ O bolsonarismo, por sua vez,

Em termos ideológicos, [...] sintetiza o conjunto de concepções e visões antipopulares e anticomunistas – “conservador nos costumes e liberal na economia”. É certo que há ênfases e prioridades distintas entre seus apoiadores, mas isto não impede uma confluência e uma ação unificada, em especial no período de ascensão do bolsonarismo desde 2016 até sua chegada ao governo.³²⁵

Para Calil, no que diz respeito à figura de Jair Bolsonaro, não restam dúvidas quanto ao seu caráter fascista, quer pela base social, quer pelo conjunto de ideias que representa, o

³²¹ ÁVILA, Gomide; SILVA, Michelle Morais Sá; LEOPOLDI, Maria Antonieta. **Desmonte e desconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023, p.18.

³²² REICH, Wilhelm. 1988, p.14.

³²³ CALIL, Gilberto. 2020, p.70.

³²⁴ Op. Cit.

³²⁵ Op. Cit., p.98.

“bolsonarismo”; a definição desse fenômeno é um pouco mais complexa, uma vez que não contou com uma organização miliciana nem criou um partido fascista *stricto sensu*. Seus adeptos encontram-se organizados, especialmente, através de grupos de WhatsApp e, mesmo que tenham promovido agressões e até assassinatos no contexto da campanha presidencial de 2018, não avançaram na constituição de milícias permanentes e nacionais.³²⁶

Ainda segundo o autor, os distintos grupos que confluíram para o bolsonarismo até a eleição de Jair Bolsonaro sofreram abalos durante o seu governo, no âmbito do acirramento das disputas em torno de quais rumos o governo deveria seguir. Tais grupos estruturam-se em três eixos centrais e, ainda que não fossem contraditórios entre si, apresentavam prioridades distintas:

[...] o grupo olavista, o mais explicitamente fascista e que defende a rápida e intensa radicalização das medidas mais reacionárias, inclusive no campo moral; o grupo militar, que crescentemente ganha espaço e apresenta-se como pretensa reserva de “bom senso” e pragmatismo, mas compartilha visões radicalmente anticomunistas e fundadas na Doutrina de Segurança Nacional; e o grupo ultraliberal, referenciado no Ministério da Fazenda, Paulo Guedes, que tem como objetivo essencial a mais ampla, radical e rápida privatização dos serviços públicos.³²⁷

Para Gilberto Calil havia convergências em torno desses grupos no que diz respeito ao caráter anticomunista, antipopular e de ataques à classe trabalhadora. Portanto, em alguns momentos do governo, ocorreu uma unidade desses grupos no sentido de encaminhar determinadas pautas governistas, sendo a principal delas a pauta de ataques aos trabalhadores.

Nesse quesito, o *OESP* se encontrava alinhado ao governo, tendo em vista que o jornal visa que os interesses privados angariem uma parcela cada vez maior da riqueza produzida, seja por lucro, por salário ou renda. Tal lógica é colocada como resposta às demandas apresentadas pela classe trabalhadora, diante da brutal desigualdade na distribuição de renda que assola o país, consideradas pelo jornal como externas à capacidade da economia capitalista imperante no país.³²⁸

Portanto, ainda que o jornal manifestasse em diferentes momentos uma posição crítica em relação à “ala ideológica” do governo ou ao próprio Bolsonaro, especialmente no que toca à postura agressiva do Presidente em relação aos adversários políticos, foi consensual quando à pauta que diz respeito à retirada de direitos da classe trabalhadora.

Nos diferentes momentos em que o *OESP* se posicionou em relação à “ala ideológica”, também colocou em questão os fatores de natureza econômica, por exemplo, os editoriais dos

³²⁶ CALIL, Gilberto. 2020, p.98.

³²⁷ Op. Cit., p.100.

³²⁸ FONSECA, Francisco. 2011, p.224.

dias 7 e 10 de janeiro, respectivamente. No primeiro, o jornal qualificou como obscurantista o discurso de posse do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Para o *OESP*, o ministro cometeu um erro gravíssimo ao afirmar que libertaria o Itamaraty do julgo de esquerdistas e do globalismo, pois ignorou as tradições diplomáticas brasileiras construídas antes da ascensão do PT e retomadas após a cassação da Presidente Dilma Roussef, “baseadas no multilateralismo, no princípio da não ingerência e no respeito aos tratados e leis internacionais – em boa hora foi retomada pelo governo Michel Temer”.³²⁹

A crítica do *OESP* também se dirigiu indiretamente a Jair Bolsonaro, pois, na visão do veículo, o discurso do ministro recém-empossado havia sido voltado para o Presidente. Além disso, chama a atenção para o fato de se tratar de uma personalidade que representava o país, ressaltando que, enquanto as opiniões de Araújo estiveram circunscritas ao seu blog pessoal, isso não consistia um problema, mas, enquanto ministro, suas falas são de interesse nacional. Além disso:

O ministro fez questão de deixar clara sua reverência ao presidente Donald Trump, um dos mais ferrenhos críticos do tal “globalismo”. Para Araújo, o presidente dos Estados Unidos é nada menos do que o redentor da cultura ocidental e dos valores judaico cristãos, que, em sua visão, devem pautar as relações externas do País a partir de agora. [...] O chanceler cerrou fileiras ao lado da Itália, da Hungria e da Polônia, além dos EUA, o que poderá gerar sérias consequências para o Brasil, tanto políticas como econômicas.³³⁰

Ernesto Araújo era uma das personificações do grupo Olavista, composto por seguidores de Olavo de Carvalho, que integrou o governo Bolsonaro e esteve em disputa quanto à condução dos rumos do país. Esse grupo foi o maior alvo de críticas pelo *OESP* entre aqueles que ocupavam os principais espaços no governo, tendo em vista que o caos promovido por suas falas ou ações desviava o foco das questões prioritárias, as reformas. Quando as lideranças do governo se manifestavam publicamente, o jornal esperava ouvir explicações práticas quanto à condução política nacional, especialmente na área econômica, e não em pautas de cunho moral.

No editorial do dia 10 de janeiro, o jornal qualificou a política de Araújo à frente do ministério como um retrocesso, pois as ações encaminhadas pelo palácio do Planalto e pelo Itamaraty poderiam destruir o que restava da reputação do país no cenário internacional. Nesse caso, a manifestação do jornal ocorreu em virtude do seguinte:

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi comunicada oficialmente pelo governo brasileiro, na terça-feira passada, de que o País está fora do Pacto

³²⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Obscurantismo. São Paulo, 7 de janeiro de 2019. Versão digital.

³³⁰Op. Cit.

Global pela Imigração, a qual o Brasil havia aderido no dia 10 de dezembro do ano passado. A saída do pacto, por si só muito ruim para o País e, principalmente, para os cerca de 3 milhões de brasileiros que vivem no exterior – mais do que o dobro do número de imigrantes estrangeiros que vivem aqui –, é ainda pior pela razão alegada pelo governo: o pacto violaria a soberania nacional.³³¹

O pacto em questão foi acordado por todos os estados membros da ONU e tem como objetivo o gerenciamento da migração internacional, tendo como referências a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.³³² Cabe recordar que o governo Bolsonaro teve uma atuação marcada pela violação dos Direitos Humanos.

Em documento organizado pela Anistia Internacional, intitulado *1000 dias sem direitos: as violações do governo Bolsonaro*, é demonstrado que, desde a posse de Jair Bolsonaro até a segunda metade de 2021, foram catalogadas violações aos Direitos Humanos no que diz respeito a: liberdade de expressão, discursos antidireitos humanos na ONU, direitos dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais, gestão da pandemia, segurança pública, ameaça ao Estado democrático de Direito.³³³

Evidentemente, a preocupação central do jornal não diz respeito às violações aos direitos humanos que a ação do governo acarretava, mas sim à imagem do país no cenário internacional e, conseqüentemente, aos impactos que a ausência de credibilidade externa poderia ocasionar nas relações comerciais.

O *OESP* prossegue apontando que, caso o Presidente de fato se preocupasse com a soberania do país, sequer teria aventado a possibilidade de ceder uma parte do território nacional para a construção de uma base militar norte-americana, como relatou em entrevista ao SBT; além disso, afirma que o Pacto pela Imigração não viola a soberania nacional, ao contrário, tratava-se “de um ato de soberania representado pelo ex-chanceler Aloysio Nunes”, indicado pelo Presidente Temer. Ao romper com o Pacto, o governo se posicionava na contramão de um acordo firmado dentro dos princípios constitucionais, o que, para o *OESP*, significava: “Não é republicano encabrestar uma história secular de acolhimento e multiculturalismo em função do viés ideológico do governo de turno”.³³⁴

Outra pauta sobre a qual o jornal se debruçou nas primeiras semanas de governo foi a necessidade de haver uma harmonia entre os três poderes, especialmente no que diz respeito à

³³¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Guinada para o retrocesso. São Paulo, 10 de janeiro de 2019. Versão digital.

³³² NAÇÕES UNIDAS. Saiba tudo sobre o Pacto Global para Imigração. 8 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1650601>. Acesso em 3 de setembro de 2024.

³³³ INTERNACIONAL, Anistia. 1000 dias sem direitos: as violações do governo Bolsonaro. 2021. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/09/1000-dias-sem-direitos-As-viola%C3%A7%C3%B5es-do-governo-Bolsonaro.pdf>. Acesso em 28 de setembro de 2024.

³³⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. Guinada para o retrocesso. São Paulo, 10 de janeiro de 2019. Versão digital.

relação entre o Executivo e o Legislativo: “O presidente da República, de fato, tem enorme poder para formular a agenda nacional [...] No entanto, o papel do presidente, na materialização desse conjunto de intenções, não é mais importante do que o que é desempenhado pelo Congresso Nacional.” Quando se fala em harmonia dos poderes, o que estava em questão era garantir as medidas de austeridade, com aprovação do Congresso:

Muito se fala das reformas à Constituição que precisarão ser votadas na próxima legislatura, especialmente as mudanças nas regras da Previdência, condição indispensável para a contenção do déficit fiscal e, conseqüentemente, garantia de recursos para custeio de serviços públicos e investimento em infraestrutura não menos importantes. Mas nem só de Propostas de Emendas à Constituição viverá o governo federal. Muitas medidas de natureza infraconstitucional precisarão passar pelo crivo do Poder Legislativo.³³⁵

A relação harmônica entre os poderes trata, portanto, de uma condição basilar para melhorar a imagem da política nacional, bem como para levar adiante a agenda econômica almejada, a saber, escancaradamente neoliberal. Dentro do governo, essa posição foi protagonizada especialmente pelo ministro da Economia.

Durante o período que antecedeu a chegada de Bolsonaro ao poder, ao longo do governo Michel Temer (2016-2018), o neoliberalismo no Brasil havia assumido a sua face mais radical, tendo em vista a aprovação da reforma trabalhista, a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, que estabeleceu um teto de gastos para despesas primárias do governo federal, e o encaminhamento da reforma da previdência.³³⁶

Trata-se, portanto, de um movimento compreendido aqui enquanto uma revolução passiva, tendo em vista que os setores dominantes atuam no intuito de neutralizar algumas conquistas da classe trabalhadora dos últimos anos. Carlos Nelson Coutinho, a partir da análise de Gramsci, aponta que esse acontecimento se manifestou em dois dos principais fenômenos do primeiro pós-guerra, o fascismo e o americanismo.³³⁷ No caso aqui em estudo, consideramos que a revolução passiva esteve atrelada ao fascismo, ainda que não tenha se concretizado enquanto um regime político.

Uma vez eleito, Bolsonaro buscou dar seguimento à política econômica iniciada por Temer; elegeu o economista Paulo Guedes, ex-diretor do Banco BTG Pactual, como ministro

³³⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. Poderes harmônicos. São Paulo, 3 de janeiro de 2019. Versão digital.

³³⁶ ARAÚJO, V. L. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. **Texto para discussão sobre o desenvolvimento, CICEF**. n. 1, p. 1-31, jul. 2023, p. 5.

³³⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: Revolução Passiva ou contra-reforma?. **Novos Rumos**. Marília, v. 49, n. 1, jan./jun. 2012, p. 10.

da Economia. Além disso, unificou a pasta assumida por Guedes, transformando os antigos ministérios da Fazenda, Planejamento, Trabalho e Desenvolvimento, Indústria e Comércio.³³⁸

Em seu discurso de posse ao cargo para o qual foi designado, Guedes apontou o desequilíbrio fiscal como causa primordial para a crise econômica que se abatia sobre o país e se comprometeu com uma agenda que respeitasse o teto de gastos aprovado no governo Michel Temer, bem como a realizar as reformas previdenciária e tributária. Além disso, também se comprometeu com a redução do Estado brasileiro através de uma política de privatizações e uma reforma administrativa.³³⁹

Ainda que o discurso do ministro da Fazenda de Bolsonaro trouxesse em seu cerne aquilo que a mídia hegemônica havia pautado durante toda a campanha presidencial de 2018, o *OESP* teceu duras críticas. A primeira delas, quase em tom de ultimato, defendia que a reforma da previdência não poderia fugir dos trilhos sob hipótese alguma; a segunda seguia na perspectiva de que era necessário ao ministro recém-empossado apresentar propostas mais palpáveis para os problemas econômicos nacionais.

O Brasil poderá crescer por dez anos se for logo aprovada a reforma da Previdência, primeiro pilar da nova política econômica, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, em seu discurso de posse. Os outros pilares devem ser as privatizações, a simplificação tributária, a descentralização de recursos e a abertura ao comércio internacional. Foi um pronunciamento bem recebido no mercado financeiro e nos meios empresariais, mas com alguns pontos obscuros e até preocupantes. Se falhar a reforma da Previdência, adiantou o ministro, ele proporá desvinculação e desindexação de gastos por meio de emendas à Constituição. Será um plano B, rótulo criado por analistas. Se essa, no entanto, for a ideia, será um duplo equívoco. Em primeiro lugar, nenhum plano B poderá substituir a mudança do sistema de aposentadorias. Em segundo, é preciso, com ou sem qualquer outra reforma desengessar o Orçamento, eliminando vinculações e reduzindo a indexação de despesas. O assunto está em pauta há mais de 20 anos.³⁴⁰

Pelo exposto, podemos observar que, para o jornal, não havia margem de erro na aprovação da reforma Previdenciária, tendo em vista que os “**gastos**” com previdência “**destruíam**” o *superávit* nacional. Abrimos um parêntese aqui para chamar a atenção do leitor acerca da linguagem utilizada pelo jornal no que se refere à previdência social, apresentada enquanto um vilão do orçamento público. Logo, a aprovação da reforma era considerada uma questão basilar para a promoção do avanço econômico do país.

O *OESP* também chamou a atenção para quais ações deveriam ser tomadas por Guedes no que dizia respeito à questão tributária; uma vez que o ministro não apresentara

³³⁸ ARAÚJO, V. L. 2023, p.5.

³³⁹Op. Cit., p.6.

³⁴⁰O ESTADO DE SÃO PAULO. A perigosa ilusão do Plano B. São Paulo, 4 de janeiro de 2019. Versão digital.

uma proposta concreta, o jornal indicou um caminho a seguir: “Não haverá uma efetiva reforma tributária sem mudança do ICMS, mas isso envolverá uma complicada negociação com os governos estaduais”.³⁴¹ O jornal finalizou sua análise, destacando que, tirando esses dois pontos, a fala de Guedes foi recebida com otimismo, uma vez que anunciava uma política de controle inflacionário, juros baixos e aceleração de crescimento, além das privatizações; reforçou ainda que o trabalho do ministro seria uma continuidade das mudanças iniciadas durante a gestão de Michel Temer:

Mas o ministro pareceu ignorar – entre vários pontos – a alteração de rumo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Discursos do tipo “nunca antes na história deste país” foram típicos da retórica petista. O ministro Paulo Guedes é certamente capaz de algo melhor.³⁴²

O parágrafo final do editorial é enfático; havia uma expectativa positiva em torno de Paulo Guedes, mas isso acarretava, por outro lado, a responsabilidade de cumprir o projeto político neoliberal para o qual Bolsonaro havia sido eleito e sem margem para muitos erros ou direcionamentos fora da órbita almejada pelas frações burguesas.

Uma vez finalizado o período eleitoral, era esperado que Bolsonaro vivenciasse um momento de tranquilidade política que permitisse dar andamento, com celeridade, às obras para as quais havia sido eleito, todavia:

Ao contrário do que se poderia supor, há um pesado clima de desassossego instalado em Brasília. Esta intranquilidade não é causada pela oposição desarticulada e perdida em seus propósitos, e tampouco pela imprensa, como alardeiam alguns membros do governo e pessoas muito próximas do presidente. Resulta de ações e inações que provêm do núcleo palaciano, que até agora tem dado a impressão de governar de improviso, como se não estivesse preparado para os problemas com os quais sabidamente, teria de lidar.³⁴³

A crítica do jornal se manifestava na inconstância da equipe governamental, no esclarecimento de “mal-entendidos” ou, ainda, desfazendo ações conforme a repercussão perante a opinião pública. “Quase duas semanas após a posse, não há um fato positivo sequer na agenda governamental.”³⁴⁴

Cabe salientar que a crítica, nesse sentido, não estava direcionada a uma ampla gama da equipe governamental, mas ao grupo que compunha a “ala ideológica”, que, respaldado pelo Presidente, se envolvia corriqueiramente em polêmicas, a exemplo da icônica declaração da ministra Damare Alves: “Meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. Para além da

³⁴¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. A perigosa ilusão do Plano B. São Paulo, 4 de janeiro de 2019. Versão digital

³⁴² Op. Cit.

³⁴³ O ESTADO DE SÃO PAULO. Desassossego. São Paulo, 13 de janeiro de 2019. Versão digital.

³⁴⁴ Op. Cit.

pauta dos usos e costumes, mereceram destaque os escândalos envolvendo movimentações financeiras de Fabrício Queiroz, assessor parlamentar do Senador Flávio Bolsonaro; o ministro da Casa-Civil, Onix Lorenzone, também teve de se explicar em decorrência da emissão de notas fiscais pela empresa de um amigo, para fins de reembolso; o vice-presidente Hamilton Mourão nomeou o próprio filho como assessor especial do novo presidente do Banco do Brasil; Bolsonaro, por sua vez, também se envolveu em questões polêmicas ao declarar sua disposição a ceder parte do território nacional para a instalação de uma base militar estadunidense.³⁴⁵

Além dos tumultos envolvendo personalidades específicas, havia também crises no interior de alguns órgãos, como o Ministério da Educação, que teve de abrir uma sindicância para apurar um edital que abria brechas para erros na aquisição de material escolar. Do mesmo modo, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) enfrentou uma crise por conta da disputa em torno da indicação de quem presidiria a instituição.³⁴⁶

Todos esses acontecimentos ocorreram nos primeiros quinze dias de governo, quando se objetivava o andamento das esperadas reformas, afinal, Jair Bolsonaro havia sido eleito para dar conta de uma agenda previamente definida. Todavia, a política de austeridade caminharia lado a lado com os constantes escândalos e caos político, protagonizados pela cúpula do governo e pelo próprio Presidente.

O *OESP*, por seu lado, se manteve firme ao apontar que o governo deveria se distanciar das pautas morais em benefício do encaminhamento da agenda econômica, inclusive no que dizia respeito à posição do Brasil no cenário internacional. Foi nesse sentido que o jornal traçou qual caminho seria mais adequado para Bolsonaro no Fórum Econômico Mundial, em Davos. Para o jornal, a estreia do Presidente no cenário internacional era a oportunidade de demonstrar ao mundo que o Brasil era um país confiável e que caminhava rumo a um conjunto de reformas. O discurso de Bolsonaro deveria demonstrar, ainda, o compromisso com o liberalismo econômico e a abertura do mercado:

Seus acompanhantes, principalmente o ministro da Economia, Paulo Guedes, darão ênfase a uma política voltada para a desburocratização, a criação de um ambiente propício aos negócios e à consolidação, enfim, de mercados dinâmicos, eficientes e livres.³⁴⁷

³⁴⁵O ESTADO DE SÃO PAULO. Desassossegado. São Paulo, 13 de janeiro de 2019. Versão digital.

³⁴⁶Op. Cit.

³⁴⁷O ESTADO DE SÃO PAULO. Bolsonaro no palco mundial. São Paulo, 18 de janeiro de 2019. Versão digital.

O público ao qual Bolsonaro se dirigiria em Davos, apesar de diverso, estava atento às demandas da globalização: a fome, as guerras, a migração e, em especial, as questões climáticas. Todavia, as posturas assumidas pelo Presidente e pelo alto escalão do governo destoavam dos posicionamentos definidos pelas lideranças internacionais. “O presidente Jair Bolsonaro e seus auxiliares têm rejeitado a ordem multilateral e ecoado o nacionalismo do presidente Donald Trump.”³⁴⁸ Além disso, as pautas de cunho moral, religioso e ideológico se encontravam na ordem do dia para figuras centrais da cúpula governamental, o que, na avaliação do *OESP*, não era relevante naquele contexto:

Todos esses temas têm pesos diferentes para diferentes participantes do Fórum Econômico Mundial. Nem todos dão importância a questões como educação laica, direitos de grupos LGBTQ+, liberdade de informação e de expressão e interesse de grupos indígenas. Assuntos como preservação ambiental, regras multilaterais de comércio e livre movimentação de capitais podem ser valorizados, no entanto, por indivíduos e grupos vinculados a diferentes tipos de regime.³⁴⁹

As ações realizadas pelo Presidente e sua equipe no âmbito internacional geraram inquietação no jornal, primeiro, por não seguir o script e, segundo, por colocar o país numa condição de constrangimento em relação às lideranças internacionais, afetando, conseqüentemente, a confiabilidade econômica para possíveis investimentos externos.

O jornal também demonstrou preocupação em relação às falas de Bolsonaro num jantar nos Estados Unidos, em março de 2019, primeiro evento de que o Presidente participou no país, quando estiveram presentes alguns nomes do pensamento conservador norte-americano. Na ocasião, Bolsonaro prestou uma homenagem a Olavo de Carvalho:

Depois de dizer que Olavo de Carvalho “inspirou muitos jovens no Brasil”, o presidente Bolsonaro disse que “em grande parte devemos a ele a revolução que estamos vivendo”. Na ocasião, segundo o jornal *Valor*, o principal ministro do governo, Paulo Guedes, da Economia, referiu-se a Olavo de Carvalho em termos semelhantes: “Você é o líder da revolução”. Tudo isso, horas depois de Olavo de Carvalho, que se faz notar por reiteradas ofensas públicas a integrantes do governo Bolsonaro, ter chamado o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, de “idiota”.³⁵⁰

Conforme o *OESP*, nenhuma fala de Carvalho contra integrantes do governo abalou a admiração do presidente pelo “professor de filosofia online”; além disso, a íntima correlação entre o Presidente e o “guru” encontra-se no “estigma” de comunista atribuído a todo aquele que não fosse um apaixonado bolsonarista. A influência de Carvalho no governo

³⁴⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. Bolsonaro no palco mundial. São Paulo, 18 de janeiro de 2019. Versão digital.

³⁴⁹ Op. Cit.

³⁵⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. O guru de Bolsonaro. São Paulo, 19 de março de 2019. Versão digital.

se encontrava representada, especialmente, nas indicações do chanceler Ernesto Araújo e do ministro da Educação, Ricardo Velez Rodrigues, ambos representantes da “ala ideológica” do governo.

A hipótese referente à crítica do jornal ao ferrenho anticomunismo, protagonizado por Carvalho e pela cúpula governamental bolsonarista, se ampara no fato de o comunismo não constituir um “fantasma” necessário, naquele contexto, tendo em vista que havia um inimigo concreto e palpável que havia sido derrotado nas urnas, o Partido dos Trabalhadores. Se, por um lado, os ataques a um suposto perigo comunista eram tidos como um delírio bolsonarista, por outro, o antipetismo esteve pautado nas páginas do jornal antes, durante e após o governo Bolsonaro. Além disso, o ataque ao PT, tomando como referência, especialmente, a gestão de Dilma Rousseff, foi um ponto de partida eficaz para justificar a necessidade da política de austeridade econômica.

Para o *OESP*, o ponto alto do discurso de Jair Bolsonaro em Washington ocorreu quando o presidente afirmou que não era o momento para construir coisas, mas sim desconstruir muita coisa, a exemplo do comunismo. “Trata-se de um pronunciamento esclarecedor. A partir dele é possível concluir que Jair Bolsonaro foi eleito sem um plano de governo claro, porque seu objetivo não é nem nunca foi construir nada, e sim destruir”.

À primeira vista, parece surpreendente que, após quase três meses de governo, o *OESP* se manifestasse criticamente em relação a fatos existentes desde a campanha política de Bolsonaro: sua vinculação a Olavo de Carvalho e a inexistência de um projeto de governo. Entretanto, a questão que, de fato, preocupava o jornal apareceu apenas no penúltimo parágrafo do editorial; a inquietação tinha natureza econômica, tratava-se da posição em que o presidente colocou o país em relação à política econômica norte-americana, sem garantias de uma contrapartida, e da hostilidade em relação ao principal parceiro econômico do país, a China, “comunista”, alvo de críticas de Olavo de Carvalho.³⁵¹

Francisco Fonseca aponta uma maleabilidade do *OESP* no que toca aos seus interesses. A visão liberal e os Estados Unidos são um paradigma para o jornal, mas, por outro lado, as relações econômicas devem ser prioritárias. Além disso, para o jornal, a sua atuação encontra-se coerente com os princípios por ele difundidos, cumprindo o papel de “combatente pela moral pública, como zelador do bem comum ao fiscalizar e denunciar as mazelas do Poder Público”.³⁵²

³⁵¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. O guru de Bolsonaro. São Paulo, 19 de março de 2019. Versão digital.

³⁵² FONSECA, Francisco. 2011, p.146.

A esse respeito, em editorial intitulado “A serventia da imprensa”, o *OESP* buscou afirmar a sua função: “A imprensa estará cumprindo o seu papel se mantiver, em relação ao governo, o distanciamento necessário para ter sobre ele uma visão questionadora e independente. É o que o *Estado* vem fazendo ao longo de sua história de 144 anos.”³⁵³ A hipótese é de que o editorial em questão tinha o intuito de responder aos ataques proferidos pelo presidente Jair Bolsonaro contra a imprensa. Como apontado em artigo do próprio jornal, apenas nos dois primeiros meses de governo, o presidente atacou a imprensa a cada três dias: “Quase metade das críticas e acusações contra a imprensa que aparecem na conta de Bolsonaro é feita por meio de *retuíte* de aliados e familiares, como dos filhos Carlos e Eduardo, e as páginas que costumam reunir simpatizantes do presidente.”³⁵⁴ Ao se manifestar em resposta às críticas dos partidários de Jair Bolsonaro, o jornal coloca a imprensa numa condição de vigilância, ao mesmo tempo que visa a afirmar uma suposta neutralidade, como apontado:

Sem informações críticas para aquilatar o trabalho das autoridades, os cidadãos podem se ver enredados quer pelo discurso oficial, quer pela narrativa da oposição – em qualquer dos casos alimentam-se o populismo e o extremismo sem que o interesse nacional seja de fato atendido.³⁵⁵

Uma vez que o jornal assume essa posição de portador da “verdade dos fatos”, também se coloca enquanto porta voz de toda a sociedade, capaz de exigir dos poderes públicos o cumprimento de pautas e agendas específicas, como se elas representassem a vontade do todo, quando representam apenas seus próprios interesses. É o caso, por exemplo, da reforma da previdência, apresentada como uma pauta central para a garantia do ajuste fiscal.

3.2 A aprovação da reforma da Previdência

A questão previdenciária no Brasil é um tema de longa data; desde o final dos anos 1980, os debates em torno de alternativas para a previdência nacional estiveram intimamente articulados à compreensão do papel do Estado na sociedade, bem como ao avanço das políticas neoliberais.

³⁵³ O ESTADO DE SÃO PAULO. A serventia da Imprensa. São Paulo, 30 de junho de 2019. Versão digital.

³⁵⁴ LARA, Matheus; BERVALDO, Paulo; KRUSE, Tulio. Imprensa é alvo de Bolsonaro no Twitter a cada três dias. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 de março de 2019. Versão digital.

³⁵⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. A serventia da Imprensa. São Paulo, 30 de junho de 2019. Versão digital.

A Constituição de 1988 estabelece a necessidade de mediação estatal para assegurar direitos básicos a uma nação. De acordo com o texto constitucional, “compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre – previdência social, proteção e defesa da saúde”.³⁵⁶

Ao longo dos anos, o tema da reforma da previdência esteve constantemente em pauta. A principal questão apresentada pelos setores midiáticos a respeito do tema é o desnível entre a arrecadação estatal e o custo para subsidiar a previdência. Os signatários da reforma apontam que se trata de uma medida necessária, tendo em vista que a taxa de natalidade caiu e a expectativa de vida da população aumentou.

O debate em torno da urgência em promover uma reforma previdenciária ocorreu em 2017, durante o governo Michel Temer, mas, diante das denúncias de corrupção imputadas ao presidente, não foi dado prosseguimento à proposta. Com a eleição de Jair Bolsonaro, a questão foi o principal ponto de pauta apresentado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Durante o governo Bolsonaro, a contrarreforma avançou em diferentes frentes, sendo uma delas a reforma da previdência, uma vez que a retirada de direito foi a essência das políticas econômicas levadas adiante ao longo de todo o governo. A reforma da previdência, por sua vez, implicou o retrocesso de direitos adquiridos ao longo de anos, tendo em vista

[...] a imposição da idade mínima para a aposentadoria fixada em 62/65 anos para mulheres/homens, respectivamente. Na prática, essa medida caducou com o direito de aposentadoria por tempo de contribuição e dificultou o acesso aos benefícios previdenciários para milhares de trabalhadores. O texto-base ainda previa uma pauta, que, embora não tenha sido aprovada, estava extremamente articulada com os interesses do capital rentista, que era o fim do princípio de solidariedade pelo regime de capitalização, no qual, pretendia-se entregar as contribuições salariais para os bancos privados especularem no mercado financeiro, o que significaria a destruição da previdência pública brasileira.³⁵⁷

A proposta acima apresentada, elaborada pelo ministro da Fazenda, Paulo Guedes, em fevereiro de 2019, teve como inspiração a reforma da previdência chilena, implantada no país durante a ditadura de Pinochet (1973-1990). A implantação da reforma ocorreu no ano de 1981 e foi baseada num sistema de capitalização individual em que o assegurado era responsável pelo financiamento da sua pensão por meio de cotizações individuais obrigatórias e voluntárias; os valores eram encaminhados a administradoras de fundos privados que tinham autonomia para investir os recursos dos assegurados no mercado financeiro. Cabe

³⁵⁶ BRASIL, Constituição Federal da República Federativa do. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 29 de janeiro de 2025.

³⁵⁷ MUSTAFA, Bueno *apud* DUARTA, Kamilla Alves. Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.146, n. 30, 2003, p.13.

salientar que, embora o regime de capitalização chileno tenha se consolidado para a massa populacional, os militares dispõem de regime previdenciário próprio administrado pelo Estado.³⁵⁸

Ao contrário da realidade chilena, no Brasil, foi implantado com a Constituição de 1988 um modelo previdenciário amparado por um sistema público universal. Baseado num sistema de repartição em que os trabalhadores ativos contribuem para um fundo que repassa os benefícios aos trabalhadores inativos, portanto, estrutura-se por meio de um pacto coletivo entre gerações.³⁵⁹

A proposta de reforma previdenciária foi discutida entre o seu proponente e o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em 7 de fevereiro de 2019, momento em que foram apresentados os principais pontos,³⁶⁰ mas o texto foi entregue formalmente pelo Presidente da República em 20 daquele mesmo mês.

O ato de Jair Bolsonaro de ir pessoalmente ao Congresso Nacional fazer a entrega formal do projeto da reforma previdenciária foi visto com bons olhos pelo *Estado de São Paulo*: diante do “simbolismo que ele encerra, sinalizou claramente a importância do tema não apenas para o sucesso do governo de turno, mas, sobretudo, para o bom destino no País.” Para o jornal, a postura do Presidente demonstrou humildade, uma vez que Bolsonaro reconheceu que ele mesmo, enquanto deputado federal, havia se posicionado contrário a reformas previdenciárias, “cerrando fileiras dos defensores das corporações de servidores públicos que, até aqui, têm sido bem-sucedidos em nos manter no atraso”.³⁶¹ O argumento de que a reforma previdenciária consistia num divisor de águas para romper com uma “herança maldita” e seguir rumo a um país próspero e democrático esteve na ordem do dia dos discursos protagonizados pelo *Estado de São Paulo* durante os primeiros meses do governo Bolsonaro.

Nos meses subsequentes, a proposta foi debatida na Câmara dos Deputados, que, por meio de audiências públicas, contou com a participação do ministro Paulo Guedes, segundo o qual o modelo vigente tratava-se de uma “fábrica de privilégios”, em que os mais ricos seriam favorecidos pelos mais pobres, portanto, a proposta do governo federal visava à criação no País de um sistema de capitalização individual, em que cada contribuinte teria no futuro a sua

³⁵⁸ OLIVEIRA, Suelen Carlos; MACHADO, Cristiani Vieira; HEIN, Aléx Arlacon. Reformas da previdência social no Chile: lições para o Brasil. **Caderno de saúde pública**, v. 35, n. 5, 2019, p.2.

³⁵⁹ OLIVEIRA, Suelen Carlos; MACHADO, Cristiani Vieira; HEIN, Aléx Arlacon. Op. cit., 2019, p.2.

³⁶⁰ Guedes apresenta propostas da reforma da Previdência a Davi Alcolumbre. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/02/07/guedes-apresenta-propostas-da-reforma-da-previdencia-a-davi-alcolumbre>. Acesso em 15 de julho de 2024. Fonte: Agência Senado

³⁶¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Convite oportuno e recusa irresponsável. São Paulo, 4 de março de 2019. Versão digital.

própria poupança.³⁶² Tratava-se, portanto, de uma proposta bastante similar ao modelo chileno apresentado acima.

Num contexto de debates entre o Executivo e o Congresso Nacional, o jornal *O Estado de São Paulo* qualificou esse momento como “O consenso sobre as reformas”, no qual, finalmente, haveria se formado no mundo político um consenso em torno da necessidade de reformas, sendo a da previdência prioritária. Fazendo referência ao discurso do Presidente, Jair Bolsonaro, o jornal apontou: “A expectativa, segundo disse o presidente, é que, ao reformar a Previdência, seja iniciado um ‘círculo virtuoso na economia’ com incentivos nos negócios e na geração de empregos.” O jornal também faz referência à fala do Presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, que destacou a “necessidade inexorável da reforma”, e do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que a considerou “vital para o equilíbrio das finanças públicas de todos os entes federados”; o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, defendeu um pacto entre os três poderes para “aprovar reformas fundamentais, necessárias para a nação brasileira, como a previdenciária, e a fiscal e tributária”.³⁶³ Neste sentido, é evidente que havia um consenso entre os três poderes no sentido de levar adiante a reforma previdenciária.

Do ponto de vista do jornal, as condições estavam dadas para a realização das reformas, mas, ainda assim, era necessário habilidade por parte do governo na condução das negociações, o que ainda não havia sido demonstrado, pois nem mesmo no âmbito do governo havia uma coesão em torno da reforma previdenciária; neste sentido, o jornal foi crítico ao governo, apontando como se despendiam esforços para o encaminhamento de uma pauta conservadora, ao mesmo tempo que faltava habilidade na condução de mudanças práticas que afetam a vida de milhares de brasileiros.³⁶⁴

Tendo em vista que Jair Bolsonaro havia emergido no contexto das eleições de 2018 como uma alternativa bonapartista, os interesses da burguesia se encaminhavam no sentido de compeli-lo para a tomada de uma série de medidas explicitamente antipopulares, tais quais aquelas desempenhadas por Michel Temer enquanto esteve no poder. No que podemos observar, os interesses particulares do presidente e a falta de habilidade política por parte da sua equipe ministerial protelavam a consecução das ações para as quais o governo havia sido eleito.

³⁶² Ministro da Economia diz que sistema de capitalização é “poupança garantida”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/557068-ministro-da-economia-diz-que-sistema-de-capitalizacao-e-poupanca-garantida/>. Acesso em 15 de julho de 2024.

³⁶³ O ESTADO DE SÃO PAULO. O consenso sobre as reformas. São Paulo, 10 de fevereiro de 2019. Versão digital.

³⁶⁴Op. Cit.

Nesse contexto, a imagem de Paulo Guedes foi elevada à condição de superministro, tendo em vista que, além de elaborar o projeto de reforma, o ministro da Economia também foi escolhido pelo Presidente da República para ser o articulador do projeto no Congresso. Todavia, para o jornal, isso não bastava para aplacar os ânimos dos “adversários da reforma”, especialmente porque a base governista também se encontrava desorganizada:

A desarticulação da base governista é tão acentuada que torna praticamente impossível defender a proposta de reforma tal como foi desenhada pelo ministro – e pode-se dizer que essa bagunça política dificulta a aprovação mesmo de uma versão mais branda do projeto.³⁶⁵

Segundo o *OESP*, o grande problema dizia respeito à qualidade das lideranças que o Presidente elegera para atuar em nome do governo, tendo em vista que não havia engajamento dessas lideranças para reunir apoio ao projeto de reforma. Mesmo entre os correligionários, o próprio PSL, partido de Bolsonaro, ainda não havia fechado questão em torno do projeto, orientando a bancada a votar, além disso, os parlamentares vinculados à legenda vinham se dedicando mais a se envolver em conflitos do que a trabalhar em torno da reforma.

Tudo isso é reflexo natural da notória incapacidade do governo, a começar pelo Presidente Jair Bolsonaro, de definir suas prioridades e organizar-se para defendê-las no Congresso. Sem ter convicção sobre a reforma da Previdência, o presidente parece bem mais à vontade e seguro quando se dedica a ampliar os antagonismos que tantos votos lhe deram na eleição.³⁶⁶

As pautas de cunho moral que dominaram a cena política ao longo de todo o governo foram alvos de duras críticas, mas é preciso considerar que tais críticas estiveram centradas muito mais no tumulto que a pauta moral causava no cenário político nacional do que, efetivamente, no teor do debate, tendo em vista que, toda vez que um ministro de Bolsonaro se envolvia em polêmicas relativas à pauta moral, interferia na celeridade almejada para a aprovação das reformas no âmbito econômico.

Aqui retomamos, portanto, uma questão sinalizada anteriormente e já apontada por Gilberto Calil, referente à estratégia de fascistização do regime político pelo governo eleito, pois, quanto mais o cenário se apresentava enquanto um caos político, mais Jair Bolsonaro avançava no sentido de fechamento do regime. Isso implica dizer que o Presidente não estava preocupado em cumprir a cartilha definida pelas frações da burguesia nacional; ao contrário, o

³⁶⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. O “abacaxi” da Previdência. São Paulo, 27 de março de 2019. Versão digital.

³⁶⁶ Op. Cit.

projeto político bolsonarista tinha um caráter mais amplo e se refletiu nas muitas tentativas de golpe perpetradas pelo Presidente durante o seu governo.

A ausência de uma articulação por parte da gestão Bolsonaro para com os demais poderes ocasionou ações como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propunha a redução do percentual orçamentário disponível para o governo manejar livremente. Como apontado pelo *OESP*, a ação encabeçada pelo Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, tratava-se de um claro recado ao presidente: “A Câmara dos Deputados mandou clara mensagem ao Presidente Jair Bolsonaro: não está para brincadeira.”³⁶⁷

Na avaliação do *OESP*, a referida PEC tinha como intuito constranger o Presidente, ao mesmo tempo que deixava explícita a ausência de uma base governista no Congresso:

A PEC estava engavetada desde 2015. Havia sido elaborada como parte da chamada “pauta-bomba” dos partidos que compunham o “centrão” para minar o governo da então Presidente Dilma Rousseff. Ressuscitá-lo agora parece ter como único objetivo constranger o presidente Bolsonaro – que, quando deputado, apoiou essa PEC, bem como o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) seu filho. Se o objetivo era o mesmo, foi plenamente atingido.³⁶⁸

A aprovação da PEC contou com 448 a 3 no primeiro turno e 453 a 6 em segundo turno, com apenas uma abstenção; inclusive os deputados do partido de Bolsonaro, PSL, votaram em favor da referida PEC, o que evidencia um desalinhamento do governo para com os demais poderes, provocado especialmente pelas ações “do presidente Bolsonaro de desqualificar qualquer diálogo político, ao sugerir que as negociações em torno da aprovação de projetos no Congresso são corruptas por definição.”³⁶⁹

A indisposição do presidente em manter uma relação minimamente diplomática com as demais instituições representativas do poder político nacional afetava diretamente o avanço das almejadas reformas. A esse respeito, o *OESP* aponta:

A acidentada história do país mostra que presidente nenhum pode descuidar da articulação política no Congresso, ainda mais de forma tão deliberada como faz Bolsonaro. Essa lição se reveste de especial importância quando estão em jogo reformas de cuja aprovação depende a solvência do Estado.³⁷⁰

Além da reforma da Previdência, esteve na ordem do dia a reforma administrativa. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo* (*OESP*), a lentidão na aprovação das reformas era fruto da incapacidade do governo em dialogar com os demais poderes. No entanto, cabe

³⁶⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. Não é brincadeira. São Paulo, 29 de março de 2019. Versão digital.

³⁶⁸ Op. Cit.

³⁶⁹ Op. Cit.

³⁷⁰ Op. Cit.

ressaltar que a pauta das reformas foi também palco de conflitos protagonizados no âmbito da sociedade civil. Como aponta o jornal *Brasil de Fato*: “As ruas responderam com um retumbante ‘não’ à proposta de reforma da Previdência e aos retrocessos promovidos pelo governo Jair Bolsonaro (PSL).” O veículo refere-se à greve geral ocorrida em 14 de junho de 2019, que levou pessoas às ruas de 380 cidades do país para protestar contra a aprovação da reforma. “É um desdobramento da luta unitária das centrais sindicais, movimentos populares e setores progressistas pela educação pública e contra a reforma da Previdência.”³⁷¹

Nessa mesma perspectiva, servidores também foram às ruas para protestar contra a aprovação da reforma administrativa. Como aponta o *Brasil de Fato*: “A mobilização, convocada por centrais sindicais, denuncia a falta de diálogo por parte do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e os danos de uma eventual aprovação da reforma para o serviço público.”³⁷²

Para o *OESP*, a reforma administrativa se fazia necessária, tendo em vista a necessidade imediata de redução de gastos pelo governo. Para o jornal, além da redução dos gastos públicos, os efeitos da reforma poderiam ser bem mais amplos, gerando benefícios à população. Entre as pautas apresentadas, estava a necessidade de redução de cargos comissionados, tanto aqueles ocupados temporariamente por pessoas que não são servidores públicos quanto os ocupados por servidores, ocasionando remuneração extra; além disso, o jornal defendeu o estabelecimento de novas regras para que os órgãos públicos federais pudessem realizar concursos públicos:

Como informou o Estado, o novo decreto, que modificará o de número 6.944, imporá, como condição para a realização de concurso de admissão, que o órgão solicitante tenha digitalizado todos os serviços que podem ser oferecidos pela internet, convertido os processos administrativos que ainda estão em papel para formato eletrônico e revisto sua política de cessão de funcionários para outros órgãos.³⁷³

Ao propor uma política de redução dos concursos públicos e, por consequência, a redução dos servidores públicos, o jornal se insere num âmbito da política neoliberal. Como aponta a historiadora Carla Luciana Silva, os vínculos dos grandes órgãos jornalísticos brasileiros ao final do século XX – em extensão, podemos considerar também o século XXI – compõem um processo histórico que vinha sendo preparado para o país desde a ditadura empresarial militar, todavia, não se tratava de um projeto único a ser aplicado, mas de um

³⁷¹BRASIL DE FATO. Greve Geral termina com mobilizações em 380 cidades contra a reforma da Previdência. São Paulo, 14 de junho de 2019.

³⁷²BRASIL DE FATO. Milhares de servidores vão às ruas em 20 estados contra a reforma administrativa. São Paulo, 18 de agosto de 2021.

³⁷³ O ESTADO DE SÃO PAULO. Outra reforma necessária. São Paulo, 11 de fevereiro de 2019. Versão digital.

conjunto de medidas programáticas que deveriam ser aplicadas na medida em que os embates políticos vencidos permitissem.³⁷⁴

Outra questão também considerada pelo jornal no que se refere à aprovação da reforma administrativa é a redução das carreiras existentes no governo federal, diminuindo-as de 309 para vinte, além disso, o jornal aponta que tal medida poderia racionalizar a administração de pessoal, na medida em que eliminaria as disparidades salariais existentes no serviço público:

[...] Entre as distorções está o salário inicial muito elevado em determinadas carreiras, o que cria um abismo em relação aos salários de outras. Além disso, isso gera desestímulo para o profissional, pois, com a base inicial excessivamente alta, a possibilidade de progressão salarial ao longo do tempo se estreita muito.³⁷⁵

Num contexto em que os serviços públicos vivenciam um quadro de crise, a redução do número de carreira representa total desmonte, além disso, chama a atenção o fato de o jornal defender que a base inicial do salário deve ser nivelada por um valor menor, desconsiderando que as carreiras que iniciam com uma remuneração mais elevada, de maneira geral, são as chamadas carreiras de Estado, representadas por uma parcela ínfima de servidores públicos.

Como podemos perceber, a proposta de reforma administrativa defendida pelo jornal aqui em estudo afeta diretamente a oferta de serviços básicos, tendo em vista uma drástica redução no quantitativo de servidores, em função de um sistema prioritariamente digital. Cabe salientar que uma parcela desses usuários de órgãos públicos precarizados pela ausência de servidores serão os mesmos indivíduos afetados pela reforma da previdência, que também se utilizam dos serviços de saúde e educação públicas.

Tais reformas se encontram amparadas numa ordem econômica de cunho neoliberal, além disso, estão alinhadas a determinantes internacionais e a uma lógica de contrapartida estabelecida por organismos como o Banco Mundial para fins de manutenção das relações econômicas com o país.

Como aponta João Márcio Mendes Pereira, em maio de 2017, o Banco Mundial encaminhou um relatório econômico ao Brasil cuja palavra de ordem era “austeridade”. Conforme apresentado no referido documento, a “era de ouro do Brasil”, entre os anos de 2003 e 2013, havia se encerrado, portanto, para a manutenção das relações entre o país e a

³⁷⁴ SILVA, Carla Luciana. 2005, p.82.

³⁷⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. Outra reforma necessária. São Paulo, 11 de fevereiro de 2019. Versão digital.

instituição, era preciso um reordenamento econômico amparado em três focos específicos: austeridade fiscal, investimento no setor privado e desenvolvimento equitativo e sustentável.³⁷⁶

A Estratégia de Parceria com o País (EPP) 2018-2023, apresentada pela instituição, assumiu uma posição claramente militante em torno da austeridade fiscal, mas combinada com o discurso de equidade e combate à pobreza extrema, amparados na tese de que é possível cortar gastos em saúde e educação, que beneficiam os que se encontram em melhor situação econômica:

[...] Quando observamos de perto a quem o Banco se refere à luz da estrutura de distribuição de renda e de riqueza social, constatamos que, na verdade, são setores médios, dado que a linha de pobreza com a qual a instituição trabalha é muito baixa e a base da pirâmide é muito larga. Em momento algum o Banco mira na fração mais rica da sociedade (o 1% no topo da pirâmide), que não é usuária de serviços públicos de saúde e educação e que é relativamente pouco tributada no país. Assim, a ideia de “equidade” é acionada pelo Banco quando convém e manejada para dar legitimidade a medidas impopulares. [...] a medida considerada vital para o ajuste fiscal consiste em mais uma reforma ampla da previdência social.³⁷⁷

Ainda como aponta o autor, a EPP-2018-2023 defendeu a tese de que o setor público gastava muito e mal, gerando prejuízos aos mais pauperizados. Nesse sentido, o Banco apresentou uma série de ações voltadas para o corte de recursos no funcionalismo público, modificações na forma de compras públicas, reforma previdenciária e alterações na estrutura de financiamento em saúde, educação e assistência social. O documento atrelava, ainda, a austeridade fiscal ao combate à pobreza e à redução das desigualdades.³⁷⁸

Quanto à eleição e à atuação de Jair Bolsonaro, eram elementos ainda impensáveis quando o EPP 2018-2023 foi elaborado. O governo não foi objeto de avaliações públicas entre 2018 e 2021, ainda assim, o seu projeto político se encaminhou para a realização de medidas neoliberais manifestas através de declarações como “Vamos privatizar tudo”.³⁷⁹

Como podemos perceber, o discurso do *OEPS* encontra-se diretamente alinhado com a agenda estabelecida pelo Banco Mundial, inclusive no que toca aos seus argumentos voltados para o afinilamento dos gastos públicos em função de uma suposta equidade econômica, sem, no entanto, atingir a parcela do 1% mais rico da população. Nesse quesito, o jornal apontou a necessidade de cautela por parte do governo.

³⁷⁶ PEREIRA, João Márcio Mendes. 2020, p.123.

³⁷⁷ Op. Cit., p. 122-123.

³⁷⁸ Op. Cit., p.125.

³⁷⁹ Op. Cit.

Em editorial intitulado “A ministra tem razão”, o *OESP* destaca a assertividade da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, ao defender “cuidado na redução de benefícios à agropecuária, maior estrela do comércio exterior brasileiro e principal fonte de segurança cambial do país.” Para o jornal, o agronegócio tem um papel central na garantia do abastecimento interno e controle da inflação no país:

Paulo Guedes pode ter razões muito boas para propor a redução de subsídios custeados pelo Tesouro. Mas poderá evitar erros muito graves se ouvir as ponderações de sua colega da Agricultura. Produção, abastecimento e exportação envolvem muito mais que abstrações financeiras.³⁸⁰

A posição da ministra da Agricultura refere-se à agenda de cortes apresentada pelo ministro da Economia, com o intuito de reduzir os subsídios do agronegócio e as linhas de crédito rural do plano Safra. Tal proposta foi objeto de contestação por parte da bancada ruralista, como aponta o jornal *Valor Econômico*:

Renovada, a bancada ruralista do Congresso, aliada de primeira hora do governo do presidente Jair Bolsonaro, começa a contestar a agenda liberal proposta pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Alguns deputados dizem nos bastidores que o governo pode até perder votos da bancada a favor da reforma da Previdência caso não aceite debater as pautas do setor, como o fim de crédito subsidiado para grandes produtores.³⁸¹

A matéria apresentada demonstra de maneira clara a relação conflituosa estabelecida entre o Ministério da Economia e uma parcela da bancada aliada, bem como entre outros ministérios, tendo em vista que a ministra da Agricultura também saiu em defesa dos interesses do grupo para o qual atua. Chama a atenção, ainda, a posição apresentada pelo líder da bancada ruralista na câmara, Deputado Alceu Moreira, do MDB, segundo o qual Paulo Guedes precisava ouvir o setor: “é o mais importante do país”. Além disso, uma relação amistosa com os ruralistas era necessária, tendo em vista a necessidade de aprovação de outras reformas, como a da Previdência.³⁸²

Diante desse conflito protagonizado por interesses de classes em disputa no interior do próprio governo, o *OESP* também manifestou sua posição em favor dos ruralistas: “Ao recomendar cuidado antes de qualquer alteração, a ministra vai muito além, é bom sublinhar, da mera defesa de interesses de grupos ou mesmo de um setor. A sua defesa é da economia brasileira.”³⁸³ Nesse momento, é interessante notar que o mesmo jornal que defende a

³⁸⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. A ministra tem razão. São Paulo, 12 de fevereiro de 2019. Versão digital.

³⁸¹ ZAIA, Cristiano. Bancada ruralista opõe-se a agenda liberal de Paulo Guedes. *Valor Econômico*. Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

³⁸² Op. Cit.

³⁸³ O ESTADO DE SÃO PAULO. A ministra tem razão. São Paulo, 12 de fevereiro de 2019. Versão digital.

urgência em estancar a sangria dos cofres públicos através dos “onerosos” gastos com previdência e funcionalismo público, apresenta uma ênfase diferente no seu discurso, ao apontar que “Subsídios enormes são concedidos ao agronegócio nas economias desenvolvidas e em parte das emergentes”. O mesmo comparativo com os países desenvolvidos é utilizado para justificar o ajuste fiscal por meio de cortes em serviços básicos. Além disso,

[...] A ajuda proporcionada aos produtores brasileiros é muito modesta, diante dos padrões dominantes no mercado. Embora pequena, sua eliminação seria imprudente, num ambiente de concorrência deformada por barreiras protecionistas e grandes subvenções.³⁸⁴

Apesar disso, o jornal aponta que o agronegócio tem sido competitivo no cenário internacional, portanto, cabia ao ministro da Economia e às demais pastas do governo facilitar a vida dos exportadores e de outros setores através da eliminação da tabela de fretes e simplificação do comércio: “Pode-se ajustar o Orçamento sem desarranjar a produção. O ministro Guedes deve saber disso”.³⁸⁵

A historiadora Virginia Fontes, no prefácio da obra *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*, aponta que o agronegócio se tornou uma “grande empresa agrário-capitalista-financeira”, atrelada a uma longa história de interpenetração no Estado, construída por uma trama de entidades patronais.³⁸⁶

Segundo a historiadora Sônia Regina de Mendonça, o agronegócio no Brasil envolve uma cadeia de atividades altamente empresarializadas e financeirizadas, cujo produto final destina-se, prioritariamente, à exportação, particularmente no contexto de inícios do processo de desindustrialização brasileira, caracterizado pela abertura externa do país e com a sexta população mais mal alimentada do mundo.³⁸⁷

Ainda como aponta a autora, em estudo sobre a atuação da Associação Brasileira de Agribusiness – Abag –, que tinha como intuito a afirmação do agronegócio no Brasil, trata-se de uma associação empresarial, mas que se amparou na retórica neoliberal dos anos 1990: segurança alimentar e competitividade, elementos aparentemente incompatíveis com os reais interesses da associação, foram rapidamente compatibilizados, uma vez que transformaram o agronegócio brasileiro em um dos principais agentes da própria segurança alimentar mundial, e não apenas uma cadeia empresarial de cunho prioritariamente lucrativo. “‘A responsabilidade social’ dos empresários do agronegócio com a sustentação alimentar de uma

³⁸⁴O ESTADO DE SÃO PAULO. A ministra tem razão. São Paulo, 12 de fevereiro de 2019. Versão digital.

³⁸⁵ Op. Cit.

³⁸⁶ FONTES, Virginia. In: MENDONÇA, Sonia Regina de. 2010, p.19, prefácio.

³⁸⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, 222.

comunidade internacional altamente ‘globalizada’ seria o grande argumento de sua legitimação e da produção de consenso em âmbito nacional.”³⁸⁸

Outro fator relevante ao se analisar a associação estudada por Mendonça é a diversidade de instituições que a compuseram, desde empresas ligadas à produção e ao aperfeiçoamento de sementes até aquelas vinculadas à grande mídia, como a TV Globo e o grupo *O Estado de São Paulo*.³⁸⁹ Portanto, quando esse jornal se manifesta de maneira enfática defendendo uma maior concessão de recursos públicos para o agronegócio, está atuando também em torno de interesses particulares.

De outro lado, está posto aqui um conflito no interior do próprio governo em torno de interesses distintos; ao ministro da Fazenda interessava sobremaneira cortar recursos estatais de alguns setores, enquanto à ministra da Agricultura e à bancada ruralista aliada do governo na Câmara interessava cortar gastos, desde que esses cortes não atingissem a sua fração de classe.

As disputas e conflitos que perpassaram todo o governo Bolsonaro não foram suficientes para impedir que as reformas fossem encaminhadas e aprovadas, ainda assim, *O Estado de São Paulo* se manteve constantemente em alerta em relação tanto ao andamento dos projetos de reformas quanto aos muitos escândalos que perpassaram a cúpula governamental. Além disso, também esteve na ordem do dia a preocupação de que as reformas ocorressem dentro do script que as frações de classes no poder almejavam.

O temor quanto a uma reforma que se apresentasse fora dos parâmetros esperados se manifestou na crítica a falas do Presidente; o editorial de 5 de janeiro manifestou seu descontentamento com uma fala de Bolsonaro, durante uma entrevista ao canal SBT, em que defendeu a idade mínima para aposentadoria de 62 anos para homens e 57 para mulheres, demonstrando um descompasso com a proposta de reforma previdenciária em exame no Congresso, cuja idade mínima para aposentadoria era de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Para o *OESP*, a fala do Presidente havia provocado alvoroço e confusão no mercado financeiro, tendo em vista que não se sabia como reagiriam os investidores, logo, para o jornal, Bolsonaro abriu espaço para hipóteses das mais diversas:

- 1) a fala presidencial mostra descompasso com a equipe econômica. Qual será a influência real de um ministro da economia assim desprestigiado? 2) o presidente resolveu propor mudanças mais brandas que as previstas no projeto em exame no Congresso. [...]; 3) um dos efeitos dessa atitude será a redução do poder de barganha do Executivo. Os negociadores entrarão em campo já em desvantagem; o presidente está pouco interessado na reforma

³⁸⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. 2010, p. 221.

³⁸⁹Op. Cit., p. 224.

da Previdência, aceita resultados pobres e quer livrar-se facilmente do assunto.³⁹⁰

Mais uma vez, a reforma da Previdência retorna às páginas do jornal como assunto de primeira ordem, tanto pela urgência almejada na aprovação quanto pela forma como deveria ser processada. Aqui também é possível identificar uma separação estabelecida pelo jornal entre o posicionamento de Jair Bolsonaro e o de Paulo Guedes, tanto quando aponta descompasso do presidente com a equipe econômica quanto no momento em que retoma as afirmações do próprio Guedes:

A reforma da previdência tem sido apontada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como o primeiro e mais importante desafio do novo governo. O presidente Jair Bolsonaro parecia, até a entrevista de quinta-feira, concordar com esse ponto de vista, partilhado por analistas nacionais e estrangeiros de alta reputação profissional. Essa ainda é, espera-se, a sua posição. Nesse caso, falta apenas agir de acordo com a importância dessa reforma, essencial para o sucesso da nova administração.³⁹¹

Para o jornal, a reforma da previdência visava a demarcar o novo cenário no mundo do trabalho, tendo em vista que a população tem estado cada vez mais longeva, bem como faria a correção das disparidades entre servidores do setor público e privados. Além disso:

[...] o país precisaria se adaptar ao novo mundo do trabalho, em especial ao crescimento das relações de trabalho atípicas em detrimento do emprego tradicional. A revolução digital faz com que modalidades como o trabalho temporário, o autoemprego ou a contratação independente sejam cada vez mais comuns.³⁹²

Segundo dados apresentados pelo próprio jornal, o índice de trabalhadores em regime CLT no país era de 38,9%; os servidores públicos correspondiam a 8,5%. Por outro lado, o número de trabalhadores autônomos era de 52,6%, o que implica dizer que metade dos trabalhadores já se encontrava sem proteção social. Isso significava, ainda, um volume de arrecadação previdenciária cada vez mais reduzido.³⁹³

A esse respeito, o sociólogo Ricardo Antunes, em sua obra *O Privilégio da Servidão*, ao analisar as experiências dos trabalhadores em diferentes partes do mundo, na era global e com a emergência do trabalho digital, aponta que a insegurança e a instabilidade são traços constitutivos dessa modalidade de trabalho. Constitui-se, portanto, um modelo de trabalho sem contratos, em que o trabalhador não tem a previsibilidade de horas a cumprir e nem dos

³⁹⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. Confusão. São Paulo, 5 de janeiro de 2019. Versão digital.

³⁹¹ Op. Cit.,

³⁹² O ESTADO DE SÃO PAULO. A velha previdência e o novo trabalho. São Paulo, 8 de abril de 2019. Versão digital.

³⁹³ Op. Cit.

direitos assegurados. A atividade laboral é definida pela demanda, momento em que os trabalhadores são acionados para atender a jornada intermitente. As corporações, por sua vez, expandem a uberização e consolida-se, assim, uma nova modalidade de trabalho, “o escravo digital”.³⁹⁴

Nesse sentido, aquilo que o jornal aqui em estudo busca apresentar enquanto modelo de justiça para defender uma mudança na política previdenciária, retirando ainda mais direitos da classe trabalhadora, nada mais é do que a difusão de um modelo de trabalho ainda mais precarizado, uma vez que o trabalhador não tem os seus direitos assegurados.

Antunes aponta, ainda, que os trabalhadores submetidos a essas modalidades de trabalho, com contratos “zerados”, “uberizados”, “pejotizados”, “intermitentes”, “flexíveis”, são obrigados a cumprir metas, que são impostas, na maioria das vezes, através da prática de assédio, ocasionando adoecimentos, depressões e, em última instância, suicídio.³⁹⁵

De outro lado, tais mudanças são amenizadas no mundo empresarial por meio da própria linguagem utilizada, que ressignifica e adultera o real sentido das palavras: “colaboradores”, “parceiros”, “resiliência”, “responsabilidade social”, “sustentabilidade” são exemplos desse vocabulário. Todavia, no plano prático das reestruturações e inovações, o que se apresenta é mais informalidade, subemprego, jornadas intermitentes e menos direitos: “para tentar ‘amenizar’ esse flagelo, propaga-se em todo o canto um novo subterfúgio: o ‘empreendedorismo’, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será.”³⁹⁶

Quando um veículo da grande mídia nacional aponta a necessidade de se promoverem reformas, tendo em vista a assunção de um modelo supostamente mais equânime que atenda à demanda de toda a sociedade em detrimento de uma minoria privilegiada de servidores públicos, o que está em questão é “conquistar os corações e mentes” daqueles que vivem sem direitos para a retirada daqueles que os possuem, e não a sua universalização.

A aprovação da reforma previdenciária foi um passo ambicioso rumo à retirada de direitos adquiridos através de lutas históricas protagonizadas pela classe trabalhadora. Esse passo encontra-se na ordem do dia de um projeto de poder de cunho autocrático burguês, cuja base se ampara em:

[...] consolidar o poder burguês através do fortalecimento das estruturas e funções nacionais de sua dominação de classe. O que entra em jogo,

³⁹⁴ ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018, p.23.

³⁹⁵Op. Cit., p.35.

³⁹⁶Op. Cit., p.38.

portanto, não são as compulsões igualitárias (por mais formais e abstratas que sejam) de uma comunidade política nacional, mais ou menos complexa e heterogênea. Mas o alcance dentro do qual certos interesses especificamente de classe podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda a comunidade nacional e tratados como se fossem “os interesses da nação como um todo”.³⁹⁷

3.3 O governo Bolsonaro e a pandemia da Covid-19

No dia 11 de março de 2020, foi anunciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a pandemia da Covid-19. No dia seguinte ao anúncio da OMS, *O Estado de São Paulo* publicou em matéria de capa: “Organização Mundial da Saúde declara pandemia por coronavírus”. O texto aponta que a OMS reconheceu a disseminação do vírus em âmbito global, tendo em vista que o número de casos havia atingido mais de 118 mil em 114 países, além disso, já se calculava em torno de 4.291 mortes registradas. A matéria em questão ressalta as medidas adotadas para conter o vírus em países como China e Coreia, e a estratégia italiana, onde o primeiro-ministro havia anunciado o fechamento de todos os estabelecimentos comerciais, com exceção dos segmentos de alimentação e saúde.³⁹⁸

A matéria assinada pela jornalista Giovana Girardi também destaca a fala do diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, no que diz respeito à ação governamental: “Em outro momento de sua fala, o diretor pediu mais uma vez para que os países ajam rapidamente no sentido de detectar, testar, tratar, isolar e rastrear casos. Se todos fizerem isso, diz, os países podem impedir a transmissão comunitária”.³⁹⁹

Como observado, a matéria informa de maneira objetiva a existência da pandemia ocasionada em decorrência da proliferação de um vírus que pode ser letal, também sinaliza os caminhos trilhados por aqueles países que haviam se destacado, ainda que de maneira incipiente, na contenção do vírus, por meio de testagens, rastreamento e isolamento. Chama a atenção o editorial publicado pelo *OESP* na mesma data da matéria supramencionada; nele, a tônica do debate se modificou, uma vez que a questão central deixou de ser a proliferação do vírus e passou a ser os impactos da pandemia para a economia.

O editorial, intitulado “O perigo econômico da inação”, inicia com as seguintes afirmações:

Mercados voltam a desabar, a pandemia foi declarada, o governo americano prometeu liberar US\$ 200 bilhões, europeus anunciam investimentos de 25

³⁹⁷ FERNANDES, Florestan. 2020, p.298.

³⁹⁸ GIRARDI, Giovana. Organização Mundial da Saúde declara pandemia de novo coronavírus. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 12 de março de 2020. Versão digital.

³⁹⁹ Op. Cit.

bilhões de euros e novas medidas de proteção se multiplicam, mas o governo brasileiro ainda se negava, ontem, a reconhecer a emergência econômica.⁴⁰⁰

De imediato, é imperioso destacar que a gravidade da pandemia é colocada em segundo plano em relação à “emergência” econômica, mas o jornal prossegue retomando uma fala do secretário especial da Fazenda, de que a resposta para a crise se encontrava no pacote de reformas, o qual foi cobrado pelo veículo: “Em quanto tempo será aprovado o tal conjunto de reformas?”. Nesse caso, é chamada a atenção para as reformas administrativa e tributária, e para a postura “indiferente” do governo quanto aos encaminhamentos das propostas no sentido de dar uma “resposta sólida” tanto à crise externa quanto à interna.⁴⁰¹

O jornal destaca o protagonismo que seria exercido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através de uma política de empréstimos e reembolsos, e o Banco Central (BC), apontado como a fonte mais segura contra os efeitos econômicos da pandemia, uma vez que manteria o controle da política de juros. Ainda assim, o jornal ressalta que a ação das duas instituições é limitada, tendo em vista a postura de negação da emergência observada no presidente da República e no ministro da Economia.⁴⁰² Estava dada a tônica do jornal em relação à crise sanitária e à posição assumida pelo presidente, pois, se houve uma crítica ao posicionamento negacionista que foi assumido por Bolsonaro ao longo de todo o período pandêmico, as preocupações estiveram centradas, prioritariamente, nos efeitos de natureza econômica que tal postura poderia acarretar.

Gilberto Calil aponta que o negacionismo apresenta distintas dimensões, que vão desde aqueles que negaram a existência do holocausto, o negacionismo ambiental e científico, até o negacionismo da pandemia. Ainda segundo o autor, o negacionismo remonta à negação do holocausto na década de 1960, enquanto no Brasil, o auge das publicações de cunho negacionista esteve centrado entre os anos de 1986 e 2001, através das publicações da Editora Revisão, sediada em Porto Alegre.⁴⁰³

O negacionismo brasileiro encontra-se associado à negação do caráter violento da escravidão, mas, prioritariamente, à recusa da existência do terror praticado pela ditadura militar entre 1964 e 1985. Jair Bolsonaro, por sua vez, se ampara nesta vertente, uma vez que reivindica a herança truculenta da ditadura, especialmente no que diz respeito ao seu caráter repressivo.

⁴⁰⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. O perigo econômico da inação. São Paulo, 12 de março de 2020. Versão digital.

⁴⁰¹ Op. Cit.

⁴⁰² Op. Cit.

⁴⁰³ CALIL, Gilberto. 2020, p.100-101.

Para além do negacionismo histórico, já antes da pandemia, Bolsonaro reproduzia também o negacionismo científico, especialmente recusando-se a reconhecer o aquecimento global. Além de desqualificar a mudança climática, Bolsonaro colocou no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério das Relações Exteriores dois notórios negacionistas climáticos. Enquanto o primeiro, Ricardo Salles, sustenta que as mudanças climáticas não têm relação com a ação humana, o segundo, Ernesto Araújo, apresenta uma formulação conspiracionista afirmando que “O globalismo tem hoje três instrumentos. Um é a ideologia das mudanças climáticas, outro é a ideologia de gênero e o terceiro, a *oikofobia*, o ódio à sua própria nação”.⁴⁰⁴

Portanto, o negacionismo da pandemia manifestado abertamente pelo presidente encontra-se em linha de continuidade com posições por ele apresentadas anteriormente. Além disso, mesmo em meio à pandemia da Covid-19, o governo Bolsonaro se utilizou das redes sociais para atacar aqueles eleitos por ele como alvos prioritários: os governos estaduais, os ambientalistas ou a sociedade civil organizada que se posicionou criticamente contra a destruição ambiental, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Supremo Tribunal Eleitoral (TSE). Através da difusão de *fake news*, o governo buscou colocar a população contra as instituições.⁴⁰⁵

No que diz respeito ao jornal *O Estado de São Paulo*, o veículo manifestou sua insatisfação nos ataques desferidos pelo presidente e seus ministros contra a imprensa. “Desde que assumiu a presidência da República, o modo como Bolsonaro se relaciona diariamente com repórteres colide frontalmente com essas orientações sensatas e fundamentais para o bom funcionamento do estado de Direito”.⁴⁰⁶ As orientações às quais o jornal se refere trata da cartilha divulgada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, documento organizado e divulgado originalmente em 2018, durante o governo Michel Temer, e reeditado no governo Bolsonaro, conforme recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Portanto, havia uma contradição entre o documento divulgado e a postura do presidente em relação aos profissionais da comunicação.

Segundo pesquisa divulgada há dois meses pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 2019 houve, em relação ao ano anterior, um aumento de 54% nos ataques físicos e morais contra profissionais de comunicação no Brasil. Em números absolutos, foram 208 ataques, dos quais 121 foram feitos por Bolsonaro por meio de entrevistas, transmissões ao vivo e em seu perfil no *Twitter*.⁴⁰⁷

⁴⁰⁴CALIL, Gilberto. 2020, p.102.

⁴⁰⁵ ÁVILA, Gomide. SILVA, Michelle Morais Sá e. LEOPOLDI, Maria Antonieta. 2023, p.19.

⁴⁰⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO A cartilha que Bolsonaro não leu. São Paulo, 13 de março de 2020. Versão digital.

⁴⁰⁷ Op. Cit.

Nessa mesma perspectiva, o jornal também criticou aquilo que definiu como uma falsa crise, criada pelo Presidente, ao mesmo tempo que desviava o foco para as verdadeiras crises, uma sanitária e uma econômica. Em relação à primeira, o jornal apontou: “A crise do coronavírus é concreta, não uma ‘fantasia’ criada pela ‘grande mídia’, como disse o presidente Jair Bolsonaro”. Assim como a disseminação de um vírus em escala global foi tratada com desdém pelo presidente, a crise econômica e os poucos resultados apresentados na área após o primeiro ano de governo foram também desconsiderados, “enquanto milhões de cidadãos continuam a enfrentar a dura realidade do desemprego graças ao crescimento pífio do PIB sob Bolsonaro, o governo tenta convencer o distinto público de que tudo vai bem”.

O ministro da Economia, também foi alvo das críticas do jornal, pois, diante dos possíveis efeitos provocados pela pandemia, Paulo Guedes declarou que estava tranquilo diante da crise sanitária e seus impactos econômicos. O teor das críticas ao presidente e sua equipe ministerial esteve centrado no recorrente conflito manifesto pelo jornal, ao longo de todo o governo Bolsonaro, protagonizado pelas demandas econômicas que o veículo defendia como prioritárias e as manifestações de caráter ideológico que, na maioria das vezes, interferia na celeridade das ações realizadas para atender à agenda proposta. Nas palavras do jornal:

Enquanto trata problemas reais e graves como pouco relevantes, o presidente da República despende a energia que extrai de seu cargo com crises inventadas pela inesgotável imaginação dos bolsonaristas. O mais recente delírio manifestado pelo presidente foi a denúncia de que a eleição de 2018 foi “fraudada”.⁴⁰⁸

Retomamos aqui um elemento que perpassou as páginas do jornal ao longo de todo o governo Jair Bolsonaro, a crítica à posição marcadamente ideológica do presidente e sua equipe, manifestada naquilo que o jornal definiu como “devaneios persecutórios e conspirativos”. Além disso, ao mobilizar o caos político, o governante deixava à margem as ações em prol da economia e da crise sanitária que se abatia sobre o país, concluindo que, para o jornal, “a verdadeira crise do País é não ter governo, justamente quando ele é mais necessário”.⁴⁰⁹

Na avaliação do *OESP*, o Brasil vivenciava uma crise de estadistas, diante do excesso de governantes despreparados e inábeis à função de liderar, tendo em vista que: “Nesses tempos de vulgaridade militante, confunde-se liderança política com a capacidade de

⁴⁰⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. As falsas crises, e a verdadeira. São Paulo, 15 de março de 2020. Versão digital.

⁴⁰⁹ Op. Cit.

arregimentar seguidores em redes sociais.” Além disso, ao tentar mobilizar a opinião pública por meio de polêmicas, o presidente tentava disfarçar sua incapacidade para a governança. “No Brasil, o cargo do estadista está vago, pois temos um presidente que não está a altura nem do cargo, nem dos desafios que lhes apresentam.”

Observa-se aqui, portanto, um desapontamento por parte de *O Estado de São Paulo*, diante da posição assumida por Jair Bolsonaro frente aos intentos dos setores dominantes da sociedade. Retomamos, portanto, a reflexão acerca do caráter bonapartista do governo Bolsonaro, tendo em vista que, assim como a burguesia francesa se viu alijada do poder político diante da mudança na postura de Luís Bonaparte após assumir o poder no âmbito de uma luta contrarrevolucionária,⁴¹⁰ o presidente vitorioso no desfecho de uma trama golpista, no Brasil, não se portou no sentido de atender prontamente às demandas desses segmentos, mas, no intuito de dar andamento a um projeto particular, priorizou a fascistização do regime político, através de um golpe de Estado.

É preciso considerar que, tratando-se de um jornal que atuou em torno do golpe de 1964 e que, mesmo sofrendo a censura do regime empresarial militar, assumiu a sua defesa como um período necessário, a existência de um golpe não se constitui uma questão prioritária. Nesse sentido, cabe um questionamento: por que as inclinações golpistas propagadas por Bolsonaro despertavam tamanha preocupação no jornal?

A hipótese encontra-se no fato de que uma ditadura empresarial militar apresenta certa previsibilidade aos interesses do capital; de outro lado, a existência de um regime de caráter fascista não implica qualquer garantia aos setores burgueses. Jair Bolsonaro, no intuito de levar adiante o seu projeto fascistizante, colocou em segundo plano as almejadas reformas, que não haviam avançado na forma e celeridade que o jornal pretendia; com exceção da reforma previdenciária, aprovada no primeiro ano de governo, as reformas administrativa e tributária não se encontravam em estágio adiantado.

O presidente eleito demonstrava, portanto, incapacidade de levar adiante o projeto autocrático burguês para o qual havia sido eleito. Tal incapacidade se manifestava, especialmente, quando Bolsonaro promovia uma desagregação das forças políticas através da desordem provocada em virtude de seus discursos e ações de caráter golpista.

Uma vez vitorioso em sua empreitada, o bonapartismo de Bolsonaro se manifestaria em sua face mais violenta por meio da proeminência dos elementos coercitivos em detrimento dos consensuais; tomando como marco o golpe de 2016, que teve um caráter preventivamente

⁴¹⁰ MARX, Karl. 2011.

contrarrevolucionário, uma ditadura bolsonarista visava, acima de tudo, à aberta coerção de classe, o que não constitui uma novidade quando se trata do presidente eleito, tendo em vista as declarações escancaradamente violentas de Jair Bolsonaro durante o período em que atuou como Deputado Federal, a exemplo da dedicação do seu voto pelo impedimento de Dilma Roussef ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra. Além disso, durante o seu primeiro ano de governo, Bolsonaro também realizou alterações no Estatuto do Desarmamento, documento que havia sido sancionado em 2003, durante o primeiro governo Lula da Silva. O Decreto de Bolsonaro ampliou as categorias aptas a portar armas; enquanto o Estatuto de 2003 restringia esse direito a policiais, profissionais de segurança e promotores, o presidente abriu espaço para políticos de todas as esferas, jornalistas, agentes de trânsito, motoristas de veículos de carga, proprietários rurais e conselheiros tutelares.⁴¹¹

Para *O Estado de São Paulo*, a postura assumida por Jair Bolsonaro durante a pandemia deixava evidente a existência de um projeto particular de poder, tendo em vista que o Presidente, ao violar as orientações médicas de manter o isolamento social, após ter participado de uma manifestação com seus apoiadores, em Brasília, demonstrou irresponsabilidade com a saúde dos brasileiros,

[...] bem como com os impactos econômicos e sociais tremendos da quarentena a que o país começa a ser submetido para tentar frear o avanço da Covid-19. A única coisa que interessa a Jair Bolsonaro é seu projeto de poder, que está acima do Brasil e de todos os brasileiros.⁴¹²

Além disso, o jornal criticou as falas do presidente, nas quais tratou as preocupações com a crise sanitária como uma “histeria”, e quando alegou que a orientação para que fosse adotado o isolamento social se tratava de um “golpe” projetado pelos presidentes da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre. De outro lado, o jornal ressaltou a postura de alguns ministérios, como o Ministério da Saúde, sob encargo do ministro Luiz Henrique Mandetta, “que tem se desdobrado para fornecer informações de qualidade ao público e a preparar o sistema para receber o fluxo de doentes, que deve se multiplicar nas próximas horas.” Também foi ressaltada pelo jornal a atuação do ministro Paulo Guedes, à frente do Ministério da Economia: “ainda que tenha demonstrado hesitação num primeiro momento, tomou algumas boas medidas para o enfrentamento imediato da crise.”⁴¹³

⁴¹¹ BRASIL, República Federativa do. DECRETO N.º 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019. Brasília, 25 de junho de 2019.

⁴¹² O ESTADO DE SÃO PAULO. Um presidente contra o País. São Paulo, 17 de março de 2020. Versão digital.

⁴¹³ Op. Cit.

Em outro editorial, o jornal retomou as declarações do ministro Paulo Guedes, ao anunciar o pacote de medidas visando a conter os impactos econômicos da crise sanitária. Na ocasião, foi reforçado que a pandemia, além de levar milhares de pessoas à morte, também devastava a economia global, uma vez que reduziu o consumo, a produção e o emprego. Para o jornal, o pacote anunciado pelo ministro, de injeção de 147,3 bilhões na economia, se apresentava como uma boa novidade, ainda que estivesse atrasado e tivesse um caráter tímido, o que demonstra um governo hesitante em atuar. O jornal também ressaltou o reduzido impacto fiscal da medida e abriu um questionamento: “se é possível agir sem ampliar o buraco das contas públicas, por que tanta demora? A resposta parece bem clara. A equipe econômica só agiu agora porque demorou a reconhecer os efeitos da pandemia.”⁴¹⁴

Os recursos anunciados no referido pacote seriam destinados ao adiantamento de parcelas de 13.º a aposentados e pensionistas, ao pagamento de abonos salariais, extensão no prazo de pagamentos do FGTS pelas empresas e adiamento do prazo de recolhimento de impostos. Além disso, uma parte desses recursos seria utilizada para a incorporação de mais pessoas ao Programa Bolsa Família, uma vez que a fila de candidatos ingressantes ao programa vinha aumentando muito antes da eclosão da pandemia. “O governo jamais deveria ter contribuído para a formação dessa fila. Mas o problema se acumulou e, diante disso, as autoridades deveriam tê-lo enfrentado no início no começo do ano.” Nesse aspecto, o jornal reforça o argumento inicial de que as medidas apresentadas, na prática, não apresentam um alto impacto, uma vez que o governo apenas buscou sanar com atraso uma demanda anterior à eclosão a crise sanitária. “Com esse contrabando se cruzam duas histórias, a da pandemia de um vírus e a do Bolsa Família, menos épica, mas também dramática e infelizmente vergonhosa em alguns de seus episódios.”⁴¹⁵

Se, por um lado, o pacote de medidas proposto pelo presidente e seu ministro da economia foi considerado pelo *OESP* uma medida pouco efetiva para a contenção da crise econômica que se abatia no país como consequência da pandemia, por outro, considerou louvável a postura dos demais poderes, que, diante da urgência na contenção do vírus, aprovaram em regime de urgência uma série de medidas que visava à redução do contágio da Covid-19 e à minimização dos seus impactos de natureza econômica. Nesse sentido, o jornal afirmou:

⁴¹⁴O ESTADO DE SÃO PAULO. Um contrabando no pacote econômico. São Paulo, 18 de março de 2020. Versão digital.

⁴¹⁵Op. Cit.

O ajuste fiscal é uma evidente necessidade do País. No entanto, diante da pandemia do novo coronavírus, o reequilíbrio das contas públicas deixa de ser prioridade absoluta. A urgência agora é salvar vidas e prover todas as condições possíveis para que a economia seja afetada o menos possível.⁴¹⁶

O jornal manifestava satisfação com as ações que vinham sendo tomadas no campo econômico pela Câmara de Deputados e Senado, mas manteve um posicionamento crítico em relação à postura negligente com que Bolsonaro permanecia tratando a crise sanitária. O efeito imediato da explícita apatia do presidente com respeito àqueles que haviam sido contaminados ou morreram por conta do vírus foi a redução nos índices de popularidade.

O *OESP*, ao se referir a um painel protagonizado pela população contra Jair Bolsonaro, apontou que a população se encontrava cansada de um presidente que apenas ampliava as crises, além disso, chamou a atenção para a ausência de coerência nos discursos do presidente, que tentava se apresentar mais comedido em relação aos demais poderes frente à sua visível perda de popularidade, a qual o jornal destaca:

Na mesma frase em que pregava a união de todos para enfrentar a crise, o presidente disse que “o caos só interessa aos que querem o pior para o Brasil.” Ou seja, mesmo quando precisa demonstrar que governa para todos e no interesse coletivo, continua a valer-se de suas fantasias conspirativas para propagar sua mensagem divisionista e de ódio, com a qual construiu sua carreira política e chegou à Presidência. O lobo pode até perder o pelo, mas jamais perderá o vício.⁴¹⁷

O jornal criticou também a forma como Bolsonaro havia se posicionado em coletivas de imprensa para tratar das ações do governo de contenção da pandemia. Segundo o jornal, enquanto alguns ministros buscaram esclarecer os jornalistas sobre as ações voltadas ao combate do vírus, o Presidente usou o momento para chamar a atenção para si mesmo e capitalizar o desempenho do governo. Em suas próprias palavras:

Nosso time está ganhando de goleada. Duvido que quem vier me suceder um dia, acho muito difícil, consiga montar uma equipe como eu montei. E tive a coragem de não aceitar pressões de quem quer que seja. Então, se o time está ganhando, vamos fazer justiça, vamos elogiar seu técnico, e seu técnico se chama Jair Bolsonaro.⁴¹⁸

Além de tomar para si os supostos avanços protagonizados pela equipe ministerial na luta contra a Covid-19, Bolsonaro também se utilizou do momento para atacar, novamente, os veículos de comunicação e descredibilizar a existência do próprio vírus, ao reafirmar que se

⁴¹⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. A voz da responsabilidade. São Paulo, 19 de março de 2020. Versão digital.

⁴¹⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. Com os nervos à flor da pele. São Paulo, 19 de março de 2020. Versão digital.

⁴¹⁸ BOLSONARO, Jair *apud* O ESTADO DE SÃO PAULO. Cabotismo. São Paulo, 20 de março de 2020. Versão digital.

tratava de “histeria” alimentada pela imprensa. Para o jornal, “ficará para a história a desfaçatez de um presidente que usa um momento tão delicado da vida nacional para se promover e para inventar inimigos, em especial a imprensa com indisfarçáveis propósitos autoritários.”⁴¹⁹

Retomamos aqui a tese de que Jair Bolsonaro não foi o candidato que as frações burguesas almejavam enquanto presidente, mas, na ausência de quadro orgânico oriundo desse bojo, Bolsonaro emergiu enquanto alternativa, uma solução bonapartista. Sua função, nesse sentido, implicava manter o equilíbrio entre a existência de um regime político formalmente democrático e a aberrante desigualdade social, que vinha se aprofundando cada vez mais com a perda de direitos e o avanço de uma política de austeridade econômica.

O cientista político, Luis Felipe Miguel, ao analisar o período convencionalmente chamado de “intervalo democrático”, aponta que, no Brasil, não se construiu nada que nos remetesse a um Estado de bem-estar social, uma vez que não há muita tolerância por parte dos grupos dirigentes com um regime político de igualdade social. Ações tímidas que visam à redução dos abismos sociais são consideradas inaceitáveis e levam à promoção de ações que desestabilizam a ordem política. Logo, só prospera no país uma democracia profundamente “autolimitada” e que contenha qualquer impulso rumo à redução das desigualdades.⁴²⁰

Uma vez no poder, Jair Bolsonaro visou à instauração de um regime de caráter fascista; por outro lado, a imprensa burguesa almejava o cumprimento de uma agenda amparada numa democracia restrita, manifesta especialmente no encaminhamento de projetos econômicos como a reforma da previdência, que afeta diretamente a vida da classe trabalhadora e fere direitos adquiridos. Bolsonaro, por sua vez, atuou no sentido de manifestar explícito apreço à violência contra aqueles por ele considerados inimigos; entre esses inimigos, encontra-se a própria imprensa que o auxiliou na chegada ao poder. Além disso, quando na presidência, Bolsonaro não demonstrou compromisso com o programa para o qual havia sido eleito, mas sim com o seu projeto particular de poder, cujo desfecho uma vez vitorioso seria um autogolpe.

Ainda que a crítica ao Bolsonarismo se manifeste em diferentes momentos nas páginas do jornal, o petismo não deixou de ser alvo do veículo, sendo apresentado como uma ameaça maior que o próprio bolsonarismo. Retomando argumentos já utilizados durante a campanha eleitoral de 2018, o *OESP* afirmou que “lulopetismo e bolsonarismo são da mesma cepa”, pois, de um lado, Bolsonaro se utilizava do vírus para atacar a imprensa e governadores, do

⁴¹⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Cabotinismo. São Paulo, 20 de março de 2020. Versão digital.

⁴²⁰ MIGUEL, Luis Felipe. 2019, p.41-42.

outro, o PT se aproveitava da comoção em torno do contexto pandêmico para estimular manifestações contra Bolsonaro, inclusive apoiando os painéis. “Como um parasita, o lulopetismo tenta extrair lucro político do terrível momento do País e aposta na falta de memória.”⁴²¹

Ao buscar qualificar as duas correntes como iguais, o jornal demonstrou que Jair Bolsonaro não era uma alternativa frente às demandas que a acumulação do capital almejava, especialmente diante de um cenário pandêmico. Todavia, o PT e as suas lideranças também não o eram.

Merece atenção, aqui, o fato de, ao mesmo tempo, o jornal se manifestar criticamente em relação à Bolsonaro, diante de uma postura negligente frente ao avanço da pandemia, e sair em defesa do presidente nos momentos em que governadores atuavam no intuito de promover ações mais rígidas visando a conter a circulação do vírus. Manifestação dessa natureza foi expressa contra o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel; segundo o jornal: “Os governadores não podem decidir por decreto sobre o fechamento das fronteiras de seus Estados”.⁴²²

A crítica do jornal se deu em função do decreto assinado pelo governador em questão determinando a suspensão da chegada de passageiros de outros estados, via transporte rodoviário, aéreo ou cruzeiros oriundos de estados onde a circulação do vírus havia sido confirmada ou se encontrava em estado de emergência. Bolsonaro se manifestou nesse sentido: “Certos governadores estão tomando medidas extremas que não competem a eles, como fechar aeroportos, rodovias, shoppings e feiras.” Na avaliação do jornal, o Presidente tinha razão, pois competia apenas à União deliberar sobre o fechamento de fronteiras, além disso, embora a medida fosse tomada num cenário de urgência, não poderia ser irrefletida ou ilegal.⁴²³

Podemos perceber que, se por um lado o jornal apresentou uma posição crítica em relação ao negacionismo e negligência do Presidente diante do enfrentamento da Covid-19, de outro, demonstrava insatisfação quando governadores e prefeitos atuavam no fechamento de serviços, com o intuito de conter o avanço do vírus no país. Portanto, o que se observa é uma dubiedade na posição apresentada pelo jornal no que diz respeito ora à defesa da vida, ora à defesa da economia.

⁴²¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. O País que se lixe. São Paulo, 21 de março de 2020. Versão digital.

⁴²² Op. Cit.

⁴²³ Op. Cit.

Em editorial do dia 20 de março, intitulado “A vida, o emprego e o estômago”, o *OESP* ressaltou a relevância das medidas econômicas adotadas pelo governo em meio à crise pandêmica, tais como: “A proteção ao emprego e à distribuição de dinheiro aos mais necessitados – como os mais de 40 milhões de informais.” Chama a atenção, aqui, a ausência de uma coerência no discurso do jornal, tendo em vista que o editorial de 18 de março havia criticado o mesmo pacote econômico, sob alegação de que se tratava de um conjunto de medidas atrasadas, tendo em vista que visavam a conter a crise anterior à eclosão da pandemia.⁴²⁴

As ações apresentadas pelo governo tinham como intuito reduzir a circulação de pessoas e, conseqüentemente, o avanço do vírus. Conforme aponta o jornal, “O enorme custo econômico das medidas preventivas é preferível aos efeitos da contaminação sem controle.” Nesse sentido, o jornal também afirmava que, para dar conta das demandas econômicas que a pandemia implicava, os severos compromissos fiscais deveriam ser abandonados por algum tempo.⁴²⁵

Ainda que, em alguns momentos, o jornal buscasse demonstrar certa preocupação com a vida em detrimento da economia, é possível identificar uma contradição nos discursos, pois, na mesma página em que o jornal manifesta contentamento com medidas que visavam a algumas garantias à população mais vulnerável, traz uma onda de ataques ao funcionalismo público, amparado na justificativa da responsabilidade.

O veículo inicia o editorial em tônica de denúncia: “Diante do estado de calamidade pública provocada pela pandemia da covid-19, as reformas estruturais de ajuste fiscal ficaram em segundo plano. Mas isso não significa que não se deva atacar as causas crônicas da **irresponsabilidade fiscal**.”⁴²⁶ O veículo prossegue nesse tom, relatando que, após uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, havia sido constatado que uma em cada quatro prefeituras gastava excessivamente com o seu quadro de pessoal, o que infringia a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Evidentemente, há uma tradição histórica no Brasil de as prefeituras se constituírem em espaços de manutenção de práticas clientelistas e fisiológicas, enquanto os cargos públicos constituem instrumentos para troca de favores ou até compra de votos. No entanto, a questão central apontada pelo jornal não trata especificamente

⁴²⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. Um contrabando no pacote econômico. São Paulo, 18 de março de 2020. Versão digital.

⁴²⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. A vida, o emprego e o estômago. São Paulo, 23 de março de 2020. Versão digital.

⁴²⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. A hora da responsabilidade. São Paulo, 23 de março de 2020. Versão digital.

do caráter das relações entre as prefeituras e os comissionados; a grande questão apontada trata do volume de custos com servidores públicos:

Mal saído de uma recessão, em grande parte agravada pelo descontrole dos gastos com pessoal, o País está a ponto de mergulhar em outro junto com o resto do mundo. O quadro é ainda mais pavoroso porque a calamidade econômica se mistura a uma calamidade sanitária ainda sem desfecho certo. Com as medidas de contenção, as receitas das empresas derretem a olhos vistos. Para frear o desemprego em massa, uma das propostas do governo é que os empregadores possam reduzir as jornadas de trabalho e cortar salários pela metade. As quarentenas que estão se espalhando pelo País suprimem do dia para a noite o ganha-pão de uma multidão de informais. Isso sem falar nos subempregados e desempregados que veem a sua chance de reinserção no mercado se perder de vista.⁴²⁷

Como podemos observar, o jornal demonstra uma suposta preocupação com os impactos econômicos que as medidas de contenção do vírus da Covid-19 podem ocasionar na vida dos mais vulneráveis, mas o que merece atenção especial é quem o jornal defende que deve pagar a conta pela crise que se abate no país:

Nos anos de recessão passados, os empregos, rendas e privilégios do funcionalismo não foram sequer arranhados. Ao contrário: entre 2013 e 2018, enquanto milhões foram jogados na fila do desemprego e a massa salarial do setor privado encolheu 0,7%, os vencimentos dos agentes públicos cresceram 12%. Agora, é imperativo que o funcionalismo também dê sua cota de sacrifício.⁴²⁸

A questão que se apresenta diante de um argumento como esse é que, para o jornal aqui em estudo, interessava sobremaneira enfrentar a Pandemia da Covid-19, sem, no entanto, comprometer a política econômica neoliberal; para isso, era necessário o sacrifício de alguns segmentos da sociedade, nesse caso específico, os servidores públicos.

Como aponta Luis Felipe Miguel, a escancarada falsificação ou a omissão não resumem por si só as formas de intervenção política da mídia; é preciso considerar, ainda, a determinação da agenda e das questões prioritárias dentro desta agenda. Trata-se, portanto, de sensibilizar diferentes perspectivas, valores e interesses que controlam os critérios de hierarquização dos diferentes grupos sociais.⁴²⁹

Se, por um lado, o *OESP* defendeu que os servidores públicos deveriam fazer sacrifícios em função dos grupos mais vulneráveis da sociedade, de outro, cobrou abertamente a adoção de medidas por parte do governo com vistas a socorrer a classe empresarial: “O

⁴²⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. O valor estratégico da ajuda ao trabalhador. São Paulo, 25 de março de 2020. Versão digital.

⁴²⁸ BOLSONARO, Jair apud O ESTADO DE SÃO PAULO. A hora da responsabilidade. São Paulo, 23 de março de 2020. Versão digital.

⁴²⁹ MIGUEL, Luis Felipe. 2019, p.121-122.

pacote de ajuda aos menores empreendimentos, com receita anual na faixa de R\$ 360 mil a 10 milhões, pode garantir algum alívio. Mas é insuficiente, como se previa, até porque os bancos ainda se recusam a entrar no jogo para valer.”⁴³⁰ O jornal prossegue em suas críticas à leniência do governo na prestação de ajuda financeira para pagamento dos salários de trabalhadores que tiveram sua jornada reduzida e até mesmo o pagamento do auxílio emergencial para trabalhadores informais: “Enquanto o governo falha na ação de pronto-socorro, agrava-se a emergência.” O veículo demonstra também que a crise econômica não é mérito exclusivo da emergência pandêmica, uma vez que a produção industrial já vinha em ritmo lento desde 2019, além disso, a recuperação econômica do país nos meses de janeiro e fevereiro era muito menos intensa do que pareciam crer os mais otimistas. “Agora, no entanto, a pandemia afeta uma economia já muito débil, com expansão de apenas 1,1% em 2019 e lenta reação no primeiro bimestre – um caso claro de comorbidade. Isso torna mais perigosa qualquer hesitação do governo.”⁴³¹

O *OESP* também estabeleceu análises comparativas referentes ao enfrentamento da Covid-19 em outros países e no Brasil. Nesse sentido, destacou a atuação do G20, ao anunciar uma injeção da ordem de 5 trilhões na economia global. Na ocasião, Jair Bolsonaro “usou seu tempo para defender medidas para estimular a economia e destacar os supostos progressos no desenvolvimento de uma droga à base de hidroxiquina para conter o novo coronavírus”;⁴³² segundo o jornal, a fala de Bolsonaro deixava evidente aos demais chefes de Estado participantes do G20 que não poderiam contar com o colega brasileiro. Além disso, o presidente deixava explícito que, diante do enfrentamento de uma crise sanitária e econômica, esta última era prioritária, tendo em vista que “parece mais importante evitar o colapso econômico do Brasil, pois, segundo suas próprias palavras, ‘se afundar a economia, acaba com meu governo’”.⁴³³

O *OESP* prossegue destacando ações que seriam desenvolvidas em outros países, ressaltando que, enquanto o G-20 se propôs a gastar 5 trilhões de dólares no enfrentamento da pandemia, o governo brasileiro permanecia apresentando medidas tímidas que representavam menos de 4% do PIB nacional. Além disso, foi pontuando a experiência de países como o Reino Unido, que se dispôs a bancar os salários de trabalhadores que haviam sido suspensos, com um valor de 2.500 libras, superior ao salário-mínimo do país, enquanto no Brasil o

⁴³⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. Socorro à economia tem de ser mais pronto. São Paulo, 02 de abril de 2020. Versão digital.

⁴³¹ Op. Cit.

⁴³² O ESTADO DE SÃO PAULO. Quem tem juízo e quem não tem. São Paulo, 30 de março de 2020. Versão digital.

⁴³³ Op. Cit.

auxílio emergencial encontrava-se em torno de 600 reais, alcançando esse valor por decisão do Congresso, uma vez que a proposta inicial do governo girava em torno de 200 reais.

Chega a ser surpreendente a suposta crítica do jornal ao reduzido valor disponibilizado pelo governo para socorrer os desassistidos frente ao avanço pandêmico, mas, novamente, o jornal reforçou os seus já conhecidos argumentos de que, ao permitir o colapso sanitário, o governo também estaria colapsando a economia nacional:

[...] Com isso, irresponsavelmente, estimula os brasileiros a desobedecerem à determinação de governos estaduais para manter o isolamento social, única forma de impedir que a epidemia cause o colapso do sistema de saúde – que, se ocorrer, ampliará de modo exponencial o número de mortos e, conseqüentemente, o desastre econômico, **pois mortos não trabalham**.⁴³⁴

Como aponta Karl Marx, sob o domínio do capital, o trabalho, que nasceu como uma atividade vital para a existência da vida humana, cuja finalidade era a produção e reprodução da sua sobrevivência, atingiu outra natureza, na qual as relações de subsistência deixaram de ter sentido prioritário; a produção de bens socialmente úteis para a produção de valores de uso para a humanidade passou a ser canalizada para a produção de valor de troca necessário para o enriquecimento da burguesia na medida em que os bens deixaram de ser bens para tornarem-se mercadorias. Nesse processo,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.⁴³⁵

Logo, podemos observar que a questão central que se coloca frente às preocupações apresentadas pelo veículo aqui em estudo encontra-se diretamente ligada ao fato de salvar vidas, não pelo valor que elas representam, enquanto parte da humanidade, mas pelo papel que desempenham no processo de acumulação de capital, enquanto mão de obra e enquanto mercadoria.

No dia 3 de abril de 2020, menos de um mês após a decretação da Pandemia pela OMS, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou a seguinte imagem:

Imagem 1

⁴³⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. Quem tem juízo e quem não tem. São Paulo, 30 de março de 2020. Versão digital. Grifos nossos.

⁴³⁵ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.80.



Fonte: O Estado de São Paulo

Em meio ao cenário cada vez mais crítico, momento em que o número de infectados no mundo atingia a marca de 1 milhão e já havia 50 mil mortos, o jornal reafirmou a necessidade do isolamento social e criticou a postura de Jair Bolsonaro e dos bolsonaristas de atacar autoridades que vinham se dedicando a enfrentar a pandemia. Para o jornal: “Decerto embala os sonhos bolsonaristas o exemplo da Hungria, que acaba de conceder poderes ilimitados ao premier ultradireitista Viktor Orbán, com a desculpa de que é necessário para conter a disseminação do novo coronavírus”.⁴³⁶

Ao utilizar o exemplo da Hungria, no intuito de estabelecer um paralelo entre o país e a realidade brasileira, o *OESP* se utiliza de uma prática recorrente em sua trajetória, a dos exemplos internacionais, para marcar seus discursos em relação ao que deveria ser seguido e o que deveria ser rejeitado. Francisco Fonseca aponta que essa prática foi utilizada, por exemplo, durante a constituinte de 1988, momento em que o jornal defendeu que o Brasil deveria optar entre os modelos considerados liberais e os fracassados, uma vez que estavam amparados no intervencionismo. O autor reforça, ainda, que, mesmo ao tratar de países considerados liberais, naquele contexto, o jornal ocultou o fato de alguns deles possuírem estados intervencionistas, a exemplo da Coreia do Sul e do Japão.⁴³⁷

Ao demonstrar que a atuação de Bolsonaro em relação à pandemia da Covid-19 tinha como intuito a instauração de um regime de força no país, o jornal tomou como referência uma análise do cientista político, Marco Aurélio Nogueira, ao afirmar que o protagonismo

⁴³⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. A política como vacina. São Paulo, 3 de abril de 2020. Versão digital.

⁴³⁷ FONSENCA, Francisco. 2005, p.263.

assumido pelo Congresso no enfrentamento ao vírus colocou Jair Bolsonaro numa condição de isolamento, além de ter estimulado “as forças democrático-liberais, social-democráticas e da esquerda moderada a ‘encontrarem um eixo programático de articulação’; é o que acontece em democracias maduras diante de crises profundas como a que atravessamos”. De acordo com o veículo, a alternativa no enfrentamento a Jair Bolsonaro encontrava-se na articulação política entre diferentes lideranças: “a vacina contra o autoritarismo bolsonarista”, deflagrada no país desde as eleições de 2018, “considerada pelo historiador José Murilo de Carvalho uma calamidade anterior à do coronavírus.”⁴³⁸

Em outro editorial, intitulado: “Vidas e emprego na mesma pauta”, o *OESP* trouxe à tona uma declaração proferida pelos dirigentes do FMI e da OMS a respeito dessa dicotomia adotada pelo Presidente da República. Ao retomar as falas dos líderes internacionais, o veículo apontou que “o esforço para salvar a economia será inútil, segundo mensagem, se falharem as ações para preservação da saúde”; na avaliação do jornal, o quanto antes a ameaça sanitária fosse contida, o país retomaria a sua normalidade econômica, além disso, por mais complexa que fosse a retomada econômica, ainda assim, era menos penoso que o “congestionamento nas funerárias como tem ocorrido em outros países. Haverá mais trabalhadores e mais empresas para a retomada do crescimento.”⁴³⁹

É preciso reafirmar que, embora o *OESP* tenha mantido um posicionamento crítico em relação à postura negligente de Jair Bolsonaro diante do cenário pandêmico e as constantes tentativas de instauração de um caos político, interessava sobremaneira ao jornal conter o avanço do vírus ao mesmo tempo que fosse levada adiante a agenda econômica neoliberal pautada desde o golpe de 2016. Além disso, durante os primeiros meses da pandemia, o veículo se posicionou enquanto um defensor das medidas de isolamento social definidas pela OMS; tais preocupações tiveram como pano de fundo evitar que a economia do país fosse levada à bancarrota e, simultaneamente, conter a mortalidade em massa decorrente do vírus, pois a morte de milhares de trabalhadores poderia ocasionar um impacto de mão de obra para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, podemos afirmar que a posição do *OESP* em relação ao governo Bolsonaro caracterizou-se por uma maleabilidade, adaptando-se às diferentes circunstâncias. Passadas as expectativas iniciais em relação ao presidente recém-eleito, a postura assumida pelo jornal passou a ser crítica quanto aos posicionamentos de caráter ideológicos

⁴³⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO A política como vacina. São Paulo, 3 de abril de 2020. Versão digital.

⁴³⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Vidas e empregos na mesma pauta. São Paulo, 4 de abril de 2020. Versão digital.

manifestados tanto pelo presidente quanto por sua equipe, ao mesmo tempo em que exigia celeridade na implantação das pautas econômicas, demonstrando, contentamento quando estas eram aprovadas.

CAPÍTULO IV

O GOLPISMO BOLSONARISTA E AS ELEIÇÕES DE 2022

Perspectivas iniciais

O capítulo aqui proposto tem o intuito de analisar a perspectiva do jornal *O Estado de São Paulo* sobre as tentativas de golpe perpetradas por Jair Bolsonaro durante o período em que esteve no poder e o contexto das eleições presidenciais de 2022. Busca-se, aqui, evidenciar o caráter dos debates travados pelo jornal, no que se refere ao fato de um presidente eleito pelo voto popular intentar o rompimento com o regime que o elegeu, a fim de instaurar uma ditadura no país. O ponto de partida para as reflexões aqui propostas são os atos organizados por Jair Bolsonaro em comemoração ao 7 de setembro dos anos de 2021 e 2022, com ênfase no fato de que, em 2022, estava em plena pujança a campanha política pela sucessão presidencial.

Objetivamos também fazer uma análise recorrendo às questões levantadas nos três capítulos anteriores. O objetivo

é perceber o posicionamento do jornal durante as eleições de 2022, levando em conta a defesa de uma alternativa de “centro” que destoasse daquilo que o jornal qualificou como extremismo à esquerda e à direita, ao mesmo tempo que houve uma repetição do quadro eleitoral apresentado em 2018, cuja disputa foi protagonizada pelo candidato do PT, Lula da Silva, e o candidato do PL, Jair Bolsonaro. Por fim, trataremos uma pequena abordagem dos principais posicionamentos apresentados pelo jornal após a vitória do candidato Lula da Silva e os atos de 8 de janeiro de 2023.

4.1 O 7 de setembro entre o saudosismo e o golpismo

A história do Brasil é marcada por golpes protagonizados ao longo de diferentes momentos; os mais emblemáticos deles são os golpes de 1937, que instaurou a ditadura do Estado Novo,⁴⁴⁰ e o golpe empresarial militar de 1964,⁴⁴¹ que instituiu uma ditadura no país

⁴⁴⁰ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023, p. 103-137.

⁴⁴¹ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. 5a. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

durante vinte anos. Ainda assim, como aponta o historiador David Maciel, o caráter autocrático da aliança política que colocou fim ao regime militar impossibilitou que a institucionalidade autoritária fosse eliminada; ao contrário, herdou características básicas pelo novo governo civil iniciado em 1985. Sendo assim, a etapa final da transição de uma Ditadura Militar para a Nova República não concluiu seu processo de transição autoritária para a forma democrática do Estado burguês.⁴⁴²

Em 2016, um golpe derrubou a presidente eleita Dilma Rousseff e abriu espaço no país para a instauração de regime político de novo tipo. Luis Felipe Miguel aponta que as condições de 2016 se diferem daquelas ocorridas em 1964, ainda que os últimos anos tenham sido palco de uma reversão de governos independentes na América Latina, tendo em vista que uma série de regimes de caráter nacional-reformistas foram derrubados por meio de golpes parlamentares – caso de Brasil, Paraguai e Honduras –, processos eleitorais – a exemplo da Argentina e do Chile – ou ainda por meio de pressões, como se viu na Venezuela e na Bolívia. Na análise do autor, para além dos fatores internos que ocasionaram golpes nos países acima citados, é preciso considerar o papel das fundações privadas ligadas a interesses internacionais; no caso do Brasil, há que se considerar as preocupações dos Estados Unidos com o fortalecimento da Petrobrás, principal alvo de denúncias de corrupção pelos operadores da Lava Jato.⁴⁴³

Além disso, é preciso levar em conta os fatores internos que confluíram para a viabilidade do golpe de 2016; setores como o Legislativo, o Judiciário e até o Executivo, como a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público (MP), atuaram coletivamente para a derrubada da presidente. “O caso brasileiro ilustra tanto os limites da doutrina liberal da separação dos poderes quanto o erro de conceber o Estado como estrutura piramidal, com um cume que, uma vez conquistado, garante o controle de todo o resto.”⁴⁴⁴

Em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro emergiu como uma consolidação daquilo que havia se iniciado com o golpe 2016, cujo intuito era garantir a “blindagem” do regime político brasileiro, através das políticas de austeridade e da retirada de direitos sociais. Entretanto, se havia uma expectativa, por parte da burguesia, de que, uma vez eleito, Bolsonaro seguiria à risca o seu *script*, a realidade demonstrou que a chegada da liderança de extrema-direita ao poder traria em seu bojo novos desdobramentos. Como aponta Felipe Demier,

⁴⁴² SAES, Décio *apud* MACIEL, Davi. 2023, p. 487-488.

⁴⁴³ MIGUEL, Luis Felipe. 2019, p. 166.

⁴⁴⁴ Op. Cit., p. 167.

[...] Os primeiros meses do governo Bolsonaro, expondo a intimidade palaciana de milicianos assassinos, evidenciam o quão irresponsável foi a nossa burguesia, quando se viu diante da responsabilidade de, em tempos de crise, garantir a lucratividade dos seus negócios; o quão irracionais foram os homens da Casa-Grande quando, diante da prova do sufrágio universal, tiveram que preservar a racionalidade da austeridade neoliberal do país.⁴⁴⁵

Jair Bolsonaro foi, para a burguesia, a tentativa de resolver a crise que ela mesma criara. Ele se propôs a salvar a grande burguesia, não por meio dos métodos aos quais ela estava acostumada, mas à sua própria maneira. Como aponta Demier, na Casa-Grande predominou a ilusão de que um plebeu sem modos abandonaria as bravatas assim que adentrasse os grandes salões e saberia se comportar; desse modo, suas pretensões ditatoriais seriam abrandadas no momento em que estivesse sentado na cadeira presidencial, tendo obrigatoriamente que seguir as normas constitucionais burguesas, as quais nem mesmo os próprios burgueses vinham respeitando desde 2016.⁴⁴⁶

A novidade que se apresentou após as eleições de 2018 foi que, pela primeira vez, um presidente eleito pelo voto popular tentou golpear o regime político que o elegera, partindo da justificativa de que as eleições que o levaram ao poder haviam sido fraudadas.⁴⁴⁷ Tal retórica também seria repetida em relação ao pleito de 2022.⁴⁴⁸

Ao colocar em pauta a lisura dos processos eleitorais, Jair Bolsonaro visava a desqualificar as instituições da democracia burguesa, ao mesmo tempo que buscava promover um caos político. Nesse aspecto, retomamos um argumento já utilizado ao longo deste trabalho: o uso do caos como uma estratégia de fascistização do regime político, conforme apontou Gilberto Calil.⁴⁴⁹

Além disso, desde a campanha de 2018, as intenções de Bolsonaro foram explicitadas, ora por meio de declarações, ora pelo alinhamento com os segmentos militares. Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de Minas*, “durante a campanha eleitoral [de 2018], o Sete de Setembro já era uma data destacada no calendário bolsonarista. Concorrendo à presidência pelo PSL, Bolsonaro era esperado em ato militar no Palácio Duque de Caxias, no Rio de

⁴⁴⁵ DEMIER, Felipe. Democracia e bonapartismo no Brasil pós-golpe. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe. **O neofascismo no poder (Ano I):** Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 123.

⁴⁴⁶ Op. Cit., p. 129.

⁴⁴⁷ MONNERAT, Alessandra; PRATA, Pedro; LIMA, Samuel; PINHEIRO, Victor. Provas de Bolsonaro sobre fraude em urnas são vídeos antigos com alegações falsas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 de julho de 2021. Versão digital.

⁴⁴⁸ PACHECO, Clarissa; MARIN, Denise Chrispin; PRATA, Pedro; LIMA, Samuel; PINHEIRO, Victor. Bolsonaro falseia informações sobre processo eleitoral em reunião com embaixadores estrangeiros. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 de julho de 2022. Versão digital.

⁴⁴⁹ CALIL, Gilberto. 2020.

Janeiro”, mas a programação não chegou a ocorrer por conta do atentado sofrido por Bolsonaro, que recebeu uma facada durante campanha na cidade de Juiz de Fora.⁴⁵⁰

Após a eleição de Jair Bolsonaro, as comemorações de 7 de setembro se constituíram como marcos de manifestações bolsonaristas e de declarações em tom de ameaça, protagonizadas pelo presidente no poder, às instituições da democracia burguesa.

Em 2019, Bolsonaro convocou os brasileiros a irem às ruas e criticou os seus opositores e o Presidente da França, Emmanuel Macron.⁴⁵¹ Já em 2020, diante de um contexto pandêmico, o presidente, contrariando as recomendações das autoridades sanitárias acerca do distanciamento social e da contenção ao agrupamento de pessoas, não apenas desfilou em carro aberto como discursou para cerca de oitocentos apoiadores.⁴⁵²

Em 2021, Bolsonaro iniciou a campanha política antecipadamente ao declarar que as eleições de 2022 seriam fraudadas, caso ele não saísse vitorioso das urnas. O jornal *O Estado de São Paulo* qualificou a postura do presidente como “O vírus do autoritarismo”; em sua análise, o jornal questiona: “Há um processo de erosão das instituições democráticas no Brasil? Nossa democracia está em risco? Vai ter golpe?”⁴⁵³ O veículo buscou especialistas no campo da ciência política para responder à questão colocada, apontando a seguinte conclusão:

[...] não há precedentes históricos para uma “quebra institucional” das democracias contemporâneas, as estruturas constitucionais brasileiras não permitem uma distorção tão extrema; e, embora haja um amplo contingente conservador na população, as evidências mostram que a extrema direita é só uma minoria estridente, mas marginal. Eleitores conservadores que elegeram Bolsonaro não endossariam aventuras golpistas e podem migrar para um candidato competitivo de centro-direita.⁴⁵⁴

Pelo exposto, é perceptível que o jornal intentava fazer crer que as instituições seriam capazes de vencer uma ameaça golpista. Além disso, o jornal também criticou as posições como “pessimismo” versus “otimismo”, indicando que a democracia não estava nem poderia ser predestinada a um futuro “ótimo” ou “péssimo”, tendo em vista que traz, diariamente, oportunidades de conflitos, mas também de conciliações. Para o *OESP*, o vírus do

⁴⁵⁰ MURATORI, Matheus. Confira como foram os outros 7 de setembro de Bolsonaro. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 5 de setembro de 2022.

⁴⁵¹ MAZUI, Guilherme. Bolsonaro questiona interesse de Macron em ajudar no esforço contra queimadas na Amazônia. *Portal G1*, 28 de agosto de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/26/bolsonaro-questiona-interesse-de-macron-em-ajudar-no-esforco-contras-queimadas-na-amazonia.ghtml>. Acesso em 8 de março de 2025.

⁴⁵² GOMES, Pedro Henrique. Sem desfile devido à pandemia, Bolsonaro gera aglomeração em ato do 7 de setembro na alvorada. *Portal G1*, 7 de setembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/07/sem-desfile-devido-a-pandemia-evento-do-7-de-setembro-reune-bolsonaro-e-ministros-no-alvorada.ghtml>. Acesso em 8 de março de 2025.

⁴⁵³ O ESTADO DE SÃO PAULO. O vírus do autoritarismo. São Paulo, 6 de setembro de 2021. Versão digital.

⁴⁵⁴ Op. Cit.

autoritarismo poderia adoecer e até matar a democracia, mas, “Se cada cidadão agir conscientemente como um anticorpo, a democracia pode destruir o vírus do autoritarismo e emergir mais forte e imune às suas variantes.”⁴⁵⁵

É importante abrir um parêntese a respeito da linguagem utilizada pelo jornal para se referir ao autoritarismo bolsonarista como “o vírus”; cabe recordar que, em 2021, a pandemia da Covid-19 ainda não havia sido contida e, portanto, cabia a cada indivíduo o cuidado consigo, em nome de um pacto coletivo contra a proliferação do vírus; logo, o jornal se utiliza da mesma lógica para se referir à ameaça golpista perpetrada por Jair Bolsonaro.

O jornal também apontou que a ameaça à democracia não se tratava de um fenômeno exclusivo do Brasil, mas do mundo todo. Nesse sentido, a Pandemia da Covid-19 também é considerada um fato que contribuía para a proliferação dessas ameaças, tendo em vista que:

Os regimes democráticos adotaram recorrentemente medidas excessivas de vigilância e restrições discriminatórias à liberdade de movimento e reunião, enquanto ondas de desinformação – muitas vezes propagadas pelas próprias autoridades, como no Brasil – obliteraram a disseminação de informação confiável ao preço de incontáveis vidas.⁴⁵⁶

Cabe destacar que, embora o jornal utilize a pandemia como justificativa para a onda de desinformação que se alastrou pelo mundo endossa o conteúdo negacionista ao qualificar como excessivas as medidas de contenção da pandemia; no caso do Brasil, a onda de desinformação que tomou as redes, bem como a manipulação das informações pela própria imprensa, antecedeu o golpe de 2016. Além disso, merece atenção o fato de o jornal afirmar que: “A pandemia também serviu de pretexto para reprimir a onda de protestos populares que eclodiu em 2019 em nome de maior transparência e maior governança”; no caso em questão, o jornal está se referindo às experiências do Chile e do Sudão. Merece atenção o fato de o jornal se preocupar com as manifestações populares em outros países, enquanto no Brasil manteve uma postura de silenciamento diante dos atos ocorridos em 19 de junho de 2021, quando “milhares foram protestar contra a pandemia, o luto por seus entes perdidos na pandemia e a violência contra a população negra.”⁴⁵⁷

Na data em questão, o *OESP* optou por escrever sobre a instabilidade política provocada pelo bolsonarismo e pelo possível retorno de Lula da Silva à cena política: “os defensores do regime semipresidencialista entenderam que se trata de um bom momento para

⁴⁵⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. O vírus do autoritarismo. São Paulo, 6 de setembro de 2021. Versão digital.

⁴⁵⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. A democracia no mundo. São Paulo, 6 de setembro de 2021. Versão digital.

⁴⁵⁷ JIMENEZ, Carla; BETIM, Felipe; BENITES, Afonso. Ruas se movem contra Bolsonaro com revolta reforçada por marca de meio milhão de mortos para a Covid-19. *El País*, São Paulo, Brasília, 19 de junho de 2021.

retomar o debate sobre esse sistema híbrido de governo, bem-sucedido em países como Portugal e França”.⁴⁵⁸

Além disso, o jornal aponta que os dois impeachments ocorridos nas três décadas desde a retomada do regime democrático e as centenas de pedidos de impeachment contra Bolsonaro e, possivelmente, contra o próximo presidente eleito, significavam que o país estava propício às crises agudas. Na concepção do jornal, uma experiência adequada vivenciada pelo país havia se dado durante o governo Michel Temer:

A experiência do governo Michel Temer (2016-2018), contudo, aponta um possível “caminho do meio” para a tão desejada estabilidade. Nas piores condições imagináveis – em meio a uma grande crise econômica e política, na sequência de um traumático impeachment e com popularidade de apenas um dígito –, Michel Temer conseguiu as façanhas de sobreviver ao cargo e de aprovar importantes reformas e ajustes que ajudaram a colocar a economia nos trilhos e a estabilizar o país.⁴⁵⁹

Como apontado por Felipe Demier, a praga da impopularidade de Temer foi transformada em bênção, considerada como uma virtude pelos ideólogos do neoliberalismo, uma vez que os interesses tecnocráticos poderiam ser operados independentemente da existência de vontade popular; assim o foi, até o momento em que a vontade do povo foi novamente convocada à cena política para decidir sobre os rumos da sucessão eleitoral.⁴⁶⁰

Ora, se a experiência golpista vivenciada por Temer foi tomada como exemplo de “estabilidade política”, evidentemente, o golpismo não constituía, de fato, uma questão preocupante para o jornal; o que estava em questão era quem levaria adiante o golpe e em torno de quais interesses atuaria.

No editorial do dia 7 de setembro de 2021, o veículo tratou sobre a independência, reforçando a importância das instituições democráticas e o seu papel para a vigência de um regime de liberdade. Na ocasião, o *OESP* destacou:

[...] Sob o pretexto de mobilizar a sua base de apoio, o presidente Jair Bolsonaro vem tentando, nas últimas semanas, utilizar o 7 de setembro não apenas para acirrar tensões e conflitos entre os Poderes, mas para atribuir uma conotação de ruptura institucional. Além de irresponsável, esse comportamento é ilegal e imoral. No dia 1.º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro jurou cumprir e defender a Constituição.⁴⁶¹

⁴⁵⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. Em busca da estabilidade política. São Paulo, 19 de junho de 2021. Versão digital.

⁴⁵⁹ Op. Cit.

⁴⁶⁰ DEMIER, Felipe. 2019, p. 123.

⁴⁶¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Os pressupostos da independência. São Paulo, 7 de setembro de 2021. Versão digital.

A pergunta que merece atenção aqui é a qual Constituição e liberdade o jornal se refere, tendo em vista que este mesmo veículo atuou no intuito de garantir uma nova hegemonia frente à disputa pela implementação de um projeto pós-transição, em 1988. Neste projeto, entrava em questão a própria concepção de democracia defendida, tendo em vista que, “para o jornal, a economia de mercado é um pressuposto para a existência da liberdade e, sobretudo, da democracia.” Conforme apontado por Francisco Fonseca, o *OESP* considerava que a existência de liberdade de mercado conjugada com democracia poderia ser melhor, mas, uma vez que essa conjunção fosse inviável, a “liberdade de mercado” seria suficiente para se considerar um regime democrático.⁴⁶²

Além disso, como aponta Florestan Fernandes, as burguesias das nações capitalistas periféricas apresentam maior dificuldade para a democratização do regime político – tal qual ocorreu no país durante a década de 1960, quando as pressões da classe trabalhadora por reformas foram encaradas como a expressão de uma “república sindicalista” –, pois não são capazes de tolerar uma democratização “sem freios seguros” dentro da ordem burguesa na qual o sistema democrático estaria expresso. Ao contrário, havia uma resistência burguesa diante de uma precária “democracia de participação ampliada”. Portanto, a república institucional emergiu como uma alternativa para se bloquear a própria democratização, de modo que ela não se encaminhasse por meio de formas e ritmos socialistas ou comunistas.⁴⁶³

Por outro lado, ao mesmo tempo que o jornal expunha o comportamento de ameaça apresentado por Bolsonaro, destacava que o regime democrático se mantinha forte, diante das diferentes manifestações advindas de setores diversos: “A democracia não pode ser ameaçada, antes deve ser fortalecida e aperfeiçoada, lembrou um manifesto de empresários mineiros.” Chama a atenção que, frente às manifestações em defesa da democracia, o jornal tenha recorrido, primeiro, ao documento elaborado por um grupo de empresários mineiros, numa alusão ao famoso “Manifesto dos Mineiros”, documento divulgado em outubro de 1943 e assinado por dezenas de membros da “elite liberal” antivarguista, cujas pautas defendiam o fim da ditadura do Estado Novo, a liberdade de imprensa e a redemocratização do país.⁴⁶⁴

Nesse sentido, compreendemos que o jornal buscava um governo que fosse capaz de garantir o consenso em torno do projeto neoliberal, sem, todavia, ampliar os caminhos da participação política ou o exercício da cidadania plena, mas que trouxesse em seu bojo uma suposta ideia de democracia, tendo em vista a validação por meio do voto popular.

⁴⁶² FONSECA, Francisco. 2005, p. 266-267.

⁴⁶³ FERNANDES, Florestan. 1982, p. 125.

⁴⁶⁴ DELGADO, Márcio de Paiva. “**O golpismo democrático**”: Carlos Lacerda e o jornal tribuna da imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2006, p. 39.

Na sequência, o veículo apresentou as manifestações do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que defendeu a necessidade de se criar um ambiente de estabilidade política, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, que endossou a necessidade de uma convivência pacífica e afirmou que o exercício da cidadania implica o respeito às instituições, e, por fim, a fala do Presidente da Câmara de Deputados, Arthur Lira (PP-AL), aliado de Bolsonaro, que foi enfático ao afirmar: “O presidente sabe da responsabilidade dele com relação a isso e sabe que é o único a perder se, por acaso, houver tumulto na manifestação”.⁴⁶⁵

No editorial do dia 8 de setembro, o *OESP* escreveu de forma dura sobre o Presidente, apontando que as manifestações do 7 de setembro haviam sido uma tentativa de demonstração de força e intimidação aos demais poderes, ressaltando que “um presidente realmente forte não precisa convocar protestos a seu favor e nem intimidar os demais poderes”. Para o jornal, ao agir do modo como agiu, Bolsonaro corroborou a sua fraqueza, “já atestada por várias pesquisas que indicam o derretimento de sua popularidade”.⁴⁶⁶

Naquele contexto, o governo Bolsonaro tinha 64% de rejeição, menor aprovação registrada até então. A pesquisa, realizada pelo Atlas Político, demonstrava não apenas a queda na aprovação do presidente como uma possibilidade de derrota na disputa pela sucessão presidencial caso estivesse concorrendo com “o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-governador Ciro Gomes, o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta, o ex-prefeito Fernando Haddad ou o governador de São Paulo, João Dória.” De outro lado, Bolsonaro preservava uma base sólida de 19% de aprovação do seu governo e, estando esse núcleo mobilizado, seria capaz de reverter a queda na popularidade do presidente.⁴⁶⁷

Esses dados nos ajudam a compreender que, embora o *OESP* tentasse demonstrar o quanto o governo se encontrava fragilizado, a base bolsonarista nunca abandonou o governo e, mesmo diante de uma revolta geral pelas 700 mil mortes da pandemia, Bolsonaro conseguiu reunir 100 mil pessoas na Avenida Paulista e um quantitativo próximo na Esplanada dos Ministérios, no dia 7 de setembro de 2021.⁴⁶⁸

O filósofo Vladimir Safatle, em artigo para o jornal *El País*, analisou as manifestações do 7 de setembro e tomou como exemplo a experiência italiana com Mussolini para

⁴⁶⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. Os pressupostos da independência. São Paulo, 7 de setembro de 2021. Versão digital.

⁴⁶⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. O dia seguinte. São Paulo, 8 de setembro de 2021. Versão digital.

⁴⁶⁷ MAGRI, Diogo. Com 64% de rejeição, Bolsonaro deve trabalhar atos de 7 de setembro para recuperar popularidade. *El País*, São Paulo, Brasília, 6 de setembro de 2021.

⁴⁶⁸ SAFATLE, Vladimir. O golpe começou. *El País*, São Paulo, Brasília, 8 de setembro de 2021.

demonstrar que, em diversos momentos, a liderança fascista, na Itália, havia sido dada como morta, fragilizada, isolada e acuada, no entanto, chegou ao poder ainda assim.⁴⁶⁹

O Estado de São Paulo, por sua vez, apostou no discurso da fragilidade do governo e na incapacidade política de Jair Bolsonaro em solucionar os problemas nacionais. “Por mais que Bolsonaro não goste da ideia, há um país a ser governado”. A Casa-Grande apresentada por Felipe Demier havia tomado nota da sua enorme irresponsabilidade ao entregar o país a um “Bonaparte” de ocasião, pois, conforme o jornal:

O governo Bolsonaro é muito ruim. Não cumpriu o que prometeu e não trabalha para melhorar as condições de vida da população. Como se viu ontem mais uma vez, sua tática atinge inauditos padrões de irracionalidade com propostas de tom golpista: ameaçar os outros poderes e contestar por antecipação o resultado das próximas eleições.⁴⁷⁰

O fato é que criticar a incapacidade política do presidente ou sua postura antidemocrática não fazia mais sentido, uma vez que a burguesia se via refém “dos demônios” que ela mesma havia criado como massas para o golpe de 2016. A burguesia se deparou com uma classe média reacionária e que havia adquirido, desde as manifestações de 2015, uma espécie de “autonomia política relativa” em torno de seu próprio projeto de país. “Adepta fervorosa da família brasileira, a classe média reacionária resolveu se afeiçoar a uma delas em particular, e encontrou no seu patriarca o Messias que tanto precisava para ‘mudar tudo que está aí’.”⁴⁷¹

Enquanto a classe média reacionária encontrou em Bolsonaro a representação dos seus anseios, o presidente, por seu lado, como aponta Vladimir Safatle,

se colocou como líder incontestado de uma singular sublevação do governo contra o estado, afirmando que não reconhece mais a autoridade do STF. Ou seja, ele assumiu para o mundo que está em rota de colisão com o que restou da institucionalidade da vida política brasileira.⁴⁷²

Uma vez iniciada a trama golpista, o caminho para as eleições de 2022 parecia incerto e, nesse quesito, a burguesia não tinha o controle total sobre os rumos do país, pois, numa condição de golpe, como o ocorrido em 1964, o grande capital atuou como protagonista da ação política consciente e dirigida em torno de um fim.

Conforme apontado na clássica obra, *1964*, de René Dreifuss, destaca-se a atuação de dois Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); o primeiro tinha como

⁴⁶⁹ SAFATLE, Vladimir. O golpe começou. *El País*, São Paulo, Brasília, 8 de setembro de 2021.

⁴⁷⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. O dia seguinte. São Paulo, 8 de setembro de 2021. Versão digital.

⁴⁷¹ DEMIER, Felipe. 2019, p. 125.

⁴⁷² SAFATLE, Vladimir. O golpe começou. *El País*, São Paulo, Brasília, 8 de setembro de 2021.

finalidade a formação doutrinária com o intuito de “esclarecer” os cidadãos, enquanto a segunda era voltada para a ação política, de modo a fazer cumprirem-se os deveres patrióticos.⁴⁷³

Além disso, por meio das duas instituições acima citadas, a elite orgânica se empenhou na fusão de grupos militares e antigovernistas que se encontravam dispersos, e instituiu organizações dentro do movimento estudantil e operário com o intuito de desmobilizá-los. Instituiu uma ação coordenada no Congresso de todas as frações de centro-direita em oposição ao governo e à esquerda trabalhista. Estabeleceu, ainda, o controle da mídia audiovisual e impressa no país:

No curso de sua oposição às estruturas populistas, ao Executivo nacional-reformista e às forças sociais populares, o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar.⁴⁷⁴

Se, em 1964, a burguesia conduziu o processo político para a efetivação do golpe, o mesmo ocorreu em 2016 e 2018, com a eleição de Bolsonaro, através da articulação de interesses de diferentes frações do capital, entre os quais a própria mídia. Como aponta a historiadora Carla Luciana Silva, “Essa atuação não é isolada, remete à existência de estados maiores, onde são formuladas visões de mundo e formas de organizar a dominação, das quais derivam os encaminhamentos quanto ao gerenciamento do capitalismo.”⁴⁷⁵

Segundo o historiador Flávio Casimiro, no Brasil contemporâneo, alguns aparelhos privados de hegemonia atuam com esse propósito, como o Instituto Millenium (IMIL) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). O primeiro age com a finalidade de tornar-se fonte dos veículos de comunicação e respaldar futuros formadores de opinião alinhados aos valores do Instituto, enquanto o segundo se constitui como um aparelho de ação política e ideológica da grande burguesia.⁴⁷⁶

No caso específico das tentativas de golpe levadas adiante por Jair Bolsonaro, a burguesia não foi enganada, pois, desde as eleições que o levaram ao poder, o candidato falava o que pretendia fazer, caso fosse eleito, e assim procedeu uma vez na Presidência. Como aponta Demier: “Ele não só promete, como também faz o que prometeu, e o faz sem

⁴⁷³ DREIFUSS, René. 1981, p. 164.

⁴⁷⁴ Op. Cit.

⁴⁷⁵ SILVA, Carla. 2005, p. 29-31.

⁴⁷⁶ CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020, p.37 e 103-104.

nenhum temor de ser acorrentado, quer pelos pobres mortais daqui de baixo, quer pelos deuses lá de cima.”⁴⁷⁷

Quando o jornal *O Estado de São Paulo* apontou o governo Temer como o modelo de equilíbrio perfeito para garantir a estabilidade, o que estava em questão era o fato de a impopularidade do presidente estar à disposição para cumprir a cartilha da burguesia. No caso de Bolsonaro, a popularidade não era uma questão prioritária, porque havia uma base sólida disposta a acompanhar o presidente independentemente das suas ações, no entanto, no que toca à relação de Bolsonaro com a burguesia, o presidente estava disposto a cumprir os seus desígnios, mas a seu próprio modo.

Outro elemento que marcou o golpismo bolsonarista foi a descredibilização da urna eletrônica. Conforme dados apresentados pelo jornal UOL, através de estudos realizados pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre 2019 e 2022, o Monitor do Debate Político no Meio Digital identificou um total de 183 ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral. Os ataques estiveram centrados na tentativa de deslegitimar a urna eletrônica e intentar a aprovação de uma PEC que instituía o voto impresso nas eleições.⁴⁷⁸

A despeito da pressão exercida pelo presidente em torno da aprovação da PEC do voto impresso, a proposta foi rejeitada na Comissão da Câmara de Deputados. Em matéria apresentada pelo *O Estado de São Paulo*, “Apesar da pressão e ameaças de Jair Bolsonaro, o voto impresso sofreu ontem sua primeira derrota no Congresso.”

Além dos ataques à urna eletrônica, Bolsonaro vinha detratando também o Supremo Tribunal Federal (STF), o que ocasionou o cancelamento, por parte do presidente do STF, Luiz Fux, de uma reunião agendada entre os três poderes, conforme aponta o *OESP*: “A decisão de Fux ocorreu após Bolsonaro ter feito novas ameaças e dito que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luis Roberto Barroso, e o Ministro do STF, Alexandre de Moraes, compõem a ditadura de toga.”⁴⁷⁹ Os ataques ao STF estiveram na ordem do dia no âmbito das estratégias golpistas perpetradas por Bolsonaro, uma vez que implicavam desacreditar as instituições perante a opinião pública. Além disso, ao atacar também o TSE, o presidente colocava em xeque a legitimidade do processo eleitoral.

⁴⁷⁷ DEMIER, Felipe. 2019, p.129.

⁴⁷⁸ NEIVA, Lucas. Ataques de Bolsonaro às eleições foram semanais, revela estudo da USP e FGV. 26 de junho de 2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/ataques-de-bolsonaro-as-eleicoes-foram-semanais-revela-estudo-da-usp-e-fgv/>. Acesso em 19 de dezembro de 2025.

⁴⁷⁹ GALZO, Wesley; VALFRE, Vinicius; MOTTA, Rayssa. Fux rompe diálogo e cancela encontro com Bolsonaro. *O ESTADO DE SÃO PAULO*, São Paulo, 6 de agosto de 2021. Versão digital.

Em editorial publicado na mesma data da matéria citada acima, *O Estado de São Paulo* apontou que faltavam “freios” ao presidente, em alusão a uma fala do Ministro da Casa Civil recém-empossado, Ciro Nogueira. Na ocasião, o ministro afirmou que atuaria como “amortecedor” do governo perante os demais poderes. A posse de Nogueira ocorreu num momento de pleno ataque de Bolsonaro às eleições, anunciando que não aceitaria um resultado negativo do pleito, sob o pretexto da vulnerabilidade das urnas eletrônicas. Para *O Estado de São Paulo*:

Trata-se de explícita manifestação golpista. A recusa em aceitar o resultado das eleições, mesmo que a lisura da votação seja constatada pela Justiça Eleitoral, é evidente atentado à democracia. O crime é ainda mais grave por ser cometido pelo presidente da República em pessoa, em razão da ressonância que tão elevado cargo político e institucional confere às suas palavras.⁴⁸⁰

Em outro editorial, o jornal reforça a decisão do Ministro Luiz Fux de cancelar reuniões com o presidente, uma vez que os “arreganhos” golpistas encabeçados por ele deixavam claro que não havia diálogo possível:

Depois de inúmeras agressões de Bolsonaro às instituições democráticas, a linha vermelha parece ter sido afinal cruzada quando, na quarta-feira passada, o presidente ameaçou explicitamente agir à revelia da constituição, perturbando as eleições de 2022 para impor suas vontades. Ao fazê-lo, espalhando informações comprovadamente falsas a respeito do sistema de votação, ofendeu ministros do Supremo Tribunal Superior Eleitoral, além de colocar em dúvida a honestidade dessas cortes.⁴⁸¹

As intenções de instaurar um regime explicitamente autoritário no país podem ser evidenciadas também na política econômica de Jair Bolsonaro, que penalizou as classes mais pauperizadas, tendo em vista os altos índices inflacionários e as elevadas taxas de desemprego. O *OESP* qualificou a política econômica de Jair Bolsonaro como desastrosa, salientando que:

Dois desastres econômicos e sociais de dois dígitos, inflação e desemprego, enriqueceram o currículo **tenebroso** do presidente Jair Bolsonaro em 2021. Empobrecimento foi a contrapartida para a maioria das famílias, com miséria e fome para os mais desafortunados. A alta de preços até dezembro, de 10,06%, foi a maior desde 2015, quando um aumento de 10,67% premiou os desmandos da presidente Dilma Rousseff. Mas nem com a recessão a petista conseguiu elevar a desocupação a 14%, taxa superada em vários trimestres pelo presidente negacionista e inimigo da vacinação.⁴⁸²

⁴⁸⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. O Presidente sem freios. São Paulo, 6 de agosto de 2021. Versão digital.

⁴⁸¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Não se dialoga com golpistas. São Paulo, 8 de agosto de 2021. Versão digital.

⁴⁸² O ESTADO DE SÃO PAULO. Desastres em dois dígitos. São Paulo, 12 de janeiro de 2022. Versão digital.

Evidentemente, ao apontar uma política econômica desastrosa encabeçada pelo governo Bolsonaro e os custos para a população, o jornal também coloca em questão a insegurança do quadro fiscal e a chamada dívida pública: “A gestão das contas federais, com pouco planejamento, generosa distribuição de dinheiro, a aliados do presidente e excessiva atenção a interesses eleitorais, complica o financiamento do tesouro, pressiona os juros e gera permanente desajuste cambial.”⁴⁸³

Quando Bolsonaro foi eleito, a expectativa esteve voltada para o cumprimento de uma agenda com foco no ajuste fiscal, na retirada de direitos, e, embora o governo Bolsonaro tenha atuado, de fato, para atacar os direitos da classe trabalhadora, a pauta do ajuste fiscal e da irrestrita privatização não havia sido cumprida, o que gerou desapontamento nas frações burguesas, embora as elevadas taxas de juros garantissem o aumento vultoso de patrimônio dos segmentos mais ricos da sociedade.⁴⁸⁴

Como aponta Virginia Fontes, o Brasil integrado subalternamente ao circuito internacional na divisão do trabalho capitalista experimentou, na sua dinâmica interna, o predomínio do capital monetário, convertendo-se em um país capital-imperialista. Sob a ditadura civil-militar de 1964, ocorreu impactante impulso à monopolização da economia, ao lado da implantação de um sistema financeiro. Não ocorreu ruptura nem quebra de continuidade no processo de concentração do capital monetário, nem mesmo os momentos marcados por grandes crises reduziram o impulso de concentração capitalista. Além disso, tais crises contribuem para massivas expropriações em todos os setores da vida social.⁴⁸⁵

A grande concentração de capitais parece levar continuamente a base para a crise social, transformando, em seguida, a tragédia humana em esteio para a lucratividade. Além disso, as crises constituem uma ameaça social, uma vez que são escassas as redes de proteção social.⁴⁸⁶

Neste sentido, o governo bolsonarista se encontra diretamente atrelado à lógica de concentração capitalista, o que, por sua vez, implica o fortalecimento da autocracia burguesa no país. O Estado, neste processo, seria o principal avalista da acumulação privada, no sentido de excluir as classes trabalhadoras da cidadania burguesa plena, restringindo ao máximo possível o seu espaço de atuação política ao plano econômico-corporativo e tratando suas demandas por participação e poder político através da repressão. Nesse sentido, o trabalhador

⁴⁸³ O ESTADO DE SÃO PAULO. Desastres em dois dígitos. São Paulo, 12 de janeiro de 2022. Versão digital.

⁴⁸⁴ ROCHA, Lucas. Enquanto a fome avança, número de bilionários cresce no Brasil, e seu patrimônio dobra. *Brasil de Fato*, 6 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/06/enquanto-fome-avanca-numero-de-bilionarios-cresce-no-brasil-e-seu-patrimonio-dobra/>. Acesso em 8 de março de 2025.

⁴⁸⁵ FONTES, Virginia. 2010, p. 304.

⁴⁸⁶ Op. Cit.

não seria reconhecido como um sujeito político, uma vez que o Estado atua no intuito de anular essas possibilidades.⁴⁸⁷

Durante o seu governo, Jair Bolsonaro atuou no sentido de insuflar a barbárie no país; um caso emblemático ocorreu com o assassinato do tesoureiro do PT em Foz do Iguaçu, Marcelo Arruda, brutalmente assassinado por um bolsonarista em sua festa de aniversário. *O Estado de São Paulo* se manifestou a respeito da atitude do presidente diante de um crime praticado por um apoiador, afirmando: “o presidente Jair Bolsonaro tinha o dever cívico de solidarizar-se com a família da vítima e, muito especialmente, de condenar e desautorizar toda e qualquer forma de violência contra opositores políticos.”⁴⁸⁸ Evidentemente, ao exigir do presidente solidariedade e pacificação, o veículo ignora o fato de a campanha de Jair Bolsonaro em 2018 ter sido protagonizada em torno da incitação à violência explícita contra os seus opositores.

Em 2018, enquanto discursava em cima de um trio elétrico no Acre, o então candidato à presidência pegou o tripé de uma câmera e, simulando um fuzil, disse a seus apoiadores: “Vamos fuzilar a petralhada aqui no Acre.” Na ocasião, a atitude do candidato não gerou nenhuma reação por parte do *OESP*; o fato, ocorrido no dia primeiro de setembro de 2018, pressupõe que, no dia 2 de setembro, o veículo trouxesse uma nota sobre o acontecido, mas, ao contrário, o jornal manteve uma posição de silêncio, e o editorial publicado na data em questão tratou da decisão anunciada pelo TSE, naquela mesma semana, que tornava o candidato petista inelegível. Em editorial, o *OESP* afirmou que tal decisão restituía “a normalidade à campanha eleitoral”.⁴⁸⁹

A linguista Eni Orlandi aponta que o nosso imaginário social destinou um lugar subalterno para o silêncio. Na sociedade contemporânea, existe uma ideologia de apagamento do silêncio. Isso se expressa pela profusão de linguagens a que estamos submetidos cotidianamente, ao mesmo tempo que se espera a produção de signos dizíveis e audíveis. O silêncio não é diretamente observável, entretanto, não é vazio do ponto de vista da percepção e, para torná-lo visível, é preciso observá-lo através de métodos históricos e críticos. “Sem considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos, é impossível compreender o silêncio.”⁴⁹⁰

⁴⁸⁷ FERNANDES, Florestan. 2020.

⁴⁸⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. Barbárie é ativo político de Bolsonaro. São Paulo, 12 de julho de 2022. Versão digital.

⁴⁸⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Normalidade restituída. São Paulo, 2 de setembro de 2018. Versão digital.

⁴⁹⁰ ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 35-45.

A autora aponta ainda a existência de uma categorização do silêncio; a primeira trata do silêncio fundante, que indica que todo processo de significação traz uma relação necessária com o silêncio; a segunda trata da política do silêncio, o que implica dizer que o sentido é sempre produzido de um lugar e a partir da posição do sujeito. Logo, “dizer e silenciar andam juntos”.⁴⁹¹

O silenciamento do *OESP* em relação às explícitas manifestações de violência de Jair Bolsonaro, por um lado, e as denúncias sobre a impossibilidade da candidatura de Lula da Silva ser levada adiante, em decorrência dos “escândalos” de corrupção promovidos por meio da operação Lava Jato, por outro, apontam para o fato de que, em 2018, esse mesmo veículo que ora se apresenta “escandalizado” com os discursos de ódio e ações violentas protagonizados pela liderança de extrema direita, se portou de maneira conivente. Neste sentido, a preocupação basilar não é o regime de violência que Jair Bolsonaro representa, mas a incapacidade de conter o monstro por eles mesmos criados, afinal, o golpe já havia sido dado, bastava apenas levar adiante o projeto de aprofundamento do regime autocrático.

Evidentemente, enquanto esteve no poder, Bolsonaro atuou para o aprofundamento do regime autocrático, mas não o fez priorizando elementos de consenso, ao contrário, atuou de maneira a instaurar a barbárie, a exemplo da postura adotada diante do assassinato citado acima; como aponta o *OESP*:

A omissão de Bolsonaro não foi casual. Está perfeitamente alinhada a seu objetivo de manter o país sob uma artificial tensão. Um país de serenidade é prejudicial aos interesses políticos de Jair Bolsonaro. Não por acaso, seus discursos sempre se orientam para o conflito, para a raiva e para o ressentimento, campo onde o presidente se sente em casa, e não para questões de governo e de interesse da sociedade – que para Bolsonaro, é terra estrangeira. Essa é a grande tarefa do bolsonarismo: para triunfar politicamente, tenta despertar o pior de cada um.⁴⁹²

A violência enquanto arma política tratou-se de um fenômeno recorrente nos regimes nazista, na Alemanha, e fascista, na Itália. Todavia, enquanto estiveram no poder, tais governos não atuaram em prol da pequena burguesia que havia auxiliado na sua chegada ao poder, ao contrário, operaram em função do capital imperialista, tendo em vista que trabalharam com a finalidade de romper as amarras democráticas no exercício da dominação de classes do capital monopolista.⁴⁹³

⁴⁹¹ ORLANDI, Eni Puccinelli. 2007, p. 53.

⁴⁹² O ESTADO DE SÃO PAULO. Barbárie é ativo político de Bolsonaro. São Paulo, 12 de julho de 2022. Versão digital.

⁴⁹³ MATTOS, Marcelo Badaró. 2020, p. 25.

Evidentemente, *O Estado de São Paulo* não apontou Jair Bolsonaro como uma liderança de inclinações fascistas; para o jornal, as diferentes ações golpistas tentadas pelo presidente constituíam ataques às instituições democráticas, que, por sua vez, permaneciam fortes apesar das constantes ameaças.

Em 7 de setembro de 2022, Jair Bolsonaro, mais uma vez, ignorou as regras do jogo democrático e transformou a data num espaço para reunir e falar aos seus apoiadores. O acontecimento ganhou as páginas de *O Estado de São Paulo* tanto em matéria de capa quanto no editorial do dia. Para o jornal, o momento tratava de uma data festiva, tendo vista o bicentenário da Independência, que foi ignorado pelo presidente, envergonhando o país: “O país assistiu atos de campanha de reeleição no mais genuíno espírito bolsonarista. Jair Bolsonaro não propôs nada nem se comprometeu com algum programa de governo.”⁴⁹⁴

Considerando as ações de Jair Bolsonaro ao longo de todo o seu governo, não há nenhuma surpresa no fato de o presidente mais uma vez violar as regras eleitorais e transformar uma data cívica em espaço de campanha; além disso, é imperioso considerar que, nesse momento, Bolsonaro demonstrava claramente o seu isolamento em relação aos demais poderes, tendo em vista que não estiveram presentes o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o Presidente da Câmara, Arthur Lira, nem o Presidente do STF, Luiz Fux. Por outro lado, a multidão que se fez presente durante os atos realizados em várias cidades do país deixava evidente que, apesar do isolamento, Bolsonaro dispunha de uma base sólida. Como foi apontado pelo *OESP*:

Não há dúvida – e assim registram as pesquisas de opinião que Jair Bolsonaro tanto desacredita – que uma parcela significativa da população o apoia. Em diversas cidades muita gente foi às ruas manifestar sua adesão ao bolsonarismo. O fato, no entanto, é que, seja qual for o tamanho do apoio popular, nada autoriza a infração da lei. Jair Bolsonaro não pode valer-se do cargo e do dinheiro do contribuinte para fazer campanha eleitoral. Em respeito ao regime democrático e às liberdades políticas, há limites civilizatórios e legais. A escandalosa violação das leis eleitorais promovida por Bolsonaro demanda uma punição exemplar.⁴⁹⁵

As punições para aqueles que ocupam cargos no poder público e infringem a lei eleitoral variam entre multa, prisão, até cassação de registro.⁴⁹⁶ Todavia, nenhuma dessas

⁴⁹⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. Bolsonaro envergonha o país no bicentenário. São Paulo, 8 de setembro de 2022. Versão digital.

⁴⁹⁵ Op. Cit.

⁴⁹⁶ MORI, Letícia. Bolsonaro corre o risco de cometer crime eleitoral no 7 de setembro dizem os juristas. *BBC*. São Paulo, 7 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62814795>. Acesso em 8 de março de 2025.

medidas foi tomada em relação ao presidente; ao contrário, a corrida presidencial ocorreu sem qualquer sanção diante dos atos golpistas praticados antes e durante a campanha de 2022.

O golpismo bolsonarista estampou as páginas do jornal *O Estado de São Paulo* de maneira constante, entretanto, a posição do veículo centrou-se na noção de que, mesmo existindo uma ameaça golpista real, representada por Jair Bolsonaro, as instituições sustentariam o regime democrático diante das investidas do presidente, pois “A história da República não registra um presidente que tenha rebaixado tanto a instituição que representa”.

Além disso, o jornal apontou que Bolsonaro atuou incansavelmente para erodir os pilares do sistema democrático, semeando nos cidadãos a desconfiança nas instituições, mas, apesar das agressões, a democracia brasileira se mantinha resistente. “E diante de tudo que o país viveu nesses três últimos anos, nada indica que os brasileiros não estejam dispostos a protegê-la de ataques cada vez mais audaciosos”. Essa proteção por parte da população se daria necessariamente através do voto.

4.2 “Nem Lula nem Bolsonaro”

As eleições de 2022 constituíram um dos processos políticos mais importantes desde a redemocratização, porque o país encontrava-se dividido; de um lado, estavam aqueles que defendiam a permanência de Jair Bolsonaro, liderança de extrema direita que ameaçava o regime político vigente; de outro, a construção de uma frente ampla em torno da candidatura de Lula da Silva, tendo em vista a anulação da condenação envolvendo a Lava Jato, e, ainda, segmentos de centro direita que apostavam na construção de uma alternativa ao centro que destoasse tanto do bolsonarismo quanto do “lulopetismo”. O intuito era conquistar os eleitores que não se viam representados quer pelo “extremismo” à direita, representado por Bolsonaro, quer pelo “extremismo” à esquerda, supostamente representado pelo PT e Lula da Silva.

Para o *OESP*, o retorno de Lula da Silva à cena política em condições favoráveis para disputar o pleito de 2022 tratava-se de responsabilidade do próprio Presidente, Jair Bolsonaro, tendo em vista que, ao descumprir suas promessas de campanha, não cumprir com suas responsabilidades, debochar dos problemas do país e da saúde dos brasileiros, abria caminho para o retorno do petista.⁴⁹⁷

O assunto é da maior gravidade, pois traz de volta ao cenário político um grande perigo para o País. Aquele que foi eleito por ser o mais antipetista dos candidatos não apenas descumpre suas promessas de campanha, como

⁴⁹⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. A macabra proeza de Bolsonaro. São Paulo, 9 de março de 2021. Versão digital.

está produzindo a perfeita antítese das expectativas do seu eleitorado: o ressurgimento do fantasma do lulopetismo.⁴⁹⁸

É interessante observar que a crítica do jornal a Jair Bolsonaro não diz respeito aos malefícios provocados pelo seu governo – que, ao ignorar a existência de uma pandemia, provocou a morte de milhares de brasileiros e levou adiante uma política econômica que elevou os índices inflacionários em 26,93% –,⁴⁹⁹ nem mesmo ao fato de o presidente não ter entregado às frações burguesas as prometidas privatizações.⁵⁰⁰ A questão prioritária colocada pelo jornal é seguinte:

Pode parecer ironia, mas Jair Bolsonaro está fazendo com que parte considerável da população se esqueça dos males e prejuízos causados pelo mensalão e petrolão e já não exclua do horizonte o voto em Lula – ou no seu preposto. Aquele que prometeu eliminar o lulopetismo é quem está agora lhe dando uma inesperada e perigosa sobrevida.⁵⁰¹

Observemos, portanto, que, neste momento, o veículo considerava que a maior ameaça que poderia recair sobre o país era o retorno de Lula da Silva. O jornal aponta, ainda, que muitos eleitores votaram no ex-capitão, em 2018, porque o viram como a única possibilidade de derrotar o lulopetismo, porém, em 2022, a situação se inverteu:

Quem continua apoiando Jair Bolsonaro achando que, assim, ao menos impede um mal maior – a volta do PT ao poder – pode, na verdade, estar contribuindo exatamente para aquilo que tanto rejeita. Não se vence a irresponsabilidade petista com outra irresponsabilidade.⁵⁰²

O discurso apresentado pelo jornal nos remete às mesmas formulações elaboradas em 2018 e que justificaram a necessidade de uma candidatura de centro que rompesse com os extremismos à direita e à esquerda, mas cabe a observação de que, em 2018, o jornal apresentava Jair Bolsonaro como alguém não experimentado no executivo, ao contrário do PT, que esteve no poder ao longo de treze anos.⁵⁰³

A histórica oposição do *OESP* ao “lulopetismo” vem de longa data e encontra-se associada à origem da legenda, no interior das lutas de classes protagonizadas durante a

⁴⁹⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. A macabra proeza de Bolsonaro. São Paulo, 9 de março de 2021. Versão digital.

⁴⁹⁹ VIENCELI, Leonardo. Inflação sob Bolsonaro é quase 27% maior desde Dilma 1. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de janeiro de 2023.

⁵⁰⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. Novas promessas nas privatizações. São Paulo, 10 de janeiro 2022. Versão digital.

⁵⁰¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. A macabra proeza de Bolsonaro. São Paulo, 9 de março de 2021. Versão digital.

⁵⁰² Op. Cit.

⁵⁰³ COSTAS, Ruth. O legado dos 13 anos do PT em seis indicadores internacionais. *BBC News*, São Paulo, 13 de maio de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru. Acesso em 8 de março de 2025.

década de 1980. Além disso, durante o primeiro governo Lula da Silva, marcado pela aproximação com os movimentos sociais, os sindicatos, uma série de políticas públicas que possibilitaram relativa melhoria nas condições de vida das classes populares, o veículo reativou uma antiga retórica em torno do “perigo populista” que marcou as páginas do jornal ao longo dos governos Getúlio Vargas e João Goulart. Como apontado por Cássio Guilherme, o *OESP* viu o governo Lula como um fomentador da luta de classes, num país onde, até então, “não existia divisão social”, segundo a perspectiva difundida pelo jornal.⁵⁰⁴

Além disso, o veículo considerava que a postura do candidato Lula da Silva, independentemente de período eleitoral ou não, apresentava um caráter eleitoreiro: “Lula da Silva nunca desceu dos palanques. Desde que se elegeu presidente pela primeira vez, o líder petista tratou de revestir todos os seus atos e palavras de características eleitorais, fazendo campanha permanente”.⁵⁰⁵

Uma vez vitorioso nas eleições de 2002, Lula da Silva teve como recomendação do *OESP* a manutenção da política neoliberal, a realização da reforma da previdência e o afastamento dos segmentos “radicais” do PT, reforçando a ideia de que qualquer alteração na ordem econômica vigente poderia ocasionar um caos; com a crise do mensalão e a postura mais intervencionista do governo, o jornal reforçou dois estigmas negativos para o partido, o de populista e de corrupto.⁵⁰⁶

Como apontado por Cássio Guilherme, *O Estado de São Paulo* foi o veículo de comunicação que mais deu atenção aos escândalos de corrupção contra o PT, atuando no intuito de consolidar a narrativa de os governos petistas serem os mais corruptos da história.⁵⁰⁷

De outro lado, o jornal aponta que Jair Bolsonaro foi eleito presidente para varrer as práticas nefastas dos petistas, o que não se cumpriu; ao contrário, tal como Lula da Silva, Bolsonaro transformava tudo em comício:

Os virulentos ataques de Bolsonaro ao atual sistema de votação e à Justiça Eleitoral fazem parte dessa estratégia. É evidente que interessa ao presidente tratar de eleições muito antes que elas ocorram, não só porque não sabe governar, mas sobretudo porque a campanha eleitoral é seu habitat natural.⁵⁰⁸

⁵⁰⁴ GUILHERME, Cássio Augusto. O antipetismo do jornal O Estado de São Paulo na eleição presidencial de 2010. *Temporalidades*, edição 39, v.15, n.1, mar./set. 2023, p. 338.

⁵⁰⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. Um país prisioneiro das eleições. São Paulo, 5 de agosto de 2021. Versão digital.

⁵⁰⁶ GUILHERME, Cássio. 2021, p. 75.

⁵⁰⁷ Op. Cit.

⁵⁰⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. Um país prisioneiro das eleições. São Paulo, 5 de agosto de 2021. Versão digital.

Para justificar tal argumento, recorre ao fato de Jair Bolsonaro emplacar a candidatura política dos três filhos; chama a atenção, também, para a tentativa de, “Sob inspiração do lulopetismo”, transformar o programa Bolsa Família em ativo eleitoral, fazendo parecer que não se trata do mesmo político que criticava o programa, em 2011, afirmando se tratar de “tirar dinheiro de quem produz e dar para quem se acomoda, para que use seu título de eleitor e mantenha quem está no poder”. Além disso, o veículo apontou, ainda, a pandemia da Covid-19 como um momento utilizado pelo presidente como oportunidade eleitoral.⁵⁰⁹

Analisando comparativamente o contexto eleitoral de 2018 e o de 2022, é perceptível que, naquele contexto, o alvo prioritário do *OESP* foi o petismo, apresentado como a encarnação autêntica da corrupção que se alastrou no país; já em 2022, o petismo permanece como alvo, porém, o bolsonarismo também constitui um elemento indesejável para o jornal, mas por razão diversa, pois, além de deixar a desejar no cumprimento da agenda para a qual havia sido eleito, a saber, austeridade fiscal, reformas e privatizações, o presidente também ameaçava a institucionalidade da democracia burguesa por meio do seu projeto de fascistização do regime político.

Em editorial de janeiro de 2022, o jornal cobrou do governo mais do que retórica para a concretização das privatizações, pois, nos três anos de governo, Bolsonaro não tinha conseguido levar adiante sequer uma privatização; no último ano, o presidente renovou a aposta sobre a venda de estatais. O jornal apresentou, ainda, suas expectativas relativas à venda da Eletrobrás; segundo o *OESP*, o risco de não ocorrer a venda da estatal encontrava-se no fato de funcionários apresentarem ações na justiça ou na possibilidade de o próprio Bolsonaro boicotar o processo, caso identificasse algum ganho eleitoral.

O projeto de privatização da Eletrobrás havia sido apresentado durante o governo Michel Temer; mesmo não sendo concretizado naquele momento, deu bases para ser levado adiante no governo seguinte. Outro projeto de privatização iniciado na gestão Temer foi o da Companhia de Docas do Espírito Santo (CODESA). Em relação às demais estatais, o jornal aponta que não há expectativas para privatizações, a exemplo dos Correios. O parcos andamento de propostas privatizantes, na avaliação do veículo, era resultante de uma política sem planejamento e esforços técnicos: “O fracasso das privatizações em uma administração

⁵⁰⁹O ESTADO DE SÃO PAULO. Um país prisioneiro das eleições. São Paulo, 5 de agosto de 2021. Versão digital.

que se diz liberal na economia é prova de que é preciso muito mais do que retórica para que esses projetos sejam bem-sucedidos.”⁵¹⁰

Embora o *OESP* apresentasse um tom crítico ao governo Bolsonaro, durante o período que antecedeu o pleito de 2022, atuou no intuito de associar o bolsonarismo ao petismo, de maneira a demonstrar para o eleitor que ambas as opções representavam o atraso e o retrocesso para o país:

Consta que parte considerável do mercado apoiou a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, na presunção de que era isso ou a volta do **diabo antimercado**, isto é, o lulopetismo ao poder. Bem, se o fez cometeu um erro gravíssimo. Não porque devesse ter escolhido o diabo, mas porque ignorou que havia alternativas muito mais racionais do que um mau militar e um mau deputado cujas credenciais autoritárias não eram segredo para ninguém. E não há nada mais antimercado do que o autoritarismo, ainda mais um autoritarismo alimentado por paranoia e ignorância profundas.⁵¹¹

Aqui retomamos um argumento apresentado no capítulo dois deste trabalho, o de que Bolsonaro não se tratava de uma opção imediata para a condução do projeto político que as frações burguesas almejavam, a saber, a continuidade da obra iniciada por Michel Temer, no entanto, não foi identificado em seu próprio seio um representante capaz de aglutinar os interesses das diferentes frações e, ao mesmo tempo, conquistar o apoio popular, neste sentido, Bolsonaro emergiu enquanto um Bonaparte; ao apresentar suas críticas ameaçadoras ao governo, a burguesia visava a demonstrar “que, se o governo é, por enquanto, dele, o Estado é e sempre foi dela, e que, portanto, sentado na cadeira presidencial, convém de vez em quando ele olhar para o teto de modo a se lembrar da espada de Dâmocles que paira sobre sua cabeça e a de seus convidados aventureiros.”⁵¹² Evidentemente, em meio às críticas a Bolsonaro, o jornal reacende o seu ferrenho antipetismo.

“Bolsonaro, afinal, **não decepcionou quem o conhecia**: sabota pilares da estabilidade fiscal, abre mão do controle do orçamento, aparelha a máquina pública com fanáticos incompetentes.” O jornal recorre ao discurso do próprio presidente, que apresentou aos representantes do mercado os perigos de um possível retorno do petismo ao poder: revogação de reforma trabalhista, da previdência, retorno do imposto sindical, fim da autonomia do Banco Central etc., destacando que, embora fosse verdade o que Bolsonaro dizia sobre Lula, “Já faz quase tudo que diz que Lula da Silva vai fazer caso volte ao Palácio do Planalto. Se

⁵¹⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. Novas promessas nas privatizações. São Paulo, 10 de janeiro de 2022. Versão digital.

⁵¹¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. O roto e o rasgado. São Paulo, 6 de março de 2022. Versão digital.

⁵¹² DEMIER, Felipe. 2019, p.128.

em 2018 **Bolsonaro era a ‘novidade’**, agora terá um passivo de, até o momento, três anos de desastres para tentar escamotear.”⁵¹³

Observemos que, aqui, o próprio jornal entra em contradição, ao apresentar dois argumentos distintos num mesmo editorial: o primeiro de que, em 2018, já era possível prever os resultados de um possível governo Bolsonaro e, depois, que o governo Bolsonaro se tratava de uma novidade.

Em suas críticas ao governo, a questão central abordada pelo *OESP* tratava da indisposição do presidente em governar o país; na avaliação do jornal, mesmo ao fim do processo eleitoral de 2018 e durante todo o seu governo, o presidente atuou como se estivesse em campanha, “seja nos momentos de folga, que são muitos, seja no horário de expediente”. Na avaliação do jornal, ao entrar no último ano de governo, em meio aos diversos compromissos de Estado, o presidente abriu sua agenda para se reunir com pastores e religiosos evangélicos, com o intuito de mobilizar a estrutura presidencial, desrespeitando a própria legislação eleitoral, que atua para “impedir o uso da máquina pública para fins eleitorais”; ao contrário, o presidente atuava como se não houvesse um país a ser governado:

Mas Bolsonaro jamais trabalhou nem pretende começar agora. Em vez disso, promete, num eventual segundo mandato, franquear o exercício da Presidência a terceiros – no caso, os pastores evangélicos com quem Bolsonaro se reuniu em um de seus comícios irregulares nas dependências do Estado.⁵¹⁴

Como aponta o jornal, ao propor entregar um mandato recebido por meio do voto nas mãos de um grupo, cujos interesses particulares não correspondem aos interesses da sociedade, especialmente por se tratar de um grupo religioso, o presidente, mais uma vez, violava o Estado de Direito, tendo em vista que essa proposta fere diretamente a laicidade do Estado. “Na promessa de Bolsonaro aos pastores, há uma concepção ignorante e autoritária de poder do Estado. Mas há também oportunismo eleitoral pouco honroso.”⁵¹⁵

As críticas a Jair Bolsonaro também estiveram centradas nas ações incoerentes protagonizadas pelo presidente e que destoavam dos discursos de 2018. Uma dessas questões foi o debate em torno da reeleição, diante da articulação promovida pelo deputado federal Junior Bozella (PSL-SP) em torno da aprovação de uma Proposta de Emenda da Constituição (PEC) visando a acabar com a reeleição presidencial para mandatos consecutivos. O

⁵¹³ O ESTADO DE SÃO PAULO. O roto e o rasgado. São Paulo, 6 de março de 2022. Versão digital. Grifos nossos.

⁵¹⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. Bolsonaro ignora a laicidade do Estado. São Paulo, 10 de março de 2022. Versão digital.

⁵¹⁵ Op. Cit.

deputado, na ocasião, atuava como coordenador informal da pré-campanha do candidato Sérgio Moro (Podemos); a justificativa de Bozella para a pauta em questão encontrava-se no fato de Jair Bolsonaro ter transformado a reeleição na pauta prioritária do seu governo, o que demonstrava que a reeleição presidencial havia se tornado um projeto fracassado. Para o *OESP*, a questão central não se encontrava na reeleição em si, mas no seguinte fato:

[...] Durante a campanha de 2018, o candidato Bolsonaro afirmou publicamente que, caso fosse eleito, não concorreria a um novo mandato. Como hoje se sabe, mentiu: tudo que Bolsonaro diz ou faz desde que envervou a faixa presidencial é pensando em formas de se manter no cargo, não em entregar ao seu sucessor um país em condições melhores do que o que recebeu. Obcecado pela permanência no poder, provavelmente para adiar um acerto de contas com a Justiça, Bolsonaro foge de suas responsabilidades como chefe de Estado, seja por incapacidade, seja pelo desejo de não se indispor com parcela do eleitorado.⁵¹⁶

No primeiro turno das eleições presidenciais de 2022, o *OESP* trouxe para o centro do debate a urgência em defender a democracia contra o golpismo; a posse do Ministro do STF, Alexandre de Moraes, do cargo de presidente do TSE, foi tomada pelo jornal como um marco de união em defesa da democracia: “Em tempos normais, a cerimônia de posse de um novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é ato meramente protocolar e burocrático.” O jornal prossegue deixando claro que não vivíamos tempos normais; o que fica evidente para o leitor é que, mesmo o veículo tendo argumentado, ao longo de todo o governo, que as instituições democráticas eram capazes de conter a ameaça golpista, é fato que o presidente consistia numa ameaça de implosão do regime político. Logo, era necessária a união de forças de todas as instituições para conter essa ameaça:

A cerimônia de posse do novo presidente do TSE expressou a firme união do país, em torno da democracia e de sua Justiça Eleitoral. As urnas eletrônicas não são um tema que cause divisão na sociedade. Ao contrário: como mostraram os atos suprapartidários em favor do atual sistema de votação na semana passada, a campanha bolsonarista contra o sistema eleitoral é artificial e minoritária. Sem provas e sem apoio, Jair Bolsonaro, claramente deslocado na cerimônia do TSE, está cada vez mais solitário na tentativa de difamar e bagunçar as eleições brasileiras.⁵¹⁷

O jornal aponta que, ao propor um projeto visando pôr fim à reeleição, o deputado desacreditava na capacidade do eleitorado de fazer escolhas e punir os maus governantes nas urnas. Ao colocar nas mãos do eleitorado a responsabilidade pelas escolhas dos governantes, o jornal tira a própria responsabilidade, enquanto aparelho que difunde valores e visões de

⁵¹⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. A reeleição não é o problema. São Paulo, 4 de janeiro de 2022. Versão digital.

⁵¹⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. Demonstração de União contra o golpismo. São Paulo, 18 de agosto de 2022. Versão digital.

mundo acerca de fatos ou personalidades, podendo interferir de maneira direta ou indireta nos processos decisórios.

O *OESP* atua na produção coletiva de visões de mundo e na formação de uma consciência social adequadas aos interesses de frações da burguesia nacional. Clubes, partidos, jornais, revistas, são aparelhos que têm se reconfigurado ao longo da história, a partir da própria complexificação da sociedade capitalista e dos múltiplos embates que dela derivam. Como aponta Fontes, “Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente deslocados da organização econômico-política da vida social.”⁵¹⁸

Nesse sentido, o veículo atua com o intuito de convencer uma parcela da sociedade de que os projetos da burguesia são benéficos para todos, levando segmentos médios a travarem as suas lutas contra si próprias, em prol do projeto burguês. Gramsci chama a atenção para essa questão quando analisa que, dentro das novas formas de organização do Estado, oriundas da conquista do sufrágio universal, houve uma sofisticação da forma encontrada pelas classes dominantes para assegurar a adesão das classes subalternas. O convencimento, a persuasão e a pedagogia do medo se tornaram tarefas permanentes e cruciais, não dispensando as formas coercitivas de dominação, uma vez que a sociedade civil se encontra entremeada ao Estado.⁵¹⁹

Ao criticar o bolsonarismo e defender as urnas eletrônicas, o veículo visava a convencer o eleitorado de que o contexto político demandava certo teor de institucionalidade, por outro lado, deixava explícito que a participação popular estava circunscrita ao universo eleitoral; além disso, era preciso ainda saber em quem votar.

Em editorial que marca a abertura da campanha eleitoral de 2022, o jornal apontou que a campanha deveria ser um momento de paz, quando “A Lei Eleitoral precisa ser respeitada com mais rigor”. Na ocasião, o veículo criticou as motocicletas promovidas pelo presidente Jair Bolsonaro, que, além de apresentarem um caráter eleitoral, oneravam os cofres públicos. O veículo também aponta o pleito daquele ano como um acontecimento marcado por características particulares que fugiam à normalidade de processos anteriores:

Se toda campanha eleitoral tem traços comuns, a de 2022 tem características próprias. É a primeira campanha eleitoral desde a Constituição de 1988 que foi precedida por ataques sistemáticos do presidente da República contra as urnas eletrônicas, por suas tentativas de

⁵¹⁸ FONTES, Virginia. 2010, p. 134.

⁵¹⁹ Op. Cit., p. 136.

interferência na apuração dos votos e por suas insinuações de que pode vir a não respeitar o resultado das eleições.⁵²⁰

A condição atípica que marcou o processo eleitoral de 2022 deixou a sociedade civil e os movimentos sociais organizados em alerta sobre a real ocorrência de eleições, bem como a respeito da lisura do processo diante de uma ameaça golpista real. Do ponto de vista do jornal, tratava-se de um momento que demandava vigilância por parte da sociedade civil e das instituições. Além disso, “Em regimes democráticos, o Poder Executivo não interfere na realização das eleições e os eleitos tomam posse.”⁵²¹

Evidentemente, a defesa dos valores democráticos endossados pelo *O Estado de São Paulo* é relativa, afinal, o que se espera na prática é a eleição de um candidato atrelado ao seu projeto de classe; trata, portanto, de uma liderança que venha emergir no seio das classes burguesas e que apresente um compromisso com o projeto político iniciado durante o governo Michel Temer. Se Bolsonaro havia se tornado um candidato indesejável, Lula da Silva tampouco seria uma alternativa.

Na tentativa de desqualificar a eleição de Lula da Silva, o veículo recorreu às experiências da esquerda na América Latina, para justificar que a ascensão de lideranças de esquerda não promoveu o desenvolvimento econômico almejado. Por outro lado, no Brasil, o caráter “autoritário” e “disfuncional” do governo Bolsonaro poderia ocasionar o retorno da esquerda ao poder, nesse caso, sendo representada pela candidatura de Lula da Silva, pelo PT; logo, o veículo aponta como fundamental compreender as intenções da esquerda, afinal:

Não é coerente chamar Jair Bolsonaro de “genocida” e “fascista” e, ao mesmo tempo, não reconhecer as seguidas violações de direitos humanos feitas pelo governo cubano. Não é possível criticar o envolvimento de setores das Forças Armadas na política bolsonarista para logo depois fazer vista grossa à participação expressiva de militares na política venezuelana.⁵²²

Na ocasião, além de exigir uma tomada de posição em relação a outros governos na América Latina, o jornal também cobrou do candidato Lula da Silva um pedido de desculpas pelos escândalos do mensalão envolvendo a sua legenda. Para o jornal, era preciso deixar claro o que esperar de um possível governo petista:

Afinal, o que a esquerda quer? Não há dúvida de que ela quer o poder. Esquecendo-se de tudo que falou sobre os governos tucanos em São Paulo, Lula da Silva até colocou Geraldo Alckmin como vice em sua chapa. Mas,

⁵²⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. Campanha eleitoral é tempo de paz. São Paulo, 16 de agosto de 2022. Versão digital.

⁵²¹ Op. Cit.

⁵²² O ESTADO DE SÃO PAULO. O que a esquerda quer. São Paulo, 20 de agosto de 2022. Versão digital.

no regime democrático, conquistar o poder exige delinear minimamente os planos e projetos, firmando um compromisso efetivo com o eleitor.⁵²³

Neste sentido, a posição do jornal é de exigir compromissos com o capital, por parte do candidato petista, sem, no entanto, apresentar qualquer contrapartida. Esse posicionamento manifesto se colocou de maneira pujante durante o segundo turno do pleito.

Diante de um cenário em que Lula e Bolsonaro se apresentaram como lideranças com maior índice de intenções de votos, ao mesmo tempo que também apresentavam as maiores taxas de rejeição, o *OESP* defendeu que os eleitores poderiam recorrer ao “voto útil”, afinal: “[...] Além dos candidatos do PL e do PT, há Simone Tebet (MDB), Sofia Manzano (PCB), Soraya Thronicke (União Brasil), Vera Lúcia (PSTU), Ciro Gomes (PDT), Felipe D’Avila (Novo), Léo Péricles (Unidade Popular), Pablo Marçal (PROS) e Roberto Jefferson (PTB).”⁵²⁴

Ao sinalizar as diferentes possibilidades que se apresentavam ao eleitor, o jornal faz parecer que não havia preferência por um candidato específico, além disso, cabe destacar que, no contexto eleitoral de 2022, o PSDB, legenda historicamente apoiada pelo *OESP*, não apresentou candidatura própria para presidente, mas compôs a chapa da candidata Simone Tebet, com a vice candidatura de Mara Gabrilli (PSDB-SP), e fechou questão em torno da candidata do MDB. Entretanto, a posição do partido em torno da candidatura de Tebet dividiu opiniões, conforme mostra entrevista concedida pelo ex-ministro da Justiça da gestão FHC e das Relações Exteriores no governo Temer, Aloysio Nunes, ao jornal *Valor Econômico*; havia, segundo ele, lideranças no partido que intentavam votar em Lula da Silva no primeiro turno: “Diante da incapacidade, da impossibilidade da emergência de uma terceira via na eleição presidencial, o primeiro turno se confunde com o segundo. É democracia contra o autoritarismo. O centro do debate é a democracia, disse Aloysio ao Valor.”⁵²⁵

Ainda que a rejeição ao bolsonarismo se manifestasse de maneira pujante, para o *OESP*, esse elemento não justificava a escolha por Lula da Silva, tendo em vista a existência de alternativas. O *OESP* defendeu que as taxas de rejeição de Lula da Silva e Bolsonaro deveriam ser um estímulo ao eleitorado para conhecer a fundo as demais possibilidades que se

⁵²³ O ESTADO DE SÃO PAULO. O que a esquerda quer. São Paulo, 20 de agosto de 2022. Versão digital.

⁵²⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. O voto é exercício de liberdade. São Paulo, 24 de agosto de 2022. Versão digital.

⁵²⁵ AGOSTINE, Cristiane. Há movimentos dentro do PSDB por voto em Lula no 1.º turno, diz dirigente tucano. *Valor econômico*, 22 de setembro de 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/22/ha-movimento-dentro-do-psdb-por-voto-em-lula-no-1o-turno-diz-dirigente-tucano.ghtml>. Acesso em 9 de março de 2025.

apresentaram: “Não há nenhum problema no chamado ‘voto útil’, quando o eleitor antecipa, no primeiro turno, sua definição última de prioridades e rejeições.”⁵²⁶

O jornal reforçou sua posição acerca do chamado voto útil para criticar o candidato Lula da Silva, que pautou a defesa do voto útil no primeiro turno; embora as intenções de Lula fossem “liquidar a fatura” já no dia 2 de outubro, para o veículo, era preciso deixar evidente que: “Neste ano, não há apenas dois, há dez candidatos à Presidência. E nenhum deles tem um voto sequer antes da abertura das urnas”.⁵²⁷

Num cenário em que se anunciava, cada vez mais, uma disputa no segundo turno protagonizada por Lula e Bolsonaro, o jornal visou a convencer o eleitor a resolver a questão de imediato, desde que fossem consideradas as demais alternativas de candidatos em disputa. De todo modo, os debates travados no jornal ao longo de todo o primeiro turno estiveram circunscritos prioritariamente à crítica aos dois candidatos com maiores intenções de voto, negligenciando a apresentação dos projetos de governo dos demais candidatos. Para isso, o veículo buscou evidenciar as fragilidades de cada um e as razões pelas quais o eleitor não deveria depositar neles a sua confiança.

Os debates foram momentos em que o veículo atuou no intuito de reforçar a “má qualidade” das duas lideranças antagônicas. Segundo o *OESP*, “De forma incontestável, o petista Lula da Silva e o presidente Jair Bolsonaro foram os piores no primeiro embate na televisão”. Por outro lado, “Graças a essa miséria, os demais candidatos, com destaque para Ciro Gomes e Simone Tebet, pareciam estadistas.” Na avaliação do jornal, apesar de Lula e Bolsonaro disporem de uma base de apoio, demonstravam fraqueza de ideias e desrespeito com o eleitor; o veículo destacou o desempenho de Ciro Gomes ao apresentar, ao mesmo tempo, as suas ideias e “as contradições do PT”; também foi destacada a performance da candidata do MDB, Simone Tebet, ressaltando que se tratava de uma alternativa racional:

A senadora do MDB enfrentou com altivez os arreganhos desrespeitosos de Bolsonaro e rebateu com segurança as fabulações de Lula, apresentando-se aos país como alternativa racional e pacífica.

Se o alarido do debate teve alguma utilidade, foi a de mostrar que o País, se quiser, pode deixar de ser prisioneiro do passado corrupto e incompetente do lulopetismo e do presente indecoroso e reacionário do bolsonarismo.⁵²⁸

Se, até aquele momento, os editoriais haviam mantido relativa neutralidade quanto ao candidato no qual o jornal apostaria as suas fichas para romper tanto com o petismo quanto

⁵²⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. O voto é exercício de liberdade. São Paulo, 24 de agosto de 2022. Versão digital.

⁵²⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. O “voto útil” para quem?. São Paulo, 13 de setembro de 2022. Versão digital.

⁵²⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. Um debate muito útil. São Paulo, 30 de agosto de 2022. Versão digital.

com o bolsonarismo, aqui não resta dúvidas em relação à opção do veículo pela candidata do MDB.

É necessário destacar que o partido de Tebet era o mesmo do ex-presidente Michel Temer, cuja gestão, entre 2016 e 2018, foi considerada acertada pelo *OESP*. Além disso, trata de uma personalidade política com histórico atrelado diretamente aos interesses do agronegócio no país; a candidata é filha do ex-governador do Estado do Mato Grosso, pelo MDB, Ramez Tebet, que teve um papel ativo na luta contra a reforma agrária, ao proibir a formação de novos acampamentos rurais no Estado, além de ter dado carta branca para as ações violentas da polícia contra os acampados.⁵²⁹

Simone Tebet herdou o espaço político de seu pai, iniciando a carreira como deputada estadual pelo PMDB, em 2003; em 2005, assumiu o mandato de prefeita da cidade de Três Lagoas, ocupando o cargo por dois mandatos consecutivos; o segundo mandato foi deixado em 2011, quando passou a ocupar o cargo de vice-governadora do Mato Grosso do Sul, em chapa composta com André Puccinelli (MDB); já em 2014, foi eleita Senadora, se reelegendo em 2018. Apesar de o espólio familiar constar com propriedades rurais, Tebet não se declara proprietária rural.⁵³⁰ Além disso, as campanhas de Tebet e do marido, Eduardo Rocha, foram financiadas prioritariamente por segmentos ligados ao agronegócio, conforme dados apresentados pelo portal *Brasil de Fato*:

Simone e Eduardo têm suas campanhas majoritariamente financiadas pelo agronegócio. A campanha de 2014 da senadora somou R\$ 3 milhões em empresas e pessoas físicas ligadas ao agronegócio, 94% do que arrecadou naquele ano. O deputado estadual recebeu R\$ 317 mil de um grupo similar de doadores, metade do valor de sua campanha.⁵³¹

Como apontado por Florestan Fernandes, desde o final da Segunda Grande Guerra, ocorreu um processo de maturação da burguesia nacional, entretanto, essa maturação não surgiu de uma crise das oligarquias dominantes no país, pois essa crise se processou como uma recomposição das estruturas políticas, econômicas e sociais herdadas do passado, por meio da qual os grupos oligárquicos foram reabsorvidos pela expansão da sociedade de classes. Isso significa dizer que não ocorreu um deslocamento das “velhas classes” para

⁵²⁹ MEDEIROS, Gabriel Nogueira. Os conflitos por terra e território em Mato Grosso do Sul no período de 2014 a 2020. IN: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; NARDOQUE, Sandoval. **Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista: subordinação e resistências**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2023, p.68.

⁵³⁰ SILVA, Luciene Maria; SANTOS, Thiago Araújo. Poder oligárquico, questão agrária e função legislativa no território sul-mato-grossense. **Campo-Território**, v. 17, n. 44, p. 253-277, abr. 2022.

⁵³¹ INDRIUNAS, Luís. Simone Tebet quer obrigar união a indenizar fazendeiros por terras indígenas. *Brasil de fato*, 19 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/simone-tebet-quer-obrigar-uniao-a-indenizar-fazendeiros-por-terras-indigenas/>. Acesso em 8 de março de 2025.

“novas classes” dominantes.⁵³² Além disso, como aponta Sônia Regina de Mendonça, durante o processo de “redemocratização”, ocorreu o fortalecimento da capacidade de barganha dos agentes vinculados aos segmentos agrários do país e, principalmente, o crescimento da participação de agropecuaristas/agroempresários no Congresso Nacional.⁵³³

No capítulo anterior, abordamos os conflitos protagonizados por frações de classes no âmbito do governo Jair Bolsonaro quando o Ministro da Economia colocou em pauta a redução de recursos destinados aos setores agrários do país, com o intuito de levar adiante a sua política neoliberal de redução do Estado. Nesta ocasião, o *OESP* se posicionou explicitamente em defesa dos segmentos agrários, alegando que o agronegócio constitui o segmento econômico mais importante do país.⁵³⁴ Estes elementos são fundamentais para a compreensão de quais frações de classes são representadas pelo jornal, nesse sentido, consideramos que os segmentos vinculados ao agronegócio ocupam posição primordial.

4.3 Entre a tragédia e a farsa

O segundo turno das eleições de 2022 protagonizou um cenário tal qual aquele vivenciado em 2018. O editorial do *O Estado de São Paulo* no dia 2 de outubro de 2022, data em que ocorreu o primeiro turno do pleito, foi enfático: “Nem Bolsonaro, nem Lula”. A abordagem do jornal foi direta, no intuito de “recomendar” aos eleitores que, nas urnas, rejeitassem tanto o presidente petista quanto a liderança bolsonarista: “ao contrário do que ambos querem fazer parecer, ainda estamos no primeiro turno, ou seja, há vários outros candidatos, alguns seguramente melhores que Bolsonaro e Lula.”

Segundo o jornal, Bolsonaro se tornou intolerável diante do governo “irresponsável, conflituoso e desastroso”, além disso, o presidente ameaçou constantemente o sistema eleitoral; mesmo próximo ao período eleitoral, permaneceu colocando em dúvida a confiabilidade da urna eletrônica, indicando que não aceitaria o resultado do pleito caso não fosse eleito.⁵³⁵ Ainda assim, para o *OESP*, a rejeição a Bolsonaro não poderia se constituir numa justificativa para que o eleitor votasse em Lula da Silva:

A rejeição a Jair Bolsonaro, no entanto, não cega os olhos deste jornal às contradições, fragilidades e imposturas da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. O PT produziu a mais grave crise moral, política e econômica da

⁵³² FERNANDES, Florestan. 2020, p. 307.

⁵³³ MENDONÇA, Sonia Regina. 2010, p. 27.

⁵³⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. A ministra tem razão. São Paulo, 12 de fevereiro de 2019. Versão digital.

⁵³⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. Nem Bolsonaro nem Lula. São Paulo, 2 de outubro de 2022. Versão digital.

história recente do país, não reconheceu suas responsabilidades e agora deseja voltar ao poder vendendo a falácia de que disso depende a manutenção da democracia no Brasil e a redenção dos pobres. É o lulopetismo em estado puro.⁵³⁶

O jornal permanece em suas críticas ao lulismo, recorrendo a elementos históricos, como a suposta falta de reconhecimento dos méritos daqueles que articularam um projeto de estabilização econômica para o país nos anos 1990 (diz-se o neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso); aponta, ainda, que os governos petistas sabotaram a política de responsabilidade fiscal, mencionando as denúncias de corrupção imputadas ao partido, e afirma: “O Lula que hoje quer ser visto como o salvador da democracia é o mesmo que nutre devoção religiosa à ditadura cubana e que é incapaz de condenar a tirania dos companheiros Nicolás Maduro na Venezuela e Daniel Ortega na Nicarágua.”⁵³⁷

Segundo o jornal, o eleitor não poderia ser submetido a um duelo político entre duas lideranças que não representavam uma solução para o país, ao contrário, significavam a continuidade do atraso. Desde o primeiro turno, as críticas do jornal a Bolsonaro estiveram centradas na incapacidade do presidente de dar andamento ao projeto político para o qual foi eleito e nos constantes ataques ao regime que o elegeu; por outro lado, o veículo apontava que o petismo era o regime do atraso e, embora se apresentasse como o “salvador” da democracia, se mantinha conivente com o regime venezuelano:

[...] Mais uma vez Lula foi incapaz de criticar, mesmo de leve, a ditadura venezuelana. Enquanto poupava o “companheiro” ditador Nicolás Maduro, que no passado já se referiu a Lula como “um pai”, o petista chamou o líder opositor venezuelano Juan Guaidó de “impostor”.⁵³⁸

Observamos, aqui, uma ambiguidade nos discursos protagonizados pelo jornal, pois, embora tenha se colocado como um crítico às intenções golpistas de Jair Bolsonaro, demonstra conivência com uma liderança também golpista no país vizinho. Além disso, o jornal afirma categoricamente que a democracia brasileira não precisa de salvação, tendo em vista que, durante o governo Bolsonaro, havia sido submetida a diferentes testes de estresse e demonstrou uma saúde formidável. Prossegue em sua avaliação, numa tônica explicitamente anticomunista:

[...] Mas a democracia brasileira ficaria ainda melhor se a esquerda se modernizasse, isto é, deixasse de ser prisioneira do terceiro mundismo nostálgico dos anos 60, época em que tipos sanguíneos como Fidel Castro eram os heróis da luta contra o imperialismo americano. É essa visão de

⁵³⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. Nem Bolsonaro nem Lula. São Paulo, 2 de outubro de 2022. Versão digital

⁵³⁷ Op. Cit. .

⁵³⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. A democracia segundo Lula. São Paulo, 26 de agosto de 2022. Versão digital.

mundo retrógrada que faz da esquerda brasileira o espantalho perfeito para uma direita igualmente atrasada e francamente reacionária.⁵³⁹

Em outro editorial, publicado durante o segundo turno, o veículo recorreu mais uma vez à experiência de países da América Latina para questionar qual democracia é defendida por Lula da Silva. O jornal toma como ponto de partida uma fala do candidato em que afirmava que criou o Foro de São Paulo com o intuito de moderar a esquerda latino-americana. Segundo o *OESP*:

O Foro é uma verdadeira frente ampla autocrática, já nasceu retrógrado, na visita de Fidel Castro a Lula em São Bernardo do Campo, em 1990, quando o déspota cubano instou a esquerda a reagir à queda do Muro de Berlim. Sua primeira Declaração manifestava “um compromisso com a validade dos direitos humanos, da democracia e da soberania popular como valores estratégicos, que impõem um constante desafio às forças esquerdistas, socialistas e progressistas de renovar seus pensamentos e ações.” O fracasso em cada um desses compromissos foi retumbante e catastrófico para os povos de países como Venezuela, Cuba ou Nicarágua, mergulhados sempre mais fundo na miséria econômica, social, política e moral por ditaduras militares comandadas por clãs familiares.⁵⁴⁰

Nessa perspectiva, o veículo mantém a mesma linha interpretativa que apresentava desde os anos 1930, 1940 e 1960 na cruzada anticomunista, no Brasil, responsabilizando as organizações de esquerda pelas mazelas econômicas e caracterizando-as enquanto uma personificação do atraso e da barbárie; de outro lado, o capitalismo seria representativo do progresso e do liberalismo. Neste aspecto, o jornal visa a induzir a ideia de que a esquerda constitui um impedimento ao avanço do liberalismo defendido desde a sua fundação.

Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado apontam que, para o *OESP*, o comunismo representava a antítese do liberalismo e, portanto, sugeria ao governo a negação à liberdade de expressão, organização e participação política aos “extremistas vermelhos”. Nos momentos em que considerava que o comunismo assumiria proporções alarmantes, orientava que todos defendessem a ordem constituída, ainda que para isso tivessem de deixar de lado os princípios liberais.⁵⁴¹

Como podemos perceber através da imagem abaixo, as “orientações” do jornal não foram capazes de convencer o eleitorado em torno de uma alternativa ao “centro” entre as duas lideranças antagônicas.

⁵³⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. A democracia segundo Lula. São Paulo, 26 de agosto de 2022. Versão digital.

⁵⁴⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. As piruetas retóricas de Lula. São Paulo, 21 de outubro de 2022. Versão digital.

⁵⁴¹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. 1980, p. 109.



Bolsonaro vai a 2º turno com Lula com mais votos do que o previsto

... Mesmo diminuído, eleitorado de centro será decisivo no dia 30 ...

Fonte: *O Estado de São Paulo*.

Se o editorial de 2 de outubro foi intitulado “Nem Bolsonaro nem Lula”, no dia seguinte, com o resultado do primeiro turno, o jornal intitulou o editorial como “O pior dos pesadelos”, provocado, segundo a análise do veículo, pelo candidato Lula da Silva:

Eis o que dá confiar em Luiz Inácio Lula da Silva para “salvar a democracia”. Mesmo tendo por adversário Jair Bolsonaro – o presidente que fez por merecer a mais alta rejeição no cargo –, o líder petista mostrou-se incapaz de reunir a maioria do eleitorado em torno de sua candidatura. Agora o Brasil terá o suplício de mais quatro semanas de uma campanha eleitoral que não apenas foi até aqui a mais desprovida de propostas e ideias da história nacional recente, como entra numa fase ainda mais sofrível, ao resumir-se a dois candidatos que são, cada um a seu modo, a exata antítese do que o país precisa.

Lula e Bolsonaro se merecem, mas o país não os merece.⁵⁴²

A postura do jornal, nesse momento, se mostrou indiferente aos dois candidatos em disputa: Jair Bolsonaro havia violado todos os princípios republicanos e democráticos defendidos pelo jornal, enquanto Lula da Silva pedia um “cheque em branco”, mas não fazia por merecer, tendo em vista que não havia se afastado “dos companheiros ditadores de esquerda na América Latina” e não havia declarado respeito à liberdade de imprensa, “abandonando qualquer ideia de controlar o que a mídia publica”. Além disso, o jornal defende que, para se fazer confiável, Lula “teria rejeitado o aparelhamento ideológico da máquina estatal e a condução irresponsável de política econômica”.⁵⁴³

Observamos que o jornal demarca uma posição, ainda que tenha afirmado categoricamente que rejeitava o voto nos dois candidatos. Diante de um quadro de construção de uma frente ampla em torno da candidatura de Lula da Silva, o jornal propõe um alargamento do projeto político do candidato, dentro dos moldes almejados pelos interesses

⁵⁴² O ESTADO DE SÃO PAULO. O pior dos pesadelos. São Paulo, 3 de outubro de 2022.

⁵⁴³ Op. Cit.

das frações de classes por ele representadas; ainda assim, esse alargamento não implicaria apoio direto ao candidato petista.

Na tentativa de demonstrar uma suposta neutralidade em relação aos candidatos em disputa, o veículo apontou que Jair Bolsonaro também deveria ser cobrado, afinal, o jogo político do segundo turno não poderia ser reduzido à onda de acusações que marcaram o primeiro turno: “A experiência político-administrativa dos dois postulantes é conhecida de todo o País [...] Mas, isso é passado. É preciso dizer o que pretendem fazer a partir de 2023.” Para o jornal, era necessário exigir um compromisso por parte dos dois candidatos.⁵⁴⁴

Cabe salientar que o veículo considera que as gestões petistas, marcadas pelo não cumprimento de um arcabouço fiscal, colocam o candidato Lula da Silva na centralidade das cobranças sobre o que será feito no âmbito econômico e social, uma vez eleito. Por outro lado, diz:

Mas essa cobrança não pode se limitar a Lula, os empresários também precisam questionar o presidente Jair Bolsonaro a respeito de seus planos, já que em seu primeiro mandato, por variadas razões, ele não entregou quase nada do que prometeu, especialmente reformas, modernização do Estado e privatizações.

Muito ao contrário, Bolsonaro fez rigorosamente tudo que os empresários do pendor Bolsonaro acusam Lula da Silva de planejar fazer caso volte ao poder.⁵⁴⁵

Na avaliação do jornal, não houve, por parte de Jair Bolsonaro, qualquer compromisso com as reformas econômicas, ao contrário, o presidente sabotou o quanto pode a única reforma aprovada em seu governo, a previdenciária, além disso, não cumpriu com a meta fiscal, comprou apoio através do orçamento secreto e ainda envergonhou o país internacionalmente. A política social do presidente também foi alvo de críticas do *OESP*, que afirmou ter-se limitado à “distribuição desbragada de dinheiro para pobres, sem qualquer contrapartida ou critérios.”

A hipótese é de que, embora o governo Lula da Silva não fosse o desejado pelo jornal, poderia ser mais bem controlado pelos interesses das frações burguesas; quanto a Jair Bolsonaro, não era possível garantir esse controle, uma vez que o presidente atuava em prol dos seus próprios interesses. Nesse sentido, o *OESP* aponta:

Compreende-se perfeitamente que os empresários estejam preocupados com a volta de Lula da Silva ao poder, sobretudo, à luz do desastre econômico causado pelos governos lulopetistas. Mas esses empresários precisam demandar de Bolsonaro o mesmo compromisso com a racionalidade

⁵⁴⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. Não é só Lula que deve ser cobrado. São Paulo, 5 de outubro de 2022. Versão digital.

⁵⁴⁵ Op. Cit.

econômica e administrativa que cobram de Lula. Afinal, de nada adianta impedir a volta de Lula ao poder se Bolsonaro se sente à vontade para fazer ainda pior.⁵⁴⁶

Diante do cenário que se desenhou no segundo turno do pleito, o *OESP* fez uma avaliação dos caminhos que haviam levado até ali, com uma disputa protagonizada entre duas figuras indesejáveis, Lula e Bolsonaro. Na ocasião, o jornal chamou a atenção para o relativo sucesso eleitoral da liderança de extrema direita, que teria sido fruto do reacionarismo que assolara a população brasileira. Para o jornal, “A impaciência da população com o PT se desfraldou em manifestações multitudinárias que foram capitalizadas pela ferocidade antipetista de Bolsonaro em 2018”. Nesse sentido, o *OESP* identifica dois fatores centrais para a ascensão do bolsonarismo: por um lado, o antipetismo e, por outro, a atuação dos partidos tradicionais, incapazes de eleger uma liderança:

[...] A população conservadora nunca teve problemas em confiar seu voto a partidos formados na redemocratização que, muitas vezes, nem sequer propunham as pautas mais caras à direita, como o PSDB, desde que se comprometessem a conter a “república sindicalista” e outras utopias petistas. Mas, à medida que esses partidos perderam identidade, transigindo com retrocessos petistas e entregando-se ao tráfico fisiológico ou disputas fraticidas, criou-se um vácuo no poder.⁵⁴⁷

Pelo exposto, fica evidente que o veículo reconhece a inexistência dentro da direita de uma liderança que fosse capaz de levar adiante o projeto político almejado desde o golpe de 2016. Nesse sentido, o jornal aponta que tanto os partidos de esquerda quanto os de direita teriam um enorme desafio pela frente, mas, para além daquele processo eleitoral, caberia à esquerda “cultivar novas lideranças no deserto de alternativas deixadas pelo culto lulopetista”, enquanto a direita precisaria “não tanto se renovar, mas se inventar. A ditadura legou seu próprio deserto, e inexistem no Brasil partidos conservadores liberais (como o centenário republicano, nos EUA, ou os Tories, no Reino Unido) ou sociais [...] ou meramente liberais”. Nesse sentido, o *OESP* deixa evidente que os partidos de direita tradicionais haviam perdido a identidade, abrindo brechas, portanto, para a insurgência do reacionarismo representado por Jair Bolsonaro.⁵⁴⁸

Ao considerar o antipetismo e a postura adotada pelos partidos tradicionais como elementos centrais na insurgência da onda reacionária, o jornal tira de si a parcela de responsabilidade, enquanto veículo que atua na formação de opinião e construção de

⁵⁴⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. Não é só Lula que deve ser cobrado. São Paulo, 5 de outubro de 2022. Versão digital.

⁵⁴⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. A onda reacionária. São Paulo, 4 de outubro de 2022. Versão digital.

⁵⁴⁸ Op. Cit.

consensos em torno de projetos e valores, o qual teve um papel relevante na construção do antipetismo, atuando na disseminação de valores ideológicos que incentivam o ódio a determinados grupos e no silenciamento ou convivência em torno do reacionarismo bolsonarista.

Outro elemento que constituiu ponto de pauta do jornal foi a “queda” do PSDB, partido historicamente apoiado pelo veículo, conforme apontado no capítulo dois deste trabalho. O *OESP* considera que o PSDB tinha um papel fundamental na construção de uma frente que possibilitasse ao eleitor uma escolha para além do bolsonarismo ou petismo:

Nunca como nesses quatro anos e nos próximos quatro foi tão importante mobilizar uma coalizão centrista agregando melhor a esquerda e a direita em nome da defesa da democracia; da descentralização política e administrativa; do Estado a serviço do povo e não de privilegiados; e do crescimento sustentável com distribuição de renda e educação de qualidade.⁵⁴⁹

Conforme aponta o jornal, o PSDB havia nascido com as características elencadas acima, como uma “dissidência progressista” do PMDB, insatisfeita com o fisiologismo, o reacionarismo e a corrupção do partido. Ainda segundo o jornal, os tucanos agregaram à sua sigla “influxos ideológicos como o liberalismo e a democracia cristã”. Todavia, a legenda perdeu a gênese da sua fundação e “O partido que se prestava a ser o espantalho do PT agora se reduziu a fantoche do Bolsonarismo”. O jornal recorre, ainda, à experiência paulista para justificar a falência da legenda com o ingresso de Geraldo Alckmin na chapa do PT, José Serra não sendo eleito na Câmara de Deputados e João Dória abandonando a vida política.

Nesse sentido, o *OESP* faz um ultimato ao que restou no partido: “ou se regenera bebendo de suas fontes ou vagará como um morto-vivo, mais um dos vermes políticos que degeneraram a sociedade e a democracia”.⁵⁵⁰

André Guiot aponta a existência de um intenso debate historiográfico acerca das posições assumidas pelo PSDB ao longo da sua história e as divergências internas que marcaram a legenda desde a sua formação, oscilando entre posições socialdemocratas e um programa de governo orientado por teses liberais. Neste sentido, a linha política que orienta as posições do partido encontra-se diretamente atrelada às demandas do empresariado (nacional, internacional e associado).⁵⁵¹

Diante da situação de crise, o PSDB se desloca em peso para procurar contemplar as diversas demandas das frações e setores das classes dominantes. É então que assume seu efetivo papel – o de formulação e

⁵⁴⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Nem social nem democrata. São Paulo, 6 de outubro de 2022. Versão digital.

⁵⁵⁰ Op. Cit.

⁵⁵¹ GUIOT, André. 2006, p. 127.

implementação de uma plataforma política unificadora dos setores empresariais, tornando-se o intelectual coletivo da burguesia, o seu “moderno príncipe”.⁵⁵²

Para o autor acima referenciado, o PSDB constituiu uma legenda cuja aproximação com o neoliberalismo é orgânica e programática. O partido se alinhou aos pressupostos do neoliberalismo europeu já em fins da década de 1980, e não houve redefinições, logo, a socialdemocracia que marcou o partido no poder tinha clareza do seu horizonte político e ideológico. Trata-se, portanto, de uma legenda com denominação “social-democrata”, mas seu conteúdo programático incorporava os principais temas econômicos do neoliberalismo.⁵⁵³

A posição do partido, no segundo turno das eleições de 2022, foi definida no sentido de não fechar apoio a nenhum candidato específico, porém, autorizou que os diretórios estaduais e filiados escolhessem livremente quem apoiar. Como apontado em matéria do *OESP*, publicada em 4 de outubro:

A sigla estava dividida. Nomes como José Serra (PSDB-SP) e José Aníbal (PSDB-SP), que apoiaram Tebet no primeiro turno, agora são procurados para estarem com Lula. Como mostrou o Estadão, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) é a mais recente adesão tucana à campanha do petista. O ex-senador e ex-chanceler Aloysio Nunes (PSDB-SP) foi o primeiro a puxar a fila e declarou voto no ex-presidente logo no primeiro turno.⁵⁵⁴

Se, de um lado, personalidades com grande representatividade no cenário nacional declaram apoio ao presidente petista, de outro, a vice candidata à presidência na chapa com Simone Tebet, Mara Gabrilli, declarou-se neutra, enquanto o governador do Estado de São Paulo declarou apoio a Jair Bolsonaro.⁵⁵⁵

A diversidade de posições em torno do apoio no segundo turno do pleito aponta para a inexistência de uma coesão ideológica no interior do partido que, por duas décadas, disputou o segundo turno em todas as eleições presidenciais, perdendo este posto em 2018 com a chegada de Jair Bolsonaro à cena política nacional.

De outro lado, o apoio de adversários históricos a Lula da Silva chama a atenção para o fato de o candidato encaminhar a campanha pela via da institucionalidade e defesa do Estado democrático de direito, rebaixando ao máximo a crítica ao neoliberalismo, como aponta o historiador David Maciel. Ao buscar o apoio da chamada “terceira via”, representada especialmente por blocos e setores alinhados à candidatura de Simone Tebet, Lula atenuou

⁵⁵² GUIOT, André. 2006, p.127.

⁵⁵³ Op. Cit., p.129.

⁵⁵⁴ AFFONSO, Julia. PSDB libera filiados para apoiar Lula ou Bolsonaro no 2.º turno das eleições de 2022. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 4 de outubro de 2022. Versão digital.

⁵⁵⁵ Op. Cit.

drasticamente a crítica ao liberalismo extremado, inclusive no que se refere ao próprio golpe de 2016 e às contrarreformas aprovadas durante os governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Nesse sentido, o candidato se colocou como o representante do antifascismo, da unidade democrática do país e de uma agenda econômica comprometida como o ajuste fiscal.⁵⁵⁶

Ainda assim, o *OESP* considerava que o candidato petista deveria ser cobrado diante dos apoios recebidos: “Os economistas Pedro Malan, Armínio Fraga, Persio Arida e Edmar Bacha, que tiveram papel-chave na implantação do Plano Real, declaram apoio ao petista por meio de uma nota pública tão sucinta quanto simbólica.” Segundo o veículo, a nota em questão apenas declara seu apoio e defende uma condução responsável na economia; os assinantes do documento não fizeram qualquer sugestão no que toca à condução em relação ao teto de gastos e nem apresentaram críticas à condução econômica do governo Dilma Roussef. Para o jornal, os economistas deixaram de lado conceitos do pensamento liberal que nortearam as suas trajetórias, tendo em vista a ameaça democrática que a reeleição de Jair Bolsonaro representava. “Logo, é dever de Lula e sua equipe de campanha fazerem jus a esse inestimável voto de confiança e apresentarem compromissos claros e críveis que conduzam o País a uma rota de desenvolvimento econômico sustentável.”⁵⁵⁷

A passagem acima reflete de maneira objetiva o posicionamento do *O Estado de São Paulo* durante o segundo turno do pleito de 2018; diante dos poucos apoios representados por alguns setores das frações burguesas, não-bolsonaristas exigiram do lulopetismo um comprometimento cada vez maior com a responsabilidade fiscal e com a agenda neoliberal.

A historiadora Carla Luciana Silva aponta que um dos eixos de expansão do programa neoliberal encontra-se nas privatizações, onde os meios de comunicação mais têm poder sobre a população. Ao analisar a atuação da revista *Veja*, durante a década de 1990, a autora indica que o veículo desenvolveu uma intensa campanha sob argumentação de que o Estado brasileiro estava falido.⁵⁵⁸ Passados mais de vinte anos, os argumentos utilizados pelo *OESP* são os mesmos, de uma falência do Estado e dos perigos ao se considerarem “empresas estatais como indutores do desenvolvimento econômico”. O jornal utiliza tais argumentos para justificar os supostos perigos de uma eventual vitória de Lula da Silva; para isso, o veículo recorre a uma declaração do economista Henrique Meireles, que já havia declarado voto em Lula desde o primeiro turno, segundo o jornal:

⁵⁵⁶ MACIEL, David. Entre a democracia restrita e o fascismo. *Contrapoder*, 5 de abril de 2023. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/entre-a-democracia-restrita-e-o-fascismo/>. Acesso em 22 de janeiro de 2024.

⁵⁵⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. Lula precisa fazer jus a tanto apoio. São Paulo, 7 de outubro de 2022. Versão digital.

⁵⁵⁸ SILVA, Carla Luciana. 2005, p. 49.

Sempre indagado sobre economia, Lula recorre ao passado e insiste que os resultados de seus dois mandatos falam por si. Mas as condições fiscais de 2023 serão bem mais apertadas do que as de 2003 e não há nada similar ao boom das commodities que abasteceu seus programas sociais. E há também o risco, nada desprezível, de que uma eventual vitória de Lula seja vista pelos petistas como aval para as ideias mais retrógradas do partido. Lula se apresenta como garantia de racionalidade e responsabilidade, mas, em se tratando da estatolatria do PT, é pouco.⁵⁵⁹

O jornal aponta que Henrique Meirelles chegou a sinalizar ao candidato petista o interesse num encontro com economistas liberais, visando a discutir o futuro econômico do governo Lula, mas, na avaliação de Meirelles, na postura do candidato, “prevalecia uma visão similar a do terceiro governo do PT, a administração de Dilma Rousseff”. Neste sentido, o *OESP* destaca que o ex-ministro sinalizou aquilo que todos já sabiam: “em caso de vitória de Lula, o país deve torcer para que o petista resista aos voluntariosos conselheiros que acreditam que dinheiro público dá em árvore.”⁵⁶⁰

O editorial em questão sinaliza o fato de que o “apoio” prestado pelos economistas liberais – por meio de uma nota suscita que parecia dar total confiança a Lula da Silva – não era tão desprezioso assim, afinal, embora o documento não fizesse nenhuma exigência direta, isso não implicava que os economistas tivessem dado carta branca ao candidato petista.

De outro lado, mesmo diante do esforço em angariar apoio de setores burgueses alinhados ao golpe de 2016, o lulopetismo não conquistou uma votação expressiva no segundo turno, garantindo uma vitória apertada em relação ao seu oponente.

Cabe salientar, como aponta Davi Maciel, que, enquanto Lula rebaixava o seu programa de governo no sentido de ampliar o apoio dos setores burgueses, “todos os partidos de esquerda, mesmo os que lançaram candidatura própria no primeiro turno, as principais centrais sindicais e movimentos sociais aderiram em massa à candidatura Lula, contribuindo decisivamente para a mobilização nas ruas e nas redes sociais”. Ainda como aponta o autor, apesar das mobilizações de base e da perspectiva de que os comitês “Lula Presidente” permanecessem mobilizados após a vitória nas urnas, contra o fascismo e em direção a um governo mais à esquerda, depois da vitória, prevaleceram a via institucional e as negociações “pelo alto”, ocasionando a desmobilização dessas iniciativas.⁵⁶¹

Ainda que o contexto das eleições de 2022 tenha se assemelhado ao quadro de 2018, é preciso demarcar diferenças que estiveram presentes nos discursos veiculados pelo *OESP* nos

⁵⁵⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. O risco Lula. São Paulo, 22 de outubro de 2022. Versão digital.

⁵⁶⁰ Op. Cit.

⁵⁶¹ MACIEL, David. Entre a democracia restrita e o fascismo. *Contrapoder*, 5 de abril de 2023. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/entre-a-democracia-restrita-e-o-fascismo/>. Acesso em 22 de janeiro de 2024.

dois períodos. De imediato, é preciso salientar que os ataques ao petismo se fizeram marcantes nas duas campanhas, mas com argumentos distintos. Em 2018, o veículo afirmava o caráter corrupto do PT e reforçava cotidianamente o fato de Lula da Silva encontrar-se preso, enquanto Fernando Haddad era tratado como um mero personagem que cumpriria as designações encaminhadas por Lula da Silva na prisão. Em 2022, as críticas ao PT estiveram centradas, especialmente, na condução da política econômica dos governos Lula e Dilma, especialmente em relação a esta última, cuja qualificação era de uma política desastrosa.

Em relação a Jair Bolsonaro, em 2018, o veículo dedicou uma atenção menor à liderança de extrema direita do que àquela dedicada ao seu adversário; ainda assim, as críticas direcionadas ao ex-capitão estiveram circunscritas às falas e ao temperamento agressivo do candidato. Já em 2022, o jornal atuou sistematicamente na crítica ao bolsonarismo, com foco especial nos ataques do presidente à institucionalidade democrática do país e na incapacidade de entregar as reformas e privatizações almejadas pelas frações burguesas.

Ainda assim, o jornal, em diferentes momentos, traçou uma linha comparativa no intuito de equiparar os dois adversários; tal equiparação ocorreu, por exemplo, quando o veículo associou o mensalão ao orçamento secreto:

[...] Tanto o mensalão, quanto o orçamento secreto, escândalo revelado pelo **Estadão**, não passam de mecanismos de corrupção por meio dos quais o executivo literalmente compra o apoio do Congresso, com a diferença de que as bilionárias emendas de relator fazem os milionários desvios que financiaram mensaleiros no passado parecem contravenções de menor potencial ofensivo.⁵⁶²

Em outro editorial, cuja crítica esteve centrada na relação estabelecida por Jair Bolsonaro com o Congresso e o Senado, o veículo chamou a atenção para a “indiferença” do mercado em relação à destinação de bilhões do orçamento público ao centrão:

Analistas avaliam que um Congresso conservador seria uma barreira a medidas populistas propostas por um eventual governo liderado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o mercado, a esquerda teria maior disposição para aumentar gastos, enquanto o centro e a direita tenderiam à moderação fiscal. Se isso já foi verdade no passado, o histórico recente de atuação do Legislativo não inspira nenhum otimismo em relação à contenção de despesas públicas.⁵⁶³

O jornal aponta ainda que, desde o início do governo Bolsonaro, tanto a Câmara quanto o Senado vinham aprovando iniciativas que ampliaram os gastos públicos. Os custos

⁵⁶² O ESTADO DE SÃO PAULO. Nem mensalão, nem orçamento secreto. São Paulo, 8 de outubro de 2022. Versão digital. Grifos nossos.

⁵⁶³ O ESTADO DE SÃO PAULO. Não foi só a PEC Kamikaze. São Paulo, 12 de outubro de 2022. Versão digital.

assumidos por tais ações iriam recair no próximo presidente eleito, além disso: “Muitas tiveram apoio de Bolsonaro – ora explícito, ora envergonhado e silente.”⁵⁶⁴

A correlação entre os dois candidatos adversários ocorreu também na condução da campanha política levada adiante pelos postulantes à presidência da República; segundo o jornal, ambos conduziam suas campanhas amparados no medo do eleitor, sem, no entanto, apresentar propostas concretas:

Lula e Bolsonaro transformaram o segundo turno da eleição presidencial em uma longa noite de 28 dias. Até parece que não haverá mais Brasil a ser governado com responsabilidade a partir de 1.º de janeiro de 2023. Grande parte dos eleitores de um ou outro vive em estado de permanente tensão, em boa medida estimulado pelos próprios candidatos.⁵⁶⁵

Ao equiparar as duas candidaturas, o *OESP* desconsidera aquilo que ele mesmo apontou em alguns editoriais, o fato de Jair Bolsonaro constituir uma ameaça à institucionalidade democrática do regime político, logo, ao tratar com “normalidade” uma disputa eleitoral marcada pela anormalidade, o veículo demarca sua posição de classe diante de um pleito cujos debates giraram em torno da defesa do estado democrático de direito versus a instauração de um regime fascista.

A respeito do fascismo nas sociedades contemporâneas, a historiadora Tatiana Poggi aponta que este fenômeno encontra-se diretamente relacionado com a vitória e a crise do neoliberalismo, enquanto paradigma mundial de reprodução do capital. O fascismo contemporâneo, com a falência dos projetos desenvolvimentistas, com as denúncias de um Estado “inchado” e com o impacto social das políticas de austeridade, se ampara na perda de direitos, na flexibilização e precarização do trabalho, e no esgotamento da classe trabalhadora. Ele se apresenta como uma alternativa salvacionista aos efeitos da crise, no entanto, em termos econômicos, é marcado pelo aprofundamento da agenda neoliberal, imposta com toda a violência de que o fascismo é característico.⁵⁶⁶

Ao observarmos com atenção, tais ações coadunam diretamente com o projeto econômico de país defendido pelo jornal, antes das eleições de Jair Bolsonaro, durante o seu governo e no pleito de 2022, no entanto, para o jornal, interessava o aprofundamento da agenda econômica neoliberal, desde que fosse mantida a institucionalidade da democracia burguesa intacta. Essa posição do jornal justifica as críticas a Jair Bolsonaro; o candidato

⁵⁶⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. Não foi só a PEC Kamikaze. São Paulo, 12 de outubro de 2022. Versão digital.

⁵⁶⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. Um país com medo. São Paulo, 13 de outubro de 2022. Versão digital.

⁵⁶⁶ POGGI, Tatiana. Fascismo à brasileira. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe. **O neofascismo no poder (Ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 76.

havia se mostrado pouco eficiente em levar o projeto neoliberal às suas últimas consequências, não por escrúpulos, mas pela incapacidade de articulação política. Além disso, Bolsonaro não manifestava qualquer compromisso com a institucionalidade democrática.

Outro elemento que também consistiu numa marca da campanha política de 2018 e 2022 foi a cultura do medo e do ódio. Nesse aspecto, o *OESP* aponta que: “Para Lula e Bolsonaro, parecem bastar a desqualificação do adversário e a disseminação da repulsa e do medo, não a apresentação de suas ideias, supondo que as tenham, para a construção de um país mais próspero e justo.”⁵⁶⁷

Como apontado por Tatiana Poggi, citada acima, a cultura do ódio encontra-se numa dimensão do imaginário do neoliberalismo, em que se verifica uma exacerbação do individualismo e da competitividade para além do universo do trabalho. Marcado pela indiferença, a apatia e a banalização da justiça, o neoliberalismo arrebenta os laços de solidariedade de classe e identitário.⁵⁶⁸

Às vésperas do segundo turno das eleições de 2022, o jornal defendeu que era fundamental ao candidato eleito conduzir o país rumo à pacificação e ao respeito à Constituição de 1988 e aos demais poderes instituídos, afirmando: “não há paz possível se um poder avança sobre competências alheias ou se não respeita as legítimas decisões dos demais.”⁵⁶⁹

O que se defende é um governo que atue em colaboração com os demais poderes, afinal, havia desafios econômicos a serem cumpridos; em editorial do mesmo dia, o jornal apontou que era urgente a apresentação de um plano econômico para o candidato eleito: “O orçamento é o maior e mais imediato de todos os problemas”. Diante do desafio que se apresentava ao futuro presidente, o veículo ressaltava: “Ainda que os investidores já tenham sinalizado ter disposição de aceitar uma licença para gastar cerca de R\$100 bilhões acima do teto, o presidente terá de apresentar uma âncora fiscal como contrapartida e nomear uma equipe econômica que tenha o respaldo do mercado.” Do mesmo modo, o veículo também orienta que o novo presidente deveria firmar uma base de apoio estável com a Câmara e o Senado, a qual, uma vez estabelecida, deveria priorizar as reformas tributária e administrativa.⁵⁷⁰

⁵⁶⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. Um país com medo. São Paulo, 13 de outubro de 2022. Versão digital.

⁵⁶⁸ POGGI, Tatiana. 2019, p. 79.

⁵⁶⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. Constituição de 1988, caminho de paz. São Paulo, 27 de outubro de 2022. Versão digital.

⁵⁷⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. Um urgente plano econômico. São Paulo, 27 de outubro de 2022. Versão digital.

Como apontado inicialmente, a atuação protagonizada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, no segundo turno das eleições de 2022, apresentou similaridades com aquela desenvolvida em 2018. A principal delas consiste no ataque ao petismo, já a novidade que se apresentou foi a crítica sistemática ao bolsonarismo. Além disso, a defesa de uma agenda econômica amparada prioritariamente no ajuste fiscal e nas reformas constitui a gênese dos principais debates travados pelo jornal nos dois momentos aqui analisados.

4.4 O pós-eleição e o 8 de janeiro de 2023

No dia 1.º de janeiro de 2023, o candidato eleito Luiz Inácio Lula da Silva subiu pela terceira vez a rampa do Palácio do Planalto. O ato de posse à Presidência da República foi um momento marcante na história do país, tendo em vista que a faixa presidencial foi entregue ao eleito por representantes de históricas minorias sociais do país.⁵⁷¹ Se, por um lado, o clima era de esperança, uma vez que a eleição de Lula da Silva significava a continuidade do regime político vigente, por outro, a oposição não aceitava a derrota nas urnas e, como alternativa, aventurou-se a tentar golpear a legalidade.

Enquanto o eleitorado alinhado a Jair Bolsonaro questionava o resultado do pleito, o *OESP* atuava no sentido de exigir do presidente eleito responsabilidade com as contas públicas. Neste sentido, o veículo intensifica as cobranças em torno da manutenção do teto de gastos:

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, conseguiu acabar com o clima de lua de mel que havia se criado em torno de sua eleição. Com o fim antecipado do calamitoso governo Jair Bolsonaro, todas as atenções se voltaram para os trabalhos da equipe de transição, a escolha dos nomes que farão parte desses grupos técnicos e, sobretudo, a política econômica que vai nortear a administração petista. Mas a chegada de Lula a Brasília pôs por terra as ilusões de que a responsabilidade fiscal será um marco do seu terceiro mandato.⁵⁷²

Para o jornal, mesmo depois de eleito, o presidente se comportava como se ainda estivesse em campanha; o jornal toma como referência uma fala do presidente a parlamentares, na qual:

⁵⁷¹ Portal G1. Lula toma posse diante de centena de milhares, recebe a faixa de representantes do povo e defende a democracia. Brasília, 1.º de janeiro de 2023. Disponível em: [1.globo.com/politica/noticia/2023/01/01/lula-toma-posse-diante-de-centenas-de-milhares-em-brasilia-reafirma-compromissos-de-combate-a-pobreza-e-defende-a-democracia.ghtml](https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/01/lula-toma-posse-diante-de-centenas-de-milhares-em-brasilia-reafirma-compromissos-de-combate-a-pobreza-e-defende-a-democracia.ghtml). Acesso em 9 de março de 2025.

⁵⁷² O ESTADO DE SÃO PAULO. Lula ainda está no palanque. São Paulo, 11 de novembro 2022. Versão digital.

O presidente eleito fez comparações descabidas, chegando a criticar a existência de metas de inflação e a ausência de um regime de metas para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), voltou a defender também que há gastos que precisam ser encarados como investimentos, como se questões semânticas fossem capazes de resolver o descalabro fiscal em que o País se encontra.⁵⁷³

A atuação do *OESP* se deu no sentido de convencer o leitor de que as falas de Lula da Silva provocaram um impacto imediato no mercado financeiro, ocasionando a queda da bolsa de valores e o aumento da taxa de juros. Como aponta Cássio Guilherme, o alarmismo econômico foi uma prática frequente do *OESP* durante o governo Dilma Roussef, entre 2013 e 2014. Através de uma análise dos editoriais publicados pelo jornal durante o governo da presidente, o autor aponta que o veículo insistiu na tese de uma gastança descontrolada, inflação galopante, ainda que os números apresentados pelo governo dissessem o contrário, além de atacar o PIB do país, qualificando-o como “anêmico” e “fracassado”.⁵⁷⁴ Como podemos observar, as estratégias de desqualificação dos governos petistas por parte do jornal permaneciam as mesmas, pois, antes mesmo da posse do governo eleito, o jornal já retomava a centralidade do debate em torno de uma possível catástrofe econômica provocada por uma política “irresponsável” do PT.

Por outro lado, as críticas a Lula demarcam as expectativas do veículo em relação ao governo eleito, ao mesmo tempo que traçam os caminhos a serem seguidos dentro da órbita que as frações burguesas consideravam adequadas ao país, como a reconstrução do Estado, tarefa que, para o jornal, exigiria trabalho e esforço coletivo, uma vez que “o legado de destruição de Jair Bolsonaro é amplo”. O veículo afirmava ainda: “A partir de 1.º de janeiro, Luiz Inácio Lula da Silva terá a chance de demonstrar uma nova compreensão sobre o papel do Estado.” Neste aspecto, o *OESP* também demonstra qual o modelo de Estado que considera mais adequado à realidade brasileira: “Este jornal sempre defendeu um Estado enxuto e eficiente, o que é muito diferente de inexistente ou mínimo.”⁵⁷⁵ Apontamos, em outros momentos deste trabalho, que a noção de um Estado enxuto, para o *OESP*, passava necessariamente pela redução de servidores públicos ou pela precarização das suas condições de trabalho, todavia, aqui se evidencia mais uma ambiguidade no discurso do jornal, pois o mesmo aparelho de notícia que defende a redução do número de servidores públicos também os chama para reconstruir o Estado brasileiro:

⁵⁷³ O ESTADO DE SÃO PAULO. Não foi só a PEC Kamikaze. São Paulo, 12 de outubro de 2022. Versão digital.

⁵⁷⁴ GUILHERME, Cássio. 2021, p. 229-230.

⁵⁷⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. A necessária reconstrução do Estado. São Paulo, 13 de novembro 2022. Versão digital.

É verdade que o país gasta muito e mal, assim como é fato que o aparelhamento e o inchaço da máquina promovida por administrações petistas contribuíram para a consolidação de uma imagem negativa do serviço público. Há muitas políticas públicas que merecem ser revistas e até extintas, mas essa é uma avaliação impossível de ser feita sem o apoio de um corpo permanente de funcionários munidos de dados, experiência e um histórico de atuação, com rigor técnico e independência.⁵⁷⁶

O editorial do *OESP*, no dia 1.º de janeiro de 2023, data da posse do presidente eleito, seguiu a perspectiva endossada durante a campanha eleitoral e o resultado do pleito: Lula da Silva deveria governar o país numa linha distinta daquela realizada durante os seus dois primeiros governos e os da sua sucessora, Dilma Rousseff. O jornal apontou que a vitória da liderança petista gerava expectativas na mesma proporção do pavor provocado diante dos retrocessos do governo anterior. De outro lado, o veículo assinalava que a vitória de Lula não representava uma vitória exclusivamente sua ou da legenda, tampouco uma chancela da sociedade à agenda política e econômica realizada nos governos anteriores.

Para o jornal, uma vez que o governo Lula da Silva havia sido eleito por meio de uma frente ampla contra o bolsonarismo, deveria se encaminhar rumo a uma agenda política amparada na austeridade fiscal:

Espera-se – talvez em vão, o tempo dirá – que Lula, uma vez empossado, enfim desça do palanque e governe o Brasil com seriedade e equilíbrio. O presidente gosta de repetir a cantinela de que responsabilidade fiscal é inimiga da responsabilidade social. Nada mais errado, por uma questão elementar: não se pode cuidar verdadeiramente dos mais pobres sem dinheiro para sólidas políticas públicas de transferência de renda e geração de empregos.⁵⁷⁷

Como podemos observar, para o *OESP*, interessava que o governo recém-eleito rompesse com o modelo de governança vigente no país, entre os anos de 2002 e 2016, momento em que a presidência da república esteve nas mãos do PT. Tal perspectiva aponta para o fato de, em 2023, haver a necessidade de um consenso neoliberal distinto daquele que se processara durante os primeiros governos do PT.

Como apontado por Marcelo Badaró Mattos, o consenso neoliberal que dominou o país ao final da década de 1980 buscou construir bases por meio da incorporação de importantes direções sindicais. Tais direções, atreladas ao PT e à CUT, pressionadas pelo

⁵⁷⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. A necessária reconstrução do Estado. São Paulo, 13 de novembro 2022. Versão digital.

⁵⁷⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. É tempo de esperança e responsabilidade. São Paulo, 1.º de janeiro de 2023. Versão digital.

crecente índice de desemprego no setor industrial, apelaram para a lógica do “menos pior”, demonstrando sua disposição para a colaboração de classes.⁵⁷⁸

Durante as eleições de 2002, após testar diferentes possibilidades, um setor burguês construiu pontes para viabilizar a candidatura do Partido dos Trabalhadores. Lula da Silva, por sua vez, se apresentou como o candidato que não romperia contratos e formou aliança com o Partido Liberal, convidando um empresário da indústria têxtil a compor a chapa; essa aproximação resultou no financiamento empresarial à campanha de Lula da Silva. Além disso, o Partido dos Trabalhadores vinha demonstrando, desde a década de 1990, que se encaminhava rumo a uma política cada vez mais moderada, no âmbito das relações entre capital e trabalho; este elemento se tornava evidente diante das gestões municipais e estaduais do partido.⁵⁷⁹

O fato é que, se o primeiro governo Lula foi viabilizado por meio de uma aliança de conciliação com a burguesia, o contexto de 2022 se mostrava diverso, primeiro porque uma parcela massiva da burguesia representada especialmente pelo agronegócio manteve o seu apoio a Jair Bolsonaro,⁵⁸⁰ segundo porque os setores que não se alinharam diretamente ao bolsonarismo também não expressaram um apoio direto ao candidato petista; ainda assim, exigiria muito mais do que a conciliação de classes que marcou os governos anteriores, além da manutenção do ajuste fiscal e o compromisso com a aprovação das reformas administrativa e tributária.

O afastamento de setores empresariais de Jair Bolsonaro foi evidenciado num manifesto assinado por empresários em defesa do sistema eleitoral atacado pelo presidente no poder. O documento havia reunido nomes como Luiza e Frederico Trajano (Magazine Luiza), Jayme Garfinkel (Porto Seguro), Guilherme Leal (Natura), Horácio Lafer Piva (Klabim), Carlos Jereissati Filho (Iguatemi Shopping Centers), Pedro Moreira Salles e Roberto Setubal (Itaú Unibanco), José Olympio Pereira (Credit Suisse), Daniel Leichsenring, Luís Stuhlberger (Verde Asset), entre outros.⁵⁸¹

A manifestação de uma parcela da elite do país trazia em seu bojo a defesa das instituições contra aquilo que qualificaram como aventuras autoritárias:

⁵⁷⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. 2020, p. 126.

⁵⁷⁹ Op. Cit., p.127.

⁵⁸⁰ ROUBICEK, Marcelo. A disputa pelo apoio do agronegócio nas eleições. *Nexo*, São Paulo, 23 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2022/09/23/a-disputa-pelo-apoio-do-agronegocio-nas-eleicoes>. Acesso em 9 de março de 2025.

⁵⁸¹ CARRAÇA, Thais. “Parte da elite se afastou de Bolsonaro e não vai embarcar em aventura” diz herdeira do Itaú. *BBC News*, São Paulo, 12 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58184808>, acesso em 7 de março de 2025.

O princípio chave de uma democracia saudável é a realização de eleições e a aceitação de seus resultados por todos os envolvidos. A Justiça Eleitoral brasileira é uma das mais modernas e respeitadas do mundo. Confiamos nela e no atual sistema de votação eletrônico. A sociedade brasileira é garantidora da Constituição e não aceitará aventuras autoritárias.

O Brasil terá eleições e seus resultados serão respeitados.⁵⁸²

Em julho de 2022, uma carta organizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) havia sido assinada por diferentes entidades empresariais com o título: “Em defesa da democracia e da justiça”. O documento contou com a assinatura de 107 entidades empresariais como Federação Brasileira de Bancos, Associação da Infraestrutura e Indústria de Base, Câmara Americana de Comércio, Fecomércio e Sindusfarma.⁵⁸³

Na ocasião, Jair Bolsonaro se manifestou contra o documento sob alegação de que se tratava de um ato político contra ele. De todo modo, o apoio do agronegócio se manteve expressivo durante toda a campanha presidencial de 2022.

Desde a vitória de Lula da Silva, os apoiadores do presidente derrotado manifestaram as suas insatisfações com o resultado nas urnas, tanto através do trancamento de estradas, quanto por meio de acampamentos em frente aos quartéis gerais espalhados por todo o país.

No imediato pós-eleição, o *OESP* qualificou as ações dos bolsonaristas como uma “baderna” respaldada pelo próprio presidente, que não cumprimentou o candidato vencedor, bem como não reconheceu a lisura do processo, qualificando a sua derrota como uma “injustiça” do “sistema”:

[...] Com isso, justificou a baderna dos bolsonaristas golpistas que resolveram trancar estradas desde domingo para protestar contra a vitória de Lula. Segundo Bolsonaro, esses arruaceiros estão movidos por um “sentimento de indignação” – e se limitou a dizer que “os nossos métodos não podem ser os da esquerda, que sempre prejudicaram a população”. Não houve nenhum apelo explícito para que a baderna cessasse.⁵⁸⁴

Como podemos perceber, para o jornal *OESP*, a posição assumida por Jair Bolsonaro antes, durante e após as eleições justificavam as “arruaças” protagonizadas pelos bolsonaristas, além disso, o veículo mantém a linha de defesa das chamadas instituições

⁵⁸² ROSSI, Mariana. PIB reage a Bolsonaro com manifesto de apoio às eleições e defesa da democracia. *El País*, São Paulo, 5 de agosto de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-05/pib-reage-a-bolsonaro-com-manifesto-de-apoio-as-eleicoes-e-defesa-da-democracia.html>. Acesso em 7 de março de 2025.

⁵⁸³ CRUZ, Valdo. Empresários relatam pressão de Bolsonaro contra assinaturas em carta da FIESP pró-democracia. *Portal G1*, 5 de agosto de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2022/08/05/empresarios-relatam-pressao-de-bolsonaro-contra-assinaturas-em-carta-da-fiesp-pro-democracia.ghtml>. Acesso em 7 de março de 2025.

⁵⁸⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. O esperneio dos arruaceiros. São Paulo, 2 de novembro de 2022. Versão digital.

democráticas, apontando que, apesar de “a pirraça de Bolsonaro e a baderna dos bolsonaristas, a transição seguirá seu curso.”⁵⁸⁵

O jornal defendeu que, embora não houvesse grandes expectativas em relação ao governo Lula, sua eleição se apresentava como um retorno à política tradicional, amparada em consensos mínimos. Isso se manifestava através dos diálogos travados entre a equipe de transição do governo eleito e lideranças aliadas de primeira ordem do bolsonarismo, como o presidente da Câmara, Artur Lira, o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto; “Enquanto o presidente continua a considerar legítimas as manifestações dos delinquentes que demandam um golpe militar”⁵⁸⁶

Um elemento que merece atenção é o fato de, ao mesmo tempo que o *OESP* criticava o golpismo bolsonarista e atacava o presidente eleito sob alegação de que este conduziria um governo que se encaminharia pela irresponsabilidade fiscal, o veículo intentou ressaltar um protagonismo do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, na articulação da equipe de transição governamental:

Ainda tudo é muito recente e é preciso acompanhar de perto, sem ingenuidade, mas é inegável, por exemplo, que a entrevista concedida pelo vice-presidente eleito no Palácio do Planalto, na quinta-feira passada, representou uma lufada de maturidade e serenidade que havia muito não se via no País. Ao longo dos últimos quatro anos, Bolsonaro valeu-se de todas as ocasiões para criar polêmica, para tensionar o ambiente, para instigar os adversários, quase sempre num linguajar truculento.⁵⁸⁷

A atuação de Alckmin foi elogiada num contexto em que, durante uma entrevista, ao ser questionado sobre a responsabilidade de Jair Bolsonaro nos bloqueios e manifestações de caráter golpista, declarou: “Nossa tarefa é unir o Brasil, é trabalhar, é ter uma agenda de propostas, é melhorar a vida da população e bola para frente. A transição começou. Agora é fazê-la da melhor maneira possível, em benefício da população, pautada no interesse público.”

O jornal aponta as palavras de Alckmin como um alento, mas ressaltou que as mesmas deveriam ser lembradas, afinal, apenas palavras não bastam, mas sim ações responsáveis; neste aspecto, destacou: “como bem se sabe, o PT tem um alento histórico de irresponsabilidade.” Chama a atenção a disparidade no tratamento que é dado em relação ao presidente e ao vice, pois, enquanto o primeiro é visto como passível de constante vigilância,

⁵⁸⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. O esperneio dos arruaceiros. São Paulo, 2 de novembro de 2022. Versão digital.

⁵⁸⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. O mundo político virou a chave. São Paulo, 4 de novembro de 2022. Versão digital.

⁵⁸⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. Os adultos na sala. São Paulo, 5 de novembro de 2022. Versão digital.

num oceano de irresponsabilidades, o segundo é tratado como símbolo da responsabilidade no trato das questões públicas.

Neste aspecto, podemos apontar que a resistência ao petismo não se constituía um elemento exclusivo das hostes bolsonaristas, tendo em vista que, embora o *OESP* atuasse, por um lado, na crítica às manifestações protagonizadas pelos eleitores de Jair Bolsonaro, de outro, operava na descredibilização de uma liderança que sequer havia começado a governar.

A resistência em aceitar o resultado do pleito de 2022 que levou Lula da Silva ao seu terceiro mandato havia sido anunciada ainda durante a campanha eleitoral, quando o presidente no poder, Jair Bolsonaro, declarava em alto e bom som que não aceitaria uma eventual derrota nas urnas; do mesmo modo, os veículos de comunicação já divulgavam uma articulação de empresários bolsonaristas para, “em caso de derrota nas urnas, impedir a posse de quem o povo eleger”.⁵⁸⁸ Na ocasião, o *OESP* defendeu a tese de que as instituições democráticas seriam capazes de conter o avanço de um possível golpe bolsonarista, além disso, apontou que o contexto eleitoral de 2022 apresentava uma novidade, a Lei n.º 14.197, de 1.º de setembro de 2021, “relativa aos crimes contra o Estado Democrático de Direito, e [que] revoga a Lei n.º 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional)”.⁵⁸⁹

Segundo o jornal, a existência da lei em questão constituía um alerta para aqueles que intentavam atentar contra o estado democrático de direito. O *OESP* também chamou a atenção para as instituições, destacando que “Polícia e Ministério Público têm o dever de proteger o Estado Democrático de Direito”. Além disso, na perspectiva do veículo, tratava-se de um avanço na legislação vigente, tendo em vista que:

Com a entrada em vigor da Lei 14.197/2021, é crime “tentar com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais”, com pena de reclusão de quatro a oito anos, além da pena correspondente à violência. Vale frisar que o código penal pune não apenas a extinção do Estado Democrático de Direito, e sim sua tentativa, “impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais”.⁵⁹⁰

É importante frisar que a extrema-direita se utilizou de maneira vasta do argumento de que a tentativa de um golpe não consumado não justificava a condenação daqueles que atuaram nos atos protagonizados no dia 8 de janeiro de 2023, quando bolsonaristas invadiram

⁵⁸⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. Atentar contra a democracia é crime. São Paulo, 22 de agosto de 2022. Versão digital.

⁵⁸⁹ BRASIL. República Federativa do. [LEI N.º 14.197, DE 1.º DE SETEMBRO DE 2021](#). Brasília, 1.º de setembro de 2021.

⁵⁹⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. Atentar contra a democracia é crime. São Paulo, 22 de agosto de 2022. Versão digital.

a praça dos três poderes em Brasília e desferiram ataques violentos na tentativa de golpear o governo recém-eleito.

Como apontado pelo historiador David Maciel, depois das eleições de 2022, Bolsonaro não apenas não reconheceu a derrota, como permaneceu mobilizado em torno de descredibilizar a lisura do processo eleitoral com o intuito de manter a sua base mobilizada em torno de uma iniciativa golpista.

Além de bloqueios nas estradas, refinarias de petróleo e atentados a torres de transmissão de energia, visando a colapsar os sistemas de transporte, abastecimento e energia, milhares de militantes passaram a acampar em frente aos quartéis e instalações militares pelo país afora reivindicando um golpe militar e a anulação das eleições. Protegidos pelas Forças Armadas, que não apenas permitiam sua existência, como lhes davam proteção diante das ordens de desmobilização emanadas do judiciário, ao longo das semanas esses acampamentos passaram a galvanizar o golpismo bolsonarista, atraindo militantes do país inteiro e tornando-se base de organização dos atos terroristas de 12/12 e 24/12 e do “quebra-quebra” de 08/01, todos em Brasília.⁵⁹¹

Os ataques protagonizados pelos bolsonaristas no dia 8 de janeiro de 2023 ocuparam a capa do *OESP* do dia seguinte e, fazendo coro com a sociedade civil, que se encontrava indignada com os atos do dia anterior, o veículo qualificou tais atos como “Intolerável assalto à democracia”. Segundo o jornal, tanto aqueles que praticaram quanto os que deram apoio financeiro, político e material deveriam ser punidos de maneira exemplar, tendo em vista que, para o *OESP*, “uma malta de bolsonaristas só conseguiu tomar de assalto o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal porque conta com aliados muito poderosos, a começar pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, o maior responsável pela intentona.”⁵⁹²

Para o jornal, eram necessárias medidas exemplares para com os golpistas; tais medidas iam além da desocupação da capital federal e a prisão dos golpistas, sendo necessário também processar e julgar todos que direta ou indiretamente haviam contribuído para o ato. “Há responsáveis diretos pela escalada de violência que culminou no trágico 8 de janeiro, o mais grave atentado contra a democracia brasileira desde o fim da ditadura militar. O principal deles, não há dúvida, é Jair Bolsonaro.”⁵⁹³

⁵⁹¹ MACIEL, David. Entre a democracia restrita e o fascismo. *Contrapoder*, 5 de abril de 2023. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/entre-a-democracia-restrita-e-o-fascismo/>. Acesso em 22 de janeiro de 2024.

⁵⁹² O ESTADO DE SÃO PAULO. Intolerável assalto à democracia. São Paulo, 9 de janeiro de 2023. Versão digital.

⁵⁹³ O ESTADO DE SÃO PAULO. A cadeira de responsabilidades. São Paulo, 10 de janeiro de 2023. Versão digital.

Como aponta David Maciel, os atos reforçaram a imagem anti-bolsonaro que vinha sendo construída ao longo dos anos, bem como a política em defesa das “instituições”, todavia, tais acontecimentos provocaram apenas um isolamento relativo do ex-presidente, tendo em vista que uma pesquisa realizada dias depois dos atos golpistas demonstrou que 38% dos entrevistados concordavam com os atos do dia 8 de janeiro e 40% afirmavam que continuariam votando em Jair Bolsonaro, demonstrando, portanto, que a base bolsonarista permanecia coesa, além disso, esses dados demonstram também a perda de credibilidade nas “instituições”, apesar dos discursos afirmando a solidez do “Estado democrático de direito”.⁵⁹⁴

Ao considerar a defesa desse Estado democrático de direito pelo *OESP*, recorreremos mais uma vez a Florestan Fernandes; tendo em vista que a democracia burguesa constitui um regime instável, a burguesia brasileira conta, tão somente, com uma “paz armada”, que durará enquanto o padrão vigente e articulado de dominação burguesa puder resistir às contrapressões do radicalismo burguês, das massas populares e do proletariado, que tendem a crescer e fortalecer-se. Neste aspecto:

[...] Os recursos de opressão e de repressão de que dispõe a dominação burguesa no Brasil, mesmo nas condições especialíssimas seguidas ao seu enrijecimento político e à militarização do Estado, não são suficientes para “eternizar” algo que é, por sua essência, intrinsecamente transitório. Dessa perspectiva, malgrado sua considerável magnitude, o êxito histórico da burguesia circunscreve-se à superação das perturbações imediatas da crise do poder burguês, o que faz com que ele seja, sob todos os aspectos, uma autêntica faca de dois gumes.⁵⁹⁵

⁵⁹⁴ MACIEL, David. Entre a democracia restrita e o fascismo. *Contrapoder*, 5 de abril de 2023. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/entre-a-democracia-restrita-e-o-fascismo/>. Acesso em 22 de janeiro de 2024.

⁵⁹⁵ FERNANDES, Florestan. 2020, p. 316-317.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ora apresentado teve como objetivo analisar a atuação do jornal *O Estado de São Paulo* durante as disputas eleitorais à presidência da República entre 2018 e 2022. O intuito foi perceber o papel de classes desempenhado por este veículo da comunicação nacional em torno da defesa de um projeto político cuja centralidade esteve assentada na defesa irrestrita das políticas neoliberais. Além disso, buscava-se perceber em que medida o posicionamento assumido pelo jornal foi conivente com a eleição de uma liderança de extrema direita em 2018.

Para os fins de organização do trabalho, a tese foi estruturada em quatro capítulos, que apresentam, separadamente, o resultado de um diálogo historiográfico com as fontes com o intuito de alcançar os objetivos de pesquisa estabelecidos e verificar as hipóteses inicialmente traçadas.

No primeiro capítulo, intitulado “Imprensa, hegemonia burguesa no Brasil e o jornal *O Estado de São Paulo*”, foi realizado um debate sobre o desenvolvimento da imprensa no Brasil, atrelado ao avanço do sistema capitalista. Observou-se, nesse processo, o crescimento de grandes empresas jornalísticas que atuam na formação de opinião e na busca pelo convencimento em torno de projetos das classes dominantes.

Demonstrou-se, ainda, o desenvolvimento do *OESP* no cenário nacional, enquanto um veículo da comunicação que nasceu atrelado aos interesses econômicos da elite cafeeira paulista e que, por mais de um século, se mantém como um dos maiores jornais impressos do Brasil, cuja linha política se ampara na defesa irrestrita do liberalismo, em oposição ao comunismo ou, ainda, ao avanço das organizações de esquerda no país.

Intentamos demonstrar, também, a composição dos intelectuais que atuam no jornal, integrada por jornalistas, escritores, empresários, economistas, professores, cientistas políticos etc., e em que medida há um alinhamento entre os que escrevem “livremente” e a linha editorial do jornal.

Neste capítulo, também foi tratado como o jornal se posicionou em relação ao golpe de 2016, os ataques desferidos contra os governos petistas, especialmente, no que diz respeito ao governo Dilma Rousseff. A partir da análise da bibliografia sobre o tema, observamos como o Impeachment da Presidente esteve atrelado ao projeto burguês que visou ao fortalecimento da autocracia no país, ao mesmo tempo em que abriu caminho para a eleição de Jair Bolsonaro.

No segundo capítulo, “O jornal *O Estado de São Paulo* e as eleições de 2018”, discorremos sobre o processo eleitoral de 2018 e como o *OESP* se posicionou em torno de uma candidatura que viesse dar continuidade à obra política iniciada por Michel Temer. Para isso, além dos editoriais, foram exploradas algumas colunas e artigos de opinião publicados durante a conjuntura em estudo. Ao mesmo tempo, foi observado como o jornal avaliou os resultados apresentados das pesquisas que apontavam o candidato da esquerda, Fernando Haddad, e o candidato da extrema-direita, Jair Bolsonaro, como potenciais candidatos ao segundo turno do pleito.

Analizamos, ao longo do capítulo, em que medida o antipetismo se tornou o pão de cada dia para o *OESP*. A partir de um diálogo com a bibliografia, abordamos a presença do anticomunismo como fenômeno que tem perpassado as gerações durante a República brasileira, ao mesmo tempo que a ascensão do PT ao poder ocasionou uma campanha orquestrada tanto pela imprensa hegemônica quanto por meio da atuação de intelectuais “independentes” que atuaram de maneira coordenada na crítica às gestões petistas, formando um consenso em torno do antipetismo.

Ao final do capítulo, foi analisado o posicionamento do *OESP* diante da disputa protagonizada por Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. Consideramos que, para o jornal, o bolsonarismo constituía um mal menor, frente à possibilidade de retorno do PT ao poder, e, ainda que não se constituísse como alternativa prioritária pelas frações burguesas no país, emergiu como uma solução bonapartista.

O terceiro capítulo, “O governo Bolsonaro na perspectiva do *O Estado de São Paulo*”, discorre, especificamente, sobre a atuação de Jair Bolsonaro no poder, à luz dos editoriais do periódico. Demonstramos que a eleição de Jair Bolsonaro foi objeto de expectativas por parte do jornal, em torno do encaminhamento da agenda econômica neoliberal, ao mesmo tempo que se demonstrou um posicionamento crítico no que diz respeito aos posicionamentos ideológicos protagonizados tanto pelo presidente quanto por membros de sua equipe governamental, que, na avaliação do jornal, desviavam o foco das questões de natureza urgente para o país, a saber, a agenda de reformas.

O veículo avaliou positivamente a aprovação da reforma previdenciária, no primeiro ano de governo Bolsonaro, embora tenha criticado a inabilidade do governo em dialogar com os demais poderes com o intuito de garantir mais celeridade à agenda. O *OESP* colocou na ordem do dia a urgência na aprovação da reforma administrativa, cuja pauta central se assentava no enxugamento do quadro de servidores públicos, ao mesmo tempo que criticou os recursos destinados ao agronegócio, qualificando-os como “modestos”, e defendeu que o

governo deveria eliminar impostos sobre fretes e simplificar o comércio. O que se observa, portanto, é uma postura cujo enfoque é um Estado que retira recursos das classes trabalhadores e, ao mesmo tempo, os destina para as classes possuidoras.

Analisamos, também, a posição do jornal diante da política sanitária levada adiante por Jair Bolsonaro com o anúncio da pandemia da Covid-19. Observamos um posicionamento crítico do jornal em relação à postura negacionista manifestada por Bolsonaro, perante o avanço do vírus no país, tendo em vista a morosidade do presidente em adotar as medidas sanitárias recomendadas pela OMS. A inquietação do jornal encontra-se atrelada a fatores de natureza econômica, pois, quanto mais a crise pandêmica se alastrava, mais tempo demoraria para a retomada da normalidade econômica do país, além disso, o alastramento do número de mortos também foi objeto de preocupação do jornal, uma vez que se trata de braços disponíveis para o capital.

O quarto capítulo, cujo título é “O golpismo bolsonarista e as eleições de 2022”, discorre sobre as tentativas de golpe levadas adiante por Jair Bolsonaro ao longo do período em que esteve no poder. Analisamos a crítica do jornal às “intentonas” bolsonaristas de romper com a institucionalidade democrática por meio de atos promovidos durante as “comemorações da independência”, no 7 de setembro, e os ataques do presidente às urnas eleitorais, que colocaram em xeque a confiabilidade das urnas. Neste processo, o *OESP* considerava que, embora a atuação de Bolsonaro se encaminhasse no sentido de romper com o regime democrático, era preciso demonstrar confiança de que as instituições seriam capazes de conter a trama golpista.

Durante o pleito de 2022, o jornal retoma um debate inicialmente travado em 2018, cuja centralidade esteve na defesa de uma candidatura de centro que fosse capaz de romper com o que o veículo qualificava como “extremismos”, tanto para se referir ao petismo quanto ao bolsonarismo. O *OESP* atuou no intuito de demonstrar que havia alternativas disponíveis ao eleitorado. Os ataques ao PT e a Lula da Silva se mantiveram constantes, mas, se em 2018 o foco do debate esteve na suposta “corrupção” que envolvia a legenda e sua principal liderança, em 2022, o veículo atuou no sentido de “relembrar” ao eleitorado a “catástrofe” econômica que marcara os governos petistas. A figura de Jair Bolsonaro também esteve no centro das críticas do jornal, tanto para apontar que o candidato não havia cumprido com a agenda das reformas e de privatizações como no que dizia respeito à ameaça que o candidato de extrema-direita representava para a garantia do institucionalidade democrática.

No segundo turno das eleições de 2022, o *OESP* foi enfático ao explicitar que, ante as duas lideranças em disputa, não apoiaria nenhuma. A novidade, nesse processo, encontra-se

no fato de que, neste momento, o jornal se dedicou à crítica à gestão Bolsonaro; por outro lado, posicionou-se em relação ao candidato Lula da Silva no sentido de exigir um compromisso com o capital e com a agenda da “austeridade fiscal”, das reformas e privatizações, mesmo o candidato tendo recebido parcas manifestações de apoio da burguesia dominante.

Após as eleições, o veículo manteve o posicionamento que marca a sua história com as gestões petistas, atuando no sentido de descredibilizar a condução política do presidente recém-eleito, ainda em processo de transição, ao mesmo tempo que apontava “caminhos adequados” a serem seguidos pelo presidente. O veículo manteve a crítica às manifestações golpistas, as quais qualificou como “badernas bolsonaristas”. Com os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, defendeu que aqueles que praticaram ou financiaram os atos deveriam ser punidos de maneira exemplar. Além disso, apontou Jair Bolsonaro como o maior responsável por tais atos.

Como podemos observar, a chegada de Jair Bolsonaro ao poder é fruto de um processo histórico resultante do golpe perpetrado em 2016, articulado pela alta burguesia, cujo intuito era abrir caminho para o fortalecimento do regime “autocrático burguês”. Nesse sentido, a atuação de Bolsonaro no poder bebe na fonte que a própria burguesia criou, a saber, o ataque à Constituição, ao processo eleitoral, e a violência explícita contra aqueles que representam ameaça ao seu projeto de poder.

Neste sentido, quando o *OESP* se manifesta contra Bolsonaro, o que está em questão não é aquilo que o bolsonarismo representa, mas como ele se porta fora do controle dos setores dominantes. Logo, para o jornal, não interessa derrotar o bolsonarismo, uma vez que é fruto daquilo que ele mesmo criou; interessa, antes, romper com sua liderança máxima.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; NARDOQUE, Sandoval. **Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista**: subordinação e resistências. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AZEVEDO, Reinaldo. **O país dos petralhas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2008.
- AZEVEDO, Reinaldo. **O país dos petralhas II**: o inimigo agora é o mesmo. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2012.
- BOITO JÚNIOR, Armando. **Dossiê**: neoliberalismo e lutas sociais no Brasil. Campinas, SP: Unicamp, Ano 9, 2002.
- BENJAMIN, Cid. DEMIER, Felipe & ARCARY, Valério. **O ovo da serpente**: ameaça neofacista no Brasil de Bolsonaro. Rio de Janeiro: Maud, 2020.
- BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política. Porto Alegre, RS: Zouk, 2018.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- BIONDI, Luigi. **Classe e nação**: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: Imprensa e ideologia: o jornal o Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa**: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe. **O neofascismo no poder (Ano I)**: Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023, p. 103-137.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. 5a. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1989.

DEMIER, FELIPE. **O longo bonapartismo brasileiro: um ensaio de interpretação histórica**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FERNANDES. Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Revolução burguesa no Brasil**. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Contracorrente, 2020.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: Maquiavel, notas sobre o estado e a política**. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEHER, Roberto (Org.). **Educação no governo Bolsonaro: Inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República**. Goiânia: Cegraf/ UFG, 2023.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras expressões, 2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial no Brasil (1990-2020)**. Curitiba: Appris, 2022.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª Ed. 1988.

SILVA, Carla Luciana. **A onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Carla Luciana & RAUTENBER, Edina. **História e imprensa**: estudos de hegemonia. Porto Alegre: FCM editora, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOLANO, Esther & ROCHA, Camila (org.). **As direitas nas redes e nas ruas**: A crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

THALHEIMER, August. **Sobre o fascismo**. Salvador: Centro de estudos Victor Mayer, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOOD, Ellen. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do capitalismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

Dissertações e teses

DALTOÉ, Julius Hericky Hafemann. **Reinaldo Azevedo em VEJA online**: um intelectual a serviço da construção do antipetismo. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Programa de Pós-Graduação em História, Marechal Cândido Rondon, 2017.

DELGADO, Márcio de Paiva. **“O golpismo democrático”**: Carlos Lacerda e o jornal tribuna da imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

DULCI, Marcelo Soares. **PSDB**: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Sociologia e Política. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG: Belo Horizonte: 2010.

GUILHERME, Cássio. **O jornal O Estado de S. Paulo no impeachment de 2016**: forjando o consenso contra o Lulismo (2011-2016). Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Maringá (UEM), Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2021.

GUIOT, André Pereira. **Um moderno príncipe da burguesia brasileira**: o PSDB (1988-2002). Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense - UFF. Niteroi-Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS JÚNIOR, Marcelo Alves dos. **Vai para Cuba!!!** A rede antipetista na eleição de 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Federal Fluminense (UFF). Programa de Pós-Graduação Comunicação, Niterói, 2016.

MIRANDA, João Elter Borges. **A patrulha ideológica da burguesia**: a atuação do partido Movimento Brasil Livre na construção do golpe de 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Programa de Pós-Graduação em História. Marechal Cândido Rondon/Paraná, 2021.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAVA, Mariane. **A imagem de Lula construída pelos editoriais do Jornal O Estado de São Paulo durante as campanhas presidenciais de 1989 a 2006**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em comunicação, Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2017.

PATSKICHIKI, Lucas. **Os litores da nossa burguesia**: o *mídia sem máscara* em atuação partidária (2002-2011). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Programa de Pós-Graduação em História. Marechal Cândido Rondon/Paraná, 2012.

SANTOS, Roberta Lisana Rocha Santos. **Os ditadores da democracia**: A Tarde, Diário de Notícias e o anticomunismo na Bahia (1945-1947). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História. Feira de Santana, 2017.

SILVA, Carla Luciana. **Veja**: o indispensável partido neoliberal (1989-2002). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2005.

VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. **Mídia e conservadorismo**: O Globo, A Folha de São Paulo e a ascensão política de Bolsonaro e do Bolsonarismo. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2021.

Capítulos de livros

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BECKER, Camila; CESARM, Camila; STEIGLEDER, Débora G.; WEBER, Maria Helena. Manifestações e votos ao impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política brasileira. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

DEMIER, Felipe. Democracia e bonapartismo no Brasil pós-golpe. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe. **O neofascismo no poder (Ano I)**: Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; FIGUEIRA, Gisele A; LAMARÃO, Marco V. M; BOVOLETA, Marília B.; MENDES, Maria. Formação da classe trabalhadora. In: LEHER, Roberto (Org.). **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e sociedade. In: MATTOS, Marcelo Baradó (Org.). **História**: pensar e fazer. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes da direita brasileiros. In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

POGGI, Tatiana. Fascismo à brasileira. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe. **O neofascismo no poder (Ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de Sena. O profascismo bolsonarista e a universidade pública. In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe. **O neofascismo no poder (Ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

Artigos

ALVES, Giovanni. O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal. 8 de junho de 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em 25 de março de 2025.

AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). *Revista Opinião Pública*, v. 24, n. 2, p. 270-290, maio/ago. 2018.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rouseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**. Número especial, 2017.

BIANCHI, Alvaro. “Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo”. **Outubro**. São Paulo, nº. 28, 2017.

CALIL, Gilberto. Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégias de fascistização. **Materialismo Storico**, nº 02, 2020.

CIOCCARI, Deysi. EZEQUIEL, Vanderlei. MOTTINHA, Romer. A eleição de Jair Bolsonaro: A Construção do medo e ódio na campanha eleitoral de 2018. **Revista Debates**. Vol. 13, Nº 03, Porto Alegre, set-dez de 2019, p.89-105.

COUTINHO, Carlos Nelson, Imaginário social, hegemonia cultural e comunicação. In: MORAES, Denis de. **A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

GUILHERME, Cássio Augusto. O antipetismo do jornal O Estado de São Paulo na eleição presidencial de 2010. **Temporalidades**, edição 39, v.15, n.1, mar./set. 2023.

MACIEL, David. Entre a democracia restrita e o fascismo. **Contrapoder**, 5 de abril de 2023. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/entre-a-democracia-restrita-e-o-fascismo/>. Acesso em 22 de janeiro de 2024.

RODRIGUES, Soares Lidiane. Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil 2002/2016). **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 39, maio/ago. 2018.

SANTOS, Theotônio dos. *Socialismo y fascismo em América Latina Hoy*. **Revista Mexicana de Sociologia**. Vol.39, Nº 01 Jan – Mar 1977.

SILVA, Luciene Maria; SANTOS, Thiago Araújo. Poder oligárquico, questão agrária e função legislativa no território sul-mato-grossense. **Campo-Território**, v. 17, n. 44, p. 253-277, abr. 2022.

WEFFORT, Francisco. Jornais são partidos?. **Revista Lua Nova**, v. 1, n. 2, set. 1984, p. 37.

Leis

BRASIL, República Federativa do. **Lei n.º 2.083**, de 12 de novembro de 1953. Rio de Janeiro, 1953.

BRASIL. Presidência da República Federativa do. Lei n.º. 13.260. Brasília, de 16 de março de 2016.

BRASIL. República Federativa do. **[LEI N.º 14.197, DE 1.º DE SETEMBRO DE 2021](#)**. Brasília, 1 de setembro de 2021.

FONTES

Associação de jornalismo digital - <https://ajor.org.br>.

Portal Estadão - <https://www.estadao.com.br/acervo/>.

Portal G1 – <https://g1.globo.com/>.

Poder 360 – <https://www.poder360.com.br/>.

Valor Econômico – <https://valor.globo.com/>.

Brasil de Fato – <https://www.brasildefato.com.br/>.

Contrapoder – <https://contrapoder.net/>.

Anistia Internacional – <https://anistia.org.br/>.

Portal do Senado – <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>.

Portal da Câmara de Deputados – <https://www.camara.leg.br/>.

Congresso em Foco – <https://www.congressoemfoco.com.br/>.

BBC News – <https://www.bbc.com/portuguese>.

Jornal do Brasil – <https://www.jb.com.br/>.

El País – <https://brasil.elpais.com/>.
Revista do Oeste – <https://www.revistaoeste.com/>.
Planalto - <https://www.planalto.gov.br>.
United Nations - <https://news.un.org>.
Mercado comum - <https://www.mercadocomum.com>.
Outras Palavras - <https://outraspalavras.net>.
Blog da Boitempo - <https://blogdaboitempo.com.br/>.
Governo Federal - <https://www.gov.br/pt-br>.
Folha de São Paulo - <https://www.folha.uol.com.br/>.

Outros documentos

ARAÚJO, V. L. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. **Texto para discussão sobre o desenvolvimento, CICEF**. n. 1, p. 1-31, jul. 2023.

ÁVILA, Gomide; SILVA, Michelle Morais Sá; LEOPOLDI, Maria Antonieta. **Desmonte e desconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023.

BRASIL, Constituição Federal da República Federativa do. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

OLIVEIRA, Suelen Carlos; MACHADO, Cristiani Vieira; HEIN, Aléx Arlacon. Reformas da previdência social no Chile: lições para o Brasil. **Caderno de saúde pública**, v. 35, n. 5, 2019.